

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Campanhas políticas de solidariedade:
movimentos sociais e doação de alimentos na pandemia de Covid-19

Vicente Carvalho Azevedo da Silveira

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**CAMPANHAS POLÍTICAS DE SOLIDARIEDADE:
MOVIMENTOS SOCIAIS E DOAÇÃO DE ALIMENTOS NA
PANDEMIA DE COVID-19**

VICENTE CARVALHO AZEVEDO DA SILVEIRA

Sob orientação da professora

Claudia Job Schmitt

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Julho de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S587c Silveira, Vicente Carvalho Azevedo da, 1991-
Campanhas políticas de solidariedade: movimentos
sociais e doação de alimentos na pandemia de Covid-19
/ Vicente Carvalho Azevedo da Silveira. - Rio de
Janeiro, 2022.
234 f.: il.

Orientadora: Claudia Job Schmitt.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2022.

1. Campanhas de movimentos sociais. 2. Ação
coletiva. 3. Pandemia de Covid-19. 4. Doação de
alimentos. 5. Projetos políticos. I. Schmitt, Claudia
Job, 1965-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

VICENTE CARVALHO AZEVEDO DA SILVEIRA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 15/07/2022.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a JORGE OSVALDO ROMANO (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a CAMILA PENNA DE CASTRO (UFRGS)

Prof. Dr. MARCELO KUNRATH SILVA (UFRGS)

RESUMO

SILVEIRA, Vicente Carvalho A. **Campanhas políticas de solidariedade: movimentos sociais e doação de alimentos na pandemia de Covid-19**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

A pandemia de Covid-19 desembarcou no Brasil em um cenário de extrema polarização política e de aprofundamento da crise econômica vigente desde 2015, da qual um dos efeitos mais visíveis foi o recrudescimento da fome entre as famílias mais pobres, em grande parte residentes nas favelas e periferias dos grandes centros urbanos. Imediatamente, um grande movimento social se espalhou por todo o país, no qual indivíduos, coletivos e organizações de naturezas variadas estruturaram redes de apoio para distribuir recursos na forma de dinheiro, alimentos e materiais de primeira necessidade. Por meio de diferentes arranjos de campanha, vínculos econômicos e políticos foram criados ou atualizados entre os agentes heterogêneos que compõem o universo abrangente da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, nas arenas públicas, os significados e práticas legítimas da solidariedade tornavam-se objeto de disputa. Neste trabalho, realizamos uma etnografia de duas campanhas de doação de alimentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ambas coordenadas por movimentos sociais organizados: a primeira foi coordenada pelo Movimento Caxias, articulação entre diversos coletivos de juventude periférica da Baixada Fluminense; e a segunda pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, organização de caráter nacional, vinculada aos movimentos camponeses e agroecológicos. Através da participação engajada do pesquisador nas campanhas, das observações de campo, entrevistas semiestruturadas e de extensa pesquisa virtual, investigamos e analisamos os diferentes arranjos de campanha criados por seus coordenadores, no intuito de mobilizar pessoas, recursos e narrativas em torno do alimento e do combate à fome. As diferentes identidades coletivas, trajetórias políticas e repertórios de ação coletiva das organizações envolvidas aportaram características específicas a cada uma das iniciativas, com ênfase em campanhas de doação anteriores, programas sociais governamentais e a construção de circuitos alternativos para a comercialização de alimentos agroecológicos, além dos acúmulos políticos em torno do tema dos alimentos, das experiências de seus militantes e ativistas em territórios dominados por grupos paramilitares e das diversas interações com agentes da sociedade civil e do terceiro setor. Por outro lado, as duas campanhas estiveram conectadas por alguns de seus atores centrais, de modo que a investigação dos fluxos de alimentos e de recursos financeiros nos levou a descobertas sobre a teia de vínculos políticos e econômicos construída a partir delas, levantando debates importantes sobre a conjuntura política brasileira no período pós-pandemia, na qual diferentes projetos políticos e econômicos disputam as interações legítimas entre Estado, sociedade civil e mercados no enfrentamento aos principais problemas sociais brasileiros.

Palavras-chave: campanhas de movimentos sociais; ação coletiva; doação de alimentos; pandemia de Covid-19; combate à fome; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

SILVEIRA, Vicente Carvalho A. **Solidarity political campaigns: social movements and food donation on Covid-19 pandemics.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

The Covid-19 pandemic landed in Brazil in a scene of extreme political polarization and a deepening of the economic crisis in force since 2015, which one of its most visible effects was the resurgence of hunger among the poorest families, largely residing in the slums and outskirts of large urban centers. Immediately, a great social movement spread throughout the country, in which individuals, collectives and organizations of varied natures articulated in support networks to distribute resources in the form of money, food or essential goods. Through different campaign arrangements, economic and political links were created or updated between heterogeneous agents that constitute the large universe of civil society, at the same time as they disputed in the public arena the meanings and legitimate practices of solidarity. In this work, we carried out an ethnography of two food donation campaigns in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, both coordinated by organized social movements: the first was coordinated by Movimenta Caxias, an articulation between several groups of peripheral youth at Baixada Fluminense; while the second was coordinated by the Movimento dos Pequenos Agricultores, a national organization linked to the peasant and agroecological movements. Through the researcher's engaged participation in the campaigns, field observations, semi-structured interviews and extensive virtual research, we investigated and analyzed the different arrangements created by their coordinators in order to mobilize people, resources and narratives around food and the fight against hungry. The different collective identities, political trajectories and collective action repertoires of the organizations involved brought specific characteristics to each of the initiatives, at the same time that the two campaigns were connected by some of their central actors, so that the investigation of food flows and financial resources led us to interesting discoveries about the web of political and economic ties built from them, raising important debates about the Brazilian political situation after the pandemics, in which different political and economic projects dispute the legitimate interactions between State, civil society and markets facing the main Brazilian social problems.

Keywords: social movements; collective action; food donation; pandemics; fight against hunger

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Fernando Birri
(citado por Eduardo Galeano)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é parte do ritual que dá origem ao texto e que o despeja no mundo, como um parto assistido por muitas mãos. Talvez seja a última parte a ser escrita, mas antes de se materializar em texto, o agradecimento participa de todas as etapas do trabalho. Pelas pessoas que me geraram em corpo e em ideias, pelas pessoas que me ensinaram e me aconselharam nos caminhos tortuosos da vida, pelos seres vivos que colorem meu dia e anoitecem meus sonhos, pelas montanhas e mares que dão curvatura ao mundo pelo qual caminhamos.

Esse texto foi escrito por muitas mãos e vozes, às quais é preciso dedicar algumas palavras para que fique registrado meu profundo agradecimento. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, que sempre me deu as bases materiais e afetivas para que eu desse os primeiros passos e encontrasse meu lugar nesse mundo, e tendo encontrado, pudesse acreditar no meu potencial de seguir adiante.

Em particular, à minha mãe Felisa, que batalhou por cada palmo de felicidade em minha vida e que me ensinou, acima de tudo, o valor da justiça e da honestidade. Ao meu irmão Pedro, minha primeira e contínua inspiração na seara das Ciências Sociais, e a quem admiro por sua enorme coragem e força de vontade. Ao meu pai Sergio, de quem herdei a veia intelectual e o gosto pelas letras, assim como o encanto pelas culturas que preenchem o mundo. À minha companheira de vida, de sonhos e de ideias, Luana, com quem viajei pelos rincões desse país e com quem partilhei cada sopro do que sou, pondo em prática os aprendizados que carrego na alma.

Agradeço também a todos os meus familiares que participaram de minha formação como gente: Eurico, Eliana, Marcelo e minha vó Dina; Fábio, Ricardo, Tânia, Marcos e todos os muitos primos, próximos e distantes. Aos meus irmãos menores, Tereza e Antônio, além dos espíritos de meus avós, João, Mário e Amélia, que me acompanham desde menino. Aos ancestrais que geraram meus mais velhos: guaranis, kaigangs, caboclos, africanos e portugueses com suas mil cores que descendem do Paraná, do Sergipe e do Ceará, hoje lhes peço a benção e deixo nessa terra tamoia karioka uma primeira obra de nossa autoria. Todo nascimento é coletivo.

Além dos de sangue, há também os de rua. Nas muitas escolas que frequentei, nos bares, empregos e estradas que percorri, conheci pessoas incríveis que me ensinaram muito mais do que jamais almejei aprender: a diversidade para além dos direitos e das belas palavras; a solidariedade para além das utopias de noites estreladas; a simplicidade da cama, carona e comida quando não se tem mais nada. Por onde andei, fui bem recebido e aprendi mais nas palavras, nos choros e nos risos do que nas incontáveis páginas de livros que nos indicam como formação acadêmica.

Aos meus muitos amigos, a quem procuro dedicar o tempo que o mundo me permite, em especial àqueles que acompanharam esse processo instigante e doloroso que é a produção escrita de uma experiência etnográfica: Gabriel, Oscar, Bruninha, Nandinha, Gustavão, Fernanda e todos os antigos amigos de escola, faculdade e militância, além dos novos colegas do CPDA, entre alunos e professores que, no fundo, são parte de um mesmo corpo aprendiz.

Às minhas inspirações intelectuais, agradeço imensamente todo o estímulo, guiança e acompanhamento em minha trajetória acadêmica. Às dezenas de professores que me encantaram com seu conhecimento e dedicação, em especial aos que me orientaram: Pierre Ohayon, Bruno Sciberras, Maria Lúcia Maciel e Claudia Schmitt, que o destino escolheu para este trabalho e que soube conduzir nossa pesquisa por caminhos inimagináveis, sempre tratando o mestrado como um processo criativo, saboroso e refinado, além de rigoroso.

Por fim, às milhares de pessoas que resistiram à pandemia e se indignaram com seus impactos sociais e econômicos, entre elas as que se dedicaram às campanhas de doação de

alimentos que dão sentido a tudo o que leremos a partir daqui. Em especial, meu profundo agradecimento aos jovens do Movimenta Caxias: Bruno, Beto, Wesley, Juliana, Vitor, Jefferson, Daíses e todos os outros com quem vivi momentos inesquecíveis; assim como aos militantes do MPA-RJ: Leile, Beto, Cris, Eliel, Ali, Luz e todo o pessoal que viveu esses tempos de profundo aprendizado no Raízes do Brasil.

A todos os agricultores, voluntários, doadores e demais indivíduos, coletivos e organizações envolvidos nas campanhas, não sou eu quem agradeço, mas as famílias beneficiárias das doações: nos Prazeres, Guararapes, Parque das Missões, Pantanal e nas dezenas de territórios conectados pelos alimentos durante a pandemia.

LISTA DE FOTOS

Foto 1. André em frente ao Galpão Gomeia Criativo.....	32
Foto 2. Rua principal da Colômbia (Parque das Missões).....	37
Foto 3. Vinícius, psicólogo da Apadrinhe um Sorriso, em frente ao parquinho e a uma das casas construídas pela ONG Teto.....	38
Foto 4. Interior da sede da Apadrinhe um Sorriso. Sentada, Fabbi Silva confere no computador a lista de beneficiárias.....	39
Foto 5. Wesley (ao centro e de costas) discursando na comunidade do Barro Vermelho, bairro do Pantanal, Duque de Caxias.....	42
Foto 6. Área interna do Galpão Gomeia Criativo.....	47
Foto 7. Entrega de cestas agroecológicas em igreja da Assembleia de Deus, no bairro do Pilar.....	55
Foto 8. Fila de espera em entrada de terreiro de candomblé, na comunidade da Caixa D'água.....	55
Foto 9. Vitor (coordenador) “tomando passe” em entrega no terreiro de candomblé.....	56
Foto 10. Entrega de alimentos no GAC da Mangueirinha.....	58
Foto 11. Entrega de alimentos no Morro do Sapo, com Wesley discursando à direita.....	59
Foto 12. Eu (à esquerda) e o grupo de voluntários em entrega no bairro da Figueira.....	60
Foto 13. Grupo de voluntários no Cristo Rei (São Bento).....	67
Foto 14. Trilho do trem Rio de Janeiro-Duque de Caxias (Cristo Rei/São Bento).....	67
Foto 15. Placa de logradouro público no Cristo Rei (São Bento).....	68
Foto 16. Caminhando pela Rua Castro Alves.....	69
Foto 17. Rosana e seu marido Pinheiro, em visita à sua propriedade.....	88
Foto 18. Vista da Colina, no Morro dos Prazeres. À esquerda, parte alta do bairro de Santa Teresa.....	95
Foto 19. Dia de entrega na Barreira, na frente da creche e com a UPP ao fundo.....	98
Foto 20. Cesta com panfleto distribuído na entrega do Morro dos Macacos.....	104
Foto 21. Banca de alimentos com as bandeiras ao fundo.....	106
Foto 22. Beto Palmeira discursando para um grupo de beneficiários.....	106
Foto 23. Lima (presidente da Associação) cortando abóboras com o boné do MPA.....	108
Foto 24. Roda de conversa no Largo do 20, em frente à Associação de Moradores do Guararapes.....	110
Foto 25. Sede da APROLUC aos pés dos Três Picos, Vale dos Lúcios, Teresópolis.....	113
Foto 26. Plantação de couve no Vale dos Lúcios, Teresópolis.....	114
Foto 27. Eliel e mãe de Rosana em sua propriedade.....	115
Foto 28. Eliel e o carro do MPA no Vale dos Lúcios, Teresópolis.....	115
Foto 29. Entrega de sementes de feijão e milho na Aldeia Ka'aguy Ovy Porã, em Maricá.....	117
Foto 30. Beto Palmeira e Guilherme Boulos em ato de inauguração da Cozinha Solidária do MTST em Santo André/SP.....	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da Baixada Fluminense.....	36
Figura 2. Mapa dos bairros e distritos do município de Duque de Caxias.....	64
Figura 3. Lista de organizações parceiras do Movimenta Caxias (parte 1).....	78
Figura 4. Lista de organizações parceiras do Movimenta Caxias (parte 2).....	78
Figura 5. Vista Aérea de Santa Teresa e suas favelas.....	96
Figura 6. Diagrama das etapas dos arranjos de campanha.....	142
Figura 7. Mapa da teia de relações políticas e econômicas das duas campanhas.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação de bairros por distritos atendidos (Duque de Caxias).....	68
Tabela 2. Relação das unidades de cestas de alimentos frescos por organização e por operação.....	73
Tabela 3. Número de unidades distribuídas por entidade e tipo de alimento (operação 1).....	75
Tabela 4. Número de unidades distribuídas por entidade e tipo de alimento (operação 2).....	75
Tabela 5. Número de unidades distribuídas por entidade e tipo de alimento (operação 3).....	75
Tabela 6. Lista de CPAs por localização e características (abril/2020 a julho/2021).....	92
Tabela 7. Coletivo Terra: canais de comercialização.....	122

LISTA DE SIGLAS

ABCR	Associação Brasileira de Captadores de Recursos
ADA	Amigos dos Amigos
ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
APROLUC	Associação de Produtores Rurais de Lúcios e Comunidades Vizinhas
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CAB	Cesta de Alimentos Brasil
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CEM	Centro de Integração na Serra da Misericórdia
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPA	Comitê Popular do Alimento
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPR Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRIAAD	Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente
CSA	Companhia Siderúrgica do Atlântico
CUFA	Central Única de Favelas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CV	Comando Vermelho
DDS	Diálogo Diário de Segurança
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ESPII	Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional
FAO	Food and Agriculture Organization
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBB	Fundação Banco do Brasil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUP	Federação Única dos Petroleiros
GAC	Grupo de Amigos do Centenário
GIFE	Grupo de Institutos Fundações e Empresas
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ILO	International Labour Organization
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISP	Investimento Social Privado
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
IU	Instituto Unibanco

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e Mais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MERS-Cov	Síndrome Aguda de Coronavírus do Oriente Médio
MG	Minas Gerais
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MNU	Movimento Negro Unificado
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB	Organização dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PR	Paraná
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrático Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
SAMP	Associação Sociedade Amigos do Morro dos Prazeres
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Santaxi	Associação de Taxistas de Santa Teresa
SARS-Cov	Síndrome Aguda Respiratória Grave
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
Sindipetro-RJ	Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
SP	São Paulo
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCP	Terceiro Comando Puro

UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A pandemia de Covid-19 e os embates da sociedade em movimento.....	1
Sobre métodos e conceitos: os caminhos tortuosos de uma etnografia.....	14
CAPÍTULO I – MOVIMENTA CAXIAS E A BAIXADA FLUMINENSE	31
1.1. O alimento como porta de entrada: acessando bairros populares e favelas em Duque de Caxias.....	32
1.2. A pandemia e a campanha de doação de alimentos.....	44
1.3. Galpão Gomeia Criativo: a sede física e simbólica de um movimento social organizado.....	47
1.4. A composição heterogênea da campanha.....	51
1.4.1. Coordenação.....	56
1.4.2. Equipe contratada.....	57
1.4.3. Voluntários.....	60
1.5. Rotina de trabalho.....	61
1.6. As pessoas e os territórios de entrega: dinâmicas de exclusão e violência.....	62
1.7. Os alimentos doados, seus fornecedores e os formatos de distribuição.....	71
1.8. As fontes de financiamento.....	76
CAPÍTULO II – MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES E O MUTIRÃO CONTRA A FOME	80
2.1. Raízes do Brasil: a sede física e simbólica de um movimento social organizado.....	81
2.2. A chegada da pandemia e a campanha Mutirão Contra a Fome.....	86
2.3. Os comitês populares do alimento.....	91
2.3.1. CPA Morro dos Prazeres.....	94
2.3.2. CPA Morro dos Macacos.....	103
2.3.3. CPA Morro da Rocinha.....	105
2.3.4. CPA Guararapes.....	109
2.4. Rotina de trabalho e organização interna.....	111
2.5. Os alimentos distribuídos e as fontes de financiamento.....	112
CAPÍTULO III – ARRANJOS DE CAMPANHA: CONECTANDO PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E TERRITÓRIOS ATRAVÉS DOS ALIMENTOS	119
3.1. O assentamento Terra Prometida, o Coletivo Terra e a agroecologia.....	120
3.2. Porteira, feiras, cestas e ONGs: a diversidade de canais de comercialização.....	122
3.3. O convite ao MPA-RJ e os novos vínculos com a APROLUC.....	125
3.4. Soberania alimentar e combate à fome: sociedade civil, mercados e políticas públicas.....	128
3.5. Empresas, circuitos curtos e doação: o caso do Clube Orgânico.....	133
3.6. Movimentando a Baixada Contra o Covid: quantidade e capilaridade na construção de alianças políticas.....	135

3.7. MPA-RJ e o Mutirão Contra a Fome: qualidade e regularidade na construção da organização popular.....	139
3.8. As etapas dos arranjos e suas ramificações	141

CAPÍTULO IV – AS REDES INVISÍVEIS DE FINANCIAMENTO E OS SENTIDOS POLÍTICOS DA SOLIDARIEDADE E..... 144

4.1. Estado, mercado e sociedade civil no Brasil: uma trajetória de parcerias e lutas por autonomia.....	145
4.2. O enquadramento da fome nas campanhas de solidariedade.....	148
4.3. Movimentos sociais, sindicatos, coletivos, institutos e fundações: a grande teia de relações políticas e econômicas.....	150
4.4. Formas de solidariedade política: solidariedade de classe ou entre identidades periféricas.....	158
4.5. As redes invisíveis: conexões entre as redes de ação local e grupos financeiros nacionais.....	162
4.6. Articulações do terceiro setor: investimento social privado e os novos projetos em disputa.....	166

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 174

REFERÊNCIAS..... 182

ANEXO I. Primeiro mapa mental dos arranjos de campanha.....	200
ANEXO II. Jornal Voz da Baixada, edição núm. 1, de 9 de julho de 2020.....	201
ANEXO III. Documento de planejamento da Jornada de Luta Contra a Fome por Soberania Alimentar.....	213
ANEXO IV. Atividades pedagógicas utilizadas na roda de conversa no CPA Guararapes.....	215
ANEXO V. Relatório de atividades do Mutirão Contra a Fome (abril-dezembro/2020).....	219

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 e os embates da sociedade em movimento

Esse trabalho é o registro de um período de excepcionalidade. Nada do que foi feito no Brasil, entre abril de 2020 e os últimos meses de 2021, seguiu seu modo cotidiano ou tradicional. Os padrões de normalidade foram suspensos: nossa cultura intimista e gregária, nosso gosto pela rua e pelos encontros, nossos mais corriqueiros hábitos viram-se feridos no âmago da brasilidade. O medo corroía os alicerces profundos de nossa sociabilidade. Diante do caos inesperado e da pausa dramática no ritmo acelerado do dia a dia, as respostas pessoais e coletivas foram muito variadas, assim como as interpretações sobre tudo o que estava acontecendo.

Com esta pesquisa, pretendemos contribuir para uma maior compreensão desse período, em particular no que tange às iniciativas de pessoas, coletivos e organizações da sociedade civil no enfrentamento à insegurança alimentar e aos efeitos gerados pela pandemia. A partir de um trabalho de campo etnográfico em dois municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, acompanharemos alguns dos caminhos trilhados em busca de soluções criativas e pragmáticas para o combate à fome e para levar informações sobre a Covid-19 às populações mais vulneráveis dos grandes centros urbanos.

Diante de tamanha incerteza, pavor e sofrimento provocados pelas notícias que chegavam da pandemia em outros países, arriscar-se nas ruas era uma prova de fé: de que é possível fazer algo por outra pessoa; de que seus ideais de justiça valem tanto quanto sua vida; de que a luta pelo progresso social continua e, até mesmo, se renova diante do imponderável.

Por todo o país, inúmeras campanhas de doação de alimentos convocaram a sociedade a ser solidária, organizando-se em arranjos com os mais distintos formatos. Neste trabalho, analisaremos detalhadamente duas iniciativas dentro desse grande universo, entendendo-as como variantes de uma modalidade de ação específica: das *campanhas coordenadas por movimentos sociais organizados*.

Na tentativa de compreender em maior profundidade os elementos que caracterizam estas duas campanhas como formas de ação coletiva, será preciso levantar interrogações acerca da trajetória dessas intervenções, do papel dos alimentos nas duas iniciativas, dos arranjos sociais e organizativos construídos por cada uma delas e dos sentidos atribuídos à solidariedade promovida e defendida por seus coordenadores.

Seguindo os fluxos dos alimentos e os fluxos de dinheiro em cada um dos dois arranjos, encontraremos vínculos pessoais e institucionais por meio dos quais se construíram relações políticas e econômicas entre diferentes atores, o que nos revelou a existência de uma extensa teia de interações sociais que serviu de base para a concretização destas campanhas e que as uniu em torno de objetivos comuns.

Todavia, antes de começarmos, é preciso chamar a atenção para o fato de que as decisões tomadas por todos nós assumiram uma aceleração e um senso de pragmatismo fora do comum. Vivíamos tempos sinistros e inimagináveis em que um único passo em falso poderia selar o destino de uma pessoa ou de toda sua família. Eu perdi pessoas próximas, que estudaram comigo ou que fizeram parte de minha infância; tenho amigos que perderam pais e mães, irmãos e primos, avós e amigos. Assim como eu, todo mundo perdeu alguém. As decisões foram tomadas no calor dos acontecimentos e na incerteza das variáveis que estavam em jogo.

Em casos como esses, o papel do analista não deve ser o de julgar política ou moralmente os atos praticados ou as ideias que os conceberam, mas sim reconstruir o curso dos eventos e o mapa das interações, dando-lhes visibilidade em busca de padrões, tendências, perspectivas e contradições, ou de contribuições teóricas que estejam ao serviço de novas ações

e reflexões, assim como do trabalho futuro que será reconstruir histórica e conceitualmente a sociedade que renasceu da pandemia. Por isso, iniciaremos com uma breve recapitulação da cronologia dos eventos que tornaram essa pesquisa possível e necessária.

Em 30 de janeiro de 2020, despertamos com a notícia de que havia um novo vírus circulando ameaçadoramente pela biosfera terrestre e que seu principal hospedeiro éramos nós, seres humanos. O anúncio foi feito em todos os meios de comunicação oficiais e alternativos, alertando sobre o mais novo perigo do mundo globalizado. Não se sabia, ainda, no que a humanidade se transformaria nos próximos meses, apenas que aquela era a quinta vez em sua história que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarava estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)¹.

No entanto, para nós, do outro lado do mundo, parecia tudo muito distante, como se a existência de algo tão perigoso fosse fantasiosa e irrealizável, apenas um alarde. Até aquele momento, os casos diagnosticados estavam concentrados na China², primeiro país a relatar a existência de pacientes com sintomas similares aos de duas epidemias de coronavírus anteriores: a Síndrome Aguda Respiratória Grave (SARS-Cov), descoberta em 2002 em Guangdong, também na China; e a Síndrome Aguda de Coronavírus do Oriente Médio (MERS-Cov), descoberta em 2012, na Arábia Saudita (Zhu et al, 2020)³.

De acordo com estudo publicado por Huang et al (2020) no dia 24 de janeiro de 2020, na renomada revista científica internacional The Lancet⁴, o primeiro caso da nova doença teria sido descoberto em 1º de dezembro de 2019, em Wuhan, na província de Hubei. Porém, de acordo com denúncias de organizações de direitos humanos e de veículos da mídia internacional, as autoridades chinesas teriam evitado alardes num primeiro momento, inclusive desqualificando avisos de médicos chineses sobre uma nova e misteriosa “pneumonia viral”, sob o argumento de estarem “espalhando rumores falsos”⁵. A luta contra o vírus tornou-se, também, desde o início, uma batalha de narrativas cujo principal campo de combate foi a internet.

No dia 31 de dezembro, a OMS teve acesso a documentos da Comissão de Saúde do Município de Wuhan, que tratavam de diversos eventos de contágio coletivo em hospitais da província. Uma vez que as autoridades chinesas confirmaram os casos ainda sem explicação, a OMS deu o primeiro alerta mundial utilizando sua conta no Twitter⁶. Somente no dia seguinte, em 5 de janeiro, saíram as primeiras informações detalhadas sobre a nova síndrome respiratória⁷.

Quatro dias depois, em 9 de janeiro de 2020, foi registrada a primeira morte pela doença que ficaria conhecida pelo nome de Covid-19 (2019-nCov): um senhor de 61 anos de idade na

¹ Os quatro casos anteriores foram: zika vírus, H1N1, poliomielite e ebola. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/01/oms-declara-emergencia-de-saude-publica-internacional-para-novo-coronavirus>. Acesso em: 01 ago. 2021.

² Segundo a reportagem citada, em 30 de janeiro havia 7.818 casos confirmados no mundo, sendo 7.736 na China (com 170 óbitos). Em outros países, havia 82 casos confirmados, até então nenhum no Brasil.

³ Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/10.1056/NEJMoa2001017>. Acesso em: 01 ago. 2021.

⁴ Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30183-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30183-5/fulltext). Acesso em: 01 ago. 2021.

⁵ Diversos portais de notícia internacional divulgaram estas informações, ainda sem comprovação. Ver por exemplo: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-51403795>; <https://www.washingtonpost.com/world/2020/02/04/chinese-doctor-has-coronavirus/>. Acesso em: 01 ago. 2021. Segundo a Embaixada da China no Brasil, as primeiras informações sobre o vírus teriam sido relatadas às autoridades competentes apenas em 27 de dezembro de 2019. Ver: <http://br.china-embassy.org/por/sghds/t1774809.htm>. Acesso em: 01 ago. 2021.

⁶ Disponível em: <https://twitter.com/WHO/status/1213523866703814656?s=20>. Acesso em: 01 ago. 2021.

⁷ Para uma linha do tempo da atuação da OMS, ver o site oficial da organização: <https://www.who.int/news/item/29-06-2020-covidtimeline>. Acesso em: 01 ago. 2021.

cidade de Wuhan⁸. Este caso foi anunciado publicamente em 11 de janeiro, mesmo dia em que o vírus teve pela primeira vez seu genoma sequenciado por cientistas chineses. Com isso, os laboratórios farmacêuticos puderam iniciar a produção de testes RT-PCR capazes de identificar a presença do novo coronavírus nos pacientes.

Para quem lê esse texto agora, pode parecer estranho, mas até aquele momento não havia ainda confirmação de que o vírus fosse transmissível entre humanos. Apenas que sua possível origem seria um mercado de animais marinhos e silvestres em Wuhan, onde se vendiam morcegos e pangolins — os dois mais prováveis transmissores aos seres humanos — e onde trabalhariam vários dos 41 primeiros pacientes diagnosticados⁹.

Em 13 de janeiro, as autoridades tailandesas confirmaram o primeiro caso de Covid-19 fora da China. A partir de então, vivenciaríamos uma escalada sem precedentes desde a Gripe Espanhola: em poucos dias, o vírus já era detectado no Japão, Coreia do Sul, Arábia Saudita, Vietnã, Singapura e Estados Unidos. Com a multiplicação dos casos entre pessoas que não haviam jamais pisado no mercado de animais, já se tinha certeza do contágio entre humanos e de sua rara velocidade, o que o tornava ainda mais perigoso¹⁰.

Ao chegar no continente europeu, a Covid-19 se disseminou rapidamente e aumentou sua taxa de letalidade em meio à população mais envelhecida. No dia 21 de fevereiro de 2020, quando iniciávamos as festas do carnaval brasileiro, recebemos a notícia da primeira morte na Itália por contágio local¹¹. Ignoramos o caos por alguns dias, inebriados pelo álcool e pela purpurina, até que na ressaca de carnaval descobrimos que a doença avançava a passos largos e já havia desembarcado em solo nacional.

Ironicamente, foi na quarta-feira de cinzas, 26 de fevereiro de 2020, que o primeiro caso de infecção foi confirmado no país¹². Um homem de 61 anos de idade, recém-chegado da Itália, deu entrada no Hospital Albert Einstein, muito frequentado pela elite paulistana.

Era o primeiro caso oficial em toda a América do Sul, mas até ali ainda não se levava a doença muito a sério. Piadas inundavam as redes sociais e arrancavam risadas através de vídeos, *gifs* e *memes*, em que se dizia, entre outros lugares-comuns da gramática popular, que os brasileiros não sofreriam nada por viverem num país tropical — afinal, ‘vírus não se cria nesse calor dos infernos’¹³ — ou por conta de nosso imbatível sistema imunológico, ‘desde crianças nadando no esgoto’.

Talvez o caso mais exemplar seja o vídeo do *rapper* Mc Raybam, gravado ainda no início de abril no camelódromo popular do Saara, no centro da cidade do Rio de Janeiro, que ‘viralizou’ pelos grupos de Whatsapp e pelas ‘redes sociais’¹⁴:

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/11/china-tem-1a-morte-por-misteriosa-pneumonia-viral.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2021.

⁹ Disponível em: <https://www.cidrap.umn.edu/news-perspective/2020/01/china-releases-genetic-data-new-coronavirus-now-deadly>. Acesso em: 01 ago. 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://pebmed.com.br/coronavirus-apos-confirmacao-de-transmissao-humana-virus-e-identificado-nos-eua/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/21/italia-confirma-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2021.

¹² Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 01 ago. 2021.

¹³ Toda vez que utilizarmos aspas simples, estaremos nos referindo a expressões do senso comum ou da linguagem popular.

¹⁴ Disponível em: <https://fb.watch/76ZnDY33K/>. Publicado em: 03 abr. 2020. Acesso em: 01 ago. 2021

Bactéria filha da puta
Microbio do caralho
Empatou a minha foda
E atrasou os trabalho
Mas o Brasil tá unido
E decidi o seguinte
Não tem mole
Pra Covid-19 nem 20

Eu não sei como começou
Nem quando vai terminar
Não sei nem quem foi que
Trouxe essa porra pra cá
Conspiração diabólica
Pra testar nossa fé
Mas não vai passar batido
Deus tá vendo qual é
Já vencemos outras batalhas
Não vai ser uma doença
Que vai prender nosso povo
E decretar uma sentença

Mc Rayban

Do primeiro ao último verso em ‘bom carioquês’, fica claro o enorme desconhecimento que se tinha da doença até então. O excesso de informações vindas de fontes variadas, muitas delas sem respaldo na realidade ou em pesquisas científicas, demonstram como a democratização da mídia promovida pela popularização da internet tem seu preço a pagar em momentos que exigem unidade nas ações.

Foi somente com o aumento vertiginoso de casos na Itália que começamos a entender a gravidade da situação. No dia 11 de março, a OMS enfim confirmou que a epidemia havia se convertido em uma pandemia devido a sua enorme dispersão geográfica: já se registravam mais de 118 mil casos em 114 países diferentes¹⁵.

No dia 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde, à época ainda chefiado por Luiz Henrique Mandetta¹⁶, por meio da Portaria nº 454 havia declarado estado de transmissão comunitária em todo o país¹⁷, determinando, ainda, que todas as pessoas com sintomas respiratórios deveriam permanecer isoladas em suas casas por pelo menos 14 dias.

No dia seguinte, exatamente um mês após o início do carnaval, a Itália havia se tornado o epicentro da crise e registrava quase 800 mortes em um único dia¹⁸. O que antes parecia pequeno, irrisório, até mesmo anedótico, começava a se alastrar como uma peste. E, tendo em

¹⁵ No site da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) é possível ler na íntegra o anúncio feito por Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. Ver: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 01 ago. 2021.

¹⁶ O Ministro era deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um dos maiores e mais antigos partidos políticos brasileiros. Ainda com o nome anterior de PMDB, o partido assumiu o governo federal entre 2016 e 2018 após o impeachment de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁷ Diário Oficial da União. Ministério da Saúde. Portaria nº 454 de 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em: 01 ago. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://istoe.com.br/italia-tem-recorde-de-quase-800-mortes-em-um-unico-dia/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

vista a precariedade da infraestrutura de nosso sistema de saúde pública — que apesar de sua enorme abrangência e capacidade de seus profissionais, já era conhecido pela falta de leitos nos hospitais e por seus altos níveis de insalubridade —, o descaso inicial progressivamente foi se convertendo em pavor.

Até aquele momento, não havia qualquer tipo de tratamento médico conhecido para a Covid-19, assim como era muito baixa a oferta de leitos hospitalares equipados com ventiladores mecânicos ou com profissionais qualificados para lidar com os casos mais graves da doença.

Diante da falta de alternativas, a única solução conhecida era a prevenção através de medidas de distanciamento físico (ou social, como ficou mais conhecido), seja na utilização de máscaras de proteção facial em locais públicos — prática comum em diversos países asiáticos que guardam a memória coletiva de epidemias recorrentes —, seja através de ações mais drásticas como o fechamento de prédios públicos e estabelecimentos comerciais, de modo a limitar a circulação de pessoas pelas cidades.

Foi nessa mesma semana que registramos as primeiras mortes em território nacional. Inicialmente, acreditava-se que o primeiro óbito teria ocorrido em 16 de março, vitimando um homem de 62 anos de idade na cidade de São Paulo¹⁹. Contudo, três meses depois o Ministério da Saúde comunicou que antes dele haviam morrido outras duas pessoas — o que teria sido confirmado por exames médicos posteriores —, sendo a primeira no dia 12 de março²⁰: uma mulher de 57 anos de idade que estava internada no Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio, também na cidade de São Paulo.

No Rio de Janeiro, a primeira morte foi um caso emblemático para um país conhecido por sua abissal desigualdade social²¹. No dia 19 de março, uma paciente de 63 anos de idade faleceu no Hospital Municipal Luiz Gonzaga, no município de Miguel Pereira. Empregada doméstica, trabalhava quatro dias por semana na casa de sua ‘patroa’²² no Leblon, ‘bairro nobre’ da capital do estado. Esta havia passado o carnaval na Itália e, por isso, realizava quarentena voluntária em sua casa, isolada do restante da família; com exceção da empregada, que não foi avisada e, dessa forma, contraiu o vírus²³.

Esses detalhes se tornaram públicos e deram origem a um intenso debate nas redes sociais e portais de notícias, envolvendo inclusive pesquisadores e abrindo uma das primeiras disputas de narrativa entre as diversas interpretações da pandemia. Enquanto uma parte da sociedade dizia que estávamos enfrentando um “vírus democrático”, pois atacava as pessoas independentemente de sua classe, raça, gênero ou religião — inclusive atingindo primeiro os países ricos e as pessoas das classes média e alta que retornavam de viagens ao exterior —, a cruel realidade social brasileira tratava de jogar por terra esses argumentos.

Rapidamente, construiu-se uma outra narrativa de que as pessoas pobres, negras e, entre elas, as mulheres, seriam as mais afetadas pela pandemia devido a um conjunto de fatores: eram maioria em empregos na área de saúde e nos serviços domésticos, correndo demasiados riscos em seus ambientes de trabalho ou no transporte coletivo; eram maioria também entre os trabalhadores informais, que não estavam protegidos pelo sistema de seguridade social e,

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/17/estado-de-sp-tem-o-primeiro-caso-de-morte-provocado-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 01 ago. 2021.

²⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>. Acesso em: 01 ago. 2021.

²¹ Em sua premiada tese de doutorado sobre a história da desigualdade social no Brasil, Pedro Souza (2016b) demonstra que, mesmo nos anos de crescimento econômico com distribuição de renda dos governos Lula da Silva, a concentração de renda permaneceu estável no topo da pirâmide econômica.

²² Termo utilizado correntemente no Brasil para designar a pessoa empregadora de um modo geral, mas que ganha sentido mais profundo no vocabulário das empregadas domésticas, já que trabalham na casa da empregadora.

²³ Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

portanto, dependiam unicamente de seu trabalho para sobreviver²⁴; assim como tinham maiores dificuldades no acesso à informação e aos serviços básicos de saúde e prevenção.

O acesso diferencial à saúde é representativo desse abismo social. Em 2018, estudo realizado pela SPC Brasil e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) revelou que 69,7% dos brasileiros não possuíam plano de saúde particular (classes C, D e E), dependendo unicamente da saúde pública ou de desembolsos pessoais para atendimentos médicos. Além disso, a maioria dos 1500 entrevistados afirmou não ter qualquer reserva financeira para casos de emergência médica²⁵.

Segundo relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020a) baseado na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)²⁶ 2017-2018 (portanto, anterior à pandemia), 64,4% dos brasileiros viviam em lares em que ninguém tinha plano de saúde particular. Entre eles, 41,3% pertenciam a famílias chefiadas por pessoas pretas ou pardas, enquanto apenas 22,4% tinham como referência uma pessoa branca, o que aponta para a existência concomitante de desigualdade racial no acesso à saúde.

Mas a chegada da pandemia não teria impactos severos apenas no sistema de saúde. Um dos maiores temores coletivos dizia respeito ao desemprego gerado pelas restrições à circulação e pelos impactos econômicos que ela acarretaria²⁷. Se olharmos para o caso emblemático relatado, vemos que as empregadas domésticas são um forte exemplo das condições adversas enfrentadas por grande parte da população mais pobre²⁸.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad Contínua) do IBGE, sistematizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número total de pessoas ocupadas no Brasil passou de 94,5 milhões, no 4º trimestre de 2019, para 86,2 milhões, no 4º trimestre de 2020. No mesmo período, o número de trabalhadores domésticos empregados também sofreu redução de 6,4 milhões para 4,9 milhões de pessoas. Destes, 4,5 milhões eram mulheres (92%), das quais 3 milhões eram negras (65%)²⁹.

Para esses profissionais, assim como para grande parte dos trabalhadores informais — principalmente aqueles cujos serviços não foram considerados “essenciais” pelos governos —, o desemprego sempre esteve à porta como uma possibilidade. Em junho de 2021, portanto mais de um ano depois dos primeiros casos de Covid-19, um relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ILO, 2021³⁰) anunciou que 25% das empregadas domésticas brasileiras foram demitidas durante a pandemia. Mesmo as que tiveram seus empregos mantidos, receberam um corte médio de 34% nos pagamentos, embora tenham percebido um aumento de 43% nas horas trabalhadas.

²⁴ Um exemplo deste argumento é o artigo de opinião de Diniz e Carino (2020), no portal do El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-21/patroas-empregadas-e-coronavirus.html>. Acesso em: 01 ago. 2021. Uma visão semelhante pode ser encontrada no portal da Oxfam Brasil: <https://www.oxfam.org.br/noticias/primeiro-caso-de-morte-por-covid-19-no-rio-e-o-retrato-da-vulnerabilidade-das-mulheres-na-pandemia/>. Acesso em: 01 ago. 2021. Outro exemplo publicado por Abrahão (2020), acessível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/04/01/um-virus-democratico-que-evidencia-a-fragilidade-da-democracia/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

²⁵ Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/4210>. Acesso em: 01 ago. 2021.

²⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/11/25/644-dos-brasileiros-vivem-em-familias-em-que-ninguem-tem-plano-de-saude.htm>. Acesso em: 01 ago. 2021.

²⁷ Para um compilado de estudos sobre os impactos sociais da pandemia, ver Matta et al (2021).

²⁸ Além de representativo em termos estatísticos, grande parte de nossas interlocutoras, seja nos territórios de entrega dos alimentos, seja entre as pessoas que contribuíram como contratadas ou voluntárias nas duas campanhas, são ou já foram empregadas domésticas.

²⁹ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

³⁰ ILO, no original em inglês: *International Labour Organization*.

As condições de trabalho são um marco estrutural da desigualdade social no país. Em 2019, 41,6% da população economicamente ativa trabalhava na informalidade, o que equivalia a 39,3 milhões de pessoas (IBGE, 2020b)³¹. Destas, 47,4% eram pretas ou pardas, enquanto 34,5% eram brancas. A maioria não tinha ensino fundamental completo e, entre todas as categorias, a que tinha maior taxa de informalidade era justamente a de serviços domésticos (72,5%). Em segundo lugar, estavam os trabalhadores ligados ao setor agropecuário (67,2%) — entre os quais, muitos pequenos agricultores —, e em terceiro estavam os trabalhadores no ramo da construção (64,5%), profissão também muito comum entre moradores de favelas e periferias Brasil adentro.

Segundo o mesmo estudo, entre as pessoas ocupadas, o rendimento dos homens era, em média, 12,7% maior que o das mulheres, assim como a população branca ganhava em média 69,3% a mais do que a preta ou parda. Essa desigualdade racial era evidente também no seio da população desocupada: enquanto 13,2% de pretos e pardos não tinham qualquer trabalho, entre a população branca a taxa de pessoas desocupadas era de 9,2%.

Estes dados são largamente representativos da realidade brasileira, uma vez que somos o segundo país no mundo em números absolutos de empregadas domésticas, atrás apenas da China e seu mais de um bilhão de habitantes³². Ainda mais se consideramos que, por aqui, os recortes de raça e de gênero são geralmente sobrepostos aos de renda e de classe social, herdeiros que somos de uma cultura escravocrata e patriarcal, que nega aos grupos sociais subalternos qualquer dignidade ou proteção social.

Além disso, em grandes capitais como o Rio de Janeiro, a maioria das trabalhadoras domésticas moram em favelas ou bairros populares (independente dos nomes pelos quais são conhecidos), em geral com difícil acesso a serviços básicos de saúde, transporte público e informação. Em muitos domicílios, não há água encanada ou tratamento de esgoto, tampouco espaço suficiente para que as famílias possam se isolar com segurança, de modo que as recomendações de higiene pessoal pareçam irrealistas para muitos brasileiros e brasileiras.

Todos esses dados refletiam, ainda, os altos níveis de pobreza que o país tem enfrentado no período histórico recente. De acordo com estudo publicado pelo IBGE (2020b), entre 2018 e 2019 o índice de pobreza (renda domiciliar *per capita* de até R\$ 178,00) caiu de 25,3% para 24,7%, considerando o percentual de pessoas pobres sobre o total da população, sendo que o índice de extrema pobreza (renda domiciliar *per capita* de até R\$ 89,00) se mantinha no mesmo nível, de 6,5%. Entretanto, se consideramos a série histórica desde 2012, registra-se um incremento de 13,5% da extrema pobreza em apenas sete anos. Dentre essas pessoas, encontravam-se quase 40% das mulheres pretas ou pardas brasileiras.

Esse era o quadro geral da população brasileira na chegada da pandemia, sendo importante, além disso, considerar as diferenças entre as regiões, entre os meios rural e urbano, e mesmo dentro das grandes cidades. Se os dados estatísticos não eram conhecidos pela maioria das pessoas, há tempos que nós, brasileiros e brasileiras, nutrimos uma autoimagem de uma sociedade extremamente desigual, em que a pobreza e a fome coexistem com o mundo de luxos e prazeres das elites (cada vez mais visível nos canais de televisão e nos aplicativos de celular), ao mesmo tempo em que o Estado parece pouco fazer para alterar esta sina, quase naturalizada, como se se tratasse de um destino imposto por Deus.

³¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>. Publicado em: 12 nov. 2020. Acesso em: 22 dez. 2021.

³² Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_802551.pdf; Acesso em: 01 ago. 2021. <https://economia.ig.com.br/2021-06-15/empregadas-domesticas-pandemia.html>

Além disso, em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, era visível nos últimos anos o aumento do desemprego e o crescimento desenfreado da população de rua, caçando comida nas lixeiras e pedindo trocados nas calçadas, gerando pânico com pequenos assaltos na rua ou sendo vítima de racismo e ódio após furtos em supermercados. O preço dos alimentos não parava de crescer e a fome voltava à mesa de forma avassaladora, sem perspectivas de melhora em meio à crise econômica que nos assolava.

A chegada da pandemia de Covid-19 prometia aprofundar ainda mais esses problemas, provocando uma convulsão social nunca antes vivida. Tentando evitar o pior, milhares de pessoas, coletivos informais, organizações não governamentais (ONGs) e organizações sociais de todo tipo mobilizaram-se em torno de campanhas para distribuição de alimentos, materiais de higiene pessoal e outros itens de necessidade básica, a pessoas em situação de maior vulnerabilidade social³³. Por meio de uma miscelânea de iniciativas com formatos organizativos e dinâmicas territoriais diferentes, as pessoas engajadas nessas ações enfrentaram o medo que tinham da morte, transformando o combate à fome num grande movimento social.

Simultaneamente, uma grande batalha de ideias era travada na internet, assim como dentro das instituições públicas e privadas de todo o país. Cada indivíduo, organização e coletivo produzia suas próprias interpretações sobre a pandemia, que eram publicizadas nas ‘redes’, compartilhando também opiniões de terceiros com as quais concordavam e denunciando as visões das quais discordavam. Envolviam-se, assim, na intensa disputa de narrativas sobre a pandemia, seus efeitos socioeconômicos e as soluções possíveis para superá-los.

O conjunto das mobilizações foi bastante criativo e heterogêneo em termos tanto materiais quanto simbólicos, tendo em vista o caráter urgente e inédito da situação, a diversidade de valores morais e princípios políticos compartilhados por seus coordenadores e demais participantes, a densidade das redes interpessoais e interinstitucionais por eles acessadas e a disponibilidade desigual de recursos entre os agentes e as regiões.

Estes fatores somavam-se, ainda, ao contexto de profunda polarização política que o país atravessava desde 2014, com a ‘apertada’ vitória eleitoral de Dilma Rousseff e a postura golpista de parte da oposição institucional, além da emergência de novos movimentos sociais de direita que passaram a ocupar as ruas, resultando na abertura do processo de *impeachment* e na destituição da presidenta em 31 de agosto de 2016.

A instabilidade política ganhou contornos dramáticos após a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), do mesmo partido de Dilma e, até então, o favorito nas pesquisas eleitorais para assumir pela terceira vez o cargo de Presidente da República. Em seguida, a subversão do cenário político culminaria na eleição do capitão reformado do Exército e defensor de pautas conservadoras, Jair Messias Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal (PSL) em novembro de 2018.

Em um momento ímpar em nossa história, em que velhos amigos e familiares romperam relações afetivas em função de suas preferências e opiniões políticas — e em que o conflito entre diferentes posições no espectro partidário dava sinais de caminhar para o enfrentamento aberto (inclusive físico) —, a pandemia não foi encarada apenas como uma nova doença ou uma crise sanitária.

Diante da tensão social e do caos institucional pré-existentes, ela foi alçada às arenas públicas como um enorme problema social, que exigia resposta imediata de todas as partes atingidas (CEFAI, 2017), dando início a um longo processo político em que emergiram ações (práticas e simbólicas) diversas, em grande medida conectadas a toda uma série de

³³ Para uma interessante discussão sobre os usos dos conceitos de vulnerabilidade e grupos de risco durante a pandemia, ver Moreno e Matta (2021).

enquadramentos e narrativas que se confrontavam em função das explicações para as causas e possíveis soluções para a pobreza, o desemprego e a fome (ABERS; VON BÜLOW, 2020).

De um lado, estavam os defensores das medidas de distanciamento social, do fechamento de estabelecimentos públicos e privados e da interrupção das atividades que não fossem essenciais para a nossa sobrevivência. Ações emergenciais que deveriam ser necessariamente acompanhadas por políticas econômicas de preservação do emprego, de suspensão das tarifas de luz, água, esgoto e aluguel, além do incentivo às micro e pequenas empresas e aos trabalhadores informais.

O símbolo máximo desse posicionamento foi a defesa de uma renda básica emergencial que garantisse às famílias um sustento enquanto durasse a pandemia. De fato, este foi um dos primeiros campos da batalha travada, inicialmente, por pressão de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais organizados³⁴, até que um projeto de lei foi pautado no Congresso Nacional prevendo o pagamento de R\$ 300,00 mensais às famílias mais vulneráveis³⁵. Após rodadas de negociação, o Congresso aumentou o valor do Auxílio Emergencial para R\$ 500,00, mas o Governo Federal o aprovou com o valor final de R\$ 600,00³⁶, colhendo os créditos políticos pela iniciativa após ter feito proposta inicial para distribuir apenas R\$ 200,00 por pessoa.

No entanto, no momento de operacionalizar a decisão, o governo exigiu que todos os potenciais beneficiários se cadastrassem em um aplicativo de celular e criassem uma conta bancária virtual para receber os depósitos. Num país em que 26% da população não tinha acesso à internet (CGI, 2020), criava-se um obstáculo para que as pessoas mais pobres, quilombolas, indígenas e rurais acessassem o recurso — justamente o público-alvo prioritário do Auxílio. Com isso, a garantia do direito a essas pessoas se transformou em mais uma frente de mobilização social³⁷.

Amparados em estudos científicos, os defensores do distanciamento social argumentavam que a interrupção das atividades econômicas reduziria a curva ascendente de casos de Covid-19, dando mais fôlego para o sistema de saúde ampliar sua capacidade de atendimento (AQUINO et al, 2020; SILVA et al, 2020). Assim, poderíamos evitar um colapso parecido ao de países como a Itália, ganhando tempo até que saíssem as primeiras vacinas (embora esta ainda parecesse uma realidade muito distante nos primeiros meses de 2020). A nosso favor estaria a cronologia da pandemia, que chegava ao Brasil já com os conhecimentos acumulados em função de sua passagem pela Ásia e Europa.

De outro lado, estavam as pessoas que negavam as teses de distanciamento social, defendendo a manutenção das atividades econômicas. Seu argumento era de que em função das restrições à circulação de pessoas e ao funcionamento dos diferentes serviços e linhas de produção, as famílias perderiam suas rendas, o que poderia levar a uma crise econômica ainda mais profunda e ao tão temido colapso social. Logo, surgiram também estudos científicos a respeito da tese da imunidade de rebanho ou imunidade coletiva (LACERDA, 2020; BUSS et

³⁴ Estes dois conceitos são centrais em nosso trabalho, assim como a distinção entre eles. Faremos, mais adiante, uma discussão aprofundada dos sentidos associados à sua utilização ao longo desta dissertação.

³⁵ Projeto de Lei nº 1.066 de 2020, proposto pelo deputado federal Eduardo Barbosa (PSDB/MG). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141270>. Acesso em: 02 ago. 2021.

³⁶ Instituído pelo Decreto Federal nº 10.316 de 7 de abril de 2020, que distribuiria, por um período determinado, entre 600 e 1200 reais mensais para mais de 60 milhões de pessoas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.316%2C%20DE%207.coronav%C3%A9%20\(covid%2D19\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.316%2C%20DE%207.coronav%C3%A9%20(covid%2D19)). Acesso em: 02 ago. 2021.

³⁷ Um exemplo é a campanha criada pela ONG Criola, no Rio de Janeiro, para o cadastramento de famílias negras e periféricas no Auxílio Emergencial. Disponível em: <https://criola.org.br/a-hora-e-agora/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

al, 2020)³⁸, em que um percentual determinado de pessoas infectadas seria suficiente para que o vírus deixasse de circular na sociedade. Para tanto, seria necessário que as pessoas continuassem ativas e se contagiando³⁹.

Nessa mesma direção, circularam informações sobre estudos clínicos que comprovariam o potencial terapêutico de medicamentos como a cloroquina e a hidroxicloroquina, que geraram grandes controvérsias no debate internacional e cujos efeitos positivos até hoje não são reconhecidos pela maior parte da comunidade científica⁴⁰. Mesmo assim, no Brasil estes medicamentos foram adotados como política pública, sendo produzidos em larga escala por laboratórios do Exército, enquanto o Presidente da República fazia propaganda deles em suas *lives* semanais⁴¹.

O posicionamento do Executivo Federal ficou explícito com a demissão do Ministro da Saúde, Luiz Mandetta, em 16 de abril de 2020⁴² (e que, como sinal dos novos tempos, também foi anunciada pelo Twitter). Apesar de sua trajetória política em favor dos planos de saúde particulares⁴³, em vários momentos atuando contra os interesses dos usuários e servidores do Sistema Único de Saúde (SUS), era naquele momento o único membro do governo federal a assumir a responsabilidade política diante da crise, tentando costurar uma articulação para o combate à pandemia a nível nacional.

A partir de então, a população passou a acompanhar estarecida o presidente e seus ministros negando a pandemia e debochando das mortes em rede nacional, negando-se a usar máscaras de proteção facial e travando sistematicamente as tratativas de contratos para o financiamento e compra de vacinas — fato que ficou comprovado durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal sobre a Covid-19, inaugurada em 27 de abril de 2021⁴⁴.

Entre os apoiadores do governo ou de suas teses, muitos acreditavam que a pandemia era uma invenção da “grande mídia” ou que se tratava de uma simples “gripezinha” que logo passaria (como o próprio presidente afirmou em diversas oportunidades). Surgiram inúmeras ‘teorias da conspiração’ que diziam, por exemplo, que o vírus teria sido criado dentro de um laboratório chinês ou que os prefeitos brasileiros ganhavam um bônus financeiro por cada morte computada no sistema de seus municípios, ou ainda que dentro das vacinas seriam implantados

³⁸ Uma análise do artigo de Buss et al (2020) foi publicada no portal da FAPESP. Ver: <https://agencia.fapesp.br/com-66-da-populacao-infectada-manaus-pode-ter-atingido-a-imunidade-de-rebanho/34183/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

³⁹ Um caso muito utilizado por seus defensores no Brasil foi o da Suécia, que optou por adotar o isolamento vertical como forma de prevenção, acreditando na tese da imunidade de rebanho. Ver: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/04/13/modelo-de-isolamento-da-suecia-contra-covid-19-nao-deve-ser-seguido-pelo-brasil-opina-cientista-sueco.htm>. Acesso em: 02 ago. 2021. Meses depois, o próprio governo sueco admitiu o erro, após o país apresentar o maior número de casos e mortes em toda sua região: <https://veja.abril.com.br/mundo/coronavirus-suecia-admite-que-deveria-ter-adotado-medidas-mais-duras/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

⁴⁰ Em matéria no portal *online* da Revista Piauí, Jaqueline Sordi (2020) faz uma excelente discussão sobre esse debate no meio científico. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/06/10/lupa-na-ciencia-cloroquina-lancet/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

⁴¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/05/25/exercito-multiplica-producao-de-cloroquina-por-12-vezes-em-2020>. Acesso em: 02 ago. 2021.

⁴² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-16/mandetta-e-demitido-por-bolsonaro.html>. Acesso em: 02 ago. 2021.

⁴³ O ex-ministro já ocupou cargo executivo em plano de saúde, além de ser um histórico defensor das pautas desse setor no Congresso Nacional. Ex: <https://outraspalavras.net/outrasaude/a-unimed-bate-a-porta-do-ministro/>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/imagem-tecnica-de-mandetta-nao-condiz-com-seu-passado-politico.shtml>. Acesso em: 02 ago. 2021.

⁴⁴ O relatório final foi publicado em 26 de outubro de 2021. Sua tramitação e o texto completo podem ser acessados no *site* do Senado Federal: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 06 abr. 2022.

chips programados para espionar e controlar as vidas de cada um de nós (como se os celulares já não fizessem isso).

Nessa disputa entre distintas propostas políticas de enfrentamento à pandemia, ambos os lados procuraram fundamentar seus pontos de vista em estudos científicos, em exemplos de outros países e, muitas vezes, em notícias falsas veiculadas na internet. Da mesma forma, tentavam convencer multidões de pessoas ainda sem posicionamento definido, transformando o debate público numa grande arena de disputa política.

Apesar da grande polarização observada, ao menos em seus discursos pareciam todos compartilhar de uma preocupação comum: o crescimento da fome entre as famílias mais pobres. Embora por motivos divergentes — e propondo soluções variadas —, pode-se dizer que esse foi o *master frame* (SNOW; BENDFORD, 1992)⁴⁵ que serviu para organizar mobilizações sociais em todo o país ao longo de 2020.

Porém, as ações políticas contraditórias não ficaram restritas à batalha de ideias no plano discursivo. Adeptos da reabertura econômica, milhares de manifestantes saíam às ruas vestindo verde e amarelo para apoiar o Presidente da República e reivindicar a proibição de medidas de distanciamento social por parte de governos estaduais e municipais⁴⁶, entendendo que elas seriam as verdadeiras causadoras da fome.

Em direção contrária, diversos agentes da sociedade civil organizada articulavam-se na construção de campanhas para doação de alimentos e materiais de higiene pessoal em bairros populares, favelas, ocupações urbanas e comunidades rurais — isto é, nas diversas periferias do Brasil. Com isso, pretendiam retardar os impactos econômicos sobre as famílias mais vulneráveis, estimulando-as a ficarem em casa, ao mesmo tempo em que utilizavam o momento da doação para divulgar as recomendações sanitárias que o governo insistia em negar.

Esse segundo grupo era composto por uma diversidade de indivíduos e coletivos: associações de bairro, comunitárias ou religiosas; ONGs e fundações privadas; empresas e instituições financeiras; além de sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais organizados. Em parceria ou não com governos locais e instituições públicas, construíram estratégias para arrecadação de recursos nos moldes de campanhas anteriores de combate à fome, ao mesmo tempo em que se adaptavam, em termos operacionais, às novas exigências de cuidados sanitários.

A teia de vínculos políticos e econômicos que alinhou esses diversos agentes não é fácil de enxergar à primeira vista, demonstrando como as fronteiras entre o Estado, o mercado e a sociedade civil são muito tênues, difíceis de definir. É essa a tarefa que nos propomos nessa dissertação, selecionando duas campanhas de doação de alimentos como estudos de caso, pequenos fragmentos que nos ajudem a apreender esta realidade tão complexa e, talvez, identificar algumas tendências possíveis para os próximos anos.

Em comum, as duas iniciativas mobilizaram pessoas e recursos com o objetivo de distribuir alimentos em territórios periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que disputavam as verdadeiras causas da pandemia e os sentidos políticos da solidariedade através de narrativas divulgadas tanto nos locais de entrega dos alimentos quanto por meio da internet.

⁴⁵ O termo *frame* é comumente traduzido por “enquadramento”, significando as interpretações cognitivas de agentes e movimentos sociais que, por meio delas, selecionam, condensam e simplificam elementos do contexto social de modo a construir uma narrativa que justifique sua atuação na sociedade. Voltaremos ao conceito mais adiante.

⁴⁶ No dia 8 de abril, o Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), assegurou aos governos estaduais e municipais a competência para implementar ou não medidas restritivas de distanciamento social. A decisão foi tomada em resposta à ADPF 672, proposta pelo Conselho Federal da Organização dos Advogados do Brasil (OAB) contra os atos omissivos e comissivos do Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441075&ori=1>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Sob o nosso ponto de vista, o principal elemento diferenciador dessas duas campanhas em relação à maioria das iniciativas desenvolvidas em todo o país⁴⁷, é o fato de terem sido coordenadas por *movimentos sociais organizados* que, por suas características próprias, transformaram a doação de alimentos em estratégia para construir novos vínculos e divulgar suas pautas políticas específicas. Por esse motivo, analisaremos os dois eventos como *campanhas de movimentos sociais*, buscando os pontos em comum, as conexões e as diferenças em termos de arranjos e estratégias, assim como os elementos concretos e simbólicos que contribuíram para a elaboração de diferentes enquadramentos políticos sobre a solidariedade.

A primeira campanha, intitulada *Movimentando a Baixada Contra o Covid*, foi coordenada pelo Movimenta Caxias, uma articulação entre jovens moradores das periferias urbanas de Duque de Caxias/RJ, município mais populoso da Baixada Fluminense. Entre suas pautas e formas de atuação política, figuram protestos e reivindicações ao Estado nas áreas de transporte, educação e segurança pública, além de temas relativos aos movimentos negros, feministas, estudantis e de juventude periférica, entre outros.

Por meio de redes de contatos interpessoais, distribuíram milhares de cestas básicas compradas em supermercados atacadistas, além de alimentos orgânicos fornecidos pela empresa Clube Orgânico e alimentos agroecológicos fornecidos pelo Coletivo Terra, uma associação de pequenos agricultores residentes do assentamento Terra Prometida, na divisa entre Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Através de financiamento do Instituto Unibanco⁴⁸, fundo patrimonial vinculado ao Conglomerado Itaú Unibanco, a coordenação da campanha construiu um arranjo capaz de acessar 14 municípios do estado do Rio de Janeiro, entre abril e julho de 2020, articulando os diversos territórios através de pessoas e organizações locais. Para tanto, foram contratados motoristas, carregadores e pessoal para a limpeza do Galpão Gomeia Criativo, sede do Movimenta Caxias e de outros coletivos, onde foram armazenados os alimentos a serem distribuídos.

A segunda campanha foi coordenada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), organização camponesa⁴⁹ de caráter nacional, cuja atuação no estado do Rio de Janeiro tem sido dedicada especialmente à construção de circuitos de comercialização na capital. Por meio de feiras e cestas por encomenda organizadas a partir do espaço Raízes do Brasil, sede da organização no centro da cidade, o MPA-RJ escolhe os alimentos produzidos por famílias, associações e cooperativas de pequenos agricultores⁵⁰ locais e de outros estados, ao mesmo

⁴⁷ Enquanto escrevíamos, diversos estudos foram publicados com mapeamentos provisórios das ações coletivas de combate à pandemia em todo o país. Este não é nosso objetivo, mas aqui listamos alguns: Abers; Von Bülow (2020); Andion (2020); Fleury; Menezes; Magalhães (2021); Menezes; Magalhães; Silva (2021); Penna et al. (2020).

⁴⁸ Entidade financeira ligada ao conglomerado Itaú-Unibanco. Criada em 1982 sob a pessoa jurídica de fundação privada, atua por meio de fundos patrimoniais (*endowments*) direcionados a projetos sociais de gestão educacional. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/sobre-nos/>. Acesso em: 07 ago. 2021.

⁴⁹ Dentro do campo da Sociologia Rural, existe um amplo debate a respeito dos conceitos de campesinato e agricultura familiar, em que o primeiro teria uma conotação mais política, em geral ligada à discussão sobre classes sociais no sentido marxiano, enquanto que o segundo, mais abrangente, estaria ligado a uma categoria de pequenos produtores integrados à economia de mercado (DELGADO, 2017; MARTINS, 1983; PLOEG, 2009; QUEIROZ, 1973; WANDERLEY, 2004; 2015). É importante também destacar que a categoria agricultura familiar foi integrada às políticas públicas, como um segmento específico da agricultura brasileira, configurando-se, a partir de meados dos anos 1990, como objeto de um tratamento diferenciado pelos programas governamentais, em oposição à agricultura patronal. Embora o MPA adote o termo “pequenos agricultores” em seu nome, em anos mais recentes passou a reivindicar o conceito político de “camponeses” (SILVA, 2019), consciente de todo o debate político e conceitual em torno dessas categorias.

⁵⁰ Ao longo de nosso trabalho, utilizaremos o termo “pequenos agricultores” para designar todo(a) e qualquer produtor(a) rural de pequeno porte, seja ele(a) um pequeno proprietário, seja um posseiro ou parceiro, um assentado da reforma agrária ou integrante de uma comunidade urbana, periurbana ou rural. Com isso, assinalamos

tempo em que divulga as pautas políticas referentes aos movimentos camponeses e agroecológicos.

Esses circuitos foram expandidos e modificados a partir da campanha *Mutirão Contra a Fome*, cujo objetivo era levar doações destes mesmos alimentos para favelas, ocupações urbanas, quilombos e aldeias indígenas da região. A campanha foi lançada nacionalmente em 9 de abril de 2020 e, em seu auge de mobilização, esteve ativa em 13 estados da federação; porém, nossa análise se limitará aos desdobramentos ocorridos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, assim como no caso da campanha coordenada pelo Movimenta Caxias.

Embora também tenha se articulado com indivíduos e organizações locais para acessar os diferentes territórios, o MPA-RJ teve acesso a recursos econômicos mais escassos, que foram direcionados, preferencialmente, a ações de longo prazo, em que o contato sistemático de seus militantes com os beneficiários das doações permitisse criar relações de confiança e construir processos de organização política nos territórios. Em cada local de entrega, a proposta era selecionar um grupo fixo de pessoas para entregas regulares de alimentos, aos quais denominaram *Comitês Populares do Alimento* (CPAs).

Os dois casos selecionados não estão isolados. Apesar de se constituírem, à primeira vista, como dois arranjos diferentes, as duas campanhas estão conectadas por meio de alguns de seus atores centrais, na medida que ambos optaram pela distribuição de cestas de alimentos agroecológicos. Convidado pelo Coletivo Terra, o MPA-RJ buscou fornecedores para compor as cestas distribuídas via Movimenta Caxias, atualizando, desta forma, as redes agroalimentares alternativas que as duas organizações vinham construindo nos últimos anos.

Consequentemente, parte dos recursos financeiros acessados pelo Movimenta Caxias foi redistribuído para o MPA-RJ, ajudando-o a estruturar sua própria campanha de doação, na qual, em valores totais, o MPA-RJ contabilizou tanto os alimentos distribuídos via Movimenta Caxias quanto os distribuídos no *Mutirão Contra a Fome*.

Desse modo, embora as respectivas coordenações tenham construído arranjos independentes, em alguns aspectos suas redes de interações se misturavam. A pesquisa revelou a existência de vínculos políticos e econômicos com diversos atores que permearam ou atravessaram as duas campanhas, colocando-as o tempo todo em diálogo, seja em termos das decisões pragmáticas tomadas pelos coordenadores, seja em termos do trabalho analítico ao qual estamos nos dedicando.

Entretanto, é preciso considerar que, apesar de algumas informações já estarem disponíveis desde o início da pesquisa, só foi possível compreender essa articulação entre as campanhas ao longo do trabalho de campo. Além disso, a investigação das diferentes redes de associativismo por trás das duas iniciativas nos levou à descoberta de um tecido social mais amplo, em que as próprias ideias e práticas de solidariedade precisaram ser postas em perspectiva.

Não se trata, portanto, de um estudo comparativo, mas de uma pesquisa etnográfica das relações estabelecidas entre os diversos agentes em seus contextos de interação, presenciais e virtuais, em que o foco de nossa análise está nos papéis de coordenação e mediação dos dois movimentos sociais organizados.

Devemos considerar, ainda, que as interações foram tanto materiais quanto simbólicas, uma vez que os atores envolvidos fizeram circular alimentos e recursos financeiros por meio de uma política de alianças com conjuntos heterogêneos de organizações, ao mesmo tempo em que procuraram incidir politicamente nas diversas arenas públicas, nas quais se posicionavam a respeito das causas e soluções para a pandemia, da conjuntura política e econômica nacional e dos sentidos legítimos da solidariedade.

que a principal diferenciação conceitual a ser adotada será entre produtores (e produtos) convencionais, orgânicos ou agroecológicos, independentemente da forma de ocupação da terra.

Não se trata, portanto, de um estudo sobre ações, posturas ou sentimentos filantrópicos. Nas duas campanhas analisadas e nas suas intercessões, a politização dos alimentos e a solidariedade emergem como estratégia para o enraizamento social dos movimentos sociais nos territórios periféricos, isto é, como proposta de solução para aquilo que há muito tempo se ouve falar de militantes de movimentos sociais organizados: que estaria faltando “trabalho de base” para engajar as massas trabalhadoras.

Sobre métodos e conceitos: os tortuosos caminhos de uma etnografia

É todo um trabalho de educar seu olhar, de neutralizar seus preconceitos, de controlar suas emoções, de reter seu julgamento e, sobretudo, de perseverar, com a obstinação que lhe dá o desejo de saber, para explorar sempre mais ‘situações’, assegurar-se da qualidade dos ‘dados’, controlar as múltiplas interpretações que lhe dão os atores e produzir um relato que emerge da dinâmica da investigação — que não seja a projeção de um sistema teórico, de uma doutrina religiosa ou de uma ideologia política (CEFAÏ, 2010, p. 547 apud OLIVEIRA, 2015, p. 205).

Esta pesquisa tem origem no engajamento de seu autor nas duas campanhas de doação de alimentos que, posteriormente, se transformariam em objeto de reflexão e de investigação. Este primeiro ponto é fundamental para que o conjunto de técnicas de pesquisa e conceitos adotados seja compreendido pelo leitor, assim como a forma ascendente de apresentação de seus resultados.

Partiremos da descrição etnográfica das duas experiências concretas, tal qual foram vivenciadas pelo pesquisador para, em seguida, detalhar as conexões entre os diversos territórios acessados pelas campanhas, configurando o que estamos chamando de *arranjos de campanha*. A partir dos vínculos políticos e econômicos entre conjuntos heterogêneos de atores, anteriores à pandemia ou construídos em função das campanhas, foi possível visualizar uma ampla teia de interações estabelecidas em nível local, regional e nacional.

Nesse caminho, fomos guiados por duas perguntas básicas que permearam toda a pesquisa: *qual é o papel dos alimentos em cada uma das campanhas e que tipos de vínculos foram criados através deles?*

As perguntas nos parecem pertinentes porque, apesar de se tratarem de campanhas de combate à fome, as duas experiências assumiram formatos, temporalidades e estratégias diferentes, de modo que a pergunta inicial evoluiu para uma segunda questão mais específica: *como os papéis atribuídos aos alimentos contribuíram para a configuração de arranjos de campanha diferentes?*

Em resposta a esses questionamentos, foi preciso discutir os vínculos construídos, as narrativas apresentadas sobre a solidariedade e algumas implicações políticas dos eventos vivenciados. Diferenciando-se publicamente de ações filantrópicas de doação de alimentos, os coordenadores das campanhas as revestiram de conteúdos e performances políticas, por meio dos quais os dois movimentos sociais organizados expuseram suas visões de mundo e suas pautas políticas específicas.

Diante disso, estabelecemos uma terceira questão a ser respondida pela pesquisa: *de que modos as campanhas de doação foram construídas e traduzidas como estratégias de ação política? Ou, nos termos em que estamos propondo nossa análise, o que configura as duas como campanhas políticas de solidariedade?* São essas as perguntas centrais às quais nos dedicaremos ao longo dos quatro capítulos e das considerações finais.

Para entendermos como chegamos a esse tema de pesquisa, é preciso primeiro considerar que eu também fui profundamente impactado, em minha vida pessoal e profissional, pela chegada da pandemia. Em primeiro lugar, questões familiares me forçaram a mudar de

residência diversas vezes em março de 2020, até que me instalei por dez meses na favela do Pereirão, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, havia quase um ano que me dedicava ao tema de pesquisa com o qual ingressei no curso de mestrado: as relações políticas e econômicas que dão suporte à feira de pequenos produtores agroecológicos organizada pela *Central de Productores Hortigranjeros del Alto Paraná*, na cidade paraguaia de Ciudad del Este⁵¹.

Além de uma primeira incursão a campo em dezembro de 2019, eu e minha orientadora vínhamos realizando estudos bibliográficos com algumas lentes de análise possíveis para a elaboração do objeto de pesquisa, em particular as que relacionam o movimento agroecológico à construção social de mercados (NIEDERLE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013; SCHNEIDER, 2016; WILKINSON, 2008).

Além da centralidade que conferíamos à dimensão política da agroecologia (GIRALDO; ROSSET, 2018; PETERSEN, 2011; SABOURIN; NIEDERLE, 2017), debruçávamo-nos também sobre diferentes abordagens que analisam as interações diretas entre agricultores familiares e consumidores urbanos como formas de conexão entre o campo e a cidade, principalmente aquelas construídas por meio de redes alimentares alternativas (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017) e/ou de circuitos curtos de comercialização (ou circuitos de proximidade) (DAROLT, 2013; DAROLT ET AL, 2016).

Dentro dessa perspectiva analítica, as feiras de venda direta (como a da *Central de Productores*), as cooperativas de consumidores ou as cestas agroecológicas por encomenda, entre outras modalidades de comercialização, seriam iniciativas capazes de escoar a produção de pequenos agricultores a preços justos, tanto para eles quanto para os consumidores, uma vez que eliminariam os tradicionais intermediários nas cadeias de abastecimento do sistema agroalimentar hegemônico.

Além disso, a construção dessas redes alimentares alternativas (RAA) ou cadeias curtas de abastecimento (CAA)⁵² — como têm sido chamadas por parte da literatura especializada — seria geradora de novas relações de afeto e confiança entre produtores rurais e consumidores urbanos (CASSOL; SCHNEIDER, 2017), promovendo e fortalecendo processos de transição agroecológica no meio rural (SCHMITT, 2000), em contraposição aos canais de comercialização de produtos convencionais.

Apoiando-se na corrente teórica que identifica, desde o início dos anos 2000, uma “virada para a qualidade” com relação ao consumo dos alimentos (GOODMAN, 2003; WILKINSON, 2008), isto é, uma maior preocupação dos consumidores urbanos com a saudabilidade, as qualidades nutritivas e com o conhecimento das origens dos alimentos ingeridos, alguns autores chegam a afirmar que os atores envolvidos estariam se engajando em disputas em torno do controle social do abastecimento através de “novos movimentos sociais econômicos” (NIEDERLE, 2014a; PORTILHO, 2009), na medida em que performam novos tipos de interações entre movimentos sociais e mercados (COMUNELLO, 2012).

Interrompendo bruscamente essa primeira aproximação ao tema, em abril de 2020 as fronteiras nacionais foram fechadas em decorrência do avanço da pandemia, de modo que tive que suspender minha segunda ida a campo, planejada para aquele mesmo mês. Nas próximas semanas, eu teria que lidar com um cenário de incerteza sobre os acontecimentos futuros, angustiado com a pandemia e com os prazos que eu deveria cumprir junto ao programa de pós-graduação ao qual estava vinculado.

⁵¹ Apontamentos iniciais da pesquisa foram apresentados e publicados em anais de dois congressos acadêmicos: SILVEIRA (2019; 2020)

⁵² Para uma discussão sobre a preferência por um termo ou outro, ver o texto introdutório do livro de Gazolla e Schneider (2017). Alguns autores utilizam o conceito de “sistemas agroalimentares alternativos” (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013), o que é alvo de controvérsias a partir das distintas filiações teóricas.

Já com todas as atividades presenciais suspensas e recluso em minha casa, em meados do mês de abril recebi o convite de uma colega do Movimento de Educação Popular +Nós, do qual ambos somos professores voluntários de uma turma de pré-vestibular, para participar de uma entrega de cestas básicas no município de Duque de Caxias, o mais populoso da Baixada Fluminense. Fernanda me disse que a campanha estava sendo coordenada pelo Movimenta Caxias, um “movimento social local” que tinha alguns militantes em comum com o +Nós.

Assim, no dia 22 de abril fiz minha primeira incursão à cidade junto com ela e com André, outro professor da nossa turma. O ponto de encontro era no Galpão Gomeia Criativo, sede do Movimenta Caxias e de outros coletivos locais. O espaço tinha se transformado, durante a pandemia, num centro de armazenamento e distribuição de alimentos doados pela campanha. Logo que chegamos, impressionou-me a quantidade de cestas básicas que eram descarregadas dos caminhões parados em frente ao local, assim como a notícia de que, junto com elas e com os kits de higiene pessoal, estavam sendo doadas também cestas de alimentos agroecológicos e orgânicos.

Conversando com Fernanda e com alguns coordenadores da campanha, descobri que os *alimentos agroecológicos* eram fornecidos pelo Coletivo Terra, uma associação de agricultores residentes no assentamento Terra Prometida, localizado na divisa entre Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Por sua vez, os *alimentos orgânicos* eram fornecidos por uma empresa especializada em vendas de cestas por encomenda: o Clube Orgânico.

De imediato, comecei a elaborar hipóteses sobre a estrutura da campanha, sempre relacionando-as com a literatura que eu vinha trabalhando. No meu modo de ver, tratava-se de uma ação emergencial de doação de alimentos, mas que não eram doados diretamente pelos agricultores, e sim comprados deles com o dinheiro arrecadado através da campanha. Além disso, as relações de compra e venda eram mediadas por duas organizações com características distintas: uma associação de pequenos agricultores assentados da reforma agrária e uma empresa privada que revendia produtos comprados de agricultores orgânicos.

Outro ponto interessante era que o “Coletivo” apresentava seus produtos como “agroecológicos”, enquanto o “Clube” apresentava os seus como “orgânicos”. Embora os dois termos façam referência a uma agricultura de base ecológica, com redução ou eliminação do uso de insumos industriais (BRANDENBURG, 2002), existe um debate político recente que ressalta a distinção entre essas duas formas de produção, em que os agricultores orgânicos estariam mais integrados aos circuitos e parâmetros do mercado de consumo capitalista, enquanto os agroecológicos estariam também preocupados com as condições sociais de produção dos alimentos, valorizando a agricultura de base familiar e os saberes de povos e comunidades tradicionais (NIEDERLE, 2014a; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

Na prática, essas definições muitas vezes se confundem, já que muitos agricultores orgânicos estão também engajados em redes de associativismo. Este é o caso do próprio Coletivo Terra, que se considera uma organização de agricultores agroecológicos, mas que muitos de seus membros são certificados como produtores orgânicos.

Na estruturação da campanha, para que as relações comerciais fossem possíveis e assumissem a escala impressionante de entregas de cestas básicas e de produtos *in natura* que eu via com meus próprios olhos, foi preciso que a coordenação tivesse acesso a uma grande fonte de recursos. Foi então que tomei conhecimento da parceria junto ao Instituto Unibanco, que me foi apresentado como uma organização sem fins lucrativos que, naquele momento de calamidade pública, estaria redirecionando sua atenção para o financiamento de campanhas emergenciais. Desde o princípio, impressionou-me a maneira como aqueles jovens foram capazes de agenciar recursos tão importantes.

Nos meses de abril e maio de 2020, eu voltaria ainda mais três vezes a Duque de Caxias, de modo que o desenho do arranjo começava a se formar em minha cabeça. Através da campanha *Movimentando a Baixada Contra a Covid*, o Movimenta Caxias foi capaz de

mobilizar um grande conjunto de *pessoas* (coordenadores, voluntários, trabalhadores contratados) e uma quantidade expressiva de *recursos financeiros* (dinheiro) e *tecnológicos* (computadores, móveis de escritório, carros e caminhões, materiais de limpeza e proteção sanitária, estruturas de armazenamento dos alimentos) com o objetivo de levar alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar.

Além disso, nos momentos de entrega dos alimentos, assim como em suas comunicações digitais, a iniciativa era descrita como uma campanha de solidariedade que prometia criar laços entre populações periféricas, uma vez que o governo não estaria cumprindo seus deveres perante a sociedade. Em seus discursos públicos, apresentavam *narrativas políticas* que posicionavam o Movimento Caxias nas diversas arenas públicas (CEFAI, 2012; 2017), disputando os significados da pandemia e das possíveis saídas para ela.

Reunindo todos esses elementos, tomei a decisão de abandonar definitivamente minha pesquisa anterior e me enveredar sobre as relações políticas e econômicas que pareciam sustentar a campanha. A decisão ocorreu apenas no mês de junho e, desde então, minha postura dentro do campo foi se modificando, conforme outros agentes eram informados de que eu estava ali também na condição de pesquisador.

Progressivamente, passei a procurar novos interlocutores e a fazer mais e mais perguntas, ao mesmo tempo em que os coordenadores da campanha me abriam portas para estar presente em espaços e ocasiões mais próximos aos articuladores nos locais de entrega e aos beneficiários das doações. Assim como Jeanne Favret-Saada (2005, p. 158),

eu organizava meu diário de campo para que servisse mais tarde a uma operação de conhecimento: minhas notas eram de uma precisão maníaca para que eu pudesse, mais tarde, realucinar os eventos, e então – como eu não estaria mais “enfeitada”, apenas “reenfeitada” – compreendê-los, eventualmente.

Em alguns momentos, alguns interlocutores mais próximos até me dirigiam comentários irônicos sobre meu excesso de perguntas e sobre minhas frequentes anotações no caderno. Assim como para a antropóloga, minha pesquisa mudou de rumo diversas vezes, alternando momentos de satisfação e de desilusão, ao mesmo tempo em que minha participação inicial nos eventos não foi uma investigação deliberada ou a aplicação de uma técnica pré-estabelecida para sua observação e futura análise: a decisão de transformar os eventos vivenciados em objeto de pesquisa veio somente depois que me senti “afetado” pela experiência coletiva, na qual eu participava como mais uma pessoa voluntária.

Ao todo, entre 22 de abril e 31 de julho de 2020, acompanhei dez jornadas de entregas de alimentos, participando tanto das atividades no Galpão Gomeia quanto em bairros e favelas onde os alimentos eram distribuídos. Em nenhum momento tive acesso a qualquer reunião da coordenação da campanha, mas pude conversar com quase todos os coordenadores e algumas *lideranças locais* (termo utilizado pelos coordenadores para designar as pessoas encarregadas de organizar a distribuição final em cada território)⁵³.

Neste primeiro momento, todas as conversas tiveram um caráter informal, ocorrendo no próprio curso das ações. Assim, pude *ver* e *ouvir* o bastante para *escrever* a descrição densa (GEERTZ, 1973) que apresento no primeiro capítulo, sendo estas as três etapas, não necessariamente sucessivas, do trabalho do antropólogo (OLIVEIRA, 2006). Por outro lado, a todo momento este relato etnográfico dialoga com discussões próprias às disciplinas da

⁵³ O termo “território” também é, na maioria das vezes, uma categoria nativa. No entanto, utilizo-o especialmente para demarcar os limites de um determinado espaço de convivência social, no qual são específicas certas formas de enxergar e de habitar o mundo, assim como são específicas e conhecidas as relações de poder que os constituem (NIEDERLE, 2014b; RAFFESTIN, 1993).

sociologia e da ciência política, de modo que julgamos necessário inserir nossa pesquisa no campo interdisciplinar das Ciências Sociais.

O processo parecia evoluir satisfatoriamente, porém em julho de 2020 fui informado de que a campanha seria encerrada no fim daquele mês. Com receio de mais uma vez ficar sem campo empírico e, conseqüentemente, sem objeto de pesquisa, comecei a procurar por outras iniciativas similares à do Movimenta Caxias. Foi nesse momento que, integrado ao grupo de Whatsapp de um dos Núcleos de Consumo da Cesta Camponesa do Movimento dos Pequenos Agricultores, descobri a existência da campanha denominada *Mutirão Contra a Fome*.

Ainda no mês de abril, eu havia me cadastrado no *site* da organização para fazer pedidos de cestas agroecológicas por encomenda, num momento em que muitas pessoas buscavam alternativas que nos permitissem escapar dos ambientes fechados dos supermercados. A escolha do MPA-RJ se justificava, ainda, pelo fortalecimento dos pequenos agricultores — que eu acreditava que sofreriam grandes impactos durante a pandemia —, assim como pela proximidade de minha casa, já que o Raízes do Brasil estava localizado no bairro de Santa Teresa, onde vivi toda minha vida.

Ao me cadastrar no *site*, fui orientado a ingressar no Núcleo de Consumo⁵⁴ de Santa Teresa para tirar dúvidas ou para eventuais reclamações sobre meus pedidos. Uma vez ali dentro, percebi que o grupo de Whatsapp também era utilizado para comunicações políticas da organização, em particular sobre questões relativas aos movimentos camponês e agroecológico e suas interpretações particulares sobre a pandemia. Entre elas, uma me chamou especialmente a atenção: era a divulgação de uma campanha de doações de alimentos em favelas localizadas no próprio bairro.

Enviei uma mensagem privada para a remetente desta publicação. Alguns dias depois, entrou em contato comigo uma outra militante do MPA, perguntando sobre minha disponibilidade para auxiliar nas entregas semanais no Morro dos Prazeres. Em paralelo, eu havia enviado mensagem para Beto Palmeira, um militante com quem eu tivera contato em duas ocasiões anteriores, nas quais havia se apresentado como membro da Coordenação Nacional do MPA.

Com ele, comentei sobre minha pesquisa e sobre a possibilidade de agregar a ela a campanha *Mutirão Contra a Fome*. Foi assim que, desde o início, já existia a intenção de transformar a minha colaboração em objeto de reflexão, ao contrário do que ocorrera junto ao Movimenta Caxias.

Para minha grande surpresa, logo em nossa primeira conversa presencial, Beto me relatou que o MPA-RJ também estava participando da campanha do Movimenta Caxias, justamente complementando as cestas agroecológicas distribuídas pelo Coletivo Terra. Dessa forma, se no início a minha busca por iniciativas similares se orientava pelo potencial de comparação entre diferentes estratégias para distribuição dos alimentos, a pesquisa de campo foi nos revelando a existência de diversas conexões entre as duas campanhas.

É preciso considerar, no entanto, que minha entrada nesta segunda iniciativa foi bem diferente da primeira, o que certamente influenciou as interações que estabeleci com meus interlocutores, assim como as interpretações analíticas que fiz de cada uma e das relações entre elas.

Por um lado, se em Caxias eu fui apresentado como professor e coordenador de uma das turmas do Movimento de Educação Popular +Nós, entidade vinculada ao próprio Movimenta Caxias, no MPA eu era um ilustre desconhecido que buscava a organização em função de interesses acadêmicos. Em contrapartida, se em Duque de Caxias eu era um estrangeiro,

⁵⁴ Em julho de 2021, havia 21 Núcleos de Consumo distribuídos pela cidade do Rio de Janeiro, sendo que eu participava do Núcleo Santa Teresa. Para uma lista dos Núcleos, ver: <https://www.cestacamponesa.com.br/pagina/sobre-nos.html>. Acesso em: 24 jul. 2021.

desconhecedor completo da realidade local, em Santa Teresa eu era um nativo, portador de muitas informações importantes a respeito das dinâmicas sociais locais.

Durante quase todo o período em que participei desta segunda campanha, entre julho de 2020 e dezembro de 2021, parte dos militantes estiveram reclusos dentro do Raízes do Brasil, sendo raras as vezes em que me permitiram o acesso ao local. Com isso, não fui capaz de criar relações de intimidade com a maioria deles, de modo que meu trabalho de campo se resumiu, nos primeiros meses, aos momentos de entrega no Morro dos Prazeres e, eventualmente, em outros territórios.

Nos rápidos momentos em que conseguia conversar com Beto na porta do Raízes, eu aproveitava para indagar o máximo possível sobre a organização interna do MPA e sua trajetória política, assim como apresentar resumidamente o que eu vinha pensando sobre a pesquisa que começava a se desenvolver.

Graças a estas conversas informais, aos poucos tomei conhecimento das complexas relações que pareciam conectar as duas campanhas, mas que não se limitavam ao período da pandemia. Alguns dos atores vinculados a cada uma dessas experiências eram velhos conhecidos, com destaque para os vínculos políticos e comerciais prévios entre o Coletivo Terra e o MPA-RJ.

Conforme a trama se revelava, o primeiro assumia centralidade na interlocução entre os dois arranjos, não somente como sujeito de ação, mas também como parâmetro para pensar as similaridades e as diferenças entre as iniciativas que eu procurava colocar em diálogo.

Ficou evidente, desde o início, que não se tratava somente da doação dos alimentos: as iniciativas envolviam uma complexa política dos alimentos no sentido atribuído por Herring (2014), para quem o ato de se alimentar está inserido num amplo jogo de interesses em torno *do que* e de *como* este alimento deve ser *produzido*, assim como também de *como* ele deve ser *distribuído*. Não se distribuía os alimentos sem antes pensar em sua procedência ou nas necessidades e preferências de seus destinatários, assim como sua distribuição era constantemente politizada, tanto para os doadores quanto para os donatários.

Diante disso, foi preciso pensar as campanhas como formas de ação coletiva com objetivos e prazos determinados por seus coordenadores, ao mesmo tempo em que as identidades coletivas⁵⁵ dos dois movimentos sociais organizados, as experiências anteriores de seus militantes e as redes de relações interpessoais e institucionais das quais participavam nos traziam informações valiosas que nos ajudavam a refletir sobre as decisões estratégicas adotadas.

Ao mesmo tempo em que as ações coletivas pesquisadas tinham um caráter pragmático na mobilização de pessoas e na arrecadação e agenciamento de recursos econômicos de diferentes fontes para a compra e doação dos alimentos, as diversas organizações participantes disputavam nas arenas públicas os significados legítimos para a solidariedade e os papéis atribuídos ao Estado, ao mercado e à sociedade civil na busca de soluções para os problemas sociais enfrentados. Em alguns casos, os posicionamentos das diferentes organizações envolvidas na trama eram contraditórios entre si, o que nos fez refletir sobre as relações ambíguas entre as dimensões práticas e simbólicas de suas ações.

Diante do exposto, utilizaremos em nossas análises um conjunto de termos e conceitos derivados do próprio campo de observação e/ou apropriados da literatura especializada sobre os diferentes temas abordados, aos quais devemos dar uma primeira definição para que o(a) leitor(a) se sinta ambientado(a) nas descrições empíricas e nas formulações teóricas apresentadas ao longo da dissertação.

⁵⁵ Utilizamos esse conceito a partir das leituras de Alberto Melluci (1988) e o abordaremos com maiores detalhes mais adiante, tanto na Introdução quanto nos demais capítulos.

Na linguagem própria à militância política de partidos e movimentos sociais ligados à esquerda política no Rio de Janeiro, os indivíduos podem ser *ativistas* de diversos movimentos sociais diferentes — negros, feministas, camponeses, agroecológicos, de juventude —, ao mesmo tempo em que podem ou não estar *organizados* em coletivos informais ou organizações formais. Nestes casos, é comum ouvir de seus membros que são *militantes* de um *movimento social organizado*.

Na perspectiva analítica com a qual estamos trabalhando, os movimentos sociais são formas específicas de ação coletiva, de modo que também é preciso distinguir esses dois conceitos. Para Diani e Della Porta (2006, p. 19), toda ação coletiva se refere a “indivíduos compartilhando recursos em busca de objetivos coletivos — isto é, objetivos que não podem ser privatizados por nenhum de seus membros”. A ação coletiva não é, portanto, necessariamente política ou orientada para a transformação social, tampouco está restrita à esfera pública.

Já os movimentos sociais se distinguem de outros modos de ação coletiva por três mecanismos: (a) estão envolvidos em relações conflituosas com oponentes claros; (b) estão conectados por redes informais densas; (c) e compartilham de uma identidade coletiva. Possuem, portanto, uma orientação política declarada, podendo exercê-la por meio de ações concretas e/ou por meio de narrativas públicas nas quais divulgam suas interpretações sobre uma determinada realidade ou problema social.

A disputa simbólica é travada através da constante construção e publicização de enquadramentos que procuram influenciar a opinião pública e confrontar os enquadramentos de seus oponentes. Este quadro interpretativo tem sido muito utilizado por cientistas sociais brasileiros, principalmente a partir das formulações de David Snow e Robert Benford. Em livro publicado sobre a evolução das diferentes teorias dos movimentos sociais, Angela Alonso afirmou:

Snow e Benford (1986, 1992, 2000) redefiniram o conceito de *frame* de Erving Goffman como quadros interpretativos que simplificam e condensam o “mundo exterior”, destacando, codificando e selecionando objetos, situações, acontecimentos, experiências e sequências de ações. Recorrendo à produção de *frames*, os movimentos sociais reduziram a complexidade social a níveis manejáveis pelo indivíduo comum, sinalizando a injustiça de uma dada situação, vinculando-a a símbolos e apresentando-a como um problema que requer mobilização (Snow e Benford, 2000, p. 614). O conflito social passa aqui para o plano da definição da realidade, isto é, disputas políticas são apresentadas como eminentemente simbólicas [...]. (ALONSO, 2009, p. 78, *grifos da autora*).

Estamos tratando aqui de uma extensa literatura acadêmica que propõe a separação conceitual entre os movimentos sociais — entendidos como redes amplas de relações sociais coordenadas entre indivíduos e coletividades — e as organizações que os compõem. Dessa forma, ressaltam o dinamismo das interações e a trajetória dos diversos eventos que configuram e situam um movimento social no tempo e no espaço, ora focalizando os aspectos simbólicos, culturais e comunicativos das identidades coletivas compartilhadas pelos ativistas (MELLUCI, 1988; 1995; SNOW, 2004; 2013), ora focalizando as transferências de recursos materiais e de influência que caracterizam os processos políticos (EDWARDS; MCCARTHY, 2004; TILLY; TARROW, 2015).

Portanto, os movimentos sociais não se confundem com suas organizações, embora muitas delas adotem o termo “movimento” em seu nome, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores e do Movimento Caixas. Por outro lado, um indivíduo pode ser ativista de vários movimentos sociais simultaneamente, como o caso de uma jovem militante de

organizações do movimento estudantil, mas que se define também como ambientalista e feminista. A este fenômeno, Mario Diani (2004) denominou “múltiplas filiações”, ressaltando a importância dos indivíduos na criação de *links* entre elas e na formação de redes sociais que ajudariam a explicar por que e como os indivíduos decidem se engajar.

Esta perspectiva nos permite reconhecer que as atividades dos movimentos sociais geralmente estão inseridas em configurações relacionais densas, assim como nos permite explorar em maiores detalhes as teias de múltiplos vínculos que, em última instância, formam um movimento social (Ibid., p. 339, *tradução nossa*).

Essas preocupações semânticas são importantes, em primeiro lugar, para marcar uma diferença com as teorias que analisam os movimentos sociais em analogia às organizações empresariais (MCCARTHY; ZALD, 1977; TILLY, 1978), mas também por estabelecermos um diálogo com um conjunto de autores que reconhecem a heterogeneidade interna dentro das diferentes organizações, assim como a enorme diversidade de atores que compõem as redes de relações informais que os envolvem e sustentam (ALVAREZ, 2019; DIANI, 2004; ESCOBAR, 2000; ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020).

Luciana Tatagiba (2011), por exemplo, ao pesquisar as interações entre os movimentos sociais e as instâncias participativas da esfera estatal, ressalta a importância da distinção entre a realidade empírica e o conceito abstrato na construção do objeto analítico:

Como lembra Melucci um movimento social é uma abstração analítica (Melucci, 1996), no real o que existe é um conjunto de organizações e indivíduos frouxamente ligados entre si e que se reconhecem, e são reconhecidos, como parte de algo que é maior do que cada um isoladamente. [...] Ao erigirmos como objeto analítico o conceito de movimento social, apontamos para esse “algo maior” a partir do qual as lutas pontuais, fragmentadas, urgentes são inseridas numa textura relacional que conecta o tempo presente, com a memória e com os projetos futuros (TATAGIBA, 2011, p. 173).

Em nossa pesquisa, estamos lidando com coletivos informais e organizações formais que agregam pautas de vários movimentos sociais e conferem um sentido de ação pragmática a elas. Em geral, utilizaremos o termo “movimentos sociais organizados” para diferenciar estes agentes de outros agrupamentos identificados como organizações não-governamentais (ONGs), organizações sociais (OS) ou organizações sociais de interesse público (OSCIP).

Embora todos eles sejam comumente definidos como organizações da sociedade civil, em oposição ou em interação com a esfera estatal e com o mercado, as denominações específicas possuem objetivos e modos de ação diferenciados entre si, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, integram redes de apoio em que suas atividades são combinadas em prol de projetos comuns.

Outra forma de agrupar analiticamente esse universo de organizações é a partir do conceito de Terceiro Setor, muito utilizado por alguns de meus interlocutores junto ao Movimento Caxias. Este termo, apesar de amplamente difundido, é alvo de muitas controvérsias conceituais. De um modo geral, é tratado como um conjunto de “organizações não-governamentais” e “organizações sem fins lucrativos”, mas que podem atuar conjuntamente e estabelecer parcerias com o Estado (Primeiro Setor) e/ou com empresas privadas (Segundo Setor).

Embora o termo original seja adaptado da literatura estadunidense (*third sector*) para designar essas organizações, Fernandes (1997) pontua que, na literatura inglesa, essas

expressões costumavam designar organizações de caridade ou filantrópicas. De todo modo, elas teriam se difundido pelo mundo durante os anos 1960 e 1970, procurando estabelecer parcerias para projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo.

No Brasil, as primeiras referências ao Terceiro Setor são comumente atribuídas ao processo de redemocratização política nos anos 1980 e 1990, quando uma nova gama de organizações passou a incidir com maior proeminência na esfera pública, ora assumindo funções antes protagonizadas pelo Estado, ora atuando de forma autônoma em relação a ele.

Para Gohn (2013), no Brasil as primeiras ONGs surgiram nos anos 1970 e 1980, construindo “redes associativas” de apoio as “movimentos sociais populares” que enfrentavam o “regime militar”. No entanto, após a Constituição de 1988, elas teriam se bifurcado entre, de um lado, ONGs cidadãs (ou militantes) ainda vinculadas aos movimentos sociais e a uma cultura participativa, e de outro as novas ONGs mais vinculadas a organizações empresariais e fundações. Este segundo grupo teria se autodenominado Terceiro Setor, sendo que muitas de suas organizações foram fundadas nos anos 1980, como é o próprio caso do Instituto Unibanco.

Dependendo da perspectiva de análise, o Terceiro Setor pode ser considerado parte integrante da sociedade civil, em paralelo ou em associação a coletivos, associações e movimentos sociais, por exemplo (GOHN, 2013; LAVALLE; SZWAKO, 2015). Ou pode, em outros casos, ser confundido com a própria sociedade civil, se a entendemos como o conjunto de organizações privadas sem fins lucrativos, mas voltadas para o interesse público (FERNANDES, 1994; 1997), como no caso do termo utilizado por Bresser-Pereira e Grau (1999): “setor público não-estatal”.

Estas divergências são mais do que conceituais, pois trata-se de um campo de disputa política em que os diferentes atores sociais se posicionam a partir de suas análises teóricas particulares, muitas vezes normativas. Justamente, uma das contribuições de nossa pesquisa é demonstrar como essa falta de consenso conceitual é resultado de manifestações concretas da política cotidiana, em que, a depender da conjuntura, diferentes organizações da sociedade civil podem entrar em conflito ou formar alianças entre si. De forma análoga, convergências pragmáticas em torno de objetivos comuns numa determinada arena podem ser enquadradas por discursos divergentes em outras.

Em nossa pesquisa, distinguimos as organizações da sociedade civil daquelas explicitamente dedicadas ao lucro — sejam elas do setor produtivo ou financeiro —, de modo a aglutinar as associações de todo tipo, os movimentos sociais organizados, as ONGs e outras entidades geralmente vinculadas ao Terceiro Setor, como é o caso das fundações privadas. No entanto, veremos também como estas fronteiras ficam muito difusas quando observadas sob a lupa das interações econômicas que viabilizaram as ações coletivas aqui estudadas, independentemente de suas motivações ou interesses políticos.

Tendo essas discussões como pano de fundo, nosso foco de análise inicial estava nas mediações efetuadas pelas duas organizações — Movimenta Caxias e MPA-RJ — na construção das teias de interação que permitiram a realização das duas campanhas. Porém, aos poucos percebemos que as coordenações não se confundiam inteiramente com estas duas organizações. Entre os coordenadores, havia integrantes de outros coletivos ou, em alguns casos, ativistas independentes que estavam colaborando momentaneamente com a campanha. Por isso, passamos a eleger como unidade de análise as campanhas em si, ou mais especificamente, os diferentes arranjos de campanha construídos pelas respectivas coordenações.

Com relação ao termo “campanha”, ele será utilizado na acepção de Tilly e Tarrow (2015), para quem os processos políticos (ou ciclos de ativismo) conduzidos por movimentos sociais podem ser separados analiticamente em ações rotineiras — desempenhadas pelas *bases dos movimentos sociais* — e ações extraordinárias, em que um grupo maior de pessoas se

envolve nas ações com objetivos específicos e com prazo determinado — as *campanhas de movimentos sociais*.

Essa escolha analítica implica que nosso olhar estará voltado para a ação em movimento e para o contexto em que ela ocorre, o que significa dizer que para além dos arranjos que as viabilizam e de seus objetivos concretos, as campanhas são eventos em que os militantes performam suas ideias e interpretações sobre os problemas sociais aos quais querem dar visibilidade (KRIESI, 2009).

Desse modo, as campanhas são formas específicas de ação coletiva utilizadas, com maior ou menor regularidade, por movimentos sociais organizados com o objetivo de dar visibilidade às suas pautas políticas, ao mesmo tempo em que são ferramentas para a construção de novas redes e fortalecimento de vínculos antigos, conferindo maior densidade às redes pré-existentes (STAGGENBORG; LECOMTE, 2009).

Existem inúmeras modalidades de campanhas, desde abaixo-assinados, envio de cartas e e-mails para pressionar parlamentares, campanhas de ocupação de prédios públicos ou, como é o caso aqui analisado, campanhas de doação de produtos de primeira necessidade, sejam alimentos, agasalhos ou materiais de higiene pessoal. Em todas elas, as ações concretas são parte de uma estratégia política maior, às quais são agregados elementos simbólicos com os quais seus coordenadores disputam narrativas e posições nas arenas públicas.

As campanhas podem ser analisadas, também, como parte do repertório de ações coletivas previamente conhecidos pelos movimentos sociais. Este termo também deriva das análises de Charles Tilly, que propunha o conceito de *repertórios de contenção* para designar os tipos de performance com os quais os movimentos sociais confrontavam o Estado em suas demandas coletivas.

Aqui no Brasil o conceito tem sido adaptado para compreender as múltiplas formas de atuação dos movimentos sociais, que não se dão exclusivamente em ações de confronto. Devido às particularidades da política institucional nas últimas décadas, muitos pesquisadores têm transformado o conceito na tentativa de melhor compreender as dinâmicas de interação dos movimentos sociais com o Estado e, em muitos casos, também suas ações por dentro das instituições estatais.

Abers, Serafim e Tatagiba (2014), por exemplo, propõem a modificação do termo original para “repertórios de interação”, focalizando a maior participação da sociedade civil na esfera estatal a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores. Atuando desta maneira, pode-se dizer que as autoras estariam contribuindo para o processo de “redução sociológica” ao qual Guerreiro Ramos devotava a necessária construção de uma sociologia periférica autêntica, isto é, o de que qualquer conceito novo ou importado deve dialogar diretamente com a realidade social concreta, a ela sendo adaptado (CAMPOS, 2015; RAMOS, 1958).

De modo a adotar uma formulação mais geral, utilizo o conceito de repertórios de ação coletiva procurando abarcar tanto as ações de protesto contra o Estado ou contra o mercado, quanto as diversas interações entre os três setores. De todo modo, o conceito faz referência a um conjunto de estratégias culturalmente herdadas pelos atores sociais para atingir seus objetivos políticos, no sentido de que já foram utilizadas em outros momentos de sua trajetória histórica, ao mesmo tempo em que são reconhecidas como moralmente legítimas pela opinião pública, mesmo que os meios utilizados sejam, muitas vezes, ilegais.

No entanto, os repertórios (assim como as culturas) não são estáticos, de modo que os atores estão sempre reinventando as técnicas já conhecidas e agregando novos formatos aos seus repertórios.

Nos interessa, nesse caso, de que modo o Movimenta Caxias e o MPA-RJ se apropriaram do formato de campanhas de doação de alimentos, tão comum na sociedade brasileira, para transformá-las em plataformas de ação política em que se enunciam outros problemas públicos para além do combate à fome. O que diferencia estas campanhas de outras

sendo realizadas nesse mesmo contexto, de modo que possamos distingui-las como *campanhas de movimentos sociais*? E como eles combinaram este formato com outras estratégias de ação coletiva previamente conhecidas e praticadas por eles, configurando arranjos de campanha específicos, mas que se conectam, seja no campo simbólico ou na construção dos fluxos materiais que os viabilizaram.

Por sua vez, o termo “arranjo” ressalta o caráter criativo, inovador e experimental destas campanhas, ao mesmo tempo em que joga luz sobre a incerteza e a instabilidade envolvidas nos processos políticos e no cenário de crise que as influenciaram. Em grande parte, isto se deu pelo contexto inédito de pandemia e todos os riscos envolvidos, mas também por se tratar de uma característica comum aos movimentos sociais organizados, que denunciam os problemas sociais, tornando-os públicos, ao mesmo tempo em que experimentam novos mundos possíveis a partir de suas ações concretas.

Nesse aspecto, compartilhamos de muitas das reflexões apresentadas por Cefaï, Veiga e Mota (2011), para quem as pesquisas empíricas sobre as associações e o associativismo mostram as limitações e incertezas nos campos de ação, a indeterminação das regras de jogo, as alterações dos objetivos declarados ao longo do tempo e a contingência dos acontecimentos, isto é, “são menos sistemas de funções bem integradas do que produtos instáveis, sempre em transformação” (p. 16).

Se parte da nossa análise estará dedicada às pessoas e aos diferentes recursos mobilizados durante as campanhas — e dessa forma entrarão em diálogo com parte da literatura apresentada anteriormente —, outra parte se voltará para as diferentes narrativas sobre a pandemia e a solidariedade divulgadas pelos coordenadores das campanhas e por alguns de seus principais parceiros.

Com este objetivo, utilizaremos os conceitos de *problemas públicos* e de *arena pública* inspirados em Daniel Cefaï (2011; 2012; 2017), que desenvolve uma perspectiva pragmatista, referenciada principalmente em dois expoentes da Escola de Chicago — J. Dewey e G. H. Mead —, na qual os movimentos sociais estão sempre elaborando e disputando os sentidos de suas ações no próprio campo de experiência que eles constroem.

Utilizamos os termos “arena pública” e “problemas públicos” como espaços e conteúdos de disputa em que diferentes agentes sociais “tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades. Associam-se e organizam-se, encontram líderes para fazer suas vozes serem ouvidas e para convencer e mobilizar em grande escala (CEFAÏ, 2017, p. 188).

Assim, uma arena pública é diferente de um mercado (lógica do lucro por meio da troca), de um campo (lógica de dominação entre grupos sociais) ou de uma ágora (lógica da argumentação e da deliberação). Ela reúne essas diferentes lógicas na realização de uma *ecologia dos problemas públicos*. Os modelos do mercado, do campo e da ágora são subespécies do modelo da arena social: captam apenas uma dimensão de um processo complexo, interativo e generativo; e uma arena pública é uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso (Ibid., p. 200, *grifos do autor*).

Além da questão dos enunciados políticos disputados em nome de interesses públicos, o conceito de arena pública faz referência ao constante processo de interação social, no sentido de que a sociedade está incessantemente se constituindo a partir dos encontros entre os diferentes atores, que constroem acordos, normas e consensos entre si, ao mesmo tempo em

que podem criar divergências e gerar conflitos uns com os outros. Portanto, as arenas públicas são tanto as interações quanto as estruturas que delas emergem e a todo tempo são remodeladas.

São ambientes interativos marcados pela pluralidade, em que os indivíduos, coletivos, organizações e instituições performam as suas visões de mundo para outras pessoas, procurando assim influenciar a opinião pública. Isto é, ações práticas e simbólicas não são voltadas unicamente para o diálogo ou confronto com um oponente específico. De acordo com Cefaï (2002), não são relações diádicas, mas triádicas: há sempre uma audiência que se pretende cativar, convencer e conquistar, provando a ela que sua visão é mais correta ou que sua causa é mais justa. E se a vida em sociedade é uma construção coletiva amparada em experiências passadas, com valores morais e culturais específicos, o conteúdo dos enquadramentos é tão importante quanto a forma com que eles são performados.

Assim, em linhas gerais, trataremos de *arranjos de campanha* em que *movimentos sociais organizados* construíram seus próprios *enquadramentos* sobre a pandemia e os performaram nas arenas públicas presenciais e virtuais, *mobilizando pessoas, recursos e narrativas* através de vínculos políticos e econômicos que permaneceriam invisíveis sem uma investigação atenta. Nos dois casos, as campanhas foram justificadas em nome da solidariedade, mas cada um dos atores envolvidos imprimiu significados práticos e simbólicos diferentes para este termo, divisão esta que se mostrou presente em todo o universo de mobilizações sociais que tomou conta do país em resposta à pandemia de Covid-19.

Houve campanhas com caráter mais filantrópico ou assistencialista (NEVES, 2003), outras adotaram uma gramática clientelista (NUNES, 2010) na troca de favores e bens políticos (AYUERO, 2011), enquanto algumas iniciativas foram portadoras de um sentido mais político-ideológico, como aquelas coordenadas por organizações que reivindicam a si próprias o papel de *movimentos sociais organizados*.

Por esse e por outros motivos, estamos tratando esses dois eventos como *campanhas políticas de solidariedade*. De que tipo de solidariedade os diversos atores estavam falando? Solidariedade *para quem* ou solidariedade *com quem*? De que maneiras as suas visões políticas eram traduzidas nas ações emergenciais durante a pandemia, anunciando o ideal de uma sociedade mais solidária? Que associações simbólicas foram feitas entre seus ideais e suas propostas concretas de ação política?

Como é comum em uma pesquisa científica, os conceitos adotados e a metodologia da investigação sofreram alterações ao longo do diálogo entre o trabalho de campo e a pesquisa bibliográfica. A primeira operação intelectual consistiu em analisar as duas campanhas à luz das trajetórias anteriores das duas principais organizações que as coordenavam, o que gerou implicações metodológicas.

Com relação ao MPA, existem muitos estudos publicados sobre sua história e repertórios de ação política, mas sobre o Movimento Caxias foi preciso recorrer principalmente às postagens em redes sociais, às participações de seus integrantes em debates *online* e às comunicações da campanha divulgadas na internet.

A segunda operação intelectual consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com dois militantes do MPA, um do Movimento Caxias e outro do Coletivo Terra, por meio das quais foi possível estabelecer as conexões entre os arranjos específicos construídos durante a pandemia, as identidades coletivas das diferentes organizações e as interações que ambas estabeleciam entre a dimensão política dos movimentos sociais e a dimensão econômica de suas relações comerciais.

Nessas entrevistas, obtive informações importantes sobre o financiamento das duas campanhas, o que me levou a uma investigação mais profunda dos vínculos econômicos entre os atores locais — com quem eu dialogava diretamente — e outros atores mais distantes que não tinham figurado ainda em meu trabalho de campo.

Com este intuito, foi realizada uma extensa etnografia virtual através de *sites* de empresas, coletivos e movimentos sociais organizados, organizações sem fins lucrativos e órgãos governamentais, perfis e canais em redes sociais como o Facebook, Instagram e Youtube, além de notícias em *blogs* e portais da mídia corporativa.

A primeira vez em que tive contato com o termo “etnografia virtual” foi em 2021, em um curso de formação promovido por professores argentinos vinculados ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), embora o tema da etnografia virtual ou digital venha sendo muito discutido na antropologia desde que a internet ganhou terreno nas mais diversas sociedades, principalmente através dos trabalhos de Christine Hine (2004).

Se as observações de campo, as entrevistas e os documentos fornecidos a mim pelas duas coordenações me ajudaram a reconstruir a materialidade dos arranjos por meio do mapeamento dos vínculos políticos e econômicos que os viabilizaram, a etnografia virtual nos permitiu desbravar os vínculos mais distantes, assim como as narrativas empregues pelos diferentes atores envolvidos nesses arranjos⁵⁶.

Uma vez que a internet se transformou em ambiente privilegiado para a expressão e manifestação pública de pessoas e coletivos, devemos considerar os *sites* das organizações e os perfis sociais dos mais diversos ativistas como documentos válidos para a investigação científica, principalmente se pretendemos nos debruçar sobre os seus posicionamentos nas arenas públicas (FERRAZ; ALVES, 2017; MILLER; SLATER, 2004; PEREIRA; MENDES, 2020).

Por sua vez, esses documentos devem ser submetidos ao escrutínio do pesquisador na formulação de suas interpretações e na construção de seu método que — como disse o antropólogo Daniel Miller em comunicação virtual no início da pandemia — deve ser desenvolvido e aprimorado ao longo da pesquisa⁵⁷. Assim como nas observações *in situ*, é preciso analisar os contextos em que são proferidas as falas ou redigidos os documentos: numa conversa informal em uma *live* ou numa entrevista formal editada em um periódico *online*; numa opinião pessoal em uma rede social ou numa comunicação oficial no *site* de uma organização.

Dito isso, podemos resumir nossa metodologia a uma abordagem qualitativa em que se conjugou a etnografia das duas campanhas (e das interações entre elas) com entrevistas semiestruturadas que nos ajudaram a estabelecer as conexões entre fenômenos locais, regionais e nacionais. A etnografia foi realizada majoritariamente em bairros e favelas de Duque de Caxias e Rio de Janeiro, além de ações pontuais em ocupações urbanas em Santo André/SP e Rio de Janeiro, numa aldeia indígena em Maricá/RJ e, como acabamos de ver, na internet.

Em muitos aspectos, sua condução foi inspirada no método de etnografia multi-situada proposto por George Marcus (1995), ao qual tive acesso a partir da tese de doutorado de Rosana Pinheiro-Machado (2009). Ele parte da percepção de que, em um mundo cada vez mais globalizado, qualquer evento local é atravessado por dinâmicas não-locais, sejam elas originadas em outras localidades, sejam elas de caráter regional, nacional, internacional ou global.

A partir do reconhecimento das complexas relações que se estabelecem entre o local e o não-local, em diferentes contextos, Marcus (1995) pretende fazer um contraponto às pesquisas antropológicas que tenderiam a analisar o campo etnográfico como fora do tempo e do espaço circundantes, quase que como realidades *sui generis* capazes de serem descritas isoladamente

⁵⁶ Ver, no Anexo I, o primeiro “mapa mental” que fiz da pesquisa.

⁵⁷ Comunicação audiovisual publicada no Youtube, sob o título: “Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NSiTrYB-0so&feature=emb_imp_woyt. Publicada em: 03 mai. 2020. Acesso em: 12 fev. 2022.

em termos da cultura local observada *in situ* pelo pesquisador. Por isso, também, o autor fala em uma etnografia *no* (e *do*) sistema-mundo (MARCUS, 1995).

De um modo geral, o método consiste em selecionar alguns elementos a serem “perseguidos”, demonstrando como eles transitam material e simbolicamente por diferentes espaços ao longo de sua trajetória. Pinheiro-Machado (2009), por exemplo, ao estudar, ao longo de vários anos, os comércios populares em Porto Alegre/RS e na região de tríplice fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil, descobre que grande parte das mercadorias são importadas da China e comercializadas por famílias chinesas. Por isso, ao invés de restringir sua análise à circulação dos produtos apenas em uma região, ela decide viajar de uma à outra, até chegar na China, onde procurou entender o contexto em que as mercadorias são produzidas e futuramente exportadas.

No nosso caso, a viagem é bem mais curta. Embora não esteja limitada a isso, uma das estratégias para a investigação das redes e para a compreensão dos arranjos foi “perseguir” os alimentos doados nas duas campanhas. Como não caberia, no tempo de uma dissertação (ainda menos durante uma pandemia), o acompanhamento de todos os alimentos distribuídos, limitamo-nos àqueles produzidos por pequenos agricultores nas regiões Metropolitana e Serrana do Rio de Janeiro. Mesmo assim, ao longo de toda a pesquisa, procuramos colocá-los em relação com os demais alimentos distribuídos.

Além disso, como observamos a existência de relações de compra e venda por parte dos movimentos sociais organizados, decidimos também “perseguir” o dinheiro que possibilitou essas transações comerciais. Com isso, descobrimos que, apesar das diferentes estratégias adotadas nas campanhas, envolvendo desde a arrecadação até os formatos de distribuição dos alimentos, ambas se valeram de recursos disponibilizados por grandes grupos financeiros nacionais — e que isso não foi exclusividade dessas iniciativas.

Por outro lado, se as duas campanhas devem ser contextualizadas num movimento social mais amplo de combate à fome durante a pandemia, os diferentes atores que compõem os arranjos propuseram narrativas diferentes sobre a solidariedade, entendida aqui como a ideia central que mobilizou as campanhas tanto na viabilização de suas ações concretas e pragmáticas, quanto como propostas de futuros possíveis para a sociedade brasileira de um modo geral.

É com base nesses argumentos que propomos uma descrição densa dos eventos locais, os quais estão inseridos em um conjunto de redes de intercâmbio⁵⁸ entre indivíduos e coletivos, mas que guardam relações com estruturas socioeconômicas e simbólicas mais abrangentes, de caráter regional, nacional e internacional. Dessa forma, para que pudéssemos captar os diversos vínculos políticos e econômicos entre os atores envolvidos, tivemos que lidar com três planos de análise:

a) as experiências locais, em que os arranjos se materializam nos territórios de produção dos alimentos agroecológicos e de distribuição das doações em geral, assim como nos espaços de armazenamento e organização logística de cada campanha.

b) os vínculos políticos e econômicos numa dimensão regional, em que os diferentes territórios foram conectados através dos recursos financeiros e dos alimentos doados, sob a mediação das coordenações e das demais pessoas envolvidas nas campanhas.

c) os vínculos políticos e econômicos mais distantes, em que agentes financeiros nacionais participam das campanhas contribuindo com seu financiamento, ao mesmo tempo em

⁵⁸ Por meio da etnografia multi-situada e do foco na mediação dos coordenadores das campanhas, desejamos justamente extrapolar a análise das redes de intercâmbio ou das relações políticas *locais* que são características de muitos estudos antropológicos que nos serviram de referência e inspiração, como são os casos das etnografias de Larissa Lomnitz (1973; 1975) sobre os “*marginados*” habitantes das “*barriadas*” mexicanas e de Julieta Quirós (2006; 2008; 2009) sobre os movimentos *piqueteros* e *peronistas* em bairros populares de Buenos Aires.

que disputam com os agentes locais os sentidos atribuídos à solidariedade enquanto ideia central que as mobiliza.

Em todo esse tortuoso caminho, é importante ressaltar as dificuldades impostas pela pandemia. Meu envolvimento como voluntário nas entregas portava uma dimensão ética que extrapolava o âmbito da pesquisa; isto é, o fiz com a convicção moral de que era necessário que algumas pessoas se expusessem ao vírus para que muitas outras sofressem menos com a fome.

Assim, a descrição etnográfica serve não apenas para responder às questões de pesquisa apresentadas, como também para divulgar o trabalho que foi feito por pessoas corajosas em momento de profunda calamidade social. Nesse sentido, o relato é secundário com relação aos fatos, uma vez que, resultando ou não em uma pesquisa, eu estaria engajado nestas ações.

Por outro lado, a realização de entrevistas presenciais não contribuía diretamente com as necessidades das campanhas, de modo que poderia incorrer em questionamentos éticos por parte da comunidade científica num momento em que se defendia o isolamento físico como forma mais eficaz de contenção da disseminação da Covid-19. Soma-se a isso a agenda sempre cheia de militantes de movimentos sociais organizados quando estão em campanha, o que torna quase impossível encontrar tempo livre para conversar com um pesquisador iniciante.

Por esses motivos, praticamente todas as entrevistas foram realizadas à distância, por meio da internet, o que traz implicações metodológicas, mas que devem ser compreensíveis à luz do contexto. Como o objetivo das entrevistas era esclarecer certas questões de ordem financeira e das estratégias organizativas das campanhas, isto é, como os assuntos tratados tinham um caráter circunscrito e pragmático, as informações colhidas puderam ser articuladas às observações de campo sem tanto prejuízo para a compreensão dos arranjos.

Outra questão a ser levantada é a do meu envolvimento pessoal com os dois movimentos sociais organizados e, em particular, com seus militantes. Embora a nossa pesquisa dialogue com o campo da antropologia política (BALANDIER, 1969) ou antropologia *da* política (COMERFORD; BEZERRA, 2013; GOLDMAN; PEREIRA, 1996; OLIVEIRA, 2015), em nenhum momento foi minha intenção abordar com detalhes as táticas políticas das organizações ou as contradições internas entre seus membros, como é o caso de muitas etnografias de estimado valor acadêmico e que muito me influenciaram (COMERFORD, 1999; GOLDMAN, 2006).

Nosso foco está nas relações entre os agentes implicados nas campanhas e as interações de ordem política e econômica que os envolveram numa trama de relações interpessoais, mas sempre com o olhar voltado para os impactos e influências destas relações sobre as formas de ação coletiva adotadas. Mais uma vez, não estamos fazendo uma análise do que poderiam ser os ‘reais interesses’ desses agentes por trás das ações, mas sim nas interações que permitiram a circulação dos alimentos e das ideias a eles atribuídas. Para tanto, focaremos principalmente nos vínculos institucionais construídos ao longo das campanhas e dos discursos públicos de alguns de seus integrantes.

Por outro lado, o campo etnográfico tem por cenário a vida material e esta é composta por seres animados e inanimados, não por instituições. O que observei foram os indivíduos e suas atitudes, suas decisões materializadas em fatos que podem ser descritos e analisados, assim como seus discursos me revelaram pequenos vislumbres (certamente enviesados) de suas ideias e concepções de mundo.

Na medida em que as campanhas eram coordenadas por movimentos sociais organizados, acercamo-nos de uma literatura dedicada à abordagem etnográfica destes processos (AYUERO; JOSEPH, 2007; CEFAÏ, 2011; CEFAÏ; VEIGA; MOTTA, 2011). Com eles, aprendemos bastante sobre a sensibilidade necessária para estar presente nos espaços de ação e a ter uma atitude reflexiva perante nossos interlocutores (observando o que tradicionalmente é dito como ‘o ponto de vista nativo’), de modo a captar o sentido de suas

ações nos próprios contextos de interação, focalizando mais as relações complexas e ambíguas entre os atores do que as identidades abstratas dos sujeitos coletivos.

É importante ressaltar que, nestes contextos de interação, o pesquisador também é um elemento do conjunto e que interfere diretamente no que é observado, de modo que sua inserção no campo também deve ser constantemente problematizada.

A etnografia virtual, por sua vez, permite ver mais as instituições, suas narrativas e atos públicos, suas estruturas organizativas e suas relações formais com outras instituições. Alargar o conceito de etnografia multi-situada para incorporar o mundo digital, portanto, nos permite pôr em perspectiva aquilo que, visto como concreto, parece confundir-se com o real. Permite ver a pessoa em carne viva, submersa em seu território familiar, e depois vê-la desterritorializada em falas recortadas de uma entrevista ou num perfil de rede social.

Por outro lado, o momento da escrita acadêmica, cujo resultado também será publicado na internet — ao contrário do que ocorria em outras épocas, quando o manuscrito se escondia numa biblioteca universitária —, exige um senso de responsabilidade sobre o que se viu e sobre o que pode ser dito. Não apenas com relação às dinâmicas internas das organizações, como também ao envolvimento das pessoas em seus territórios.

Como veremos nos próximos capítulos, o cenário de nossa etnografia é um conjunto de favelas e bairros populares marcados por dinâmicas de violência e controlados por facções de crime organizado (MACHADO DA SILVA, 2004; MISSE, 2006; 2011). Por isso, em alguns momentos optei pelo anonimato das fontes⁵⁹. Além disso, em diversas situações o pesquisador também está “em casa”, uma vez que parte das entregas de alimentos se deram em favelas do seu bairro de residência. Nesse caso, o anonimato dos interlocutores me pareceu ainda mais imperativo (FONSECA, 2010).

Com relação à estruturação interna das campanhas e seus personagens, optei por declarar seus nomes, afinal se tratam de pessoas públicas. Não faria sentido ocultar suas identidades, principalmente se um de nossos objetivos é divulgar os eventos observados e fazer um registro deste momento histórico tão inesperado que estamos vivendo. Entretanto, optei mais uma vez pelo anonimato em algumas cenas narradas e informações coletadas, por acreditar que se tratava de questões delicadas e que não trariam benefício se fossem identificadas.

Com relação às falas de outras pessoas, as citações diretas serão utilizadas quando estivermos reproduzindo trechos de entrevistas ou de anotações em meu caderno de campo. Já na reprodução de conversas informais, optei pela citação indireta ou pelo uso de travessões de modo a dar maior ambiência ao texto, buscando trazer o(a) leitor(a) para dentro da cena narrada.

Por fim, utilizamos alguns recursos estilísticos ao longo do trabalho. O itálico será usado em palavras estrangeiras ainda não estabelecidas em nosso vocabulário nacional ou como forma de ressaltar certos termos importantes para a compreensão da mensagem. Nas citações indiretas de falas e textos, utilizaremos aspas duplas quando estivermos reproduzindo exatamente a comunicação original. Por sua vez, as aspas simples serão empregadas em expressões de senso comum, como ditados populares, trocadilhos e vocabulários regionais.

Feitas essas ressalvas, a dissertação está dividida em quatro capítulos que correspondem aos três planos de análise apresentados anteriormente. Nos dois primeiros capítulos, faremos a descrição densa de cada uma das campanhas políticas de solidariedade coordenadas por Movimenta Caxias e Movimento dos Pequenos Agricultores. A ordem de apresentação segue o encadeamento dos eventos, uma vez que, durante quase todo o período de trabalho de campo em Duque de Caxias, eu não tinha ainda conhecimento da campanha *Mutirão Contra a Fome*.

No terceiro capítulo, faremos uma análise dos dois arranjos a partir das mediações em torno dos alimentos doados: quem os produziu, quem os distribuiu e que tipos de vínculos

⁵⁹ Nestes casos, não utilizei pseudônimos para não confundir o leitor. Preferi descrever a situação e a pessoa que fala, sem nomeá-la.

políticos e econômicos foram construídos nesse processo? Para tanto, resgataremos experiências anteriores do Movimento Caxias, do MPA-RJ e do Coletivo Terra, que nos ajudarão a compreender melhor as decisões tomadas e os formatos de arranjos adotados. Partimos do entendimento de que, apesar do período de incerteza e instabilidade marcado pela pandemia, as campanhas foram formuladas com base em agendas prévias de luta e práticas rotineiras dos dois movimentos sociais organizados.

No quarto capítulo, será a vez de seguirmos os fluxos de dinheiro, identificando alguns dos principais financiadores das duas campanhas. Esse movimento analítico nos revelou um contexto mais amplo em que os diversos atores emergem conectados por redes interpessoais e institucionais mais abrangentes que as experiências locais, ao mesmo tempo em que se inserem no contexto nacional de disputa sobre as interpretações da pandemia, de seus efeitos socioeconômicos e das possíveis saídas para a crise sanitária e social que, no Brasil, se instalaram sobre as bases de um cenário de polarização política sem precedentes na história recente e de aparente reformulação das fronteiras e interações legítimas entre Estado, mercado e sociedade civil organizada.

Nos interessa entender como os movimentos sociais organizados foram capazes de agenciar conjuntos tão heterogêneos de atores em função de objetivos comuns, inclusive mobilizando recursos provenientes das altas esferas do setor financeiro, sem cairmos nas fáceis e superficiais interpretações de cooptação ou manipulação dos movimentos sociais.

Nos três planos de análise, daremos destaque aos elementos centrais com os quais estamos trabalhando para a descrição das duas campanhas: *as pessoas, os recursos e as narrativas*. O que desejamos demonstrar é que em cada uma delas os três elementos estão articulados em arranjos específicos e que estão de acordo com os papéis atribuídos aos atores pelas respectivas coordenações. Por sua vez, as duas campanhas estão conectadas por meio dos alimentos produzidos, armazenados e distribuídos, de modo que nosso foco de análise são as mediações estabelecidas pelos dois movimentos sociais organizados na construção dos vínculos políticos e econômicos que viabilizaram as campanhas e que serviram, ao mesmo tempo, à projeção de futuros possíveis para a sociedade pós-pandêmica.

CAPÍTULO I

MOVIMENTA CAXIAS E A BAIXADA FLUMINENSE

Minha incursão a Duque de Caxias se deu, inicialmente, como voluntário na campanha de doação de alimentos coordenada pelo Movimenta Caxias. Na ocasião, fui convidado por Fernanda Lacombe, colega do Movimento de Educação Popular +Nós, movimento social organizado que oferece cursos gratuitos de pré-vestibular e apoio escolar para jovens e adultos de baixa renda. Na época, ambos éramos professores e coordenadores da turma sediada no prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), onde fiz minha graduação em Ciências Sociais.

Em abril de 2020, tivemos que suspender as atividades letivas devido às medidas de restrição à circulação adotadas pelos governos do município e do estado do Rio de Janeiro, incluindo o fechamento de espaços públicos, entre eles o IFCS/UFRJ. Nossa organização possuía, na época, treze turmas distribuídas pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo três delas no município de Duque de Caxias.

Eu ainda não conhecia pessoalmente os coordenadores e professores dessas turmas, mas sabia que alguns deles haviam sido anteriormente alunos do pré-vestibular e que participavam, desde muito jovens, de organizações ligadas ao movimento estudantil secundarista. Segundo Fernanda, os coordenadores das turmas de Caxias eram sempre muito ativos e organizados, e haviam de imediato iniciado uma campanha com a intenção de levar cestas básicas para seus alunos.

Com o tempo, os recursos de doações teriam se ampliado até alcançarem uma magnitude inédita para todos os envolvidos. Naquele momento, os militantes locais estavam realizando entregas de alimentos praticamente todos os dias da semana, entre terça-feira e sábado, e por isso estavam convocando voluntários.

Em minha primeira investida na cidade, fomos nós dois no carro de André Chwarten, outro coordenador do +Nós e professor de Química na nossa unidade, que também estava participando da campanha pela primeira vez. Fernanda já vinha ajudando na parte administrativa, principalmente na digitalização dos registros de cadastros dos beneficiários das doações, e explicou-me que isso era necessário devido à parceria estabelecida com o Instituto Unibanco, que exigia a prestação de contas pelo dinheiro doado.

Naquele primeiro dia, eu não sabia ainda do montante total de recursos envolvidos nessa parceria, nem da trajetória das diversas pequenas campanhas que resultaram nesta última, assim como também não sabia o que era o Instituto Unibanco, apesar de seu nome fazer referência imediata ao maior conglomerado bancário do país, o Itaú-Unibanco. No entanto, um primeiro olhar sobre a sede física da campanha já anunciava a escala grandiosa da empreitada. Quando chegamos na Lauro Neiva, uma rua pouco movimentada no centro da cidade de Duque de Caxias, avistamos dois caminhões estacionados em frente a um portão de ferro aberto entre duas colunas, nas quais se lia: “Galpão Gomeia”.

Através dele eram carregadas dezenas de sacas de plástico com alimentos e produtos de limpeza. Passando pelo portão, foi possível ver, ao fundo, um grande estrado de madeira com centenas de sacas empilhadas, além de caixas de papelão com máscaras de pano e luvas de vinil. Pelas paredes, cartazes anunciavam as medidas de higiene, as regras de conduta e os horários de funcionamento do galpão, demonstrando haver uma organização centralizada por trás de toda aquela atividade.

Foto 1. André em frente ao Galpão Gomeia Criativo



Fonte: acervo pessoal.

A movimentação era intensa no local, com dezenas de jovens carregando as sacas do caminhão para dentro do galpão, enquanto outros se encarregavam da preparação do café da manhã para todos ali presentes. Em seguida, foi feita uma rápida conversa explicando as ações previstas para aquele dia, ocasião em que foi apresentada a lista dos voluntários e motoristas que acompanhariam os coordenadores da campanha nos diferentes territórios de entrega dos alimentos. Em uma delas, constava o meu nome e o de André, previamente fornecidos por Fernanda, de modo que deveríamos nos juntar ao restante da comitiva com destino ao bairro Parque das Missões.

Naquele 22 de abril de 2020, dia em que se celebra o aniversário do desembarque português sobre Pindorama, completávamos dois meses da chegada da pandemia de Covid-19 em nosso país. Vivíamos, ainda, grande incerteza sobre os desdobramentos futuros da situação de emergência sanitária, mas o cenário começava a apontar para o caos que tomaria conta do país. Naquele mesmo dia, contabilizava-se 2.924 mortes, sendo um terço delas apenas durante aquela mesma semana⁶⁰.

1.1. O alimento como porta de entrada: acessando bairros populares e favelas em Duque de Caxias

O sol mal despontava por detrás do Rio Pavuna quando o comboio chegou na entrada do bairro: uma kombi, uma furgoneta e um carro de passeio. Com os dispositivos de piscas-alerta ligados, fomos conduzidos por um vagaroso zigue-zague entre barricadas, tentando acompanhar o ritmo acelerado do mototaxista que nos guiava.

As barricadas eram estacas de ferro e de madeira fincadas em buracos abertos propositalmente no meio da rua asfaltada. Ao mesmo tempo em que travavam o trânsito de

⁶⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/22/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-22-de-abril.ghtml>; Acesso em: 05 ago. 2021.

carros, protegendo o bairro de possíveis invasões armadas, serviam também de trave aos meninos descalços, que jogavam bola sem medo de serem atropelados.

Eu vinha no carro com André e um fotógrafo contratado para registrar as entregas, enquanto os dois outros veículos transportavam dezenas de cestas básicas, kits de limpeza e caixas de papelão com alimentos orgânicos para doação. O destino era a sede de uma ONG⁶¹ situada nos fundos do bairro, na localidade conhecida pelo nome de Colômbia.

Para quem cresceu, como eu, no estado do Rio de Janeiro dos anos 1990, o nome Colômbia faz menos referência ao país sul-americano do que a um tipo de maconha comercializada nas favelas da região. Considerada mais forte e saborosa que o ‘prensado’⁶² vendido nas ‘bocas de fumo’⁶³, a evocação de seu nome é capaz de provocar um sorriso malicioso num ouvinte atento.

Esta referência ao termo ‘Colômbia’ não é por acaso, pois simboliza o poderoso estigma que os territórios de favela e seus moradores sofrem no imaginário social fluminense: tanto na mídia em geral como no senso comum, as favelas são retratadas como lugares perigosos e redutos da marginalidade — palavra com forte conotação negativa —, como se todas as drogas ilegais e todos os ‘bandidos’⁶⁴ viessem de dentro delas; e como se ‘droga’ fosse sinônimo de perdição, violência e morte.

O nome do bairro em que ora ingressávamos também era sugestivo: Parque das Missões. Na linguagem popular do Rio de Janeiro, qualquer tarefa mais difícil de se executar é como ‘fazer uma missão’. Viver em um território periférico, distante do centro econômico onde estão concentradas as oportunidades de emprego e renda — e ainda viver refém de dinâmicas cotidianas de violência urbana —, é ‘a maior missão’.

Esse ponto talvez ajude a entender o aparente descaso com que muitas pessoas encararam a pandemia, ignorando os altos riscos de sofrimento e morte com os quais ela vinha sendo retratada pelos grandes meios de comunicação. Para quem vive submerso na necropolítica (MBEMBE, 2018)⁶⁵ — em que o Estado, através de suas polícias e demais instituições de repressão e persecução penal, atua sistematicamente pela negação da vida e dos corpos marginalizados e favelados —, a Covid-19 parecia ser apenas mais uma das tantas formas de se abreviar a vida.

Com base no conceito de biopolítica de Michel Foucault, Mbembe associa a política a uma interpretação do conceito de soberania como se tratando do poder de matar e de deixar viver, o que, nos termos da “teoria democrática tardo-moderna” por ele criticada, seria entendido como um momento de ruptura no uso da razão e no exercício da cidadania. No

⁶¹ Aqui adotamos esta nomenclatura por ser o termo utilizado por nossos interlocutores. No imaginário social fluminense, o termo ONG costuma ser relacionado a organizações fora das esferas estatais ou do mercado, muitas vezes com caráter filantrópico. Em alguns momentos da pesquisa, inclusive, pessoas beneficiárias das doações se referiram a nós como “o pessoal da ONG”. Em termos jurídicos, hoje as ONGs ou as OS (Organizações Sociais) podem estar formalizadas como Associações, definidas no Código Civil como “união de pessoas que se organizam para fins não econômicos”, ou como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), principalmente quando se procura realizar parcerias e convênios com o Estado.

⁶² A ‘prensa’ é um método de compactação da maconha com o objetivo de facilitar seu transporte. No Rio de Janeiro, há várias lendas urbanas sobre o ‘prensado’, como a que diz que os traficantes urinam sobre ele para ocultar o cheiro dos cães-policiais.

⁶³ Locais de venda física do varejo de drogas, em geral posicionados nos acessos de pedestres às favelas.

⁶⁴ Termo recorrentemente utilizado para designar pessoas que praticam ‘maldades’ contra outras e, por isso, merecem ser severamente castigadas, como na expressão popular ‘bandido bom é bandido morto’.

⁶⁵ De acordo com o Atlas da Violência 2019 do IPEA, entre os 27 municípios com mais de 100 mil habitantes no estado do Rio de Janeiro, as sete maiores taxas estimadas de homicídio são na Baixada Fluminense, dentre as quais Duque de Caxias ocupa a 6ª posição. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/7047-190802atlasdaviolencia2019municipios.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

entanto, para o autor (e muitos de seus leitores contemporâneos⁶⁶), a necropolítica seria a própria forma de exercício do poder sobre as populações, em particular as marginalizadas.

Embora a incorporação analítica do conceito de necropolítica seja muito recente, os fenômenos a que pretende explicar são antigos, atingindo, em particular na Região Metropolitana Fluminense, os habitantes de favelas (ou ‘morros’, como são popularmente conhecidas no Rio de Janeiro⁶⁷). O reconhecimento e a aceitação da morte como algo presente e sempre iminente pode ser encontrada em diversas canções populares, como no samba de Zé Ketí, *Acender as Velas*, lançado em 1965⁶⁸:

Acender as velas
Já é profissão
Quando não tem samba
Tem desilusão

É mais um coração
Que deixa de bater
Um anjo vai pro céu

Deus me perdoe
Mas vou dizer

O doutor chegou tarde demais
Porque no morro
Não tem automóvel pra subir
Não tem telefone pra chamar
E não tem beleza pra se ver

E a gente morre sem querer morrer
E a gente morre sem querer morrer

Talvez por isso, raras foram as pessoas portando máscaras em todas as favelas que frequentei durante a pesquisa. Quando eu perguntava o motivo de não se protegerem, as respostas eram sempre evasivas: sabiam dos riscos que corriam, mas simplesmente não usavam os equipamentos de proteção sem refletirem muito a respeito. No entanto, quando saíam da favela para trabalhar ou para qualquer outra atividade, ‘faziam questão’ de usar máscara, como se ‘lá fora’ imperasse outra normatividade social ou como se o risco maior fosse o de trazer o vírus ‘para dentro da comunidade’⁶⁹.

⁶⁶ O conceito de necropolítica vem sendo largamente utilizado por movimentos sociais, ONGs e pesquisadores em denúncia às políticas de medo e violência perpetradas pelo Estado contra estas populações, seja nas operações policiais, seja nas constantes ameaças de remoção ou no acesso precário a serviços essenciais como o de saúde pública (FERREIRA, 2019; VALIM; RASGA, 2018).

⁶⁷ O termo ‘morro’ faz referência às primeiras favelas que ocuparam inicialmente as encostas dos bairros centrais da capital do estado. Posteriormente, as partes baixas também passaram a ser ocupadas, mas o nome ‘já tinha pegado’.

⁶⁸ Nos anos 1960, ainda não havia o tráfico de drogas e o controle armado das favelas como conhecemos hoje. Ainda assim, eram comuns as incursões violentas da polícia, atendendo a uma política de Estado de remoção de seus habitantes. É nesse período, também, que são inauguradas muitas das associações de moradores existentes até os tempos atuais.

⁶⁹ O termo comunidade é popularmente utilizado para descrever as favelas, de um modo geral, ou o conjunto de seus habitantes, embora recentemente ele venha sendo apropriado politicamente em substituição ao termo ‘favela’, de modo a reduzir o estigma negativo sobre os territórios e seus habitantes. Este jogo de palavras denota a divisão

Voltando ao nome do bairro de Duque de Caxias, a expressão ‘fazer missão’ também pode se referir, dependendo do contexto, ao ato de comprar drogas ilícitas. De forma análoga, havia um ar de clandestinidade em nossa ação: adentrando o território delimitado pelas barricadas, passávamos a ser observados pelos funcionários da facção do tráfico de drogas local. Embora naquele dia não tenhamos sido interpelados, sua presença era ostensiva, com ‘soldados’⁷⁰ armados com metralhadoras e circulando em garupas de motocicletas.

O pisca-alerta do carro é uma regra informal em qualquer favela do estado: uma sinalização de que somos forasteiros, mas que viemos em paz. Porém, somente isso não bastava. Nosso salvo-conduto estava dentro dos carros: eram os alimentos para doação que conferiam legitimidade à nossa presença no local.

Duque de Caxias é o terceiro município mais populoso do estado do Rio de Janeiro⁷¹ e está localizado na região conhecida popularmente pelo nome de Baixada Fluminense. A delimitação da região, assim como a definição de seu nome, alterou-se ao longo do tempo e sempre dependeu do referencial político-geográfico adotado, tendo inclusive abrangido, em outras épocas, diversos municípios hoje pertencentes à Região dos Lagos (CASTRO, 1987).

Atualmente, existem muitas divergências sobre a inclusão ou não de alguns municípios, sendo que, nos termos da administração pública, muitas instituições não reconhecem a existência oficial da região, como são os casos da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro⁷² e da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ)⁷³, por exemplo.

Por outro lado, em termos políticos, culturais e geográficos, há certo consenso sobre a inclusão, nos perímetros da Baixada Fluminense, dos municípios originados do desmembramento do antigo município de Grande Iguassu, todos eles situados ao norte e a oeste da Baía de Guanabara: Magé, Guapimirim, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Seropédica, Itaguaí, Queimados, Japeri e a própria Duque de Caxias, que recebeu este nome apenas em 1943⁷⁴, quando se emancipou do município de Nova Iguaçu⁷⁵. É possível visualizá-los com detalhes na Figura 1:

semântica e social entre “dentro” e “fora” (da favela) ou entre “eles” e “nós” (favelados). Em diversos momentos enquanto eu morava no Morro da Pereira, vi moradores cobrando seus vizinhos por voltarem da rua sem máscara, embora nos encontros dentro da favela quase ninguém as portasse.

⁷⁰ Os funcionários responsáveis pela segurança dos traficantes de drogas são conhecidos como ‘soldados do morro’. Para adentrar neste universo de termos tão conhecidos na vida social das favelas, ler Bill e Athayde (2006) ou ver o documentário que deu origem ao livro, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=B-s2SDi3rkY&ab_channel=MVBill. Acesso em: 12 ago. 2021.

⁷¹ População estimada em 924.624 pessoas, segundo dados do IBGE de 2020. Entre 1970 e 2010, sua população residente aumentou, em média, 105 mil pessoas a cada dez anos. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/2838/rj/duque-de-caxias#mapa>. Acesso em: 20 mai. 2020.

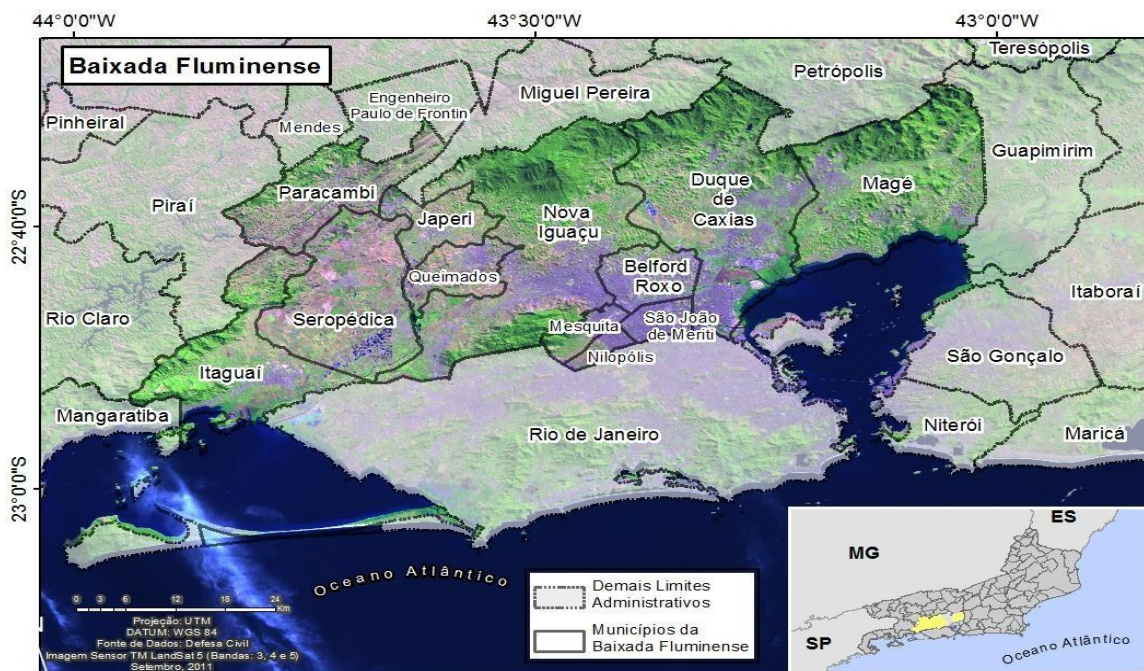
⁷² Em artigo publicado em seu site oficial, são reconhecidas oito regiões de governo: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde (ACSERALD, S/D).

⁷³ Disponível em: https://www.ceperj.rj.gov.br/?page_id=262. Acesso em: 26 mai. 2022.

⁷⁴ Marcada por forte presença de população negra, é no mínimo contraditória a homenagem feita ao personagem histórico: Duque de Caxias, patrono do exército brasileiro, foi responsável direto pela repressão a dezenas de revoltas e insurreições de populações negras durante o século XIX. Luis Alves de Lima e Silva (1803-1880) foi defensor incondicional do império brasileiro, representante do Partido Conservador e comandante militar na repressão a revoltas populares como da Cabanagem e da Balaiada (SOUZA, 2008).

⁷⁵ No canal do Museu Vivo do São Bento no site Youtube, é possível acessar um minicurso sobre a história da Baixada Fluminense, intitulado “Os tempos da Baixada”, em cuja primeira aula o historiador Nielson Bezerra faz uma reconstrução histórica dos diferentes conceitos utilizados para designar a região. https://www.youtube.com/watch?v=o5hi_4O8ppI&t=9s&ab_channel=MuseuVivodoS%C3%A3oBento%2FCRPH (acesso em: 17 abr. 2021). Para estudos científicos sobre o tema, ver Barreto (2006), Simões (2006) e Silva (2013).

Figura 1. Mapa da Baixada Fluminense.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias⁷⁶

De acordo com Lúcia Silva (2013), a designação como Baixada Fluminense se consolidou apenas no início do século XX, com a crescente urbanização da região e o seu desenvolvimento econômico periférico em relação à capital do estado. Ainda segundo a pesquisadora, é importante avaliar que “esse termo foi difundido por aqueles que não eram do lugar para designar um determinado local com imagens negativas” (SILVA, 2013, p. 58), mas foi apropriado pelos moradores locais compreendendo uma diversidade de sentidos.

Nas conversas estabelecidas ao longo da pesquisa, observamos que nossos interlocutores alternam o uso do termo “Baixada” entre pares semânticos antagônicos, por vezes denunciando seus aspectos negativos, com destaque para a ausência de políticas públicas, por vezes afirmando a bravura e a “resistência” de sua população e o valor de sua “cultura periférica”.

No imaginário social fluminense, a ‘Baixada’ é concebida como uma região de muita pobreza, falta de infraestrutura e violência. Em muitas ocasiões, é definida mais por suas carências do que por suas potências. Além disso, em todo o estado do Rio de Janeiro a violência urbana está muito associada a territórios controlados por facções ligadas ao tráfico de drogas ou por milícias, que vivem em estado de guerra permanente entre si e contra as polícias civil e militar⁷⁷.

Infelizmente, não se trata apenas do imaginário social. Segundo relatório anual do Mapa do Fogo Cruzado (2020)⁷⁸, a região foi palco, em 2020, de 23% dos tiroteios ou disparos de armas de fogo de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, o relatório estima que mais de 70% da área total do município do Rio de Janeiro esteja sob domínio desses grupos,

⁷⁶ Para este e outros mapas, ver: SILVA et al (s/d).

⁷⁷ Para um resumo da trajetória dos diferentes grupos do crime organizado no Rio de Janeiro, ver Misse (2011). Para compreender a expansão das formas de violência organizada para outros estados, ver Misse (2006).

⁷⁸ Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/relatorio-anual-grande-rio-2020/>. Publicado em: 11 jan. 2021. Acesso em: 01 jun. 2021.

com destaque para o avanço territorial das milícias⁷⁹. Em Duque de Caxias não é diferente, de modo que não se tratava de uma excepcionalidade o desfile de fuzis e metralhadoras pelas ruas do bairro.

Conforme avançávamos entre as barricadas, o Parque das Missões — primeiro bairro para quem chega da cidade do Rio de Janeiro pela via expressa Linha Vermelha⁸⁰ —, assemelhava-se a muitos outros dos subúrbios fluminenses mais densamente povoados: casas e prédios de até três andares em construção de alvenaria, algumas poucas cores preenchendo o cinza, as ruas sem árvores e sem sombra para além das marquises, na calçada as cadeiras de plástico ou de madeira observando o vai-e-vem dos vizinhos e da criançada.

Havia pequenos comércios de todos os tipos: padarias, mercadinhos, bazares, farmácias e bares. Era uma vida agitada, que em nada remetia às restrições de circulação que vivíamos por conta da pandemia. Com exceção de algumas pessoas mais idosas, ninguém utilizava máscaras — o que fazia de nós ainda mais suspeitos, mascarados dentro de automóveis desconhecidos.

Quanto mais adentrávamos o território, as construções se tornavam menores e mais simples, grande parte delas sem qualquer pintura exterior. Já era possível ver algumas em tijolo aparente, característica marcante das favelas brasileiras e de muitas metrópoles da América Latina. O movimento de pessoas na rua também se reduzia progressivamente, até que chegamos a um campo de futebol imenso, situado bem na fronteira da localidade chamada Colômbia.

Ali, o impacto visual foi imediato. Os prédios de alvenaria foram subitamente substituídos por pequenas casas de tábuas de madeira e chapas de metal (popularmente conhecidas como ‘barracos’). As ruas já não eram de asfalto, mas de um barro enlameado que resistia às duas semanas seguidas de sol. O espaço entre as casas se estreitava, fechando a rua num corredor em que era preciso muita habilidade para conduzir o carro.

Foto 2. Rua principal da Colômbia (Parque das Missões)



Fonte: acervo pessoal.

⁷⁹ Disponível em: http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/02/2020_apresentacao-mapa-dos-grupos-armados.pdf; Acesso em: 02 jun. 2021.

⁸⁰ O bairro foi construído originalmente como Conjunto Habitacional Trevo das Missões, durante o governo Leonel Brizola (1993), com o objetivo de abrigar as famílias removidas pela construção da Linha Vermelha (1992). Para um breve histórico, ver Silva (2014a).

A Colômbia está localizada exatamente no encontro entre os rios Pavuna e Meriti, que descem da zona norte da capital e percorrem os bairros da Baixada Fluminense carregando água, lixo, esgoto e produtos químicos⁸¹. Em dias de chuva intensa, a região fica alagada, e por isso algumas casas são construídas sobre pequenas palafitas, evitando que a água entre pelas portas ou pelas frestas entre as tábuas⁸². Estas casas mais bem estruturadas foram construídas por meio de um projeto social da ONG TETO⁸³.

Quando se fala em vulnerabilidade social, não se trata apenas de pobreza e fome: as condições ambientais também são determinantes, sendo a insalubridade uma marca característica de favelas e bairros pobres, o que impacta negativamente a saúde física e psicológica de seus habitantes. Algo que Ayuero (2011) denominou “sofrimento ambiental”, destacando que as etnografias da pobreza urbana e da marginalidade da América Latina deveriam sempre ressaltar o fato de que “os pobres não respiram o mesmo ar, bebem a mesma água ou brincam nos mesmos parques que os outros” (p. 144).

Enfim, chegamos à última rua do bairro, onde ficava a sede da ONG Apadrinhe um Sorriso⁸⁴. A entidade foi fundada em 2009 por Fabiana Silva (conhecida por todos como Fabbí), que nasceu e cresceu nesta favela, quando ela se formava em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, conta com o apoio de outras moradoras locais, profissionais e voluntários, alguns dos quais eu pude conhecer em outra oportunidade no ano de 2021.

Foto 3. Vinícius, psicólogo da Apadrinhe um Sorriso, em frente ao parquinho infantil e a uma das casas construídas pela ONG TETO.



Fonte: acervo pessoal.

⁸¹ Além da Colômbia, há uma segunda favela conhecida pelo nome de Itaipava, pois fica entre uma fábrica da cervejaria de mesmo nome e o Rio Pavuna. Para um estudo urbanístico sobre essa outra favela, ver Nico (2017).

⁸² No dia 30 de maio de 2021, por exemplo, quatro famílias ficaram desabrigadas após uma forte chuva.

⁸³ Organização internacional atuante em “comunidades precárias de 19 países da América Latina”. Disponível em: <https://www.techo.org/brasil/onde-estamos/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

⁸⁴ Para conhecer a história da organização, ver: <http://apadrinheumsorriso.com.br/o-projeto-apadrinhe-um-sorriso/>. Para acompanhar o dia-a-dia e a prestação de contas de seus projetos sociais e campanhas solidárias, ver: <https://www.instagram.com/apadrinheumsorrisooficial/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

O foco da organização está na educação popular e na formação crítica de crianças locais por meio de oficinas de leitura, dança-teatro e capoeira, entre outras ações sociais. Naquele momento, entretanto, as atividades regulares estavam paralisadas e todos os esforços se voltavam para ações emergenciais que envolviam a doação de alimentos e assistência às famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

Nessa data, eu e André passamos seis horas entregando pessoalmente as cestas básicas, os kits de limpeza e as caixas de alimentos orgânicos, enquanto Fabbi fazia o controle da lista de famílias beneficiárias, disponível numa planilha em seu computador. De todas as experiências de entrega que participei ao longo da pesquisa, esta foi certamente a mais organizada, o que ajudou a evitar muitos conflitos. Como no caso de uma mulher que chegou para receber a doação junto com seu filho pequeno, contando não mais de seis anos de idade.

Seu nome constava na lista, mas Fabbi estava desconfiada de que ela já havia recebido. Acessou no computador a pasta com as fotos que outra organização do bairro havia lhe enviado das pessoas que receberam cestas básicas na semana anterior. Depois de alguns minutos de procura, mostrou uma foto à mulher, que imediatamente disse que era sua irmã, mas que moravam em casas separadas. Fabbi insistiu na dúvida, pois eram muito parecidas.

Perguntou se ela tinha certeza de que não havia recebido nada, mas a moça insistia que se tratava de sua irmã. Nesse momento, o menino se aproximou da tela do computador e, com grande alegria pelo serviço prestado, exclamou:

- É você, mãe!⁸⁵

Irritada, a moça saiu do espaço puxando a criança pelas mãos, enquanto Fabbi tentava lhe explicar que o número de cestas era limitado e por isso haviam feito essa lista alternada, de modo a contemplar o maior número possível de pessoas. Se ela recebesse a cesta, outra família listada ficaria sem a doação, o que não considerava justo.

Foto 4. Interior da sede da Apadrinhe um Sorriso. Sentada, Fabbi Silva confere no computador a lista de beneficiárias.



Fonte: acervo pessoal.

⁸⁵ A partir daqui, as falas iniciadas por travessão são adaptações do que foi ouvido em campo, não se tratando de reproduções exatas.

Casos como esse foram recorrentes nas entregas que presenciei, seja pela presença de muitas pessoas em situação de pobreza extrema⁸⁶, seja pela existência de uma espécie de dinâmica de distribuição de cestas básicas já conhecida pelos habitantes locais. A seleção das famílias beneficiárias era feita pelos articuladores em cada território — a quem os coordenadores da campanha chamavam de *lideranças locais* —, que em teoria seriam melhores conhecedores da situação atual das famílias. A preferência deveria ser dada a mulheres negras e desempregadas, as quais deveriam registrar seu CPF para fins de contabilidade junto às instituições financiadoras.

Em conversa com Fabbi, por exemplo, ela me contava como era grande a mobilidade das famílias, tanto dentro da Colômbia quanto para fora. Era comum a chegada de novos familiares para habitar uma mesma casa ou a saída de um antigo morador em busca de emprego em outro bairro ou cidade. Além disso, a situação econômica também variava muito ao longo do tempo, a depender dos pequenos ‘bicos’⁸⁷ e trabalhos informais que eram a tônica daquelas pessoas.

De acordo com Fabbi, somente alguém residente no local seria capaz de acompanhar todas essas transformações, de modo que ela acreditava possuir dados muito mais confiáveis do que os disponibilizados por institutos de pesquisa, como os do próprio IBGE, por exemplo. Por outro lado, em conversa com outra responsável pela ONG, ela me disse que a doação de alimentos não era uma prática corrente da organização, pois acreditava que não se tratava de uma ação capaz de mudar a vida daquelas pessoas. Se o faziam naquele momento, era em nome da catástrofe social que prometia se abater sobre o território com a chegada da pandemia.

Por sua vez, é válido questionar como as donatárias enxergavam as ações de doação: a própria noção de ‘beneficiária’ é recorrente em atividades relacionadas à assistência social, incluindo as doações de alimentos. Ela denota, por vezes, certa passividade da parte de quem recebe o benefício, o mesmo ocorrendo em muitas ações filantrópicas. Entretanto, há pesquisadores que observam certa proatividade dos beneficiários em dinâmicas de entregas. Este é o caso de Delma Neves (2003), por exemplo, que afirma haver, muitas vezes, uma divisão do trabalho familiar e uma teatralização, por parte do beneficiário, em cima da imagem de uma pessoa pobre que merece receber uma doação. Com isso, as famílias procuram receber o maior número de benefícios possível dentro de uma lógica concorrencial.

Isso ficou claro quando em 27 de julho de 2020 fui à comunidade do Barro Vermelho, no bairro do Pantanal, também em Duque de Caxias. Nesta ocasião, não entregávamos cestas básicas, mas cartões de alimentação⁸⁸ e cestas de alimentos agroecológicos. A entrega foi articulada por duas pessoas diferentes e cada uma tinha sua própria lista, totalizando 100 famílias a serem beneficiadas.

Diferentemente do Parque das Missões, dessa vez não havia um contraste arquitetônico tão marcante entre o ‘bairro’ e a ‘favela’. No entanto, era impossível não saber do que se tratava, já que todas as ruas de acesso ao local da entrega estavam fechadas por barricadas. Por isso, marcamos um ponto de encontro com uma das responsáveis, que retirou a barra de ferro para que nossos carros passassem. Ela podia fazer isso na condição de moradora, sendo este um dos

⁸⁶ A literatura especializada trabalha com uma diversidade de indicadores socioeconômicos para diferenciar categorias como extrema pobreza, pobreza, vulnerabilidade à pobreza, entre outros (VASCONCELOS, 2007). Como estamos fazendo uma descrição etnográfica, utilizamos este termo apenas para descrever a intensidade do impacto visual nos territórios.

⁸⁷ Este termo designa qualquer serviço prestado de forma avulsa ou sem regularidade pré-definida. É muito comum que mesmo as pessoas empregadas façam alguns ‘bicos’ para complementar a renda.

⁸⁸ Também chamados de “tickets de alimentação”, trata-se de cartões magnéticos fornecidos pela empresa Ticket, em que era depositado um valor em dinheiro que podia ser convertido em produtos de comércio locais ou de supermercados.

pequenos poderes que davam sentido à categoria de *liderança local* utilizada por meus interlocutores.

Antes de iniciarmos as entregas, o coordenador geral da campanha, Wesley Teixeira, proferiu um discurso entusiasmado explicando que estávamos ali cumprindo uma função que deveria ser do Estado, mas que, na sua ausência, a sociedade deveria se organizar para que ninguém passasse fome. É claro que essa afirmação não passava de um desejo, de uma vontade expressa para um público que ali estava para receber alguns poucos quilos de alimentos, e mesmo o autor do discurso tinha a convicção de que estas doações jamais seriam capazes de aplacar a fome de milhões de pessoas, tampouco a fome em uma única favela.

Porém, a politização da fome era parte essencial da performance desempenhada pelo militante que pretendia influenciar a opinião pública, e que, com este intuito, transformava aquela rua no cenário ideal para suas reivindicações e suas denúncias em relação ao Estado.

— Quem tá distribuindo não é o governo, não é a prefeitura... é um movimento social que tá fazendo o que eles deveriam fazer — anunciou o coordenador — E estamos aqui não apenas para entregar comida, mas também para denunciar todo tipo de injustiças sociais sofridas pelos moradores das favelas de Duque de Caxias.

Nesta fala, como em muitas outras por mim presenciadas, fica explícita a articulação entre a ação concreta de doação dos alimentos e a ação simbólica de denúncia do descaso das autoridades públicas. Para além do cunho político da ação coletiva, o momento da entrega era também entendido como uma ação educativa. Antes dos alimentos, distribuimos máscaras e álcool em gel para todas as pessoas presentes e uma edição do jornal Voz da Baixada, produzido por Wesley e outros coordenadores ali presentes, onde se falava um pouco a respeito da campanha e dos impactos sociais da pandemia sobre as periferias de um modo geral⁸⁹.

No Anexo II, é possível visualizar a primeira edição do jornal na íntegra, a mesma que foi distribuída naquele dia. As primeiras páginas apresentam a visão do Movimenta Caxias a respeito da pandemia, em particular a análise de suas intercorrências com a ausência de políticas públicas de saúde e de assistência social na Baixada Fluminense, contrastadas com uma política ativa de extermínio da população por parte da polícia.

Na Página 2, vemos uma foto com voluntários da campanha, vestidos com suas capas de proteção contra o contágio, acompanhados de dizeres mais poéticos:

Abandono, dor e muita luta. Nessa edição, mostramos o descaso do governo com a população da Baixada Fluminense em meio à pandemia. Porém, moradores e ativistas se juntaram para levar vida e esperança a quem não tem. Fomos deixados para morrer, mas resistimos. Nós por nós sempre.

Na Página 3, a mensagem emotiva dá lugar a análises políticas sustentadas por dados estatísticos, com os quais a organização procura justificar a necessidade da campanha frente ao descaso do Estado, em particular na região da Baixada. Quem assina essa primeira coluna é Wesley Teixeira, que se diz integrante tanto do jornal quanto do Movimenta Caxias:

Como ficar em casa quando quartos com mais de 3 pessoas é a realidade de 300 mil casas na Região Metropolitana do Rio, segundo o Censo de 2010 e o IPS 2018.

Nesse contexto nós do **Movimenta Caxias**, que parte desse jornal integra, conseguimos a partir das redes e da grande mídia **pautar uma campanha de solidariedade que entregou alimentos e material de higiene**

⁸⁹ Desde o início da pandemia, diversos comunicadores sociais lançaram mão de jornais impressos e portais na internet para divulgar e denunciar os impactos sociais diferenciados que o coronavírus provocava em suas regiões. Disponível em: <https://desenrolaenaomenrola.com.br/panorama/coronavirus-comunicadores-de-periferias-e-favelas-se-articulam-para-informar-sobre-pandemia>. Acesso em: 07 ago. 2021.

para quase 30 mil famílias, uma parte deles alimentos orgânicos produzidos por **produtores rurais na Baixada Fluminense**. Isso se deu graças a diversas lideranças da sociedade civil que já atuavam nos territórios, que tem voz mas lhes faltam ouvidos.

Mas enquanto isso o estado não cumpre seu papel de assistência social e saúde para promoção da vida, durante a quarentena vem em casa nos matar através da segurança pública, **em abril de 2020 houve 58% mais mortes nas operações monitoradas do que no ano anterior. Em maio, até dia 19, foram registradas 16,7% mais vítimas fatais do que no mesmo período do ano passado.** (Observatório da Segurança RJ). Após 90 dias de quarentena, a IDMRJ (Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial) registrou a ocorrência de **105 operações policiais na Baixada Fluminense com 23 pessoas assassinadas e 42 feridos.** *(A grafia e os grifos foram mantidos do original)*

Nas páginas subsequentes, o jornal apresenta diversas referências aos profissionais e equipamentos de saúde pública, aos “artistas da Baixada”, profundamente impactados pelas restrições à circulação de pessoas durante a quarentena, e finaliza com uma primeira prestação de contas da campanha de doações, na Página 8, e com uma apresentação parcial das organizações parceiras, na Página 9, complementada na Página 12.

Na foto 5 logo abaixo, podemos ver no centro da imagem quatro voluntários, dois deles segurando os exemplares do jornal. Ao fundo e ao centro, uma quinta voluntária com a camisa preta onde se lia o nome da organização que distribuía os alimentos. Todos os cinco voluntários portavam máscaras de proteção facial, ao contrário da grande maioria das pessoas beneficiárias: quase todas mulheres, muitas com seus filhos pequenos, em posição corporal de espera e de escuta. O que a foto não mostra é o calor infernal que fazia, transformando a espera também em angústia.

Foto 5. Wesley (ao centro e de costas) discursando na comunidade do Barro Vermelho, bairro do Pantanal, Duque de Caxias.



Fonte: acervo pessoal.

Dessa vez, no entanto, a ação não foi muito bem-organizada no local. Não havia um espaço reservado para depositar as cestas, de modo que tivemos que suspender a entrega de alimentos agroecológicos que estava prevista. À vista de todos que passavam, rapidamente formou-se uma pequena aglomeração, sendo difícil discernir quem estava cadastrado ou não; o que foi dificultado pelo papel com a lista rascunhada à mão e a dinâmica de chamar os nomes sem uma ordem explícita.

Em dado momento, houve confusão com uma das listas e algumas mulheres começaram a reclamar de não terem ouvido seus nomes serem chamados. A discussão foi ficando mais acalorada, até que Wesley ‘assumiu as rédeas’ da situação e encaminhou uma conversa mais amistosa, porém contundente, fazendo os ânimos se acalmarem. Algumas das mulheres revoltosas não constavam na lista, mas a pressão que exerciam parecia resultar da intenção de marcar presença para sua inclusão em futuras entregas.

Enquanto isso, eu conversava com outro grupo que estava encostado no portão de uma casa em frente à confusão. O calor era insuportável, de modo que nos esgueirávamos nas poucas sombras disponíveis naquele sol de meio-dia. Este grupo era composto por três mulheres de seus 40 anos de idade e um rapaz mais jovem que aparentava ser filho de uma delas.

— É sempre assim — disse uma das mulheres — Muitos aí nem precisam de cesta básica, mas vão dividindo a família pra conseguir ganhar em várias entregas. É uma aqui, outra ali, sempre tem entrega de cesta...

— Eu mesma já peguei um ônibus até o Morro da Providência⁹⁰ só pra receber uma que estavam doando — disse uma outra, provocando risadas de suas interlocutoras.

Nenhuma daquelas pessoas estava na lista de entrega, o que torna compreensível o tom de crítica às beneficiárias ‘da vez’. Este comportamento seria visto ainda em outras ocasiões. Mas, além do anúncio de um conhecimento sobre outras ações de doação, rapidamente comunicadas entre famílias conhecidas, os eventos presenciados também demonstraram que, para conseguir um benefício, muitas pessoas estavam dispostas a ficar duas horas dentro de um ônibus ou esperar por muitas horas a sua vez numa fila.

Para Ayuero (2011), a espera denota uma temporalidade presente no exercício do poder, podendo ser interpretada como uma forma de dominação por parte daqueles que fazem o outro esperar. Por outro lado, se em praticamente todas as campanhas de doação existe a necessidade da espera, o que diferencia, neste aspecto, uma campanha de movimentos sociais em comparação a outras coordenadas por entidades religiosas ou organizações filantrópicas ou, ainda, pelo governo? Numa fila de espera, onde está a fronteira entre uma pessoa que age ou é tratada como beneficiária e outra que age ou é tratada como cidadã?

Se estas questões, digamos, de ordem mais política, me inquietaram desde o início, outras também o fizeram, mas dentro do campo das relações econômicas. Em particular, a todo tempo eu me questionava qual seria o potencial das doações para beneficiar as ‘economias locais’, já que esse era um dos argumentos apresentados pelos coordenadores da campanha em favor dos cartões de alimentação. Quando eu perguntei àquelas mesmas pessoas sobre a preferência delas entre a cesta básica ou o cartão, a resposta foi taxativa:

- Ah, sem dúvidas o ticket! Dá pra gente escolher o que quer, né? E é bom também que aceita no comércio aqui do bairro.

Justo naquele momento, aproximou-se um rapaz careca e branco em uma moto, com cerca de trinta anos de idade e um semblante tranquilo. Em sua cintura, era possível ver um revólver coberto por uma capa estilizada com desenhos da folha da maconha (igual ao que é visto em camisas e broches nos bairros mais ricos da capital fluminense). Portava também um

⁹⁰ Favela situada no centro da capital do estado, aos fundos da Central do Brasil, e considerada a mais antiga da cidade.

walkie-talkie, denunciando que se tratava de alguém do ‘movimento’. Mostrando certa intimidade com aquelas pessoas, olhou para mim e comentou:

- Esses tickets tão fazendo sucesso! Até lá no ‘mercadinho’ eles aceitam — nova rodada de gargalhadas, enquanto ele apontava com o polegar sobre seu ombro para a esquina atrás de si, ao mesmo tempo em que piscava um dos olhos para mim em sinal de cumplicidade⁹¹.

O termo ‘mercadinho’ usado por ele se refere à boca de fumo, assim como o tráfico de drogas é popularmente conhecido pelo termo ‘movimento’: trabalhar no tráfico é o mesmo que ‘estar no movimento’ ou ‘ser do movimento’. Ficava claro, nesse simples jogo de palavras, como política e economia ‘andam juntas e misturadas’: a venda do tráfico de drogas dependia do controle político sobre o território. Porém, se atentarmos para a palavra “movimento”, veremos que o sentido utilizado pelo rapaz contrastava com a mensagem nas camisas pretas de alguns voluntários ali presentes, nas quais se lia o nome: “Movimenta Caxias”.

1.2. A pandemia e a campanha de doação de alimentos

Em 2020, Duque de Caxias tinha uma população estimada em 924 mil pessoas, sendo a terceira maior da região metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo dados disponíveis na página do IBGE, apesar de o município ter o segundo maior PIB do estado em 2018 (41.595.844,68 reais) e um PIB per capita de 45.490,61 reais — elevado, se comparado a outros municípios do país —, em 2010 quase 37,8% das pessoas tinham renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo⁹².

Ainda de acordo com o Censo de 2010, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁹³ foi calculado em 0,711, ocupando apenas a 1.574ª posição no país e a 49ª posição no estado do Rio de Janeiro, de um total de 92 municípios (CAMAZ, 2015). De acordo com o autor, que faz um panorama dos indicadores econômicos e sociais do município em comparação com o conjunto dos municípios brasileiros e da região sudeste, o importante peso econômico de Duque de Caxias é contrastado com sua baixa qualidade de vida, muito inferior a outros municípios de mesmo porte.

Com relação à insegurança alimentar, um estudo publicado por Pimentel, Sichieri e Salles-Costa (2009) com base nos indicadores da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), revelava um percentual de 72% de algum nível de insegurança alimentar em lares com crianças de 6 a 30 meses de idade em Duque de Caxias. Essa pesquisa articula diversos indicadores socioeconômicos, traçando um interessante quadro estatístico do município.

Diante desse cenário, um grupo de jovens da cidade se reuniu, em 2017, para denunciar a violência urbana cotidiana e cobrar dos governos municipal e estadual maior qualidade dos serviços públicos: equipamentos de saúde e educação, transportes coletivos e saneamento básico, entre outros tantos problemas enfrentados em quase todas as cidades de grande porte no Brasil.

Identificando-se como jovens de periferia, agregavam a seus protestos pautas referentes aos movimentos estudantis, negros e feministas, além de denunciarem a situação de pobreza e miséria da classe trabalhadora. Este novo agrupamento recebeu o nome de Movimenta Caxias,

⁹¹ Geertz (1973) já nos ensinou a importância de observar os sinais corporais dentro de seus contextos culturais, entre eles a piscadela. Neste caso, o contexto não era tão distante do meu, o que devia ser reconhecido pelos meus interlocutores, já que usavam os códigos sociais com naturalidade.

⁹² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>. Acesso em: 27 mai. 2021.

⁹³ “O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética do desenvolvimento humano. [Ele] é uma medida comparativa obtida pela média aritmética simples de três dimensões ou subíndices: longevidade (esperança de vida); educação (taxa de alfabetização de adultos e taxa de escolarização) e da renda (PIB per capita ajustado) e é uma forma padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma População” (CAMAZ, 2015).

agregando militantes de diversos coletivos e organizações políticas em torno do que denominam uma “articulação comunitária”.

Em publicação no *site* da Benfeitoria⁹⁴, na qual anunciavam uma de suas primeiras campanhas de arrecadação financeira para doação de alimentos durante a pandemia, o Movimenta era apresentado da seguinte forma:

O Movimenta Caxias é uma articulação comunitária, fundada em 2017 com objetivo de analisar a sociedade e buscar melhorias para cidade, com atuação espalhadas em diversos bairros e favelas da Cidade, tendo realizado reuniões de bairros, caminhada pela paz, seminário de segurança pública, debates em escolas e universidades e um jornal com apoio da Casa Fluminense. Na última semana, recolhemos dinheiro e materiais para cestas básicas que foram distribuídas a 1422 famílias de 12 bairros de Duque de Caxias. *(A grafia foi mantida do original).*

Na sequência, o movimento descrevia as ações a serem implementadas nos territórios de “periferia”:

Iremos distribuir em bairros e favelas da cidade de Duque de Caxias, em que o Movimenta atua (Parque das Missões, Mangueirinha, Jardim Gramacho, Morro do Sapo, Corte Oito, Pantanal, Parque Paulista, Santa Cruz da Serra, São Bento, Parque Fluminense, Vila Operária e outros). Entendendo que o coronavírus mata mas essa desigualdade acelera o óbito, enxergamos que as favelas da cidade passarão por maiores dificuldades, reveladas na falta de saneamento básico, no aumento do desemprego, problemas psicológicos, aumento de violência doméstica, nosso desafio é conseguir transmitir a mensagem da favela pra favela sobre a importância do cuidado e fortalecimento de uma rede de solidariedade, por isso, iremos realizar a compra de cestas básicas em comércios locais e empreendimentos familiares, que ajudará a circular a economia local e colocar faixas e distribuir panfletos e adesivos no território. *(A grafia foi mantida do original).*

Quando o Movimenta Caxias identifica a si próprio como uma “articulação comunitária”, entendemos que a organização reivindica uma valoração positiva da noção de comunidade: como um espaço de contato íntimo e de ajuda mútua, onde pessoas que compartilham de uma mesma posição de marginalidade social procuram soluções para seus problemas através de ações coletivas coordenadas. Por isso, o papel da organização seria articular as redes de intercâmbio mútuo previamente existentes nas diversas favelas⁹⁵ e, quem sabe, fomentar novas redes, de modo a amplificar as vozes dos favelados para exigir respostas das autoridades públicas.

Além disso, os trechos citados demonstram, de antemão, algumas das questões que abordaremos no quarto capítulo a respeito das narrativas utilizadas pelos organizadores da campanha. Em particular, o Movimenta Caxias justificou suas ações a partir de uma concepção particular de solidariedade, em que caberia aos sujeitos periféricos assumirem responsabilidade pelo cuidado e pela proteção de outros sujeitos periféricos, o que se traduz na expressão popular muito utilizada no estado do Rio de Janeiro e constantemente repetida por seus militantes: ‘nós por nós (mesmos)’.

⁹⁴ Trata-se de uma plataforma *online* de financiamento coletivo para campanhas de solidariedade, com diversas modalidades de arrecadação e de doação. Disponível em: <https://benfeitoria.com/facamos튜디오aqui>. Acesso em: 24 jul. 2021.

⁹⁵ Como nos *barrios* mexicanos estudados por Lomnitz (1973; 1975)

Nessa perspectiva, os jovens em processo de organização política estariam sempre se adaptando às demandas concretas dos diferentes territórios: realizando reuniões, debates, protestos e articulações políticas com diferentes agentes. Durante a pandemia, estas ações políticas rotineiras teriam sido convertidas em campanhas para distribuição de alimentos e produtos de limpeza por meio da mobilização de pessoas e de recursos, ao mesmo tempo em que procuravam incidir no debate público sobre as causas da fome e os sentidos da pandemia.

No entanto, o Movimenta Caxias não dispunha de recursos próprios, por isso a necessidade de construir estratégias de arrecadação que sensibilizassem potenciais doadores a contribuir com as doações. O destaque, aqui, é o de que estas concepções particulares de organização e mobilização política foram explicitadas nas suas comunicações públicas, de modo a diferenciar sua campanha de outras que, em seu ponto de vista, teriam caráter mais filantrópico ou assistencialista.

No último trecho citado, por exemplo, fica claro como os militantes associam os efeitos da pandemia a problemas sociais anteriores relacionados à desigualdade social. Elegendo o impacto da fome como principal justificativa para estarem nas ruas naquele momento de pandemia, propunham como solução imediata, mesmo que provisória, a construção de “redes de solidariedade” entre os próprios favelados. Embora não esteja explícita, existe por trás deste discurso uma crítica à atuação do Estado (antes e durante a pandemia) — algo que foi dito para as pessoas que estavam presentes nas entregas.

Destacamos, ainda, no primeiro trecho citado, a menção à Casa Fluminense como apoiadora do jornal Voz da Baixada. Esta organização foi fundada em 2013 e se descreve como uma “associação sem fins lucrativos, autônoma e apartidária, e tem na rede seu elemento constitutivo essencial”⁹⁶. Em seu Relatório de Atividades 2019, afirma ser “formada por pessoas, movimentos e organizações engajadas coletivamente na formulação, debate e monitoramento de políticas e ações públicas”, de modo que “a Casa atua em rede com parceiros da sociedade civil” (CASA FLUMINENSE, 2020)⁹⁷.

Na prática, ela atua como articuladora entre diversas organizações e como fomentadora de projetos sociais, criando e fortalecendo vínculos políticos e econômicos entre diferentes atores. No caso aqui estudado, a organização tem papel destacado nas redes de financiamento que investigaremos no quarto capítulo.

Ao longo de meu campo etnográfico, fui percebendo que a articulação entre as diferentes organizações formais e coletivos informais envolvidos na campanha era ‘costurada’ a partir de contatos interpessoais entre seus membros, seja por atividades anteriores realizadas em conjunto, seja por indicação de conhecidos em comum. A esta forma de agregar pessoas, ideias e recursos, nossos mais variados interlocutores denominavam “redes”, assim como o faz parte da literatura dedicada aos movimentos sociais apresentada na introdução deste trabalho.

No caso da Casa Fluminense, por exemplo, em seu Núcleo Executivo consta o nome de Fabbi Silva — a mesma *liderança local* que apresentamos no Parque das Missões —, cumprindo a função de coordenadora de mobilização (o que só foi oficializado após o encerramento da campanha). Dessa forma, podemos afirmar que a campanha do Movimenta Caxias se estruturou sobre redes de intercâmbio e de sociabilidade anteriores (LOMNITZ, 1975), ao mesmo tempo em que ajudou a fomentar novos vínculos (DIANI, 2004; KRIESI, 2009).

⁹⁶ Disponível em: <https://casafluminense.org.br/a-casa/#quem-somos>. Acesso em: 05 ago. 2021.

⁹⁷ Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/relat%C3%B3rio-casa-reduzido.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

1.3. Galpão Gomeia Criativo: a sede física e simbólica de um movimento social organizado

O galpão está localizado na Rua Doutor Lauro Neiva, no bairro Vinte e Cinco de Agosto, região central de Duque de Caxias. Ele havia se convertido, em anos recentes, num espaço de convívio e de trabalho entre vários coletivos artísticos e culturais. Frequentemente utilizada no campo da economia colaborativa, esta prática tem sido chamada de *co-working*, em que se reduz os custos de locação e de produção, ao mesmo tempo em que se estimula o trabalho coletivo (MURAYAMA, 2015; SILVA et al, 2016).

O espaço era formado por dois amplos salões separados por uma parede de vidro, medindo cerca de 150m² cada um, além de uma pequena sala de reuniões em um mezanino, isolada do restante do espaço. Os alimentos e kits de limpeza eram armazenados nos dois salões, que serviam também para as refeições diárias, a administração da logística e os acalorados debates políticos entre os participantes.

Foto 6. Área interna do Galpão Gomeia Criativo



Fonte: acervo pessoal.

Nos dois primeiros meses, participei de jornadas de trabalho esparsas, de modo que eu me sentia bem deslocado no galpão. Para quem chegava de fora, tinha-se a impressão de que todo mundo se conhecia, mas com o tempo fui descobrindo que não era bem assim, e que inclusive havia certos conflitos entre os vários grupos que atuavam ali.

Apesar de ter sido introduzido pela Fernanda como alguém próximo, isto não me tornava especial. Assim que ela chegava, assumia sua posição junto à mesa da administração, enquanto eu oferecia meu trabalho no que fosse necessário, à espera de que algum coordenador me escalasse para as entregas.

O meu entrosamento completo se deu apenas na última semana da campanha, já que estive presente em praticamente todas as datas entre 23 e 31 de julho, tendo assim oportunidade de conversar com quase todas as pessoas presentes. Se, por um lado, o conjunto de voluntários variou bastante entre uma operação e outra, as equipes contratadas para os trabalhos no galpão

eram mais constantes⁹⁸. Foi neste espaço, portanto, que pude observar mais detidamente a rotina de trabalho coletivo, assim como tive algumas conversas importantes para os rumos futuros da pesquisa.

Como foi abordado na Introdução, minha inserção como pesquisador se deu aos poucos, de modo que nos primeiros dias de entrega eu não era visto ainda como um observador externo, somente como mais um voluntário. Na medida em que fiz a proposta de pesquisa para alguns coordenadores, passei a ser visto (e observado) como um observador, mas ao mesmo tempo não era assim tão externo, já que integrava a mesma organização que outros ali, mesmo que não me conhecessem pessoalmente antes.

Isso ajuda, talvez, a explicar a facilidade com que circulei por diversos espaços e conversas, assim como a prioridade que passaram a me dar para estar presente nos territórios de entrega e ter tempo para conversar com algumas *lideranças locais*, afinal eu não era um simples desconhecido interessado no Movimenta. Do mesmo modo, tive acesso rápido aos documentos que requisitei sobre a campanha — um deles de uso interno —, o que credito ao fato de não ter tido necessidade de gastar um longo tempo na construção de relações de confiança.

O nome do galpão é uma homenagem a Joãozinho da Gomeia (1914-1971), importante babalorixá baiano radicado em Caxias a partir de 1942 e conhecido, à sua época, como o “Rei do Candomblé” (SOUZA, 2003). Até hoje, o líder religioso é reconhecido como uma das grandes referências culturais dos diferentes movimentos negros de Caxias⁹⁹, que contam ainda com outros importantes nomes da história política fluminense. Devemos destacar o ativista e poeta Solano Trindade (1908-1974), autor do poema *Tem Gente Com Fome* (REIS, 2008)¹⁰⁰, que embalou toda a campanha descrita neste capítulo.

Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
pra dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Piiiiii

Estação de Caxias
de novo a dizer
de novo a correr
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Vigário Geral
Lucas
Cordovil
Brás de Pina
Penha Circular
Estação da Penha

⁹⁸ Descreveremos as diferentes equipes de trabalho mais adiante.

⁹⁹ Para uma caracterização das diferentes perspectivas dentro do movimento negro caxiense, ver Natália Sales (2017).

¹⁰⁰ Além de poeta e ator, Francisco Solano Trindade atuou junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e importantes organizações culturais e políticas ligadas aos movimentos negros de sua época. Maiara Barbosa, minha colega de turma no Mestrado, está escrevendo sua dissertação sobre sua atuação política na Baixada Fluminense. O poema em questão permaneceu inédito até 2008, quando sua filha o publicou.

Olaria
Ramos
Bom Sucesso
Carlos Chagas
Triagem, Mauá
trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Tantas caras tristes
querendo chegar
em algum destino
em algum lugar

Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Só nas estações
quando vai parando
lentamente começa a dizer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer

Mas o freio do ar
todo autoritário
manda o trem calar
Psiuuuuuuuuuu

Sou Negro

O poema é bem mais longo do que o trecho contido nesta citação, trazendo profundas reflexões sobre a história da escravidão. Em diversos momentos de entrega, o texto era recitado em sua parte mais forte, quando falava da fome. Solano Trindade era sempre referenciado nas rodas de conversa como um grande representante do movimento negro local e nacional.

Estes elementos nos mostram a importância da questão racial na construção da identidade coletiva do Movimento Caxias. Nos discursos públicos e nas conversas privadas de seus militantes, eventualmente ouvimos referências a figuras importantes para os movimentos negros locais, personagens sistematicamente silenciados pela história oficial do município. Nos interessa, neste sentido, a apropriação política que os militantes fazem das trajetórias históricas destas pessoas, representando-as como símbolos da resistência do povo e da cultura negra em geral, resistência à qual os jovens de hoje deveriam dar continuidade.

Portanto, se por um lado a atuação do movimento social é dedicada à denúncia das violências, injustiças sociais e do racismo, por outro existe um processo constante de resgate cultural e de valorização positiva da identidade caxiense e periférica. Isto nos remete à interpretação que Sergio Costa (2006) faz dos trabalhos inspirados por uma perspectiva pós-colonial do sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (1996), principalmente na sua análise das transformações no movimento antirracista na Inglaterra a partir dos anos 1960.

Dentro de sua perspectiva teórica do descentramento dos sujeitos na pós-modernidade, Hall argumentava que primeiro os movimentos antirracistas teriam resistido ao racismo através da construção de autorrepresentações positivas da cultura *black*, em oposição à marginalidade e aos estereótipos a que estavam sujeitos. Num segundo momento, já imbuídos dos discursos pós-estruturalistas, pós-modernistas e feministas, teriam entrado numa nova fase em que procuravam influenciar a própria constituição discursiva do social.

Se as formas de representação racistas organizam o mundo em diferenças binárias, fixas e ontológicas — preto ou branco, *black or British* — o antirracismo não pode se limitar a representar positivamente aquele que é representado como inferior nessas polaridades, é preciso desmontar o próprio sistema de representações — daí a aposta na política de representações. Isso implica reconhecer e assumir plenamente a heterogeneidade e o descentramento do sujeito, buscar a *différence* múltipla no interior da diferença binária (branco/preto) e recuperar as interseções entre raça, classe, gênero, etnia (COSTA, 2006, p. 113).

Como já adiantamos, a atuação dos militantes do Movimenta Caxias não se restringe a esta organização, uma vez que cada um de seus membros atua em diversos outros coletivos e se considera ativista de diferentes movimentos sociais: negro, feminista, LBTQIA+, de juventude etc. Portanto, mesmo nas ações rotineiras de protesto organizadas por sua militância, as reivindicações ao Estado são atravessadas por essas pautas identitárias.

Por sua vez, a heterogeneidade dos sujeitos e sua efervescência política não os deixa perder de vista as superposições de camadas hierárquicas sobre as quais a sociedade brasileira está estruturada. Nesse sentido, uma grande referência intelectual e política para meus interlocutores no Movimenta Caxias é Lélia Gonzales (1988), tendo feito importantíssimas contribuições aos debates sobre as interfaces que se estabelecem entre diferentes identidades e sistemas de opressão, tema que atualmente vem sendo trabalhado em torno do conceito de interseccionalidade (CREENSHAW, 1989).

Todas essas referências intelectuais fazem parte do quadro interpretativo através do qual a organização constrói sua própria identidade, influenciando, também, a leitura do mundo que pretende transformar, ou seja, são partes constitutivas de seu enquadramento político (SNOW, 2004). Assim, tratando-se de uma campanha de movimento social, não é somente o alimento que está em questão, mas os corpos que sentem fome e que precisam ser alimentados. Na perspectiva dos jovens militantes do Movimenta Caxias, esses corpos são, em sua maioria, negros e femininos, além de partilharem da condição de pobreza e de uma posição periférica.

Estas análises eram repetidas exaustivamente dentro do galpão, já que todos os sujeitos ali presentes eram portadores de ideias e valores políticos, baseados em suas experiências de vida e com os quais se posicionavam nas rodas de conversa cotidianas.

Nesse sentido, os trabalhos de Alberto Melluci (1995) nos ajudam a pensar a identidade coletiva de um movimento social como um processo em constante construção, e não como uma coisa dada, estabilizada, acabada. Além disso, a identidade não se resume aos seus aspectos simbólicos ou cognitivos, pois está sempre assentada em um conjunto de práticas e na interação dos agentes com suas realidades sociais concretas.

Melluci entende a identidade como um sistema de ações, em que diferentes sujeitos colaboram para a produção de sentidos sobre seus atos: a identidade coletiva não seria a essência ou a unidade de um movimento social, mas o resultado dinâmico e processual de sua formação, por mais que os discursos públicos dos movimentos se revistam sempre de uma aparência unitária e homogênea.

Essa identidade se construía também dentro do espaço físico do galpão, em que os diferentes sujeitos confrontavam suas concepções de mundo enquanto trabalhavam ou descansavam. Muitos ali presentes nunca haviam participado de qualquer experiência anterior de mobilização política e, em alguns casos, as discussões subiam de tom e se transformavam em pequenos conflitos.

Nestes casos, era muito raro que uma terceira pessoa viesse apartar ou apaziguar os ânimos; por vezes, interferiam apenas para agregar mais elementos ao debate, o que denota uma concepção compartilhada do conflito como atividade transformadora¹⁰¹.

Exemplo disso foi uma conversa após o almoço, em que oito pessoas discutiam as diferenças entre a ‘cena rap’ de São Paulo e do Rio de Janeiro. Um dos debatedores era um jovem negro paulistano que tinha sido contratado como fotógrafo. Nascido e criado na periferia de São Paulo, vinha de família muito pobre e tinha, inclusive, trabalhado no tráfico de drogas para ajudar financeiramente em casa.

Para ele, ter saído da ‘quebrada’¹⁰² para trabalhar como fotógrafo era resultado de seu mérito pessoal, o que foi confrontado por seus interlocutores, que argumentavam sobre a importância de outras pessoas que teriam dado suporte e oportunidades para ele chegar onde estava. Isto é, estabeleceu-se uma discussão entre o ideal de meritocracia baseado no indivíduo e o ideal contrário do apoio mútuo e do trabalho coletivo.

Em dado momento, ele resolveu fazer críticas ao Mano Brown, uma das maiores referências do rap nacional, por dizer em suas apresentações que elas eram voltadas exclusivamente para o público negro, por vezes ordenando que os brancos presentes se deslocassem para o fundo da plateia.

Em resposta, uma jovem negra aguerrida o criticou por sua fala, como se o rapaz estivesse afirmando a existência de um “racismo reverso”. Mais do que isso, ficou assustada quando descobriu que ele nunca havia ‘ouvido falar’ no Movimento Negro Unificado (MNU), organização da qual ela era militante.

A discussão foi ficando mais acalorada, as vozes mais altas e agitadas, até que outras pessoas da mesa intercederam no sentido de pontuar como os dois vinham de realidades muito diferentes, e por isso a experiência deles com o racismo também era diversa. Nisso, os dois se aquietaram e a jovem passou a contar a história de fundação do MNU, o que se transformou numa grande aula, não apenas para seu desafiante, como também para todos nós ali presentes.

1.4. A composição heterogênea da campanha

Para alguém como eu, chegando de fora, não parecia haver distinção entre as pessoas dentro do galpão, exceto pelo fato de algumas vestirem camisas pretas com o nome do Movimenta. Com o tempo, consegui identificar quem estava na coordenação da campanha, embora até o fim tenha sido difícil diferenciar o pessoal contratado daquele que participava como voluntário.

¹⁰¹ Esta concepção vem sendo muito trabalhada, tanto em movimentos negros quanto na academia, a partir de leituras da filosofia *ubuntu*, em que os conflitos devem ser reconhecidos como constitutivos das relações humanas. Agregando-a a outras bases filosóficas descoloniais, por exemplo, Renato Nogueira (2011; 2018) propõe o conceito de afroperspectivismo a partir do diálogo entre as filosofias *ubuntu* e *teko porã*, dos povos guaranis, e da teoria antropológica do perspectivismo proposta por Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima.

¹⁰² Termo utilizado em São Paulo para designar as periferias pobres.

Entre todos os cartazes fixados nas paredes, havia um maior onde se via um esquema com as diferentes funções de coordenação da campanha. Nele, constavam os nomes dos coordenadores responsáveis e suas fotos, de modo que eu imaginava a coordenação da campanha como uma espécie de organização bem estruturada e centralizada, equivalente à coordenação do próprio Movimenta Caxias.

No entanto, a partir de conversas com alguns coordenadores e voluntários, aos poucos entendi que aquela era uma coordenação ampliada, composta por membros de diferentes coletivos e movimentos sociais organizados, mesmo que todos se conhecessem previamente e tivessem atuado juntos em diversas oportunidades.

O fato de haver membros de diferentes agrupamentos políticos não significa que fossem seus representantes dentro da coordenação da campanha, isto é, não havia um processo delegativo ou uma aliança formal entre as diferentes organizações. Na verdade, tratava-se, no princípio, mais de um fenômeno de múltiplas filiações dos militantes (DIANI, 2004), em que cada um(a) estava ali por conta própria e em nome de suas proximidades políticas e afetivas, embora suas ações reverberassem nos demais coletivos de que faziam parte.

Foi o caso, por exemplo, do +Nós, em que alguns de seus militantes foram incorporados à campanha como voluntários, assim como os vínculos construídos durante a campanha desembocaram em ações coletivas posteriores do Movimenta Caxias junto às turmas de reforço escolar de Duque de Caxias. Eu mesmo, em 2021, fui convidado para participar de uma atividade junto à ONG Apadrinhe um Sorriso, tanto na condição de pesquisador interessado no Parque das Missões, quanto na condição de professor de Sociologia do +Nós.

Ser membro ou não do Movimenta Caxias é algo muito difícil de ser definido. Ao contrário das ONGs que atuam como parceiras na campanha ou das empresas e instituições doadoras, não existem documentos ou vínculos formais que confirmem quem está dentro ou está fora. Em que medida os voluntários na campanha estavam integrados ou não ao Movimenta? E os trabalhadores contratados? Será que adeririam às pautas políticas dos coordenadores ou estavam ali por uma questão meramente econômica?

Essas questões dialogam com a ideia de que existe uma heterogeneidade nos movimentos sociais. Diversos pesquisadores vêm trabalhando com essa concepção (ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020), como é o caso de Sônia Alvarez (2019). No trabalho desta autora, o movimento feminista é desmembrado analiticamente em um conjunto complexo e instável de indivíduos, coletivos e organizações, o que a leva a propor a existência de *movimentos feministas* no plural.

Esta mesma ideia aparece, ainda que com enfoques um pouco distintos, nas estratégias deleuzianas discutidas por Escobar e Oosterweill (2010), em autores vinculados às teorias do ator-rede (LATOURET, 1993; MÜLLER, 2015) ou à teoria das *assemblages* (NAIL, 2017; CONWAY et al, 2018; RODRIGUEZ-GIRALT et al, 2018). De acordo com esses analistas, os movimentos são perpassados por fluxos constantes de pessoas, ideias e objetos, sempre em transformação. A percepção de que os movimentos sociais são heterogêneos está presente, de forma geral, nas diversas concepções de movimentos configurados como redes ou atuando através de redes sociais (ESCOBAR, 2000; DIANI, 2004; DIANI; DELLA PORTA, 2006).

Para todos esses autores, seria mais relevante analisar a multiplicidade de relações que se estabelecem entre os diferentes atores, ao longo do tempo, do que a estrutura organizativa formal que os une em determinado momento. Isto é, a configuração específica da campanha não necessariamente se baseia em uma estrutura anterior de relações. Ao mesmo tempo, a campanha poderá gerar novos vínculos generativos que irão alimentar campanhas futuras, assim como poderá reconfigurar a política de alianças (e conflitos) entre as organizações, envolvendo, inclusive, a migração de militantes entre umas e outras (como de fato ocorreu no caso analisado, nos meses subsequentes à realização de nosso trabalho de campo, quando diversos militantes migraram de uma organização partidária para outra).

Entretanto, aqui não estamos tratando de um movimento social em seu sentido amplo, isto é, como um conjunto de indivíduos, coletivos e organizações heterogêneos que se identificam com uma pauta ou identidade coletiva específica, mas sim de uma organização informal com dinâmicas específicas de movimentos sociais e que, no nosso modo de ver, durante a pandemia foi se ampliando, capilarizando e ganhando complexidade.

Talvez seja possível dizer que a pequena organização que existia antes, com ações pontuais de protesto e pequenas inserções em outros campos de ação política (como no político-partidário, por exemplo), ao longo da campanha foi assumindo a forma de um movimento social organizado.

Os outros coletivos dos quais seus integrantes faziam parte são também heterogêneos e instáveis, sendo uma característica de seus membros a participação em diversos coletivos informais e organizações formais ao mesmo tempo. Em muitos desses coletivos, não existe uma estrutura rígida e hierárquica, dando-se preferência pela articulação em redes e por tomadas de decisão mais horizontais. Isso não significa, porém, que eles sejam radicalmente horizontais ou desprovidos de relações de poder.

No Galpão Gomeia, por exemplo, além dos nomes dos coordenadores fixados em cartazes, havia também uma mesa destacada pela presença de dois computadores, ao fundo do segundo salão, em que as atividades administrativas eram desempenhadas. Ali, era sempre possível ver Juliana, coordenadora de logística, organizando todas as entregas por telefone; assim como eventualmente se sentavam outros coordenadores para pequenas discussões.

No entanto, era raro ver ao redor da mesa algum voluntário que não fosse amigo próximo de alguém da coordenação, assim como as reuniões deliberativas desta instância de organização eram feitas geralmente no mezanino, ao qual os demais participantes não tinham acesso. Eu mesmo nunca subi nesta sala.

Por outro lado, a coordenação da campanha procurava estabelecer relações de parceria com outras entidades, mas em nenhum momento os coordenadores deixaram de ser os protagonistas: no nível da logística, eram os elos centrais de articulação entre as várias entidades parceiras e os locais de produção e de distribuição dos alimentos; em nível operativo, centralizavam as decisões e transmitiam as ordens para contratados e voluntários. As reuniões com representantes das entidades parceiras, como o Coletivo Terra ou o Instituto Unibanco, tampouco eram abertas aos demais participantes.

Essa é uma das principais características do seu papel de mediadores: uma vez que eram os responsáveis por arrecadar e gerir os recursos doados, deviam manter contato constante com financiadores, agricultores, prestadores de serviços e com as *lideranças locais*. Assim, centralizavam as informações sobre a campanha, de modo que muito do que estou relatando aqui era de total desconhecimento da maior parte das pessoas envolvidas.

A ação em rede entre pessoas e coletivos se refletia na própria composição da coordenação e no perfil dos trabalhadores contratados e dos voluntários. Assim como eu fui convocado por intermédio de uma pessoa ligada à coordenação, quase todos os presentes participavam de algum coletivo vinculado à atuação cotidiana de seus membros, seja por relações políticas, de amizade ou familiares.

Desse modo, havia membros de coletivos de juventude como o RUA, de grupos de rap como o Coletivo Fala, de movimentos negros como o MNU, de ONGs como a Criola, de coletivos de midiativismo como o Perifa Connection, além do Movimento de Educação Popular +Nós.

Se olharmos para cada uma dessas organizações, veremos que incorporam formatos e escalas muito diferentes de ação: umas atuam nacionalmente há mais de duas décadas; outras são pequenos coletivos locais, mas com forte incidência territorial. Possuem, portanto, pesos muito desiguais nos diversos cenários políticos e contribuem de forma diferencial para o adensamento das redes de relações sociais que configuram os movimentos sociais. No entanto,

enquanto indivíduos e militantes engajados na campanha, todos ali dentro tinham pesos relativamente parecidos.

Por outro lado, muitos ali presentes, em especial os membros da coordenação, assim como a voluntária que me fez o convite, eram filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Entretanto, não havia qualquer menção ao partido, seja no ambiente interno do Galpão, seja nos discursos públicos nas redes sociais ou nos locais de entrega. Isso nos faz pensar na existência de uma fronteira difusa entre movimentos sociais e alguns partidos políticos ou, de um modo mais amplo, entre a sociedade civil organizada e a política institucional.

É importante ressaltar que toda essa miscelânea de coletivos e organizações não aparecia nas ações públicas do Movimenta Caxias. Nas ruas, a campanha era apresentada como sendo organizada por um movimento social ou por uma articulação comunitária. Isto é, apresentava uma identidade unificada, apesar de toda sua diversidade interna. As camisetas pretas padronizadas, como já é hábito entre movimentos sociais organizados, eram o principal símbolo de sua unidade perante a sociedade.

Era nas conversas informais ou quando um militante falava de si mesmo, de sua trajetória pessoal, que essas particularidades apareciam mais. Um exemplo é o perfil de Wesley Teixeira no Twitter, em que ele se descreve como “jovem, negro, evangélico, educador popular, ativista e cria do Morro do Sapo”¹⁰³. Ou quando ele afirma, em entrevista *online* disponível no Youtube, que vem “de uma origem de movimentos sociais”, atuando politicamente desde seus 12 anos de idade no Colégio Irineu Marinho¹⁰⁴.

Ou seja, além de ser um dos principais nomes públicos do Movimenta Caxias e coordenador geral da campanha, ele vê a necessidade de listar suas múltiplas atuações como militante e demarcar seu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017).

E aqui temos um último elemento para discussão sobre o tema da heterogeneidade. Entre as entidades parceiras com atuação nos locais de entrega, várias eram templos religiosos: centros de umbanda, terreiros de candomblé, igrejas católicas e igrejas evangélicas. Uma destas, inclusive, era a igreja à qual os pais de Wesley são vinculados, que são pastores evangélicos e mantêm um pequeno templo ao lado de sua casa, no Morro do Sapo.

A interação com estas religiões específicas tinha uma forte relação com a questão racial, o que para muitas pessoas do campo da esquerda pode parecer estranho, uma vez que ainda existe um grande preconceito contra as igrejas evangélicas. É justamente isso que Wesley, assim como outros militantes de Caxias e em todo o Brasil, vem tentando demonstrar: que os evangélicos são em sua maioria negros, pobres e periféricos, justamente o público-alvo de organizações como o Movimenta Caxias.

¹⁰³ Disponível em: <https://twitter.com/wesleyteixeiras>. Acesso em: 07 ago. 2021.

¹⁰⁴ Entrevista concedida a Johnny Klein. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZaHLTL2VvwU&ab_channel=SalonLineBrasil. Acesso em: 15 set. 2020.

Foto 7. Entrega de cestas agroecológicas em igreja da Assembleia de Deus, no bairro do Pilar.



Fonte: acervo pessoal.

Foto 8. Fila de espera em entrada de terreiro de candomblé, na comunidade da Caixa D'água



Fonte: acervo pessoal.

Foto 9. Vitor (coordenador) “tomando passe” em entrega no terreiro de candomblé.



Fonte: acervo pessoal.

Na próxima seção, discutiremos a composição dos atores no Galpão Criativo Gomeia, que pode ser dividida entre coordenadores, contratados e voluntários. No que diz respeito aos primeiros, elencamos algumas de suas filiações políticas, para assim ilustrarmos o emaranhado de relações existentes entre eles, antes e depois da campanha que estamos analisando.

1.4.1. Coordenação

Conforme discutido anteriormente, a existência de uma coordenação era explícita para todos os envolvidos na rotina do galpão, seja pelos cartazes afixados nas paredes, seja pela rotina de atender às demandas sempre apresentadas pelos coordenadores específicos de cada setor.

A coordenação era dividida entre funções bem específicas: logística, entregas, comunicação, organização do galpão, entre outras. Todos os coordenadores e as coordenadoras eram jovens vinculados a um ou mais coletivos parceiros do Movimenta Caxias: RUA, +Nós, Perifa Connection, Voz da Baixada, entre outros. Além disso, até o desfecho da campanha quase todos os coordenadores eram filiados ao PSOL, embora esta não fosse uma informação destacada no galpão, nas entregas ou nas comunicações da campanha. A coordenação geral da campanha estava sob encargo de Wesley, que tinha apenas 24 anos à época, sendo que ao longo de minha pesquisa tive mais contato com Jefferson e Vitor, coordenadores das entregas em Duque de Caxias.

Mas as relações não eram exclusivamente políticas: todos os coordenadores eram amigos há muitos anos, além de haver dois casais entre eles. As relações afetivas e familiares estiveram muito presentes ao longo de toda a campanha, como veremos também nas próximas seções. Por sua vez, a participação de cada um desses jovens em vários coletivos ao mesmo

tempo é sinal de que, mais do que organizações delimitadas, estes coletivos são formados pelo trânsito constante de pessoas, configurando redes interpessoais com bases políticas e familiares.

Além disso, cada um dos coletivos tem participação na existência dos demais. O Pré-Vestibular +Nós, por exemplo, foi criado, em seus primeiros anos, com importante participação de militantes do PSOL e do Coletivo RUA, que é um movimento estudantil organizado a partir das universidades federais em diversos estados da federação. Com o tempo, o +Nós foi se diversificando, a ponto de pedir apoio a estas organizações apenas em situações específicas, como para divulgar as campanhas para o pagamento dos boletos de inscrição no exame de seleção da UERJ.

Assim, em campanhas como a que estamos descrevendo, as redes são mobilizadas em busca de *pessoas* e *recursos*, ao mesmo tempo em que seus promotores constroem *narrativas* que buscam sensibilizar potenciais apoiadores externos às organizações que compõem sua coordenação. Neste sentido, as atividades de comunicação são fundamentais, principalmente no contexto da pandemia de Covid-19, em que as estratégias de arrecadação financeira e as formas de ação coletiva ficaram muito restritas ao meio virtual.

1.4.2. Equipe contratada

A equipe contratada para o trabalho dentro do galpão era composta por doze carregadores (todos homens) e cinco responsáveis pela limpeza e alimentação (todas mulheres). Os carregadores recebiam 80 reais por diária, sendo que a maioria foi mantida durante as três operações de entrega. Muitos deles estavam desempregados naquele momento, incluindo os diversos casos de artistas e produtores culturais, que viram os eventos culturais e sua renda desaparecerem com a chegada da pandemia.

Apesar de o trabalho no Galpão ter aliviado um pouco sua situação financeira, é preciso considerar o grau de incerteza do arranjo, uma vez que a cada nova rodada era preciso negociar a continuidade e as condições do acordo com o Instituto Unibanco. No intervalo entre a segunda e a terceira operações, por exemplo, levou-se muito mais tempo do que o imaginado, inclusive com riscos de que esta ação não viesse a acontecer, o que certamente impactou as expectativas de ganhos desses trabalhadores.

Quando, na terceira rodada, as cestas básicas foram substituídas por cartões de alimentação, reduziu-se a quantidade de trabalho necessário dentro do Galpão, de modo que os doze rapazes passaram a alternar os dias de serviço em duas equipes¹⁰⁵. Além disso, esta última operação foi mais curta, durando menos de duas semanas, o que configura uma queda de remuneração para quem recebe por dia trabalhado. Esses três elementos contribuem para a percepção de instabilidade e imprevisibilidade do arranjo, uma vez que o aspecto econômico era fundamental não apenas para os beneficiários finais da doação, como também para todas as pessoas contratadas.

Enquanto a equipe de limpeza era composta por mulheres mais ligadas aos coletivos que formavam a coordenação da campanha, todas elas bem jovens, a equipe de carregadores era mais diversa. Alguns deles eram filhos de articuladoras nos territórios de entrega ou de outros trabalhadores contratados como motoristas, por exemplo. Nem todos compartilhavam dos mesmos valores morais e princípios políticos da maioria dos coordenadores e voluntários, o que gerou estremecimentos em alguns momentos.

Outra equipe contratada era de motoristas, cuja frota diária incluía quatro carros de passeio (além do meu, na condição de voluntário), dois ou três carros médios e dois caminhões. No total, eram nove motoristas, sendo que um dos caminhoneiros era pai de Dani, coordenadora de comunicação. Os carros de passeio eram conduzidos por pessoas mais jovens, previamente

¹⁰⁵ Informações relatadas na entrevista com Bruno Henrique, em 7 de outubro de 2020.

ligadas ao Movimento Caxias: tinham a função de levar coordenadores e voluntários para os locais de entrega, além de realizar as tarefas de abastecimento do próprio Galpão.

Um desses carros era de Dadá, membro de uma cooperativa de “uber paralelo”¹⁰⁶ na favela da Mangueirinha: GAC – Grupo de Amigos do Centenário. Tanto ele quanto o ‘Baixinho’, motorista da Kombi que indicou dois filhos para trabalharem dentro do galpão, eram moradores do bairro Centenário. Ambos se transformaram, ao longo do processo, em articuladores locais em suas próprias favelas, de modo que a sede da cooperativa e a pequena igreja evangélica frequentada por Baixinho se tornaram pontos de entrega dos alimentos.

Foto 10. Entrega de alimentos no GAC da Mangueirinha



Fonte: acervo pessoal.

¹⁰⁶ No Rio de Janeiro, qualquer peça não original de veículo é chamada de “paralela”. Talvez esta seja a origem do termo “uber paralelo”: uma cópia do original.

Foto 11. Entrega de alimentos no Morro do Sapo, com Wesley discursando à direita.



Fonte: acervo pessoal.

No setor de comunicação, havia cinco pessoas contratadas para as tarefas de produção audiovisual e alimentação das redes sociais do Movimenta Caxias: Facebook¹⁰⁷ e Instagram¹⁰⁸. Para esta campanha, não foi criada nenhuma página ou site específico. Algumas profissionais contratadas eram ligadas ao Perifa Connection, coletivo composto também por Jefferson, Wesley e Bruno, enquanto outras vieram por meio de contatos pessoais. Elas faziam entrevistas com algumas *lideranças locais* e registravam os momentos de entrega. Raramente as vi no galpão, apenas em situações esporádicas ou quando iam gravar entrevistas com alguém da coordenação.

A comunicação visual do Movimenta Caxias foi muito bem produzida, com material de qualidade alimentando as redes sociais e contando um pouco da história das iniciativas existentes em cada território. Algumas fotos e filmagens mostravam também a participação do Coletivo Terra na produção e na embalagem das cestas agroecológicas, embora a origem dos alimentos distribuídos não estivesse no centro da narrativa, mas sim a fome, a condição periférica das pessoas envolvidas e as trajetórias de luta e resistência dos coordenadores e dos articuladores locais.

¹⁰⁷ Em 10 de novembro, a página no Facebook contabilizava 5.721 seguidores: <<https://www.facebook.com/MovimentaCaxias/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

¹⁰⁸ Em 10 de novembro, a página no Instagram contabilizava 3.519 seguidores: <<https://www.instagram.com/movimentacaxias/?hl=pt-br>>. Acesso em 10 de nov. de 2020.

1.4.3. Voluntários

Além de coordenadores e contratados, havia uma média de 20 voluntários por dia, cuja comunicação era feita através de um grupo no Whatsapp (reunindo toda a equipe do galpão, assim como algumas lideranças locais). Toda noite, Vitor criava uma lista para o dia seguinte, de acordo com as vagas disponíveis nos carros de passeio. Em geral, os voluntários participavam somente das entregas, auxiliando no galpão apenas em momentos de maior necessidade.

Foto 12. Eu (à esquerda) e o grupo de voluntários em entrega no bairro da Figueira.



Fonte: acervo pessoal.

Grande parte dos voluntários, assim como eu, eram membros das mesmas organizações e coletivos dos coordenadores. Além disso, em geral eram moradores dos próprios bairros e favelas onde o Movimenta Caxias atuava, tendo cumprido papel fundamental, em alguns casos, na articulação com beneficiários e lideranças locais.

Com o tempo, descobri que algumas pessoas que eu identificava como voluntárias, na verdade recebiam um aporte financeiro, em especial aquelas contratadas pela ONG Criola como “facilitadoras”. Esse era o caso de Daíses, por exemplo, que se tornou uma importante interlocutora minha na última semana de entregas, sendo a primeira a me fazer enxergar a complexidade da trama de relações entre pessoas e organizações.

Ela estava desempregada após pedir demissão de uma fábrica de caixas onde trabalhava como operária, e na qual não conseguia enxergar um futuro promissor. Ainda muito jovem, tinha a intenção de trabalhar no meio político e através de organizações de direitos humanos. Este é um exemplo de que, para muitas pessoas de periferia, a atuação política pode ser vista também como uma oportunidade de ganhos econômicos e de construção de uma carreira profissional. Era muito comum ouvir de outros militantes que Daíses era uma *potência*, alguém com um futuro brilhante pela frente, e assim a envolviam numa grande rede de afetos e cuidados.

Por último, o trabalho de alguns coordenadores também pode ser entendido como voluntário. De acordo com Bruno¹⁰⁹, nenhum coordenador recebeu pagamento nas primeiras campanhas de arrecadação e nem na primeira rodada da parceria com o Instituto Unibanco. Na segunda e na terceira rodadas, no entanto, alguns passaram a receber, já que dedicavam longo tempo de trabalho à empreitada. Outros, por sua vez, ‘abriram mão’ de suas remunerações.

1.5. Rotina de trabalho

Nos dois primeiros meses, a jornada se iniciava com o café da manhã, que era precedido por uma fala da Elaine, responsável pela coordenação geral do galpão. Ela conheceu o Movimenta Caxias a partir do + Nós, primeiro como aluna e logo após como coordenadora, depois de ter ingressado no curso de Ciências Sociais na UERJ. Sua fala era conhecida como Diálogo Diário de Segurança (DDS), em que explicava o sentido de nossa ação ali e todos os cuidados necessários para nos protegermos do vírus, antes de relatar as ordens do dia.

Em nenhum momento faltou álcool em gel, máscara, luva, nem materiais de limpeza e de banheiro, com os quais nos higienizávamos constantemente. Todas estas ferramentas estavam cobertas também pelas fontes de financiamento. Mesmo nas entregas, éramos orientados a levar luvas e máscaras reservas para garantir que estaríamos sempre em boas condições. O galpão era equipado com um banheiro masculino e outro feminino, além de uma boa cozinha onde eram preparados os lanches e, eventualmente, um churrasco no fim do expediente.

As refeições diárias incluíam café da manhã, almoço, lanche e janta. Os ingredientes para o café e lanche eram comprados na rede atacadista Assaí (a cerca de 2 km do galpão), enquanto o almoço e a janta eram servidos na forma de ‘marmitas’, compradas em dois locais diferentes. O almoço era produzido por uma pessoa ligada ao Dadá (um dos motoristas) e a janta era preparada pela sogra de Juliana (coordenadora de logística). De acordo com Bruno¹¹⁰, eram compradas em média 55 ‘quentinhas’ por dia no almoço e um número relativamente menor na janta.

Nos primeiros dias, elas vinham acompanhadas por um pote de salada crua, mas como quase ninguém comia, optaram por suspendê-la e incluir alguns legumes cozidos dentro da marmita; no final, quase ninguém comia os legumes também. Essa poderia ser uma oportunidade para conversar sobre a questão da alimentação saudável, mas não presenciei nenhuma iniciativa da coordenação nesse sentido. Inclusive, o tema da alimentação era praticamente inexistente dentro do galpão, tendo muito mais destaque as discussões sobre gênero, raça e classe social.

Quase todas as pessoas contratadas e voluntárias eram jovens, negras e moradoras de bairros populares e favelas da cidade. Através do Movimenta Caxias, conheceram outros bairros e cidades da Baixada Fluminense, de modo que tiveram contato com realidades sociais diversas e com uma intensa troca de experiências e visões de mundo, o que ficou claro em muitas conversas que tivemos ao longo dos dias de trabalho.

Em uma delas, um dos motoristas confessou a mim e a outros jovens da equipe de carregadores como aquela experiência havia mudado sua vida. Em seu modo de dizer, até então ele vivera conforme os “costumes da sua comunidade”: não havia “tolerância com LGBT”, sendo todos “sacaneados” e, se fossem vistos na rua se beijando ou de mãos dadas, “podiam até apanhar”.

Segundo ele, foi o contato com os jovens do galpão que, enfim, “abriu sua mente” e ele pôde perceber que apenas reproduzia o padrão de comportamento vigente em seu território. A partir de então se comprometeria a tentar reverter o preconceito de seus amigos e familiares.

¹⁰⁹ Entrevista realizada em 7 de outubro de 2020.

¹¹⁰ Entrevista realizada em 7 de outubro de 2020.

Dessa forma, se do movimento para fora a ‘tarefa’¹¹¹ era levar comida para quem tinha fome, do movimento para dentro era despertar em voluntários e contratados determinada consciência social e política para que futuramente voltassem a se engajar em movimentos sociais. Retomando mais uma vez Melluci (1995), uma das características dos movimentos sociais é justamente a de estarem constantemente formando novos movimentos; o que, para Staggenborg e Lecomte (2009), é ainda mais propício de ocorrer durante as “campanhas de movimentos sociais”, quando as ações coletivas ganham maior intensidade e são criados novos vínculos que contribuem para o adensamento das redes pré-existentes.

Assim, o Galpão Gomeia foi, além de um centro de organização do trabalho e de distribuição dos alimentos, um fértil espaço de encontros e trocas de conhecimentos e vivências: pode-se afirmar que foi o centro de gravitação da experiência coletiva proporcionada pela campanha.

1.6. As pessoas e os territórios de entrega: dinâmicas de exclusão e violência

Nesta seção, apresentaremos algumas informações fornecidas por pessoas responsáveis pela articulação da campanha dentro dos territórios. Como vimos na Introdução, o termo *território* é utilizado, em primeiro lugar, como categoria nativa pelos militantes do Movimenta Caxias, para designar cada favela ou bairro onde foram realizadas entregas.

Além de incorporar ao espaço material e geográfico uma dimensão simbólica, histórica e coletivamente produzida e compartilhada, a opção pelo termo ressalta as diferenças entre cada uma das localidades. As favelas não são todas iguais, assim como as periferias não são homogêneas: cada uma tem suas características e dinâmicas próprias, seus aspectos positivos e negativos.

Entre 17 de abril e 31 de julho de 2020, as entregas foram realizadas em três etapas ou “operações”, como as chamavam os coordenadores: a primeira entre abril e maio, a segunda em junho e a terceira em julho. De acordo com documento a mim fornecido pela coordenação, foram atendidas famílias em catorze municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo oito deles na Baixada Fluminense¹¹². Em Duque de Caxias, onde ocorreu a maior parte das entregas, foram contemplados trinta bairros e comunidades, listados abaixo, na Tabela 1:

Tabela 1. Relação de bairros por distritos atendidos (Duque de Caxias)

DISTRITOS	BAIROS
1º distrito (Duque de Caxias)	Beira Mar, Centenário, Centro, Parque das Missões, Vila Operária, Inferninho, Jardim Gramacho, Jardim Olavo Bilac, Laureano, Lixão, Pauliceia, Parque Lafaiete, Prainha e Sarapuí,
2º distrito (Campos Elíseos)	Figueira, Lote XV, Pantanal, Parque Fluminense, Pilar, São Bento, Saracuruna, Vila Maria Helena e Vila Rosário
3º distrito (Imbariê):	Campos Elíseos, Imbariê, Jardim Nhangá, Parque Paulista, Santa Cruz da Serra, Santa Lúcia e Taquara

Fonte: Movimenta Caxias

¹¹¹ Termo comumente utilizado por militantes para designar as atividades que cada um deve assumir perante o coletivo.

¹¹² Os municípios contemplados foram: Nova Iguaçu, Queimados, Mesquita, Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Magé, São Gonçalo, Niterói, Rio de Janeiro, Nilópolis, Cabo Frio, Rio das Ostras e Araruama.

Dentro do quesito “bairro”, estão misturados os bairros oficiais e as favelas, o que é mais um elemento para pensar o território para além de sua delimitação geográfica reconhecida oficialmente. Dentro de um mesmo bairro, às vezes são atendidas diferentes favelas (como foi o caso do Centenário, onde se distribuiu tanto na Mangueirinha como no Morro do Sapo), cada uma com histórias e dinâmicas locais específicas, isto é, cada uma é um território específico.

Ao longo da campanha, participei de 10 datas de entrega associadas a três *operações*, todas elas realizadas em 2020:

1ª operação: 22/04 e 25/04

2ª operação: 17/06 e 18/06

3ª operação: 23/07, 24/07, 27/07, 28/07, 30/07 e 31/07

Nas jornadas que participei, estive presente em três igrejas evangélicas (Pilar, Morro do Sapo e Mangueirinha), um terreiro de candomblé (favela da Caixa d’Água, em Jardim Bilac) e outro de umbanda (Pantanal), no CRIAAD¹¹³ de Duque de Caxias (Sarapuí), em ONGs e casas de lideranças dentro e fora de favelas nos bairros do Pantanal, Saracuruna, Parque das Missões, São Bento, Jardim Brasil, Vinte e Cinco de Agosto e Pilar, além da Associação de Moradores da Figueira. Alguns desses bairros podem ser visualizados na Figura 2, a seguir:

¹¹³ Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente, responsável pela execução de medidas de semiliberdade a menores infratores: órgão do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 2. Mapa dos bairros e distritos do município de Duque de Caxias



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias¹¹⁴.

Em cada uma delas, quando chegávamos à casa da *liderança local* ou à sede da organização *parceira*, éramos apresentados não apenas aos beneficiários das doações, mas também à história do local. Era comum que denunciasses muitos problemas sociais, em especial a falta de equipamentos públicos de acesso à saúde, educação, saneamento básico e transportes. Portanto, na mesma toada sobre a definição político-geográfica de Baixada Fluminense, são territórios definidos também por suas ausências.

Mas, para além da relação (ou não relação) com o Estado e os serviços públicos, éramos apresentados às dinâmicas de poder local, seja no controle territorial exercido por grupos armados ligados às milícias ou ao tráfico de drogas, seja na micropolítica das relações de vizinhança ou nos conflitos frequentes com candidatos locais de partidos políticos.

¹¹⁴ Para esse e outros mapas, ver: SILVA et al (s/d).

Levando-se em consideração que a campanha abarcou 14 municípios do estado do Rio de Janeiro, o universo de entregas em que estive diretamente envolvido é limitado, porém representativo das formas de atuação do Movimenta Caxias e das articulações feitas nos territórios. Em cada um destes locais, o alimento era o que possibilitava a construção de pontes com pessoas e organizações já atuantes.

Se, por um lado, o apoio de uma pessoa intermediária se justificava por ela conhecer melhor seu território, podendo indicar as pessoas que estivessem passando por maiores dificuldades — argumento que me foi apresentado em diversas ocasiões por articuladores locais ou por voluntários residentes nos territórios —, por outro, isto facilitava o trabalho de articulação política do Movimenta Caxias. Neste caso, sua maior preocupação era que as ações ganhassem escala suficiente para a distribuição, em tempo hábil, de todos os recursos financeiros arrecadados.

Em conversa informal com Jefferson, que além de coordenar parte das entregas, era também o responsável pela captação de recursos — ou, como ele mesmo brincava, era o “pedinte da campanha” —, o jovem jornalista me relatou como nas primeiras tratativas com o Instituto Unibanco ainda não se tinha ideia do volume que a campanha atingiria. Primeiro, o Movimenta Caxias pediu o dinheiro; ao serem questionados sobre a quantidade de famílias que seriam capazes de atender, não souberam responder, e por isso o Instituto propôs uma operação inicial de 8 mil cestas de alimentos.

Com o acordo fechado, os coordenadores tiveram que ir atrás de pessoas de confiança que pudessem organizar a distribuição nos territórios. Para isso, foi fundamental a participação da ONG Criola, que já vinha fazendo o acompanhamento de mulheres com dificuldades em acessar o Auxílio Emergencial¹¹⁵, inclusive recebendo apoio financeiro do próprio Instituto Unibanco.

Uma das facilitadoras contratadas pela ONG Criola foi Marilza, mulher negra e moradora de uma comunidade em Caxias. Durante mais de trinta anos, ela trabalhou como empregada doméstica em residências de classe média na zona sul carioca. Em sua região, até hoje não existe distribuição de água encanada, de modo que todas as casas possuem poços particulares. Marilza comprou seu primeiro chuveiro aos 35 anos de idade: antes disso, só tomava banho de balde, a não ser na casa de suas ‘patroas’, onde passava a maior parte da semana.

Diariamente, percorria de trem o trajeto de Duque de Caxias à Central do Brasil, principal desaguadouro dos trabalhadores periféricos na capital do estado. Por muitos anos, trabalhou em casas no bairro de Santa Teresa, que será o palco de grande parte do segundo capítulo desta dissertação. E foi justamente num desses trabalhos, em que seu ‘patrão’ era funcionário do Banco do Brasil, que ela diz ter sido estimulada a retomar os estudos. Inscreveu-se na escola para completar o ensino básico e, depois, já passados seus 40 anos de idade, decidiu prestar vestibular e ingressou no curso de Serviço Social.

Com a entrada na universidade, sua vida começou a mudar, na medida em que passou a se engajar em grupos de mulheres e a ter contato com organizações que lutam pelos direitos humanos, como é o caso da ONG Criola. Aposentada com um salário mínimo, trabalhava há três anos com esta organização. Ainda assim, tinha o corpo marcado e enfraquecido pelos anos extenuantes trabalhando como ‘doméstica’.

Esta foi uma característica presente em muitos dos corpos femininos com os quais me deparei ao longo da pesquisa: a convivência com dores constantes desde muito cedo, em

¹¹⁵ Instituído pelo Decreto Federal nº 10.316 de 7 de abril de 2020, que distribuiria, por um período determinado, entre 600 e 1200 reais mensais para mais de 60 milhões de pessoas. O contexto de sua implementação foi debatido na Introdução.

decorrência do trabalho pesado que elas executam, ao que ainda deve ser adicionada a dupla jornada como ‘dona de casa’.

Por ser muito conhecida em seu território, Marilza serviu de ponte para outras pessoas que também distribuíram parte das cestas do Movimento Caxias. Eu tive a oportunidade de conhecer outras três mulheres indicadas por ela, sendo que todas já tinham experiência em campanhas de solidariedade, embora não em escala tão grande como aquela.

Com relação ao Auxílio Emergencial, Marilza argumentou que o acompanhamento pessoal se mostrava necessário, já que a única forma de receber o benefício era através de um aplicativo de celular, o que em si era uma enorme contradição: as pessoas que mais precisavam não tinham acesso à internet.

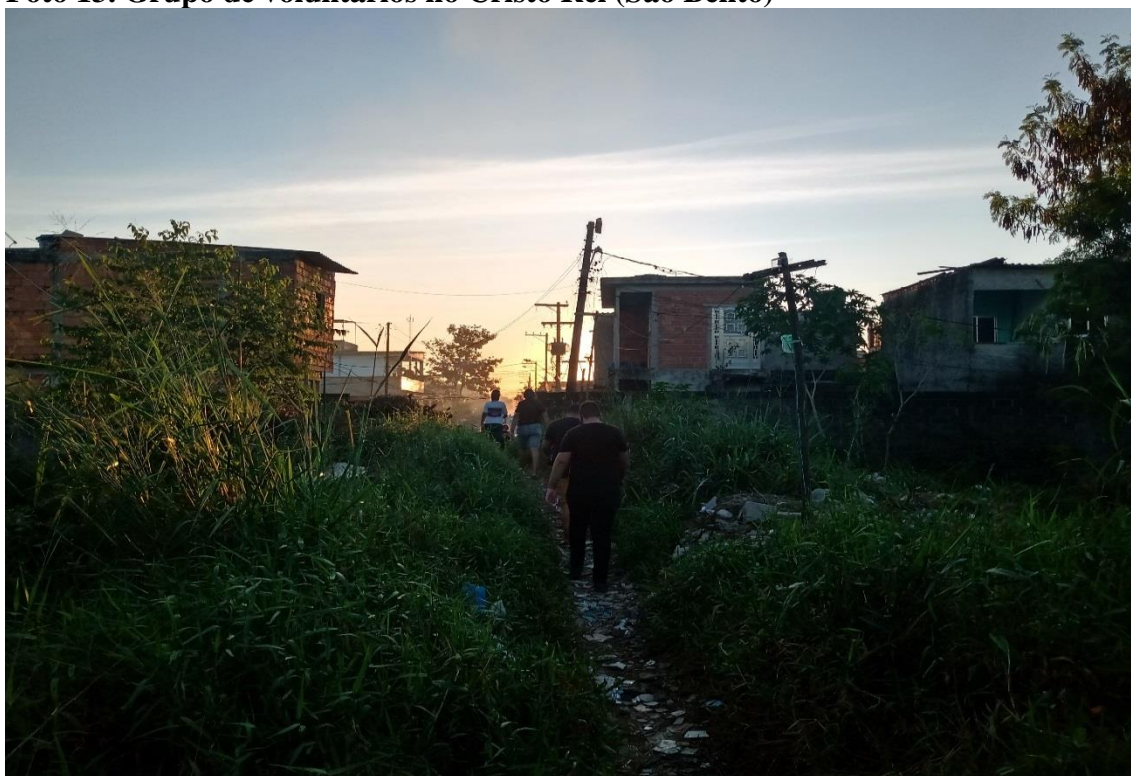
Em duas oportunidades no meu trabalho de campo, foi flagrante a dificuldade para algumas pessoas acessarem este benefício. A primeira se deu no bairro de São Bento, na localidade conhecida como Cristo Rei. Chegamos em dois carros de passeio para entregar cartões de alimentação para a articuladora no território. Era uma mulher de seus 50 anos de idade e que já tinha alguma experiência em distribuição de cestas básicas na região.

Ela comentou que se engajava em ações como essa por entender que sempre tem pessoas em situações piores do que a sua. Depois de nos receber em sua casa, convidou-nos a dar uma volta pelo bairro para conhecer o local onde seriam entregues os cartões. No caminho, contou-nos como havia sido convidada, alguns anos antes, a sair como candidata a vereadora por um partido político.

Ela aceitou, mas logo em seguida descobriu que o partido não lhe daria qualquer suporte para a campanha, tendo que organizá-la e financiá-la toda por conta própria. Estes acontecimentos levantaram, nela, a dúvida de que tinha sido “usada” para preencher as cotas femininas de indicação da organização, sem as quais os partidos podem ser punidos. Desde então, desiludiu-se com a disputa eleitoral, voltando-se mais para ações de solidariedade como aquela.

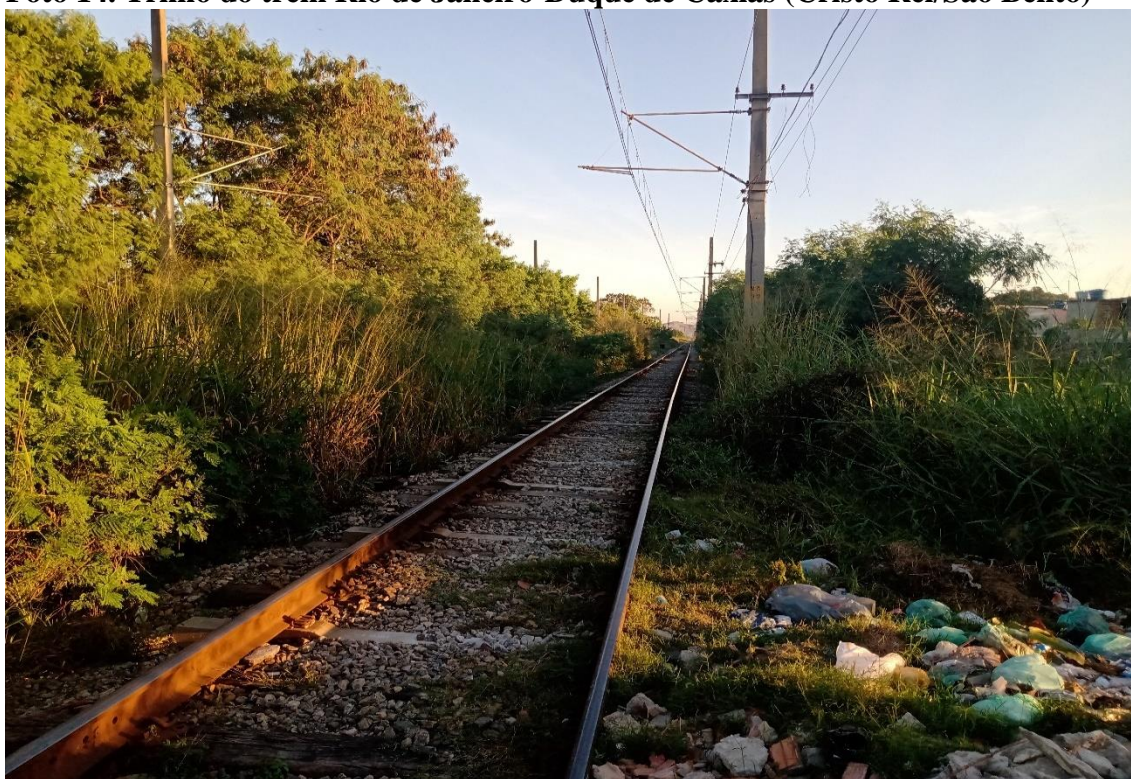
Conduziu-nos, então, até o fim da rua do bairro, abruptamente interrompida por um muro de concreto. No meio dele, havia um buraco por onde passava no máximo duas pessoas, como se tivesse sido aberto a marretadas. Para minha surpresa, do outro lado estava a linha do trem que ligava a cidade do Rio de Janeiro a Duque de Caxias.

Foto 13. Grupo de voluntários no Cristo Rei (São Bento)



Fonte: acervo pessoal.

Foto 14. Trilho do trem Rio de Janeiro-Duque de Caxias (Cristo Rei/São Bento)



Fonte: acervo pessoal.

Do outro lado da ferrovia, encontramos uma rua de terra batida ladeada pela linha do trem e por casas construídas em tábuas de madeira desalinhadas, provavelmente recolhidas nas ruas ou por meio de doações. Ao fundo, bem distante, podíamos ouvir os automóveis voando pela Avenida Washington Luiz, mas ali era uma calma — até que o trem passasse, o que ocorria a intervalos curtos de tempo.

Caminhamos por cerca de duzentos metros em busca de uma das beneficiárias dos cartões, embora não os levássemos conosco. Nossa anfitriã contou que precisava primeiro fazer o registro de todo mundo, para que depois pudesse distribuí-los. Disse que aquela rua era uma ocupação recente: apesar de ser um logradouro público (com o nome de Castro Alves, reconhecido como um dos poetas negros mais importantes do século XIX), continha um único poste de luz improvisado em uma estaca de madeira.

- A pista tá assim bem batida porque o governo passou a máquina umas semanas atrás. Afinal, esse ano tem eleição... — comentou ela — Mas aqui é tudo muito difícil, o povo não tem assistência nenhuma... e essa linha de trem é um perigo! Principalmente para as crianças...

Quando enfim chegamos à casa que procurávamos, fomos recebidos por uma mulher de cerca de 30 anos e seus quatro filhos pequenos, estando a mais nova a tiracolo. Ela vestia apenas uma bermuda e sutiã e tinha uma expressão bem cabisbaixa e desconfiada. Quando dissemos quem éramos, parou para conversar um pouco. Enquanto dois voluntários brincavam com as crianças, outro perguntou se ela estava recebendo o Auxílio Emergencial. A resposta foi negativa, porque ela não tinha o documento de identidade para se inscrever no sistema. Muito menos celular.

Foto 15. Placa de logradouro público no Cristo Rei (São Bento)



Fonte: acervo pessoal.

Foto 16. Caminhando pela Rua Castro Alves.



Fonte: acervo pessoal.

A segunda situação foi no bairro de Saracuruna, próximo à autoestrada do Arco Metropolitano que corta a região mais ao norte da Baixada Fluminense. Terminada a entrega no Centro Cultural Chocobin, que além de ser uma biblioteca comunitária, era também residência de Maria Chocolate e sua família, fomos convidados para uma deliciosa feijoada em seu pátio interno. Ao final, Chocolate pediu que a acompanhássemos nas entregas das cestas básicas na “beira do rio”.

Eu fui dirigindo um dos dois carros pelas ruas de terra esburacada, até que atingimos um dos afluentes do Rio Saracuruna. Logo depois de uma curva, avistamos umas casas de madeira e um pequeno cais, onde estavam aportados alguns barcos e canoas. Chocolate nos contou que ali havia uma colônia de pescadores, cujas famílias seriam ajudadas por aquelas doações.

Encontramos uma mulher, que chamou outras mais, até que se formou um grupo de oito pessoas, cada uma representando uma das famílias, para quem distribuimos as cestas básicas e as sacolas de alimentos agroecológicos montadas pelo Coletivo Terra. Ficamos ali cerca de vinte minutos, conversando sobre a campanha e sobre as condições de vida no local.

Reclamaram muito de não ter qualquer iluminação pública, o que as deixava com muito medo de sair de casa à noite, pois a área é completamente isolada. A maior parte dos homens eram pescadores e navegavam regularmente toda a extensão do rio até os fundos da Baía de Guanabara.

Mais uma vez, quando perguntamos sobre o Auxílio Emergencial, a resposta foi negativa: precisavam primeiro fazer o documento de identidade, o que era muito difícil, já que muitos ali não tinham nem mesmo certidão de nascimento. Inclusive, esse era um dos apoios que Chocolate vinha fazendo junto àquelas famílias: facilitar o processo de retirada da documentação.

Nos locais onde estive, as *lideranças locais* eram em sua maioria mulheres, muitas delas negras e mais velhas que a média de idade da equipe do Movimenta Caxias. Algumas eram figuras de destaque, sendo reconhecidas como personagens históricas de suas regiões, como foi

o caso de Leninha, moradora da favela da Vila Operária (a mesma em que viviam Vitor e Maria Eduarda) e integrante do MNU¹¹⁶, além de Maria Chocolate.

Por outro lado, se resgatarmos o relato que iniciou este capítulo, veremos que a presença da *liderança local* envolve, ainda, um outro elemento de importância fundamental: se o alimento é a chave, ela é a pessoa que abre a porta. Além das relações de solidariedade e de apoio mútuo que as doações construíam, outra dimensão política fundamental era o controle armado dos territórios por facções do tráfico de drogas ou das milícias. Este fato era conhecido por todos os habitantes locais e exigia cuidados especiais da parte de quem pretendia acessá-los.

Foi o caso de uma favela no bairro do Pantanal, muito próxima à antiga ‘escola de Tenório Cavalcanti’, lendário político local dos anos 1940, conhecido pela capa preta que vestia e por Lurdinha, sua metralhadora (ALVES, 2004). Ali, conversei com a pessoa responsável pela entrega, que comentou que sempre havia sido “território de miliciano”, mas que não era igual às atuais milícias que passaram a ocupar vastas regiões da capital do estado a partir dos anos 1990.

Morando no local há muitos anos, relatou que a favela era habitada por muitos policiais, que além de não permitirem o consumo ou a venda de qualquer droga que não fosse o álcool ou o cigarro, eram responsáveis pela rotina de execuções que marcaram sua vida desde a infância. Acostumada a ver corpos humanos espalhados pelas escadas e vielas, aprendeu desde cedo que a política era terreno proibido, mesmo quando restrita à política do bairro em que vivia. Ou seja, nas terras fluminenses, a necropolítica não é um atributo exclusivo do Estado oficial.

A primeira vez que estive no bairro do Pantanal — ao qual voltaria algumas vezes, sempre em localidades diferentes — foi no carro de Carol, uma das motoristas contratadas pelo Movimenta Caxias e que também era ativista de várias causas sociais, em especial dos movimentos feminista e indígena. Naquele dia, enquanto percorríamos os quilômetros intermináveis da ‘Avenida Kennedy’, os voluntários dentro do carro debatiam se devíamos “pegar a Reta” ou não. Com a justificativa de evitar ter que dar uma volta maior com o carro e perder um tempo precioso, ficou decidido que arriscaríamos a temida avenida.

No caminho, explicaram-me que se tratava de um dos trajetos mais perigosos da cidade, já que delimitava a fronteira física entre territórios do Comando Vermelho (CV) e do Terceiro Comando Puro (TCP). Estas são as duas grandes facções do tráfico de drogas no estado do Rio de Janeiro, desde que a Amigos dos Amigos (ADA) praticamente deixou de existir¹¹⁷ (MOTTA, 2021).

Apesar da mística de pavor em torno do logradouro, impressionava como a rua era movimentada, com muitas lojas dos dois lados e linhas de ônibus regulares. Disseram-me, porém, que quando havia alerta de confronto, os ônibus desviavam por outras rotas e as lojas eram fechadas imediatamente.

Para além do medo de se iniciar um tiroteio, havia também o receio de sermos parados por membros de qualquer uma das duas facções, que certamente fariam um interrogatório sobre nosso destino e os motivos para estarmos ali. Carol revelou, então, que colocava o fixador de

¹¹⁶ Rego et al (2021) escreveram um excelente artigo em que reconstituem parte da história do MNU a partir da trajetória de duas de suas lideranças no estado do Rio de Janeiro, sendo uma delas Lenyr Claudino de Souza (a própria Leninha).

¹¹⁷ Informações como essas a respeito dos territórios de cada facção, das fusões e desmembramentos entre elas, das relações entre traficantes e policiais raramente são veiculadas pela mídia. Sua transmissão é exclusivamente via oral — no ‘boca-a-boca’ — ou via Whatsapp e redes sociais, de modo que nunca se sabe a fonte exata da mensagem.

celular no vidro da frente do carro, para que assim pensassem que se tratava de um ‘carro de aplicativo’¹¹⁸ carregando passageiros.

Nesse momento, outra voluntária fez a piada de que em Duque de Caxias tem sempre que se escolher o menor risco: ter o carro roubado por um ladrão, caso em que motoristas de aplicativo são sempre mais visados; ou ter o carro atacado pelo tráfico ou pela milícia ao ser identificado como um potencial invasor.

Tendo sido criado na região central da cidade do Rio de Janeiro, onde as favelas costumam ser visualmente destacadas do restante do bairro — o que está na origem, inclusive, da metáfora da cidade dividida entre ‘morro e asfalto’¹¹⁹ — comentei como aquele não parecia ser um território dominado por facções armadas, mas uma simples avenida cortando um bairro de subúrbio.

A mesma voluntária respondeu, em tom irônico, que em Caxias todos os bairros eram dominados por bandidos, seja pela milícia ou pelo tráfico, com exceção do centro da cidade. Rapidamente, um segundo voluntário emendou:

- Sim, o centro é dominado pelos bandidos da política — e todos caíram na gargalhada.

Todos esses fragmentos da pesquisa de campo nos ajudam a entender melhor o contexto local e regional em que o arranjo da campanha foi construído. O objetivo principal era entregar alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social num momento histórico de recrudescimento da fome. No contexto da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e, em particular, da região conhecida como Baixada Fluminense — cuja cidade mais populosa é Duque de Caxias —, levar comida a essas pessoas significa entrar em territórios marcados pela pobreza, insalubridade, dificuldade de acesso e falta de serviços públicos.

Por motivos que escapam às questões levantadas nesta pesquisa, mas que guardam correspondência com as características aqui mencionadas, esses territórios são também marcados por dinâmicas de violência que, apesar de sua arbitrariedade, são encaradas quase com naturalidade por seus habitantes e pelas pessoas que estão acostumadas a transitar por esses espaços. Não é qualquer pessoa que entra nas favelas de Duque de Caxias e estabelece vínculos políticos com pessoas e organizações locais. Para tanto, as trajetórias e experiências pregressas de nossos interlocutores foram fundamentais.

Além disso, para que as doações se efetivassem, foi necessário que estes jovens se organizassem em torno de uma ação coletiva que adotou o formato de campanha, em que esses elementos foram ressaltados em suas narrativas, de modo a mobilizar recursos financeiros para a compra dos alimentos, já que eles próprios não eram produtores. O interessante é que, neste ponto, mais uma vez o arranjo ganha complexidade: a base de fornecedores foi bem diversificada, assim como os formatos de distribuição foram modificados ao longo da campanha.

1.7. Os alimentos doados, seus fornecedores e os formatos de distribuição

Desde o primeiro momento, o que me impressionou não foi apenas a quantidade de alimentos doados, mas também a opção da coordenação da campanha em distribuir, junto às cestas básicas, alimentos orgânicos e agroecológicos. Essa prática destoava de outras campanhas com as quais eu tinha contato através da internet e levantava questões interessantes a serem investigadas, tendo sido o principal fator de atração para minha transformação pessoal de voluntário em pesquisador.

¹¹⁸ Modo genérico de se fazer referência às empresas Uber, 99 Taxi ou similares.

¹¹⁹ Onde ‘morros’ são as favelas, em geral construídas sobre as encostas, e ‘asfalto’ são os bairros oficiais, com construções regularizadas. Além da morfologia urbana, esta dicotomia serve a todos os âmbitos da sociedade carioca, em termos culturais, políticos e econômicos, como veremos no segundo capítulo.

Num segundo momento, as cestas básicas passaram a ser substituídas pela entrega de cartões magnéticos produzidos pela empresa Ticket, com os quais seus beneficiários poderiam comprar alimentos e outros tipos de produtos de ‘primeira necessidade’ (como fraldas e absorventes) em pequenos comércios e grandes redes de supermercados. Nesse caso, o formato de distribuição era justificado em nome do poder de escolha dos donatários, assim como pela possibilidade de fomentar as “economias locais”.

Tratemos primeiramente dos alimentos orgânicos e agroecológicos. A distinção entre esses dois termos é alvo de um grande debate tanto na literatura científica quanto entre os movimentos sociais ligados aos campos da agricultura, da ecologia e da alimentação (BRANDENBURG, 2002; GOODMAN, 2017; NIEDERLE; ALMEIDA, 2013). Por ora, diremos apenas que os produtores e consumidores de orgânicos reivindicam uma agricultura de base ecológica e livre de fertilizantes químicos, agrotóxicos e transgênicos (cujos produtos têm sido tratados como “alimentos convencionais”), enquanto os agroecológicos questionam, também, as condições sociais de produção destes alimentos, valorizando os saberes de povos e comunidades tradicionais¹²⁰ e a agricultura camponesa¹²¹.

Em muitas situações, os ativistas orgânicos também compartilham destas ideias, mas nem sempre, de modo que hoje se trata de uma das principais fronteiras entre os dois campos. Por outro lado, não necessariamente os agricultores agroecológicos utilizam ou defendem uma agricultura completamente isenta de agrotóxicos e outros insumos industriais, embora nestes casos se posicionem a favor da redução de danos e de aprimoramento das técnicas de cultivo rumo a um padrão mais ecológico, o que se manifesta nos debates em torno do conceito de transição agroecológica (SCHMITT, 2000).

No nosso caso de estudo, essa distinção é importante para entendermos a procedência dos alimentos distribuídos pelo Movimenta Caxias: enquanto os ‘orgânicos’ eram fornecidos pelo Clube Orgânico, empresa privada que compra de agricultores para revender a consumidores pela internet¹²²; os ‘agroecológicos’ eram fornecidos pelo Coletivo Terra e pelo MPA-RJ, duas organizações não empresariais que compõem o campo político dos movimentos sociais camponeses.

É preciso dizer, no entanto, que fui informado, inicialmente, de que o Clube Orgânico ‘abriu mão’ de parte de seus lucros para compor as cestas distribuídas pelo Movimenta Caxias. Segundo relatos de coordenadores, a empresa teria oferecido as cestas pela metade do seu preço regular de venda. Ainda assim, eu considerava, ao longo de toda a campanha, que os alimentos frescos tinham origens socioeconômicas diferentes: enquanto o Coletivo Terra os produziria e distribuiria segundo uma lógica de movimento social, o Clube Orgânico o faria sob uma lógica empresarial.

Diante disso, como o meu recorte analítico nas campanhas eram as mediações operadas pelos movimentos sociais organizados, dediquei maior atenção aos alimentos distribuídos pelo Coletivo Terra e MPA-RJ. Por outro lado, ao longo dos primeiros meses da campanha do Movimenta Caxias, eu não tinha conhecimento da parceria entre estas duas organizações, fato que só me foi relatado na conversa com Beto Palmeira, militante do MPA-RJ, já em julho de 2020.

Essa informação se mostraria fundamental para os rumos futuros da pesquisa, que passaram a se desenhar a partir da conversa que tive com Cosme Henrique, meu principal

¹²⁰ Por meio do Decreto Federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em que estes são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

¹²¹ Este termo foi abordado na Introdução.

¹²² Disponível em: <https://www.clubeorganico.com/>. Acesso em: 27 mai. 2021.

interlocutor do Coletivo Terra. Era meu quinto dia como voluntário e já começava a me ambientar como pesquisador. Voltando ao galpão após uma entrega rápida na localidade conhecida como Inferninho, no bairro Jardim Brasil, avistei Jefferson conversando com um rapaz um pouco mais velho e que portava um chapéu de palha de agricultor. Na véspera, Vitor tinha me avisado que ele fazia parte do Coletivo Terra, por isso resolvi me aproximar para tentar entender melhor sua participação na campanha.

Os dois conversavam sobre uma possível continuidade da parceria depois que acabasse a pandemia, entendendo que ações como aquela permitiam não somente combater a fome nas “periferias urbanas”, como também fortalecia a produção da “agricultura camponesa” nas “periferias rurais”. Assim como a maior parte dos integrantes do Coletivo Terra, Cosme morava em um pequeno lote de terra no assentamento Terra Prometida, localizado na divisa entre os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, em região de difícil acesso no bairro rural do Amapá. Era de lá que vinham as cestas de alimentos agroecológicos distribuídos na campanha.

Depois que Jefferson se retirou, Cosme e eu debatemos por cerca de meia hora sobre muitos temas, dos quais destaco algumas considerações sobre o tipo de parceria estabelecido através da campanha, mas que serão melhor explorados no terceiro capítulo. De acordo com o agricultor, o Movimenta Caxias os teria procurado antes do Clube Orgânico, uma vez que seus militantes já tinham relações pessoais prévias com integrantes do Coletivo, inclusive tendo participado de mutirões para plantio de feijão no lote de Cosme.

No entanto, o Coletivo Terra não tinha condições, à época, de fornecer volume tão grande de produtos em pouco tempo. É nesse momento que entra em cena o MPA-RJ, que passa a compor as cestas agroecológicas com hortaliças produzidas na serra de Teresópolis, e que o desabrochar dos eventos o situaria como um dos atores centrais da pesquisa.

Estas duas organizações também já tinham relações políticas e comerciais prévias, seja em mobilizações junto aos movimentos camponês e agroecológico, seja na comercialização de seus produtos através dos circuitos criados pelo MPA-RJ na capital do estado. Nos dedicaremos a estes vínculos no terceiro capítulo.

Na prestação de contas interna da campanha, o Movimenta Caxias diferenciou as cestas de produtos frescos provenientes do Clube Orgânico daquelas do Coletivo Terra, porém sem citar a participação do MPA-RJ. Na Tabela 2, apresentamos a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por cada um dos fornecedores e sua evolução ao longo da campanha.

Tabela 2. Relação das unidades de cestas de alimentos frescos por organização e por operação.

	1ª operação	2ª operação	3ª operação	Total
Clube Orgânico	5.600	7.000	5.600	18.200
Coletivo Terra	400	6.000	4.000	10.400

Fonte: Movimenta Caxias

Nesses dados, confirma-se o que Cosme relatou: em um primeiro momento, o Coletivo Terra não possuía capacidade de atender a demanda do Movimenta Caxias. Nas duas operações posteriores, sua produção foi rapidamente ampliada com a colaboração do MPA-RJ, no entanto ainda se mantendo inferior à do Clube Orgânico. Ao final, a empresa distribuiu quase o dobro de unidades que o Coletivo.

Entretanto, é preciso considerar que as cestas distribuídas pelo Coletivo Terra tinham maior volume que as do Clube Orgânico, pesando em média 7 kg e 4,5 kg, respectivamente, fato que foi ressaltado por Cosme em nossa conversa e, posteriormente, na entrevista.

Com relação às cestas básicas, é importante considerar que sua distribuição foi iniciada anteriormente à campanha *Movimentando a Baixada Contra o Covid*, por meio de pequenas campanhas com diversos parceiros: Unicef, Ação da Cidadania, CUFA – Central Única de Favelas, empresa Salon Line, Enfrente, Instituto Clima e Sociedade e Instituto Samambaia, além do Instituto Unibanco. Além disso, alguns coordenadores me relataram que o Movimenta Caxias já havia doado cestas básicas da Ação da Cidadania em outras ocasiões pontuais, mesmo antes da pandemia.

Ao longo destas pequenas campanhas, o formato das cestas também sofreu alterações. Em um primeiro momento, os alimentos eram comprados individualmente numa rede de supermercados atacadista e, em seguida, as cestas eram montadas dentro do Galpão Gomeia. Com a formalização da parceria com o Instituto Unibanco, o volume de alimentos aumentou vertiginosamente, de modo que passaram a comprar as cestas já montadas diretamente da empresa Cesta de Alimentos do Brasil (CAB), especializada na venda de cestas básicas¹²³.

Na primeira rodada de entregas, cada cesta tinha o custo de R\$ 110,00, incluindo arroz, feijão, açúcar, óleo, entre outros ingredientes variados, tudo em grande quantidade. Já na segunda operação, as cestas foram reduzidas propositalmente para que fossem distribuídas a um número maior de pessoas. Dessa forma, o Movimenta Caxias procurava ampliar a escala de entregas e a quantidade de territórios atingidos pela campanha.

Por outro lado, a partir da segunda operação as cestas básicas foram substituídas progressivamente pelos cartões de alimentação. De acordo com alguns coordenadores com quem conversei, a estratégia visava ampliar o poder de escolha dos beneficiários, sendo que a iniciativa teria partido dos próprios territórios e chegado à coordenação através das *lideranças locais*. Muitos donatários reclamavam que já tinham arroz e feijão em boa quantidade — inclusive, tendo recebido de outras iniciativas de doação —, mas faltavam outros ingredientes.

Além disso, a troca era justificada pelo fato de os cartões poderem ser utilizados na compra de produtos em alguns pequenos comércios nos próprios bairros de entrega. Com isso, o dinheiro seria canalizado para a economia local, ao invés de ser direcionado exclusivamente à empresa CAB. Por outro lado, o valor disponibilizado em cada cartão era de aproximadamente R\$ 80,00, portanto inferior ao valor das cestas básicas.

Embora não tenha aparecido nas conversas, é possível dizer que a substituição também trouxe vantagens em termos de logística: se as cestas básicas demandavam grande volume de trabalho e caminhões para serem carregadas, os cartões cabiam todos numa pequena mochila nas costas do coordenador, que cumpria sua função apenas com um carro de passeio.

Assim, na terceira rodada era comum a ida de uma comitiva de voluntários apenas para conhecer os territórios e as pessoas, sem qualquer função específica a desempenhar no momento da entrega. Em contrapartida, a menor demanda por trabalho representava uma menor remuneração para as pessoas contratadas como motoristas, carregadores e na equipe de limpeza do galpão.

Nas Tabelas 3, 4 e 5, sistematizamos os dados gerais de cada operação referentes às cestas básicas, aos alimentos frescos e aos cartões de alimentação:

¹²³ Disponível em: <https://www.grupocab.com.br/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Tabela 3. Número de unidades distribuídas por entidade e tipo de alimento (operação 1)

OPERAÇÃO 1 (abril-maio/2019)				
Entidade/ Modalidade	Cestas Básicas	Cartões de Alimentação	Cestas de Alimentos Frescos	Total
MOVIMENTA CAXIAS	4.500	0	4.500	9.000
ONG CRIOLA	1.500	0	1.500	3.000

Fonte: Movimenta Caxias

Tabela 4. Número de unidades distribuídas por entidade e tipo de alimento (operação 2).

OPERAÇÃO 2 (junho/2019)				
Entidade/ Modalidade	Cestas Básicas	Cartões de Alimentação	Cestas de Alimentos Frescos	Total
MOVIMENTA CAXIAS	7.303	7.528	7.248	22.079
ONG CRIOLA	4.197	305	4.252	8.754

Fonte: Movimenta Caxias

Tabela 5. Número de unidades distribuídas por entidade e tipo de alimento (operação 3).

OPERAÇÃO 3 (julho/2019)				
Entidade/ Modalidade	Cestas Básicas	Cartões de Alimentação	Cestas de Alimentos Frescos	Total
MOVIMENTA CAXIAS	0	11.797	6.784	18.581
ONG CRIOLA	1.140	3.966	4.716	9.822

Fonte: Movimenta Caxias

Esses dados demonstram a substituição progressiva das cestas básicas por cartões de alimentação, embora o projeto liderado pela ONG Criola não tenha operado essa mudança de forma tão radical. É importante ressaltar, no entanto, que todas as entregas, incluindo as de responsabilidade da ONG Criola, foram organizadas e operacionalizadas pela coordenação da campanha sediada no Galpão Gomeia Criativo. A diferença entre as duas entidades estava

principalmente nos territórios acessados, uma vez que as organizações já atuavam anteriormente em muitos deles.

1.8. As fontes de financiamento

Todo o meu trabalho de campo foi realizado em meio à parceria estabelecida entre Movimenta Caxias e Instituto Unibanco, embora eu nunca tenha encontrado qualquer integrante da fundação. No entanto, outras campanhas menores precederam esta, de modo que apresento uma breve descrição da trajetória das diferentes campanhas de arrecadação, tal qual me foi relatada por Bruno em entrevista realizada em 7 de outubro de 2020.

Bruno Henrique era coordenador da turma do Movimento de Educação Popular +Nós em Niterói, mas o fato de ter estudado em Duque de Caxias, no ensino médio, o aproximou de muitos dos atuais militantes do Movimenta Caxias. Ao longo de toda a campanha, ele atuou como coordenador financeiro, orgulhando-se de saber quanto tinha custado cada uma das cadeiras e lixeiras utilizadas no Galpão Gomeia. Em conversa informal, ele me contou que era formado em Direito e que estudava Contabilidade justamente para auxiliar os movimentos sociais nessas tarefas especializadas e de grande valor.

De acordo com ele, as primeiras ações de arrecadação captaram recursos de duas fontes: (a) doação de pessoas físicas pela Internet e (b) doações de cestas básicas da Ação da Cidadania. Esta última se trata de uma das ONGs mais conhecidas do Brasil, criada em 1993 por Betinho, em função da grande campanha de combate à fome que ele promovia em todo o país e que, futuramente, exerceria influência direta sobre as políticas sociais e de segurança alimentar implementadas a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores. As duas campanhas totalizaram 1000 cestas básicas.

Uma terceira ação foi a parceria entre o Perifa Connection e o site de financiamento coletivo Benfeitoria¹²⁴, responsável pela doação de mais 500 cestas básicas. Neste caso, adotou-se a estratégia de *Match Funding*, descrita no site como uma “vaquinha turbinada”: a cada 1 real doado (“financiamento coletivo/ *crowd-funding*”), a Benfeitoria acrescentava outros 2 reais. Esta contraparte da Benfeitoria é proveniente do Fundo Colaborativo Enfrente, que recebe aporte de várias instituições parceiras: Fundação Tide Setúbal, Instituto Galo da Manhã, Itaú Social, Fundação José Luiz Egydio Setúbal, Fundação FEAC, Fundação Arymax, Instituto Humanize, Instituto GPA (braço social da rede de supermercados Extra) e Instituto Arapyau¹²⁵.

Todos esses institutos e fundações se apresentam como dedicados a investimentos sociais, seja de caráter filantrópico ou assistencial — todos privados, mas sem fins lucrativos. Nas descrições de seus sites, dedicam-se a pautas como a educação, a desigualdade social, a fome e a pobreza. De acordo com o portal da Benfeitoria, ao menos a primeira meta do Movimenta Caxias foi atingida, totalizando 30 mil reais. Bruno me contou, ainda, de uma outra parceria com o Rio Contra o Corona, um coletivo de ONGs criado com o objetivo exclusivo de distribuir cestas básicas durante a pandemia.

A partir dessas várias articulações, os militantes do Movimenta Caxias tomaram conhecimento do projeto Assistência Humanitária Emergencial, desenvolvido pelo Instituto Unibanco, que afirmava ter destinado, até 21 de outubro de 2020, 46,3 milhões de reais para campanhas promovidas por organizações sociais durante a pandemia (nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Fortaleza). Inclusive, o Rio Contra o Corona constava como uma das entidades executoras das ações nos “Boletins” semanais divulgados pelo IU¹²⁶.

¹²⁴ Disponível em: <<https://benfeitoria.com/>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

¹²⁵ Uma breve descrição de cada parceiro é encontrada em <<https://benfeitoria.com/canal/enfrente>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

¹²⁶ No Boletim nº 17 há uma breve descrição da articulação, que agrega ao menos 3 organizações: Banco da Providência, Instituto Phi e Instituto Ekloos; além de contar com o apoio da Casa Fluminense.

Como grande parte destas campanhas estava voltada para a distribuição de alimentos, o Movimenta Caxias acionou antigos contatos com diretores do IU para estabelecer um acordo que, surpreendentemente, extrapolou todas as expectativas em termos de recursos e de volume de entregas: cerca de 5 milhões de reais¹²⁷, equivalendo a pouco menos de 1/9 de todo o dinheiro doado e declarado pelo IU até então.

Os trâmites necessários à concretização da parceria foram abordados em conversa com um dos coordenadores da campanha. Tendo sido um dos responsáveis pela negociação de apoios financeiros junto às instituições doadoras, transcrevo aqui um trecho do caderno de campo relativo à nossa conversa:

O Instituto Unibanco propôs, então, uma ação em partes, com um primeiro teste de 8 mil cestas básicas. Como o Movimenta Caxias não tinha um CNPJ (e não quiseram formalizar-se como uma ONG por todo o trâmite burocrático exigido), o próprio Unibanco recomendou a intermediação da SITAWI¹²⁸, que se apresenta como uma empresa de impacto social, mas que ele disse funcionar como se fosse uma empresa normal. Ele disse que ela fica com 15% de todo o valor doado, sendo a responsável por administrar esse dinheiro. Assim, ela acionava a empresa CAB, que disponibilizava as cestas sem que o dinheiro passasse pelo Movimenta. O único recurso que eles movimentavam era o dos gastos dentro do galpão: comida, transporte, diárias e salários dos coordenadores e trabalhadores contratados. Para esses gastos, o Movimenta contava com um ou dois cartões de débito.

Na entrevista citada anteriormente, Bruno relatou que, a partir do primeiro contato com a fundação, souberam que a ONG Criola também estava recebendo recursos para o cadastramento de mulheres negras no Auxílio Emergencial. Com isso, ele entrou em contato com Lucia Xavier¹²⁹, coordenadora geral da organização, para que fizessem uma parceria. Então, as duas entidades formaram suas próprias bases de territórios e beneficiários: oficialmente eram dois projetos distintos, mas na prática eram o mesmo.

Na segunda prestação pública de contas¹³⁰ divulgada pelo Movimenta Caxias¹³¹, há uma lista com a maior parte das entidades parceiras:

<<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/ed-17-boletim-assistencia-humanitaria-no-contexto-da-covid-19/>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

¹²⁷ Este valor me foi relatado, em conversa informal, como estimativa para o total das três operações. Na falta de documentos ou de declarações públicas a respeito, não deve ser considerada uma informação oficial, mas nos ajuda a ter uma melhor dimensão da campanha. Se o valor for dividido igualmente pelo número de famílias relatadas em toda a campanha (18.640 cestas básicas + 46.531 cartões de alimentação = 65.171), teremos R\$ 76,00 por família.

¹²⁸ Formalizada enquanto Organização Social de Interesse Público (OSCIP), a SITAWI se apresenta como desenvolvedora de soluções financeiras de impacto social e de análises de performance socioambiental.

¹²⁹ Em entrevista disponível no site do Instituto Ibirapitanga, Lucia Xavier discute com Bianca Santana vários dos temas trabalhados neste capítulo, com destaque para as questões relativas aos movimentos negros e à atuação em rede das diversas organizações e movimentos sociais. Ver.: <https://www.ibirapitanga.org.br/historias/movimentos-antirracistas-que-atravesam-geracoes-entrevista-com-lucia-xavier-e-bianca-santana/>. Publicado em: 29 jul. 2020. Acesso em: 10 abr. 2021.

¹³⁰ A terceira e derradeira ainda não havia sido publicada até o encerramento desta pesquisa.

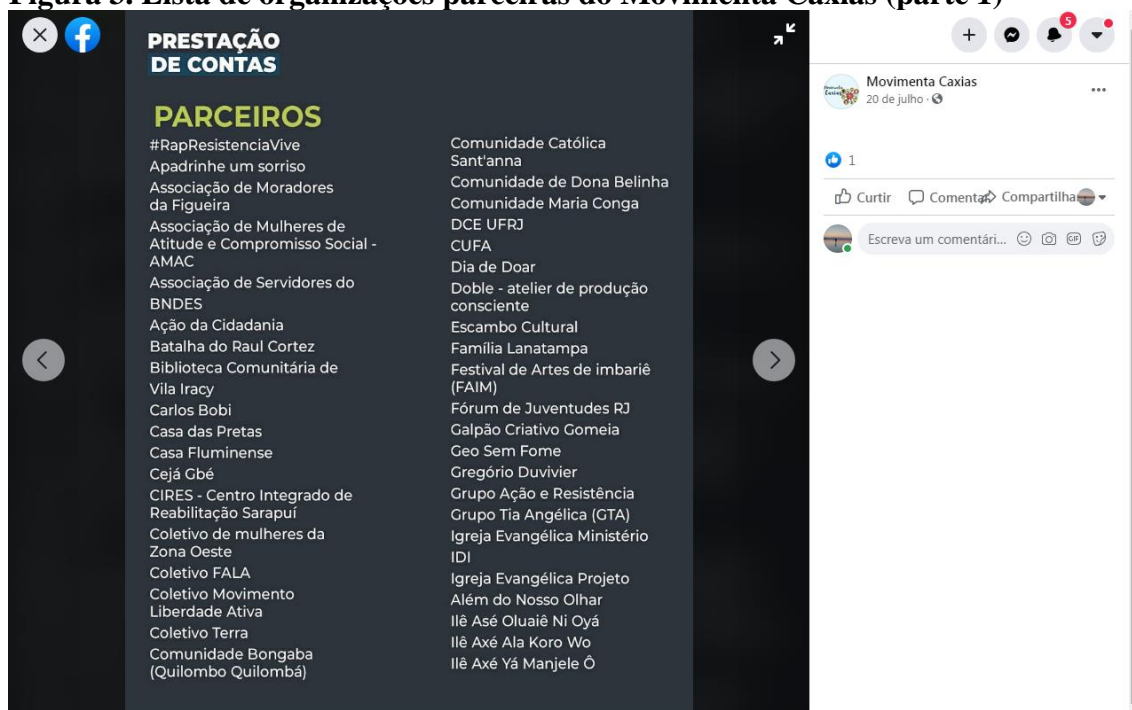
¹³¹

Disponível

em:

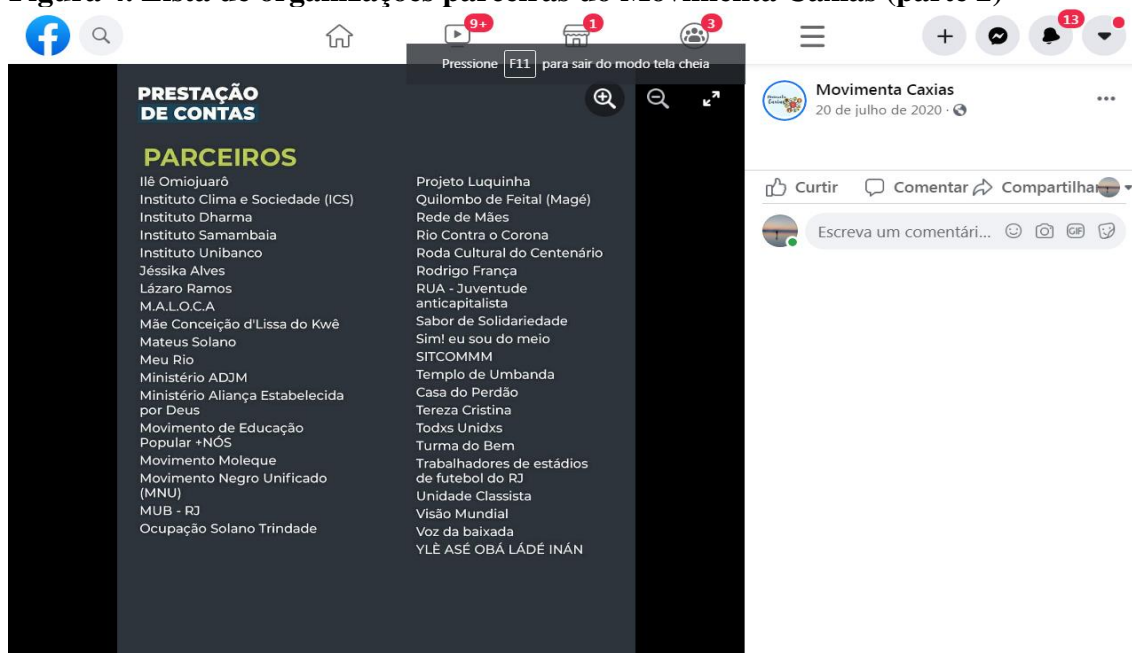
<<https://www.facebook.com/MovimentaCaxias/photos/pcb.754505882038477/754505755371823>>. Publicada em: 20 jul. 2020. Acesso em: 10 novembro 2020.

Figura 3. Lista de organizações parceiras do Movimenta Caxias (parte 1)



Fonte: Movimenta Caxias (Facebook)

Figura 4. Lista de organizações parceiras do Movimenta Caxias (parte 2)



Fonte: Movimenta Caxias (Facebook)

Nesta lista, destacamos a diversidade de coletivos e organizações envolvidas (assistenciais, culturais, políticas, religiosas, de todos os tamanhos e idades) e a equidade de tratamento conferida aos mais diversos atores, todos apresentados em ordem alfabética, de modo que não há nenhuma diferença, por exemplo, entre a Ação da Cidadania e algumas entidades localizadas nos territórios de entrega, como é o caso dos diversos terreiros de candomblé.

Apesar de ser o principal financiador da campanha, não é dado qualquer destaque ao Instituto Unibanco, denotando a maior importância conferida ao desenho horizontal das redes de solidariedade entre pessoas e organizações, do que às verticalidades que possam advir de uma possível dependência aos recursos financeiros doados. Ao longo de toda a campanha, não havia qualquer menção, nas comunicações na internet, ao fato de o financiamento ter origem nesta fundação.

A partir dessa lista, é possível delinear como a campanha *Movimentando a Baixada Contra o Covid* foi capaz de reunir um conjunto heterogêneo de organizações em prol de um objetivo comum: dar de comer a quem tem fome. Através do arranjo de campanha descrito neste capítulo, foram mobilizadas *pessoas* e *recursos* que garantiram a compra e a distribuição dos alimentos, ao mesmo tempo em que utilizavam os momentos de entrega e a Internet para divulgar suas *narrativas* políticas sobre a pandemia.

CAPÍTULO II

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES E O MUTIRÃO CONTRA A FOME

Em julho de 2020, já completamente imerso no trabalho de campo junto ao Movimento Caxias, recebi a informação de que a campanha seria encerrada no fim do mês. De repente, tive medo de mais uma vez ter que interromper uma pesquisa no meio do caminho, dessa vez com o prazo do mestrado bem mais próximo do fim. Por isso, fui em busca de outras iniciativas similares, com as quais eu pudesse dialogar e, eventualmente, transformá-la em objeto de análise.

Foi assim que cheguei ao MPA-RJ, um movimento social organizado de caráter nacional e com o qual eu já tinha algum contato anterior, embora ignorasse muito de sua trajetória política, suas bandeiras de luta e formas de ação coletiva. Até aquele momento, meu conhecimento se limitava à existência do espaço Raízes do Brasil, onde eu havia estado em duas ocasiões: numa sessão de cineclube, em que o filme foi debatido por minha professora Leonilde Medeiros; e na 3ª Oficina do Agroecologia em Rede¹³², para a qual fui contratado como relator.

Localizado na Rua Áurea, uma das mais bonitas do bairro de Santa Teresa e bem próxima da casa de minha mãe, o Raízes do Brasil ocupava um imenso casarão de dois andares na região central da capital do estado. O estabelecimento funcionava, antes da pandemia, como um espaço para atividades comerciais, culturais e políticas: ali eram exibidos documentários seguidos de rodas de debate, organizava-se reuniões envolvendo ativistas e professores universitários, assim como rodas de samba com cerveja artesanal. O espaço sediava, também, além do restaurante onde se servia um “café da manhã camponês”, uma loja de produtos rurais e a feira de alimentos agroecológicos que ocorria semanalmente.

Minha aproximação mais direta com o MPA se deu apenas com a chegada da pandemia de Covid-19, ainda no mês de abril, quando procurava fontes alternativas de alimentos para abastecer minha casa. Diante do caos que nos batia à porta, antevendo o possível fechamento de estabelecimentos comerciais e exasperados com o terror sanitário que nos levava a passar um dia inteiro higienizando as embalagens plásticas trazidas dos supermercados, houve um aumento expressivo da procura por modalidades de compra *online*.

Para quem tinha condições financeiras para tanto, aumentou também a procura por alimentos considerados mais saudáveis, entre eles os orgânicos e os agroecológicos. Um dos formatos de distribuição que satisfazia estas duas preocupações era o das cestas por encomenda, que diversos coletivos e organizações vinham desenvolvendo nos últimos anos, entre eles o MPA-RJ, e que se multiplicariam a partir da pandemia.

De minha parte, a opção por comprar os produtos do MPA se justificava pela proximidade geográfica e pela qualidade diferenciada¹³³ dos alimentos produzidos em base agroecológica, mas também pela proposta de favorecer os pequenos agricultores, que, imaginava-se, enfrentariam grandes dificuldades naquele momento em que mesmo as ‘feiras

¹³² Plataforma virtual com um mapa interativo das experiências e redes de agroecologia em todo o território nacional. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹³³ A valorização simbólica da proximidade e da qualidade diferenciada dos alimentos dialoga com uma extensa literatura que analisa o que se convencionou chamar de “virada da qualidade” (*quality turn*), e que será melhor explorada mais adiante (GOODMAN, 2003; WILKINSON, 2008)

livres' sofriam o risco de serem suspensas¹³⁴. Com o tempo, este risco se mostrou passageiro, mas parecia real para quem vivia o início da pandemia em todas as suas incertezas.

Assim, meu contato inicial com o MPA se deu na condição de novo “cestante”, termo com o qual seus militantes designam os consumidores regulares das “cestas camponesas” (TANAKA, 2019). Para tanto, foi preciso me registrar no *site* dedicado aos pedidos¹³⁵, a partir do qual fui direcionado a um grupo de Whatsapp para dúvidas, sugestões e reclamações.

As entregas das cestas são organizadas por Núcleos de Consumo, sendo que para cada núcleo existe um grupo de Whatsapp específico. Foi no grupo de Santa Teresa, em julho de 2020, que tomei conhecimento da campanha *Mutirão Contra a Fome*, através de uma mensagem de divulgação publicada por uma militante do MPA. Nela, pedia-se apoio para doações de alimentos em favelas localizadas no próprio bairro.

Entrei em contato com sua remetente e ofereci ajuda nas entregas, em particular como motorista. Em paralelo, enviei também mensagem para Beto Palmeira, até então o único militante com quem eu já havia tido contato anteriormente, justamente durante a oficina do Agroecologia em Rede. Com ele, comentei sobre minha pesquisa em curso e indaguei sobre a possibilidade de agregar a ela a experiência do *Mutirão*.

Alguns dias depois, outra militante do MPA me enviou uma mensagem, perguntando se eu poderia auxiliar nas entregas do Morro dos Prazeres, que naquele momento ocorriam semanalmente às quartas-feiras. Tratava-se de Leile Teixeira, quem mais tarde eu descobriria ser integrante da coordenação estadual do MPA-RJ, assim como da coordenação regional da campanha.

Enfim, no dia 22 de julho de 2020 — exatamente três meses depois de minha estreia junto ao Movimenta Caxias — fiz minha primeira incursão no Morro dos Prazeres, ocasião em que tive longa conversa com Beto na porta do Raízes do Brasil. Naquele dia, ele se apresentou como membro da Coordenação Nacional do MPA e, para minha surpresa, contou que o MPA estava complementando as cestas do Coletivo Terra, distribuídas via Movimenta Caxias, com hortaliças produzidas na serra de Teresópolis.

Este acontecimento se deu apenas alguns dias antes da conversa travada com Cosme Henrique no Galpão Gomeia, relatada no capítulo anterior, de modo que influenciou diretamente os assuntos abordados nela. Desde então, passei a contribuir com a campanha nas entregas semanais das doações no Morro dos Prazeres, além de incorporá-la progressivamente à minha pesquisa.

2.1. Raízes do Brasil: a sede física e simbólica de um movimento social organizado

Nos últimos anos, tem crescido o interesse acadêmico sobre a trajetória histórica do MPA e suas estratégias atuais de luta e mobilização social (CARVALHO, 2020; NIEMEYER, 2014; SILVA, 2016b; TANAKA, 2019; TEIXEIRA; MELO, 2017). Conforme tem sido documentado, a origem do MPA remonta a processos de mobilização coletiva relacionados a uma grave seca que atingiu o Rio Grande do Sul em 1995-1996, mas sua fundação enquanto movimento social organizado teria se concretizado apenas em 1998, em reunião realizada em Brasília com a participação de representantes de sete estados da federação (NIEMEYER, 2014; TANAKA, 2019).

¹³⁴ Em vários momentos, a prefeitura do Rio de Janeiro determinou a suspensão das feiras livres, mesmo mantendo abertas as grandes redes de supermercados. Um exemplo foi em 22 de abril de 2020, mesmo dia em que eu fazia minha primeira incursão em Duque de Caxias: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/22/rio-suspende-feiras-livres-por-10-dias.ghtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

¹³⁵ A forma de realizar os pedidos sofreu alterações ao longo da pandemia: no início, era pelo site; depois, problemas técnicos os direcionaram exclusivamente para o grupo de Whatsapp; já no início de 2021, o site voltou a funcionar com outro *layout*.

No entanto, existem diferenças entre as formas de atuação adotadas pelo MPA nas regiões onde o Movimento está mais consolidado e suas dinâmicas de ação coletiva no estado do Rio de Janeiro. Enquanto em outros estados suas ações se voltaram historicamente, por exemplo, para a reivindicação de políticas públicas de crédito agrícola e para a organização de agricultores camponeses em torno de cooperativas de produção, no território fluminense suas atividades estão mais voltadas para a construção de canais de comercialização dos alimentos produzidos pela base do Movimento.

De acordo com a literatura especializada, a primeira ação do MPA no estado do Rio de Janeiro se deu apenas em 2010, no apoio às lutas de trabalhadores canavieiros em Campos dos Goytacazes, na região norte do estado. Em seguida, seus militantes se envolveram nas disputas políticas em torno da construção do Porto do Açú, no município de São João da Barra. Por último, após sucessivas tentativas de atuação junto a pequenos agricultores na Baixada Fluminense, a presença do MPA no Rio de Janeiro só teria se consolidado efetivamente a partir de 2017, ano em que foi fundado o Raízes do Brasil.

Conforme me foi relatado por militantes em conversas informais, a proposta de construção deste espaço teria partido do acúmulo de experiências negativas junto aos pequenos agricultores locais e da avaliação interna de que havia muitos obstáculos, no contexto do Rio de Janeiro, ao processo de organização política deles, em grande parte devido à sua invisibilidade perante a sociedade em geral e à ausência ou precariedade de políticas públicas para o setor.

Todavia, avaliou-se que a cidade do Rio de Janeiro continha enorme potencial econômico para a comercialização dos alimentos já produzidos pelo MPA em outros estados, em decorrência da amplitude de sua classe média e de seu vasto circuito gastronômico. Da mesma forma, a abertura de novos canais de venda direta parecia uma estratégia interessante para estimular agricultores do estado a se engajarem nas ações coletivas da organização.

Com este objetivo, ainda no ano de 2015, foram iniciadas diversas experiências com feiras e cestas por encomenda dentro de *campi* universitários. Estas iniciativas foram impulsionadas por um projeto de extensão coordenado por Leile Teixeira, o qual contou com a participação de Beto Palmeira e de outros militantes e colaboradores do MPA-RJ, e que serviu como embrião para o que um dia seria o Raízes do Brasil (SILVA, 2016b; TEIXEIRA; MELO, 2017).

Desse modo, as relações comerciais foram projetadas, desde o princípio, como ferramentas úteis para a construção de vínculos políticos que ampliassem a base de militantes e simpatizantes do MPA-RJ, tanto no campo quanto na cidade. Trata-se, portanto, de um caso paradigmático para ser analisado a partir das abordagens sobre construção social de mercados e da aproximação entre produção e consumo por meio de circuitos curtos de comercialização ou de redes agroalimentares alternativas, tal qual anunciamos na Introdução.

Em todos os trabalhos que abordam sua história e estratégia de luta, sejam eles produzidos por pesquisadores independentes ou por intelectuais orgânicos do Movimento, o tema da alimentação é central. Uma de minhas colegas de pós-graduação, Jennifer Tanaka (2019), pesquisou a atuação do MPA do Rio de Janeiro junto aos consumidores urbanos, assim como a percepção de seus militantes a respeito da politização do consumo, por meio daquilo que eles vêm chamando de “aliança camponesa e operária pela soberania alimentar”¹³⁶:

Embora o tema da alimentação e da venda direta de alimentos já aparecesse nos discursos e propostas do MPA desde sua criação, é a partir do início dos anos 2000, após o lançamento do Plano Camponês e a realização do I Congresso Nacional do MPA, que se observa a utilização de uma profusão de

¹³⁶ Lema do I Congresso Nacional do MPA, realizado em 2015, em São Bernardo do Campo/SP.

bordões relacionados a essas temáticas nas bandeiras de luta do MPA: “alimentação saudável como parte da garantia à soberania alimentar”, “comida de verdade no campo e na cidade” e “comer é um ato político”. Nesse contexto de ampliação da agenda e das pautas políticas do movimento, observamos que essa proposta de aliança entre campo e cidade tem sido concretizada na criação de iniciativas de comercialização de alimentos produzidos por suas bases sociais na região metropolitana do Rio de Janeiro (TANAKA, 2019, p. 5).

Além de serem anunciadas como canais de comercialização da produção camponesa¹³⁷, as feiras e cestas por encomenda são também utilizadas como plataformas para a divulgação dos valores e princípios políticos do MPA. Nesse sentido, a “aliança entre campo e cidade” seria materializada por meio da aproximação entre produtores rurais e consumidores urbanos através dos alimentos agroecológicos, em oposição ao sistema hegemônico de produção e distribuição de alimentos que, no Brasil, tem sido identificado com o agronegócio (DELGADO, 2017; LERRER, 2020; POMPEIA, 2020).

Em livro publicado pela própria organização, no qual são apresentadas a sua trajetória e as linhas gerais de sua atuação política — às quais o Movimento tem nomeado como Plano Camponês —, há uma seção dedicada exclusivamente ao agronegócio. Ao tratar de sua reestruturação a partir dos anos 1990, o MPA o define da seguinte forma:

O agronegócio se reestrutura como pacto de economia (riqueza) política (poder) com objetivo de maximizar a extração de renda da terra e hegemonizar os sistemas de relações políticas e ideológicas na sociedade brasileira. O bloco hegemônico articula os latifundiários, a grande agroindústria transnacional, a grande mídia, o Estado e o capital financeiro como núcleo duro do pacto de poder.

O latifundiário entra com a terra; a agroindústria transnacional com a tecnologia (sementes transgênicas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas e equipamentos); a mídia com a propaganda antirreforma agrária e a favor do agronegócio; o Estado alterando as leis visando a legalização do uso de sementes transgênicas e a liberalização de moléculas químicas já proibidas em países europeus, e por meio da ampliação substancial de crédito agrícola para modernização do parque de máquinas e custeio das lavouras; e o capital financeiro induzindo à política de superávit fiscal e estendendo seu controle sobre as transnacionais, terras e recursos naturais (SILVA, 2019, pp. 28-29).

Essa perspectiva dialoga com a nova linha de atuação adotada pelo MPA desde seu 1º Congresso Nacional, realizado em São Bernardo do Campo/SP, em 2015, e cujo lema foi a bandeira política: “Plano Camponês — Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar” (SILVA, 2019). Desde então, o alimento deixa de ser visto apenas como o produto do trabalho ou uma fonte de renda para o pequeno agricultor, para tornar-se, também, o elo de comunicação entre os trabalhadores rurais e urbanos, isto é, o elemento agregador de uma nova solidariedade social baseada na aliança das classes trabalhadoras do campo e da cidade.

Reproduzindo parte de depoimento fornecido pelo militante e agrônomo Marcelo Leal durante o Congresso, Priscila Carvalho (2020, p. 98)¹³⁸ afirma:

¹³⁷ Mais uma vez, ressaltamos o uso político do termo “camponês” adotado pelos integrantes do MPA e em suas publicações oficiais, com o qual afirmam o caráter classista da organização.

¹³⁸ Em seu artigo, a pesquisadora faz um excelente resumo da trajetória histórica do MPA a nível nacional.

No Plano Camponês, o desafio de produção de alimentos saudáveis depende de um “arranjo econômico que permita não só aos camponeses ampliar sua produção em bases cada vez mais agroecológicas, mas também controlar essa produção permitindo fazer esse alimento chegar nos pratos dos trabalhadores do Brasil todo”.

Estes novos arranjos ou circuitos econômicos se inscrevem ainda na concepção de luta de massas e de organização do poder popular preconizadas no Plano Camponês (SILVA, 2019). Dentro dessa perspectiva, a produção e distribuição de alimentos agroecológicos são partes constituintes de um mesmo projeto político de caráter democrático e participativo, no sentido de que se defende que as classes trabalhadoras do campo e da cidade devem se organizar para reivindicar suas demandas coletivas em comum.

Um trecho do livro citado é bem claro, por exemplo, sobre sua concepção particular de soberania alimentar:

Num plano mais concreto, a soberania alimentar é a síntese do trabalho político organizativo, e tem por objetivo construir uma territorialidade baseada no Poder Popular capaz de alterar a correlação de forças, transformando os territórios onde temos presença, em geral, dispersos e desconectados geograficamente, em unidades propulsoras de luta de massas e referência para sociedade no que tange à construção de novas formas de sociabilidade que superem a produção do valor/mercadoria e promova a transição ecológica dos sistemas urbanos camponeses (p. 69).

O conceito de soberania alimentar é fundamental para a compreensão das concepções políticas que norteiam o MPA, assim como das articulações que o Movimento faz com outras organizações a nível nacional e internacional. Tendo sua origem nos debates da Via Campesina Internacional, é possível encontrar uma definição mais ampla no portal de internet do MPA:

O conceito de Soberania Alimentar nasce de um contraponto do conceito de Segurança Alimentar estabelecido pela FAO¹³⁹, pois compreende-se que um povo para ser livre precisa ser soberano e essa soberania passa pela alimentação. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), assim como a Via Campesina Internacional, compreende que Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos¹⁴⁰.

Dentro desse enquadramento político específico (SNOW, 2013), a Cesta Camponesa é entendida não somente como uma ferramenta econômica para a comercialização da produção camponesa, mas também como uma ferramenta política: ao mesmo tempo em que o MPA denuncia as injustiças presentes no modelo hegemônico — traduzindo-as como problemas públicos que afetam toda a sociedade —, procura engajar seus consumidores em ações coletivas concretas de enfrentamento ao *status quo*.

¹³⁹ Do original “*Food and Agriculture Organization*”: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/artigos/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>. Publicado em: 18 out. 2016. Acesso em: 08 jun. 2021.

Essa narrativa fica clara quando lemos a descrição da Cesta no *site* do Raízes do Brasil:

A Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis é uma ferramenta de comercialização e consumo coletivo do Movimento dos Pequenos Agricultores, oferecendo alimentos saudáveis à classe trabalhadora, estudantes e toda a população da cidade.

No estado do Rio de Janeiro, por meio da Cesta Camponesa buscamos estimular o contato do consumidor com quem produz o alimento, desenvolvendo uma relação de confiança entre as famílias camponesas e as famílias consumidoras, construindo solidariedade e apoio mútuo entre o campo e a cidade.

Quando o povo da cidade se organiza para consumir diretamente do povo que produz, ajuda no fortalecimento das famílias e na eliminação do modelo de produção do agronegócio, que é baseado na utilização de venenos.

Rompe também com a distribuição monopolizada pelos grandes mercados e atravessadores, que exploram as trabalhadoras e trabalhadores do campo.¹⁴¹

Assim, se grande parte das ações coletivas e articulações políticas do MPA se dão em função de reivindicações diretas ao Estado, neste caso a organização também se dirige, de modo complementar, ao público consumidor, convocando-o a se engajar em práticas econômicas de caráter comercial, ao mesmo tempo em que as ressignifica em termos de *solidariedade* e *apoio mútuo*. São estes os princípios por trás da proposta do Movimento de organizar um Sistema Popular de Abastecimento (SILVA, 2019), do qual o Raízes do Brasil seria uma peça-chave (TANAKA, 2019): uma experiência a ser testada e implementada em outras regiões de atuação do MPA, como já vem ocorrendo na cidade de Salvador/BA, por exemplo.

Dentro dessa concepção particular de soberania alimentar, a agroecologia desponta como um dos eixos centrais de atuação do MPA em nível nacional, desde que subordinada às suas perspectivas de lutas de massa e de organização do poder popular. Nas palavras da própria organização, escritas por Leile Teixeira na Apresentação do livro de Silva (2019, p. 11-12):

a agroecologia só será efetivamente construtora do poder popular se estiver fundamentada na perspectiva de classe e direcionar a produção também para a não exploração da força de trabalho no campo seja qual for seu matiz. (...) Para além da produção, o Plano Camponês avança na consolidação de estratégias de venda direta de alimentos, por meio de feiras, cestas camponesas e mercado popular.

Assim, novas práticas ecológicas devem vir acompanhadas de mudanças nas formas de produção, em que se respeite os conhecimentos tradicionais e se elimine as práticas de exploração do trabalho, ou seja, que não reproduza o modo de produção capitalista na agricultura. Mas, para isso, seria preciso que os trabalhadores urbanos se solidarizassem com a luta camponesa, em particular comprando os produtos das famílias camponesas através de canais que as favoreçam e reduzam sua dependência aos grandes atravessadores.

De minha parte, apesar de ser um entusiasta dessas iniciativas de aproximação entre campo e cidade através dos alimentos, debatia-me internamente com o que julgava ser uma contradição: como é possível defender a soberania alimentar e a popularização da agricultura camponesa e da agroecologia cobrando preços tão altos pelos produtos? Quando eu abria o *site* para fazer meu pedido, por exemplo, tinha que ser extremamente seletivo, pois a bolsa de

¹⁴¹ Disponível em: <http://raizesdobrasil.org.br/index.php/abastecimento-popular/cesta-camponesa>. Acesso em 29 ago. 2021.

mestrado não me permitia comprar nem 20% do que eu necessitava semanalmente. Escolhia alguns itens com melhor custo-benefício, porém a grande maioria, infelizmente, precisava ser complementada em algum supermercado ou nas feiras convencionais.

E se eu, que vinha de uma família de classe média com algum nível de segurança financeira — o que me permitia investir tempo e algum dinheiro em saúde e qualidade através da alimentação —, o que esperar de famílias mais pobres? Será que os moradores das várias favelas no entorno de Santa Teresa seriam capazes, algum dia, de comprar qualquer um daqueles alimentos?

Questões como essas me inquietavam, ainda mais quando eu lia trabalhos científicos sobre o tema e que praticamente ignoravam essa problemática. Os que focavam na produção, exaltavam as qualidades positivas destes canais para os camponeses e agricultores familiares, assim como seus benefícios para a tão desejada transição (agro)ecológica. Os que focavam no consumo, apostavam no papel ativo de “consumidores conscientes”, protagonistas de uma nova era de cidadania em que abalaríamos as estruturas capitalistas de produção através de nossas escolhas livres e engajadas.

Mas e as favelas? E os moradores de rua, que não param de aumentar e ocupar todos os espaços públicos da cidade? E os trabalhadores autônomos ou em empregos precários, muitas vezes informais, sem qualificação profissional ou universitária, sem qualquer direito ou regalia além de um salário-mínimo ou menos que isso? Qual é o poder de escolha destas pessoas? E para além disso: se pudessem escolher, o que de fato comeriam? Verduras e legumes ou um lanche completo no McDonalds?

Afinal, o que é ser uma pessoa consciente numa sociedade extremamente consumista e desigual, em que a estratificação social se dá também pela ostentação do consumo, mesmo quando ele assume feições éticas e ecológicas, simbolizadas cruelmente num mundo dividido entre quem pouco come, quem come “veneno” e quem come “comida de verdade”?

Por outro lado, se o movimento social organizado pretende ir além da dimensão econômica, isto é, se não deseja correr o risco de se transformar meramente em uma organização comercial (KRIESI, 1996), é preciso levar adiante a proposta de mobilização política, de modo que a campanha do *Mutirão Contra a Fome* se mostrava uma interessante oportunidade para avançar com esses debates.

2.2. A chegada da pandemia e a campanha *Mutirão Contra a Fome*

Logo no primeiro mês da pandemia, o Raízes do Brasil fechou suas portas para clientes e visitantes, assim como também foram suspensas quatro das sete feiras agroecológicas que o Movimento organizava nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Três delas eram realizadas em *campi* de universidades públicas (UFRJ, UNIRIO e UFF) e duas em bairros da zona sul carioca (Laranjeiras e Botafogo). As outras duas feiras tiveram continuidade, sendo realizadas às quartas-feiras e sábados, no próprio Raízes do Brasil.

Para garantir a proteção de seus militantes e dos agricultores que forneciam os alimentos, foi montada uma ‘barricada’ de caixotes de plástico na entrada do espaço, de modo que os clientes formavam uma fila do lado de fora e escolhiam seus produtos numa lista em papel, sem contato com o interior da casa. Apenas uma pessoa ficava responsável por anotar os pedidos de quem estivesse na fila, momento em que vinha sempre paramentada com roupas brancas cobrindo todo o corpo e com visores de plástico, em tudo similares às de um astronauta.

Se as feiras do MPA-RJ sofreram grandes restrições, as cestas por encomenda tomaram caminho inverso. De acordo com o depoimento de Leile Teixeira¹⁴² recolhido em entrevista, até o final de 2019 a organização vinha tendo prejuízo financeiro em sua estratégia comercial. No entanto, este quadro se modificou radicalmente com o aumento da demanda por cestas por

¹⁴² Informações concedidas em entrevista realizada em parceria com Jennifer Tannaka.

encomenda, fenômeno que seria observado em outras iniciativas similares, em diversas regiões do país (NIEMEYER; SILVEIRA, 2022; SCHMITT ET AL, NO PRELO).

Até março de 2020, eram entregues, em média, 200 cestas camponesas mensais através dos Núcleos de Consumo. Inesperadamente, entre março e setembro de 2020 foram realizados cerca de 2000 novos cadastros no *site*, atingindo mais de 3.500 cestantes no total. Com isso, as entregas, que antes eram quinzenais, passaram a ser feitas duas vezes por semana, atingindo uma média de 1.500 cestas mensais, ou seja, um aumento de 750%.

Este crescimento expressivo e repentino da demanda envolveu os militantes em uma rotina de trabalho intensa em um momento em que todas as recomendações eram para evitar qualquer deslocamento pela cidade. Com isso, parte deles tomou a decisão de se mudarem para o Raízes do Brasil, de modo que passaram a maior parte da pandemia compartilhando os aposentos do casarão e distantes de suas famílias, quase sem nenhum contato com o mundo exterior.

O aumento da demanda tornou insuficiente seu sistema de entregas, até então realizado com a furgoneta de propriedade da organização. Comprada há poucos meses do MPA de Sergipe, ela era utilizada em todas as ações da organização: no transporte semanal dos alimentos produzidos em Teresópolis e nas demais regiões do estado, que eram recolhidos em um entreposto no município de Nova Iguaçu; na distribuição das Cestas Camponesas por meio das feiras, mas também em bairros mais distantes do centro; assim como nas diversas atividades políticas que exigissem o deslocamento de militantes.

Em um primeiro momento, recorreu-se ao aluguel de um segundo carro em dias de maior necessidade, o que representava um custo alto. Mas, com a confirmação de que a demanda seguiria alta, o MPA estabeleceu uma parceria com a Associação de Taxistas de Santa Teresa (Santaxi), cujo ponto físico está localizado na mesma rua do Raízes do Brasil, em frente ao posto de saúde do bairro. Assim, toda quarta-feira e sábado de manhã (dias de feira e de entrega das cestas camponesas), a rua em frente ao estabelecimento passou a ficar abarrotada de veículos, cujos motoristas recebiam dos cestantes uma taxa de entrega equivalente ao ‘valor da corrida’¹⁴³.

Por último, o MPA-RJ precisou encontrar novos fornecedores: até março de 2020, duas famílias da zona rural de Teresópolis eram suficientes para abastecer com hortaliças os circuitos de feiras e cestas camponesas. Diante do aumento dos pedidos e a interrupção de fornecimento por parte de uma das famílias, Beto Palmeira fez contato com Rosana Martuchelli, presidente da APROLUC, também sediada no município de Teresópolis.

¹⁴³ Termo popular que designa o preço final a ser pago.

Foto 17. Rosana e seu marido Pinheiro, em visita à sua propriedade.



Fonte: acervo pessoal

Formalizada em 2017 com a intenção de organizar os produtores familiares do Vale dos Lúcios — reentrância agrícola no distrito de Bonsucesso, em Teresópolis —, a associação contava, à época da pesquisa, com 32 associados. Na primeira conversa que tive com Beto, ele me disse que os alimentos estariam sendo fornecidos por cerca de 25 associados. No entanto, Rosana e Pinheiro me contaram que eram apenas 4, pois os demais produziam de forma convencional: nesse sentido, um dos termos da parceria era justamente a possibilidade de incentivá-los a avançarem em um processo de transição agroecológica.

A partir do contato inicial, estabeleceu-se uma parceria em que os alimentos passaram a ser distribuídos em quatro canais diferentes: nas Feiras e nas Cestas Camponesas, nas doações via Movimenta Caxias¹⁴⁴ e nas doações do *Mutirão Contra a Fome*. Portanto, a chegada da pandemia levou não somente à expansão dos canais de venda, mas também à diversificação dos formatos de distribuição dos alimentos, ao mesclar a comercialização com duas formas diferentes de doação. A construção da campanha, por sua vez, contribuiu para atrair doadores, mas também novos consumidores.

Por outro lado, embora a temática da fome e da alimentação estivessem sempre presentes nas discussões da organização, a pandemia de Covid-19 marcou um ponto de inflexão, ao menos se nos concentramos em suas atividades no estado do Rio de Janeiro. De certo modo, podemos dizer que a crise sanitária gerou impactos na estrutura de oportunidades políticas (TILLY; TARROW, 2015), de modo que o MPA, assim como outros coletivos e

¹⁴⁴ Apesar de a campanha de doações do Movimenta Caxias ter sido encerrada em julho de 2020, a parceria entre a organização, o Coletivo Terra, o MPA e a APROLUC foi retomada a partir de fevereiro de 2021, dessa vez com entregas pontuais, sem regularidade definida, mas em geral envolvendo atividades pedagógicas de leitura e rodas de conversa.

organizações políticas, tiveram que ampliar seus repertórios de ação coletiva para incluir as campanhas de doação de alimentos.

Se já era antigo o debate interno a respeito do que seria necessário para garantir a soberania alimentar das famílias camponesas que compõem a base social do Movimento, ainda havia muito por discutir sobre a soberania alimentar nas favelas e bairros populares dos grandes centros urbanos, e sobre o papel que uma organização de movimento camponês pode ter nesta questão.

Afinal, se a proposta é conectar os trabalhadores do campo e da cidade através dos alimentos, é preciso levar em conta a estratificação social presente nos grandes centros urbanos, marcadas por profundas assimetrias, principalmente se o movimento social organizado reivindica uma perspectiva de classe social, no sentido marxiano, elemento fundamental nos enquadramentos que produz sobre a realidade social brasileira¹⁴⁵.

Na perspectiva da organização, estas questões passam necessariamente pela atuação do Estado. Nesse sentido, o MPA havia encampado, em anos anteriores, a luta por políticas públicas de abastecimento alimentar, inclusive operando, em outros estados, projetos a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, o cenário atual era muito diferente, com o desmonte sistemático destes programas e de outros devotados à transferência de renda, como foi o caso da redução e, posteriormente, do encerramento do Programa Bolsa Família, no segundo semestre de 2021¹⁴⁶.

Mesmo que o Movimento tivesse realizado ações pontuais de distribuição de quentinhas e de doação de alimentos em datas específicas¹⁴⁷ — como no dia 16 de outubro, em que se celebra o Dia Mundial da Alimentação —, não havia, até então, nenhuma proposta de ação sistemática que buscasse conectar os pequenos agricultores com os trabalhadores urbanos precarizados, principalmente com os habitantes de favelas, sem a intermediação de políticas públicas.

Além disso, era notório que os circuitos de comercialização operados via Raízes do Brasil não atingiam as camadas populares urbanas, assim como o contexto nacional e regional não indicava a possibilidade de retomada dos antigos programas sociais federais, progressivamente esvaziados e abandonados a partir de 2014. Nesse sentido, conversando sobre a campanha na porta do Raízes, um militante me confessou:

- Sabe... acho que é a primeira vez que o MPA faz uma ação de verdade com favelas. Que a gente vai lá e propõe uma ação e atende uma demanda real daquelas pessoas.

Assim, a campanha *Mutirão Contra a Fome* foi lançada em 9 de abril de 2020, com o objetivo declarado de arrecadar recursos para distribuição de alimentos agroecológicos a famílias em “situação de vulnerabilidade social e econômica”¹⁴⁸. Inicialmente, a campanha foi anunciada em treze estados da federação¹⁴⁹, em cada um com suas particularidades.

Embora sua concepção geral fosse similar às de outras campanhas realizadas no seio da sociedade civil, sua proposta diferia de formatos de doação mais tradicionais ao menos em três aspectos: os tipos de alimentos doados; a proposta de ação de longo prazo nos territórios; e o

¹⁴⁵ Nas falas dos militantes e nos textos políticos da organização são utilizados, frequentemente, termos e expressões de cunho marxista, especialmente a partir dos escritos de Gramsci sobre luta de massas e disputa de hegemonia, entre outros.

¹⁴⁶ O anúncio de encerramento do Bolsa Família foi feito através da Medida Provisória Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, que instituiu o Programa Auxílio Brasil.

¹⁴⁷ Segundo Leile Teixeira, em entrevista concedida a mim e Jennifer Tannaka, a questão da fome já é um debate antigo no MPA.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/eventos/mutirao-contra-a-fome/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁴⁹ A campanha foi anunciada, inicialmente, em treze estados; porém, em setembro de 2021, estava ativa em apenas seis: Sergipe, Piauí, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

posicionamento político do Movimento a respeito das causas atribuídas à crise econômica nacional.

Começamos pelo último. Assim como na campanha liderada pelo Movimento Caxias e da qual o MPA-RJ participou fornecendo as hortaliças produzidas pelos agricultores vinculados à APROLUC, o *Mutirão Contra a Fome* também partiu da percepção de que as famílias socialmente vulneráveis sofreriam mais os efeitos sanitários e econômicos da pandemia de Covid-19, uma vez que não tinham acesso a serviços de saúde de qualidade ou a fontes de renda estáveis.

Ao mesmo tempo, o MPA não esperava uma postura proativa por parte do Governo Federal, o qual a organização tem associado a um quadro mais amplo de introdução de políticas neoliberais, consideradas prejudiciais aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. De acordo com reportagem de divulgação da campanha no *site* do MPA Nacional:

Conforme relatam os dirigentes do movimento, a ação se justifica em virtude dos efeitos das medidas neoliberais tomadas nos últimos anos, que resultaram em perdas de direitos aos trabalhadores e colocaram em curso uma crise econômica que afeta milhares de famílias sujeitas ao desemprego ou a condições precárias por meio de trabalhos informais. Essa situação se agrava com a sobreposição de outra situação de crise, agora com abrangência global, de fundamentação sanitária e de saúde pública, expressa pela pandemia do Coronavírus, que exige da população que se coloque em isolamento social para diminuir o avanço da doença, levando muitas pessoas ao extremo de ficar sem ter o que comer¹⁵⁰.

No Rio de Janeiro, a coordenação da campanha fez convocatórias a partir de seus perfis em redes sociais, como Facebook e Instagram, mas apostou principalmente na mobilização de recursos e de pessoas voluntárias através dos grupos de Whatsapp dos Núcleos de Consumo.

Assim, para além de ser uma plataforma de divulgação das ideias e atividades desenvolvidas pelo MPA, os grupos de Whatsapp são também ferramentas orientadas para objetivos políticos com consequências materiais. Por eles fluem recursos econômicos para a manutenção das atividades do Raízes do Brasil, seja na compra dos alimentos ou por meio de doações¹⁵¹, recursos humanos na forma de eventuais serviços e trabalhos voluntários, ou ainda, apoio político em momentos de mobilização e na defesa da organização frente a possíveis denúncias e processos judiciais¹⁵².

Nesse sentido, os grupos também são pensados como um canal de comunicação política entre os militantes e o conjunto de cestantes, que podem ser considerados, na nomenclatura proposta por Tilly e Tarrow (2015), como parte da base do movimento social¹⁵³. Isso não significa que todos os cestantes atuem politicamente em prol da organização ou de suas pautas, mas que, a qualquer momento, podem ser convocados e, potencialmente, participar de ações coletivas organizadas pelo MPA, como foi o caso da campanha *Mutirão Contra a Fome*.

Dessa forma, a base não se confunde com sua militância, agregando também potenciais apoiadores que podem ser convocados durante campanhas organizadas pelo Movimento ou por outras organizações parceiras. O que não impede, entretanto, que estes potenciais apoiadores possam um dia ser convertidos em militantes, o que certamente está no horizonte de

¹⁵⁰ Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/mpa-lanca-campanha-nacional-contra-a-fome/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁵¹ Na lista de compras do site, existe a possibilidade de fazer doações em valores que variam de R\$ 5,00 a R\$ 50,00.

¹⁵² Devo esta percepção às muitas conversas que tive com Gabriel Bastos, sociólogo e amigo de longa data.

¹⁵³ A distinção conceitual entre campanhas e bases de movimentos sociais foi discutida na Introdução e no primeiro capítulo.

possibilidades dos sujeitos que promovem as campanhas de movimentos sociais (STAGGENBORG; LECOMTE, 2009).

Na estratégia de comunicação desta campanha, foi empregada uma linguagem popular, como é o caso da própria escolha pelo termo *mutirão*: tanto nas comunidades rurais quanto em bairros pobres e favelas, esta palavra tem um significado social bem arraigado de valorização do trabalho coletivo entre pessoas iguais. Independentemente de suas condições sociais, políticas ou econômicas individuais, no mutirão todo mundo ‘arregaça as mangas da camisa’ e trabalha por um objetivo comum, podendo ser em benefício de uma pessoa ou família em particular, ou ainda em benefício de uma causa coletiva. O mutirão é, portanto, uma das formas mais conhecidas de ação coletiva.

Com esta palavra, o MPA disputa o campo simbólico em torno da ideia de solidariedade, propondo ações que estimulem a ação coletiva e o processo organizativo nos territórios de entrega dos alimentos doados, assim como também entre as famílias e associações produtoras. No caso destas, além de estarem cientes de que parte do que produzem e vendem para o MPA estava sendo distribuído para famílias em situação de insegurança alimentar, frequentemente enviavam gratuitamente produtos a mais do que o acordado, para que estes também fossem doados.

Todavia, para que a solidariedade fosse percebida como uma aliança entre diferentes segmentos da classe trabalhadora, era preciso dar concretude à narrativa política. Com esta intenção, o MPA-RJ assumiu a tarefa de empreender ações de longo prazo nos territórios, de modo que os alimentos fossem doados com uma regularidade pré-estabelecida a um conjunto fixo de famílias em cada favela atendida. A cada um destes grupos de famílias beneficiárias e às dinâmicas políticas desenvolvidas junto a elas, o Movimento chamou de *Comitês Populares do Alimento* (CPAs).

2.3. Os Comitês Populares do Alimento

O número de comitês variou ao longo do tempo em que estive envolvido na campanha: para os fins desta pesquisa, abarcaremos as atividades desenvolvidas ao longo de um ano e meio, entre julho de 2020 e dezembro de 2021 (período em que atuei pessoalmente nas entregas). Já com relação às quantidades de alimentos distribuídos em cada um, traremos dados a partir de abril de 2020 até abril de 2021, conforme me foram disponibilizados pela coordenação, num momento em que eu já participava de suas reuniões.

Embora a proposta básica fosse a mesma para todos os territórios, o formato e a dinâmica de execução variaram bastante, procurando sempre se adaptar às especificidades de cada favela e às orientações das pessoas e organizações locais que atuavam como parceiras na seleção, na comunicação e na organização dos grupos de beneficiários.

Assim como é costumeiro nas campanhas de movimentos sociais, as ações de distribuição foram articuladas em rede, o que possibilitou o acesso do MPA a territórios desconhecidos para seus militantes e a construção de laços sociais e políticos com atores locais. No entanto, o alcance destas redes foi muito mais limitado do que foi observado na campanha *Movimentando a Baixada*, tanto no número de territórios acessados quanto no de pessoas beneficiadas.

Por outro lado, ao contrário do que parece ter ocorrido durante a campanha do Movimento Caxias, nesta foi possível construir uma relação mais próxima e duradoura com algumas famílias beneficiárias, embora tenha tudo ocorrido de forma bem experimental, com erros e acertos na convivência e na comunicação, assuntos estes que eram sempre debatidos entre os vários atores envolvidos.

Mais uma vez, é por este caráter experimental, incerto, cambiante e volátil que optamos pelo termo *arranjo* para designar o desenho e a execução da campanha. A proposta inicial era procurar parcerias em favelas onde outras organizações já atuassem, de modo a canalizar os

alimentos produzidos pela base camponesa do MPA mediante os recursos arrecadados de pessoas físicas e instituições parceiras.

Em cada local onde as alianças evoluíssem, a proposta era agir em três frentes de ação potenciais: (a) na viabilização de hortas comunitárias; (b) no fomento a processos de organização coletiva para geração de empregos; e/ou (c) na abertura de pontos de comercialização dos alimentos do Raízes do Brasil, gerando renda para os moradores envolvidos.

No entanto, estes não eram objetivos declarados de antemão, já que se prezava pela construção de relações de confiança que permitissem aos militantes, ao longo do processo, conhecer melhor a realidade local e das famílias beneficiárias. Procurava-se, assim, conhecer as demandas de cada grupo, evitando levar propostas “de fora” que não correspondessem a seus desejos e expectativas.

Listaremos aqui os territórios em que o MPA-RJ atuou com alguma regularidade, de modo a esboçar um pequeno mapa dos CPAs. Cada um deles tinha sua própria dinâmica de acordo com as especificidades da articulação com organizações locais, o que influenciava também a regularidade e as rotinas de entrega, podendo ser semanais, mensais ou pontuais.

No caso do Morro dos Prazeres, com o qual estive diretamente envolvido, as entregas eram feitas às quartas-feiras, embora em algumas ocasiões elas tenham sido canceladas por conta de operações policiais na comunidade. Nestes casos, as hortaliças eram redirecionadas à Ocupação Manoel Congo, do Movimento Nacional de Luta Por Moradia (MNLN), localizada no centro da cidade.

Tabela 6. Lista de CPAs por localização e características (abril/2020 a julho/2021)

CPAs	Bairro	Município	Tipo de ocupação	Regularidade
Aldeia Sítio Azul	Itaipuaçu	Maricá	Aldeia Indígena Mbya Guarani	Pontual
Aldeia Mata Verde Bonita	São José do Imbassai	Maricá	Aldeia Indígena Mbya Guarani	Pontual
Comunidade do Sol		Quatis	Quilombo	Pontual
Cozinha Solidária	Santa Luzia	São Gonçalo	Ocupação Urbana	Pontual
Formiga	Tijuca	Rio de Janeiro	Favela	Pontual
Guararapes	Santa Teresa	Rio de Janeiro	Favela	Mensal
Macacos	Vila Isabel	Rio de Janeiro	Favela	Mensal
Mangueira	Mangueira	Rio de Janeiro	Favela	Quinzenal
Ocupação Manoel Congo	Centro	Rio de Janeiro	Ocupação Urbana	Quinzenal
Marcílio Dias	Penha Circular	Rio de Janeiro	Centro Comunitário	Mensal
Prazeres	Santa Teresa	Rio de Janeiro	Favela	Semanal
Rocinha	São Conrado	Rio de Janeiro	Favela	Mensal
Tavares Bastos	Catete	Rio de Janeiro	Favela	Mensal
Travessa Projetada	Gragoatá	Niterói	Favela	Pontual

Fonte: MPA-RJ.

A Tabela 6 foi elaborada com informações observadas em campo ou fornecidas por militantes do MPA-RJ. Nela, é importante ressaltar que a natureza e a temporalidade das atividades não foram equivalentes em todos os territórios. Alguns pontos de entrega foram estabelecidos logo nos primeiros meses, como Formiga e Comunidade do Sol, entretanto não

tiveram sequência devido a complicações nas dinâmicas locais. Outros foram construídos ao longo dos últimos meses de 2020, como Mangueira e Rocinha, e continuavam ativos até o fim desta pesquisa, em dezembro de 2021.

Como Leile Teixeira me explicou em conversa informal, pode-se falar em duas modalidades de ação. Na primeira, o MPA assume o protagonismo na arrecadação e constrói efetivamente o CPA, em parceria com moradores e/ou organizações locais: estes são os casos dos Guararapes, Macacos, Mangueira, Prazeres, Rocinha e Travessa Projetada, além da Comunidade do Sol.

Já em outros, são as organizações locais ou outras entidades que articulam suas próprias campanhas de arrecadação e convidam o MPA a contribuir com os alimentos: este foi o caso das duas aldeias indígenas, articuladas pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE- Niterói); da Tavares Bastos, articulada pela ONG Preserva Catete; do Marcílio Dias, articulado por militantes do PSOL em parceria com organizações locais; da Rocinha, articulada por cinco organizações locais, entre elas a Associação de Moradores; e ainda da Cozinha Solidária¹⁵⁴, que é um projeto nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)¹⁵⁵.

Além disso, assim como a regularidade era variável — entre os CPAs e dentro de um mesmo território ao longo do tempo —, o volume de alimentos distribuídos e de famílias atendidas também mudava de acordo com as demandas locais e com a disponibilidade de recursos. Independentemente da regularidade e volume das doações, em todos os CPAs a preferência era dada a famílias chefiadas por mulheres e que tivessem crianças em casa.

Por outro lado, não havia um controle específico se elas estavam cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico)¹⁵⁶ ou se estavam efetivamente desempregadas, por exemplo. Cada CPA construía seu arranjo de forma autônoma, às vezes por indicação da pessoa responsável pela articulação local, às vezes por indicação de outras beneficiárias. Para cada CPA, havia um militante do MPA responsável por estabelecer os acordos e realizar as entregas.

Somente quando o MPA-RJ passou a disputar editais de instituições públicas com o objetivo de arrecadar novos recursos, passou-se a ter uma maior preocupação com o registro das famílias, atividade que era coordenada pela articuladora local.

Um exemplo dessas dinâmicas cambiantes é a do CPA Morro dos Prazeres, no qual iniciamos as entregas com 15 famílias. Conforme o volume de doações aumentava, expandimos para 18, até que a redução da quantidade e qualidade das doações — por dois meses restrita apenas às hortaliças da feira — fez com que as próprias articuladoras locais pedissem para que o CPA fosse reduzido apenas ao grupo original, num total de 11 beneficiárias, praticamente todas integrantes de uma mesma rede de parentesco.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://mtst.org/mtst/cozinha-comunitaria-do-mtst-em-sao-goncalo-juntos-sairemos-mais-fortes/>. Publicado em: 11 mai. 2020. Acesso em: 31 mai. 2022.

¹⁵⁵ Desde 2018, o MTST se vinculou politicamente ao PSOL a partir da filiação de Guilherme Boulos, uma de suas principais lideranças. Uma das estratégias do MPA tem sido a de construir pontes com esta organização para escoar a produção de sua base camponesa, o que levou a mim e ao Beto para uma viagem a Santo André/SP, na qual entregamos 400 kg de arroz produzidos em Sergipe.

¹⁵⁶ O Cadastro é um instrumento do Governo Federal para registrar famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema. É requisito obrigatório para acessar uma diversidade de programas sociais, entre eles o Bolsa Família. Disponível em: <https://cadunico.dataprev.gov.br/#/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

2.3.1. CPA Morro dos Prazeres

É que o samba pega que nem feitiço
E quando me pega, eu enguiço
Só saio quando acabar
Eu vou pra Gamboa, e de lá vou pra Lapa
Aí o bom senso me escapa
Amor, eu não sei como evitar
Eu subo a colina e pra minha surpresa
Alguém diz em Santa Teresa
Que o dia já vai clarear
Morro dos Prazeres que você me dá
Quando eu não sair de marola, eu vou te levar
Você dorme cedo, e eu só vou deitar
Quando der o tom da viola pro galo cantar

Samba de Toninho Gerais

Santa Teresa é conhecida por seu ar bucólico e pela vida cultural agitada, mas é comum também aparecer nos noticiários como um local perigoso, muito frequentado por assaltantes e evitado por taxistas e motoristas de aplicativo. Esta contradição é representativa da enorme divisão social que existe no Rio de Janeiro: na linguagem popular carioca, a cidade está dividida entre ‘morro’ e ‘asfalto’.

O primeiro termo representa as favelas, que originalmente se localizavam nas encostas dos morros da região central da cidade, e que até hoje são encontradas lado a lado com os bairros ricos e de classe média designados pelo segundo termo: ‘asfalto’. Se sua origem semântica é geográfica, ela tem profundas implicações sobre a percepção da realidade social por qualquer carioca ou eventual visitante.

A dicotomia morro/asfalto é muitas vezes tida como a metáfora que explica todas as dinâmicas políticas, econômicas e culturais da cidade, de forma que não somente no senso comum, como também na literatura acadêmica, até hoje se fale em uma “cidade partida” (VENTURA, 1994). Nascer e morar numa favela carioca significa que suas chances de ter acesso a uma boa escola ou um emprego qualificado serão reduzidas. Dificilmente poderá contratar um plano de saúde privado ou frequentará os equipamentos públicos e privados destinados à arte e à cultura.

Além disso, se a pessoa for negra — e a maioria dos ‘favelados’ são negros¹⁵⁷ — ainda ‘sentirá na pele’ todo o estigma do preconceito socialmente enraizado ou, como vem sendo tratada esta questão nos últimos tempos, do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), sendo discriminada nos diversos espaços que frequentar e vivendo sob a sombra da dúvida diária se voltará viva para casa, principalmente se for homem e jovem.

As favelas cariocas são a expressão máxima da necropolítica nas grandes cidades brasileiras, como tem sido demonstrado pela quantidade de massacres promovidos por forças policiais civis e militares, mesmo durante a pandemia e com decisão do Supremo Tribunal Federal proibindo este tipo de operação¹⁵⁸.

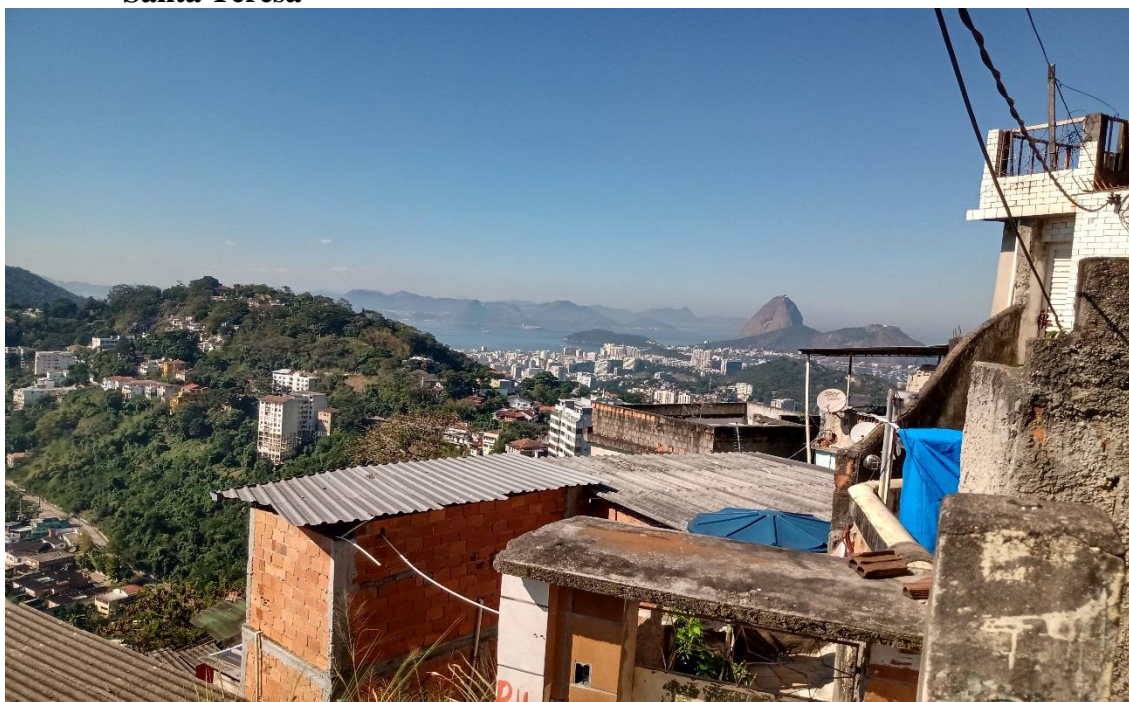
¹⁵⁷ Em artigo no portal da ONG TETO Brasil, Beatriz Carmo faz um compêndio de dados estatísticos sobre população negra, pobreza, favelas e índice de homicídios (CARMO, 2017). Disponível em: <https://www.techo.org/brasil/informe-se/a-pobreza-brasileira-tem-cor-e-e-preta/>. Publicado em: 21 nov. 2017. Acesso em: 10 jun. 2021.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=448994&ori=1>. Publicado em: 05 ago. 2020. Acesso em: 10 jun. 2021.

O fato curioso de Santa Teresa é que, neste bairro, a relação geográfica entre ‘morro’ e ‘asfalto’ está invertida. O ‘bairro nobre’ fica no topo do morro, enquanto as favelas estão por toda sua volta, descendo as encostas por longas ladeiras e escadarias. Atualmente, Santa Teresa é rodeada por cerca de 12 favelas: Santo Amaro, Tavares Bastos, Pereirão, Julio Otoni, Coroado, Guararapes e Cerro-Corá (voltadas para a zona sul da cidade); Coroa, Fallet, Fogueteiro, Escondidinho e Prazeres (voltadas para a zona norte da cidade). Ainda assim, é sempre difícil numerá-las e nomeá-las, conforme novos barracos e casebres vão sendo construídos onde haja espaço desabitado.

A parte voltada para a zona norte forma um verdadeiro complexo de favelas¹⁵⁹, de modo que um observador externo não consegue distinguir bem os limites entre elas. Destaca-se apenas o Morro dos Prazeres, mais alto que o bairro e que todos os outros ‘morros’, bem pertinho do céu. Oficialmente, ele forma um complexo com o Morro do Escondidinho, estando separados pela Rua Reta. Mais abaixo, a Rua Barão de Petrópolis marca a fronteira com o complexo Fallet/Fogueteiro.

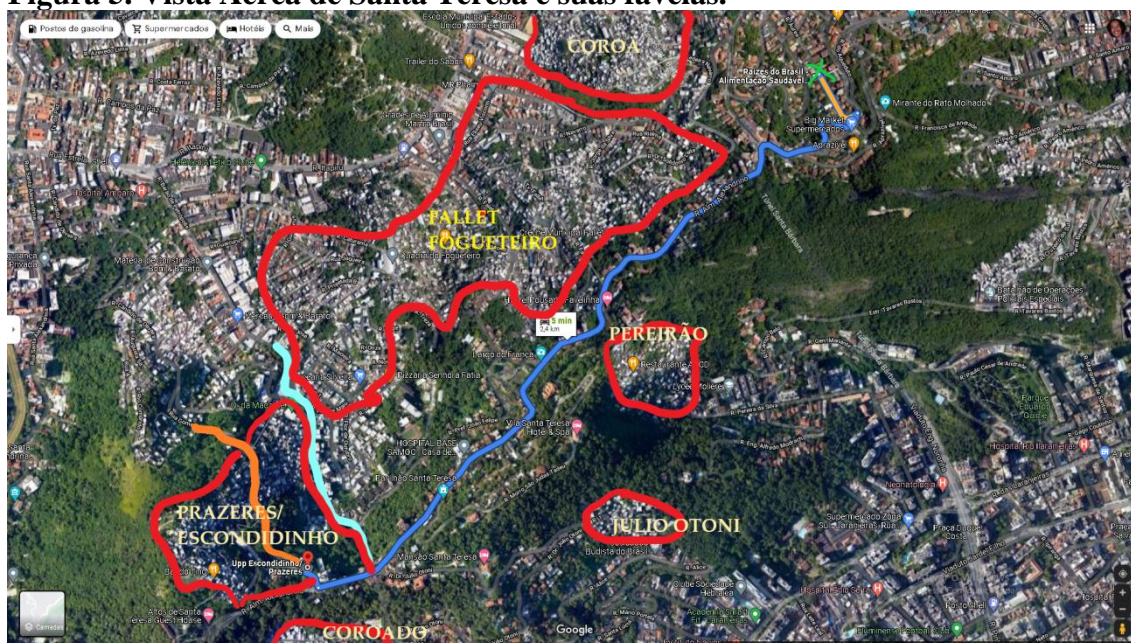
Foto 18. Vista da Colina, no Morro dos Prazeres. À esquerda, parte alta do bairro de Santa Teresa



Fonte: acervo pessoal

¹⁵⁹ Silva (2016a, p. 25-30) faz uma longa e interessante discussão sobre a progressiva formação de complexos de favelas como resultado de políticas públicas de urbanização a partir dos anos 1990.

Figura 5. Vista Aérea de Santa Teresa e suas favelas.



Fonte: Google Maps

No mapa acima, vemos a Rua Reta em laranja, marcando a fronteira entre Prazeres e Escondidinho; mais a leste a Rua Barão de Petrópolis em azul claro, que faz a fronteira com o Morro do Fogueteiro. A grande linha em azul escuro é a Rua Almirante Alexandrino, principal via do bairro de Santa Teresa, cujo trajeto conecta os Arcos da Lapa ao Cristo Redentor, no alto do Parque Nacional da Tijuca.

Do outro lado desta rua, vemos o Morro do Coroado, a favela da Julio Otoni e o Morro do Pereirão, onde eu morei entre abril de 2020 e fevereiro de 2021. Por fim, o X em azul mais claro, na parte superior da imagem, marca a localização do Raízes do Brasil, distando apenas cinco minutos de carro do Morro dos Prazeres.

Existem poucos registros ou trabalhos acadêmicos sobre esta favela, de modo que faremos referência a dois estudos sobre a relação dos moradores com o lixo, que nos trazem informações que dialogam com algumas das minhas observações de campo (SILVA, 2016a; BASTOS; SILVA; CARVALHO, 2015). Essas pesquisas foram conduzidas após a grande chuva de abril de 2010, que provocou o deslizamento de dezenas de casas em toda a região, além de 27 vítimas fatais. Em meio à tragédia, a resposta do poder público foi a ordem de despejo integral das famílias, o que felizmente acabou não se concretizando.

O sugestivo nome dado ao Morro dos Prazeres, apesar de remeter à vista maravilhosa que se tem do alto do morro ou à frugalidade dos prazeres cotidianos declarados na canção imortalizada por Toninho Gerais, é na verdade uma homenagem à freira católica Maria dos Prazeres, que na década de 1940 realizava orações e atendimentos espirituais aos seus primeiros habitantes.

Desde então, a favela cresceu exponencialmente: os últimos dados oficiais registram apenas 2.136 habitantes residindo em 622 domicílios (IBGE, 2011), o que destoia completamente da percepção de qualquer pessoa que se aproxime ou adentre o território. De acordo com a dissertação de mestrado produzida por Silva (2016a) junto a organizações locais — entre elas a Associação Sociedade Amigos do Morro dos Prazeres (SAMP) —, “a estimativa das representações locais é de que se tenha em torno de 7.000 moradores” (p. 84).

Em estudo comparativo entre as favelas dos Prazeres e da Rocinha, Bastos, Silva e Carvalho (2015) analisam dados do Panorama dos Territórios, documento produzido pela

Secretaria de Urbanismo do Rio de Janeiro¹⁶⁰, que demonstram como a realidade socioeconômica dos habitantes dos Prazeres é diametralmente oposta à do bairro de Santa Teresa. Se no ‘asfalto’ apenas 9,4% da população ganhava entre 0 e 2 salários mínimos mensais, no Morro dos Prazeres estes números chegavam a 90,2%.

Um dos efeitos (e das causas) mais visíveis desta desigualdade social é o fato de que parte dos moradores do ‘morro’ trabalha em tempo integral ou presta serviços nas casas e estabelecimentos comerciais de moradores do ‘asfalto’ — mas jamais o contrário. Esta foi justamente a realidade que encontrei a partir de minhas incursões na Barreira, nome dado a uma das localidades de acesso à favela: a maior parte das mulheres trabalhava como faxineira em casas de Santa Teresa e em outros bairros da zona sul.

Cada favela está recortada geograficamente por diferentes áreas reconhecidas por todos os moradores. Nas primeiras semanas, as entregas eram feitas pela parte de trás do morro, na localidade conhecida pelo nome de Colina. O nome se deve ao fato de ser a parte mais alta da favela, cujo acesso se dá pelo Condomínio Equitativa, um conjunto de prédios de classe média instalados no bairro de Santa Teresa desde a década de 1950, e que foi construído por moradores dos Prazeres¹⁶¹.

Depois de subir uma rampa interminável ladeada por árvores e arbustos, chegamos à localidade do Pocinho, onde atualmente está em construção uma horta comunitária. Anos atrás, havia também uma horta na outra extremidade do morro, conhecida pelo nome de Jardim.

Com a mudança de domicílio de algumas pessoas — fato que ocorre recorrentemente, da mesma forma que me foi relatado por Fabbi no Parque das Missões —, passamos a fazer as entregas na Barreira, em frente ao edifício da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e ao Casarão Cultural dos Prazeres, espaço da prefeitura do município onde são ministrados cursos e oficinas de arte para as crianças da região.

De lá, subíamos a pé os infinitos lances de escada até a localidade dos Paraíbas, de onde parte dos alimentos era redistribuído para as famílias que não pudessem buscá-los no horário da entrega. Da Barreira, é possível enxergar ao longe a serra de Teresópolis, de onde vêm as hortaliças doadas semanalmente. Assim, a cada quarta-feira as donatárias podiam ver a longa distância percorrida pelos alimentos até suas casas.

A princípio, contabilizávamos quinze famílias, mas eu raramente via todo mundo no mesmo dia. Ao contrário de todos os demais CPAs, neste não havia nenhuma organização local intermediária. Levei um bom tempo para entender isso, mas praticamente todas as pessoas eram de uma mesma família estendida. No início, as duas principais responsáveis por receber os alimentos eram irmãs, Jaqueline e Solange, ambas chegando na faixa dos 40 anos de idade. Participavam ainda mais duas irmãs suas, uma prima, filhas e netas, além de algumas vizinhas. Após alguns meses, Solange nunca mais apareceu nas entregas, em geral ocupada fazendo faxina em alguma casa no ‘asfalto’.

As “famílias” eram contabilizadas informalmente por serem mães com seus filhos, sendo que praticamente nunca aparecia a figura do marido ou do namorado, mesmo quando estes residiam no mesmo domicílio. Aliás, o conceito de família aqui comporta uma grande diversidade: havia mães morando sozinhas com suas filhas, outras com suas filhas e netos; mulheres ou homens morando com seus maridos ou namorados; casais heterossexuais e homossexuais convivendo na mesma família sem qualquer constrangimento aparente.

Este tema é importante, já que nas duas campanhas que estamos analisando, os coordenadores optaram por contabilizar as doações em termos de “famílias”. Devido à diversidade de suas composições, é impossível saber quantas pessoas foram de fato afetadas

¹⁶⁰ Não foi possível localizar uma cópia do documento referenciado na pesquisa original.

¹⁶¹ Relato oral de seu José, disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=shTds9mxs-0>. Acesso em 08 mai. 2020.

pela experiência, assim como não se trata, claramente, de um procedimento isonômico: uma família com quatro filhos receberá, proporcionalmente, menos alimentos que uma família com apenas uma filha.

Por conta desses fatores, em diversos momentos da campanha do *Mutirão Contra a Fome* os coordenadores discutiram os melhores critérios a serem adotados para a distribuição, tendo em vista que havia, por vezes, reclamações de algumas beneficiárias nesse sentido.

O primeiro contato daquela família com o MPA-RJ foi feito através de uma “patroa” de Jaqueline, para quem ela trabalhava semanalmente como faxineira numa casa em Santa Teresa. “Manu” era cestante do MPA e conhecia alguns de seus militantes, de modo que a procura se deu quando esta perguntou a Jaqueline se sua família estava precisando de ajuda naquele momento de aprofundamento da crise econômica.

No início, quando Beto me explicou como o MPA havia chegado até Jaqueline, o dirigente¹⁶² comentou que ela era ligada à ONG Proa, muito atuante nos Prazeres. Entretanto, já em nossa primeira conversa, Jaqueline negou esta versão: ela conhecia as pessoas encarregadas da ONG, mas não possuía nenhum tipo de vínculo formal com elas, apesar de um de seus “trabalhos”¹⁶³ mais antigos ter sido “arranjado” por uma das responsáveis, num momento em que Jaqueline estava enfrentando muitas dificuldades financeiras e, por isso, ela se dizia muito agradecida.

Foto 19. Dia de entrega na Barreira, na frente da creche e com a UPP ao fundo.



Fonte: acervo pessoal.

¹⁶² Este termo é utilizado pelos próprios militantes, o que demonstra uma maior verticalização política do MPA em relação ao Movimento Caxias.

¹⁶³ Na maior parte das vezes, o termo “trabalho” é usado por minhas interlocutoras em oposição ao de “emprego”, pois em geral não há vínculo empregatício, podendo inclusive se tratar de uma única jornada remunerada.

Conforme eu adentrava mais o universo familiar, conversávamos bastante sobre alimentação e trabalho. Algumas das filhas de Jaqueline e Solange haviam trabalhado no McDonald's, o que era um excelente tema para abordar e estimular a curiosidade sobre alguns aspectos do sistema agroalimentar, como as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares camponeses para venderem sua produção e as diferenças, em termos de qualidade e variedade, que aquelas mulheres percebiam entre o que elas comiam e o que encontravam na casa de suas "patroas".

Em uma de nossas primeiras conversas, perguntei a Jaqueline se ela já tinha ouvido falar em alimentos orgânicos ou agroecológicos.

- Ah, sim. — ela respondeu — É o que eu como na casa de uma de minhas patroas, aliás ela planta um monte de coisa lá. Mas é muito caro: se não fossem vocês, a gente nunca poderia comer isso nas nossas casas.

Foi interessante observar as transformações no longo prazo, inclusive no que diz respeito ao vocabulário: nos primeiros meses, praticamente todas se referiam às hortaliças como "mato", sendo que muitas diziam não gostar das folhas ou não saber a melhor forma de comê-las. Chamar a verdura de "mato" significa dizer que aquilo não é comestível, que não tem sabor agradável.

Depois de um tempo, começaram a chegar os elogios a determinadas verduras e o compartilhamento animado de receitas, como um lendário arroz de brócolis que Vitor tinha feito para Laura, sua prima. O filhinho pequeno de Laura, inclusive, tornou-se um pequeno notável amante de tomates, que se deixasse, comeria metade do caixote antes de chegarmos ao topo das escadas. Carlos, um homem de seus quase 50 anos de idade, desempregado desde o início da pandemia, mostrou-se um profundo conhecedor de chás e ervas medicinais, sempre receitando algo de especial para qualquer um que reclamasse de dor em alguma parte do corpo.

Todos esses elementos nos informam sobre a validade das teorias que acreditam no potencial de transformação dos padrões de consumo por meio da aproximação entre campo e cidade através dos alimentos (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). A diferença, aqui, é que a construção dessa rede de afetos e trocas de conhecimento se deu através da doação dos alimentos, não de sua comercialização, como tem sido preferencialmente focalizado nessa área de estudos. Ao menos se nos detemos somente sobre a relação com os consumidores finais, já que a relação com os produtores teve sim um caráter comercial.

Dessa forma, o relacionamento de longo prazo se mostrou frutífero para o debate sobre a qualidade diferenciada dos alimentos agroecológicos em relação aos alimentos convencionais (NIEDERLE, 2013; WILKINSON, 2008), assim como avançamos bastante na compreensão das especificidades da produção camponesa e das dificuldades impostas à sua comercialização em nossa região. Nesses dois pontos, é possível afirmar que as pautas políticas dos movimentos camponês e agroecológico foram bem absorvidas e geraram reflexões interessantes por parte de meus interlocutores.

Além disso, minha experiência junto a essas famílias demonstra que a opção pelo relacionamento de longo prazo com as donatárias contribui para a constante reflexão, de ambos os lados, a respeito do teor do ato de doação, e para a elaboração de procedimentos que nos permitissem escapar às lógicas identificadas com o assistencialismo ou com a filantropia.

Se, num primeiro momento, a atitude daquelas pessoas parecia um tanto passiva, no sentido de que esperavam pacientemente as entregas (AYUERO, 2011)¹⁶⁴, com o tempo elas

¹⁶⁴ Neste artigo, Ayuero trata da "paciência" necessária no relacionamento dos sujeitos marginalizados com a burocracia estatal, mas aqui podemos aplicá-la também aos sujeitos que recebem a doação. Em algumas ocasiões em que tivemos que alterar o horário pré-estabelecido para a entrega, algumas pessoas não tinham acesso a essa informação em tempo hábil, de modo que ficavam horas esperando *pacientemente*, pois imaginavam que se não suportassem a espera e não estivessem presentes no momento da entrega, poderiam ser retiradas da lista.

foram ganhando maior autonomia nas decisões sobre onde e quando receber as doações, assim como no formato de distribuição: quem dispunha as caixas de verduras e organizava as entregas eram as próprias familiares de Jaqueline, de modo que minha função era apenas a de transportá-las até lá.

Por sua vez, apesar das tardes agradáveis de quarta-feira, ao longo do tempo pude constatar a presença latente da sociabilidade violenta característica das favelas cariocas (MACHADO DA SILVA, 2004; ROCHA; CARVALHO, 2018). Em quase todas as conversas, inequivocamente se chegava a discussões sobre o tema: seja com relação às incursões policiais frequentes; seja com relação aos conflitos envolvendo os funcionários do tráfico de drogas, com outras facções ou entre eles mesmos; seja ainda nas histórias de brigas entre moradores.

Embora esses relatos sejam frequentes em muitas favelas, tratava-se de uma realidade diferente daquela onde eu morava: embora no Pereirão também existisse o tráfico de drogas, inclusive comandado pelo mesmo ‘dono do morro’ do Fallet, raramente havia confrontos armados porque a polícia muito raramente invadia o território. Seus moradores falavam em um tipo de “acordo de não agressão”, que começava pelo fato de os “garotos” da boca de fumo não portarem armas, já que esta favela pode ser vista por inteiro da base central do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), grupamento de elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Por outro lado, nas partes que frequentei dos Prazeres, foram raríssimas as vezes em que vi um armamento, sempre de baixo calibre (o que chega a ser corriqueiro em outras favelas da região, como no Fallet e na Coroa), embora fosse possível, para um observador atento, identificar os locais e as pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. Mesmo assim, o estado de tensão era constante: a todo momento, nossas interlocutoras evitavam que a entrega se estendesse demais, já que sempre havia o risco de se iniciar um confronto com a polícia.

Em muitas ocasiões, sentia-se o ‘clima de tensão’ no ar, em geral com pouquíssimas pessoas na rua e um silêncio alarmante, confirmado pelas informações de boca-a-boca de que havia policiais rondando o ‘morro’, muitas vezes escondidos nas florestas de seu entorno.

Logo no primeiro mês, Jaqueline me levou para conhecer o espaço onde ficava a antiga horta “cuidada pelo pessoal da Associação de Moradores”. Lá, ela me contou que, antes do Comando Vermelho aparecer na região, havia um outro grupo armado nos Prazeres que se chamava Nova República. Teria sido nessa época que o tráfico de drogas entrou com força, talvez no final dos anos 1980, transformando profundamente as dinâmicas de convívio social naquele território. Desde então, os tiroteios eram frequentes:

- E você já presenciou algum tiroteio? — perguntei a ela.

- Ah, mas aqui é quase todo dia que a gente tem que correr para casa — ela respondeu, com uma gargalhada contida que denunciava o caráter normalizado da situação, embora desesperador.

No período de um ano e meio em que acompanhei a vida destas famílias, em várias ocasiões elas nos relataram que não podiam sair de casa por conta das operações da Polícia Militar — a mais longa delas, tendo durado quase duas semanas. Foram muitos relatos de invasão de casas, de roubo e violências cometidas pelos policiais em toda a favela, o que gerou, inclusive, um dia de comoção popular em que alguns moradores ‘desceram o morro’ e fecharam a Rua Almirante Alexandrino.

A expressão ‘descer o morro’ precisa ser contextualizada. Se muitos povos têm seu mito de origem, pode-se dizer que a sociedade carioca já tem seu “mito do fim”: a favela é percebida socialmente de muitas formas, porém é consenso que se trata de um território marcado pela injustiça social. Por isso, um bordão muito repetido pelos cariocas é sobre “o dia em que o morro descer”: seu significado remete a um dia mítico no futuro em que toda a ordem social será desvirtuada quando enfim os favelados se revoltarem e tomarem as ruas da cidade, vingando-se de todas as injustiças sofridas.

A expressão foi imortalizada em diversas canções populares, entre elas o samba de Paulo Cesar Pinheiro e Wilson das Neves, em que os compositores fazem uma analogia entre a revolta popular e um desfile de escola de samba, reconhecido como a principal manifestação cultural da população negra no Rio de Janeiro:

O dia em que o morro descer e não for carnaval
Ninguém vai ficar pra assistir o desfile final
Na entrada, rajada de fogos pra quem nunca viu
Vai ser de escopeta, metralha, granada e fuzil
É a guerra civil
O dia em que o morro descer e não for carnaval
Não vai nem dar tempo de ter o ensaio geral
E cada uma ala da escola será uma quadrilha
A evolução já vai ser de guerrilha
E a alegoria, um tremendo arsenal
O tema do enredo vai ser a cidade partida
No dia em que o couro comer na avenida
Se o morro descer e não for carnaval
O povo virá de cortiço, alagado e favela
Mostrando a miséria sobre a passarela
Sem a fantasia que sai no jornal
Vai ser uma única escola, uma só bateria
Quem vai ser jurado? Ninguém gostaria
Que desfile assim não vai ter nada igual
Não tem órgão oficial, nem governo, nem liga
Nem autoridade que compre essa briga
Ninguém sabe a força desse pessoal
Melhor é o poder devolver pra esse povo a alegria
Se não todo mundo vai sambar no dia
Que o morro descer e não for carnaval

Paulo Cesar Pinheiro e Wilson das Neves

A semana em que ocorreu o protesto foi uma oportunidade para discutirmos um pouco sobre a participação dos moradores em manifestações políticas. Em geral, pude constatar que se somavam apenas às manifestações espontâneas, relativas a problemas internos da comunidade, em geral realizadas no próprio local ou em suas adjacências. O mais emblemático, talvez, tenha sido um ocorrido por volta de 2015, mas cuja data não foi possível precisar: o projeto da UPP tinha chegado ao fim, mas as ações de repressão continuavam ‘a todo vapor’¹⁶⁵, até que “toda a comunidade” saiu nas ruas e nas janelas de casa gritando para que os policiais fossem embora.

Por todas essas razões, estabelecer uma rotina de entrega de alimentos em frente à sede da UPP tinha seu peso simbólico, já que a proposta original desta política pública era levar desenvolvimento às favelas ocupadas pelas “forças de pacificação”¹⁶⁶. Em outras palavras, sua

¹⁶⁵ Na linguagem popular carioca, tem o sentido de “com muita intensidade”.

¹⁶⁶ Em reunião do Conselho Estratégico de Informações da Cidade, do Instituto Pereira Passos (IPP), sua presidenta Eduarda La Rocque afirmou: “A UPP Social tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios e para isso coordena esforços de vários órgãos da Prefeitura do Rio e promove ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP. Com isso, busca a consolidação e o aprofundamento dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão territorial

missão era reintegrar a “cidade partida”. Pelo contrário, o que existiu de fato foi uma ocupação militar destes territórios, com pouca efetividade em termos de contrapartida social. Atualmente, já com o projeto abandonado, há denúncias de que os próprios policiais, em alguns casos, estariam facilitando a entrada de milícias em favelas antes dominadas por facções do tráfico de drogas¹⁶⁷.

Segundo relatos de moradores de várias favelas de Santa Teresa, este foi o caso da parte alta do Morro do São Carlos, por exemplo — também no centro da cidade, onde o MPA está se articulando a uma imensa horta local promovida pela prefeitura¹⁶⁸. Ali foi utilizada uma estratégia que, ao que parece, está se espalhando para as favelas do entorno: a polícia entra, aterroriza e abre espaço para a instalação de grupos paramilitares, mas disfarçados sob o nome e o símbolo do Terceiro Comando Puro (TCP)¹⁶⁹. Dentro do Morro dos Prazeres, há relatos de pichações com estas três letras, que teriam sido feitas pelos próprios policiais.

Em muitos aspectos, a política local se sobrepõe à política estatal, na medida em que a divisão entre os ‘morros’ destoa do mapa administrativo da Prefeitura. Jaqueline, Solange e seus filhos têm familiares no São Carlos, mas não podem sequer pensar em visitá-los: ‘subir o morro’ controlado por uma facção do tráfico de drogas diferente daquela de onde você mora pode resultar em uma exigência de prestação de contas e, em alguns casos, até mesmo em morte. Esta é uma das tristes realidades das famílias faveladas: além de serem alijadas do pertencimento e da utilização de certos espaços no ‘asfalto’, até mesmo sua circulação pelos diferentes ‘morros’ está comprometida.

É comum ouvir pessoas do ‘asfalto’ — incluindo muitas das que se dizem progressistas — idealizando o ambiente da favela como um espaço essencialmente afetivo de “vida em comunidade”, onde todas as pessoas se conhecem, predominando o contato pessoal em detrimento do contato impessoal característico das grandes cidades. Isso é, de certa forma, verdadeiro, porém a verdade varia de uma comunidade para outra: ao perguntar àquelas mulheres se gostavam de morar nos Prazeres, nunca obtive uma resposta afirmativa. Pelo contrário, todas diziam que pretendiam arrumar um emprego que as permitisse sair e nunca mais voltar, por mais que isso significasse se afastar do local onde cresceram, de seus familiares e amigos de infância.

Por último, o avançar dos encontros me permitiu conhecer mais a respeito das vidas pessoais de algumas das famílias participantes do CPA. Para minha surpresa, descobri conexões não previstas entre as duas campanhas que eu desejava pôr em diálogo. Jaqueline, por exemplo, desde pequena frequentava o Parque das Missões — primeiro bairro que conheci em Duque de Caxias —, onde ela havia morado por três anos e para onde uma de suas irmãs e uma de suas filhas se mudou no início de 2021.

Por sua vez, a ‘patroa’ que indicou Jaqueline ao MPA surgiu a partir do contato de uma amiga quando ela ainda morava em Caxias, sendo que Jaqueline só voltou aos Prazeres quando a situação econômica se deteriorou e Manu teve que suspender dois dias por semana de seus serviços. Apesar de ser um bairro menos violento, como ela dizia, “lá é um sol pra cada cabeça”¹⁷⁰ e “é quase impossível conseguir trabalho”:

- É muito guerreiro aquele povo de Caxias — disse ela, algumas vezes.

nesses espaços”. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/e34c132d-ada5-4aa6-8fdd-971507e85654>. Publicado em: 9 out. 2013. Acesso em: 27 abr. 2022.

¹⁶⁷ Este fato me foi narrado em diversos momentos por interlocutores distintos.

¹⁶⁸ A horta do São Carlos está inserida no Programa Hortas Cariocas, da Prefeitura do Rio de Janeiro, que fomenta a construção de hortas comunitárias em favelas e escolas públicas. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas>. Acesso em: 25 mar. 2022.

¹⁶⁹ Tratamos das diferenças entre as facções de crime organizado no primeiro capítulo.

¹⁷⁰ Além dos problemas apresentados no primeiro capítulo, a Baixada Fluminense também é conhecida por seu calor insuportável nos dias de verão.

Esse ponto é representativo das diferenças existentes entre as periferias, justamente o que levava os militantes do Movimenta Caxias a se assumirem como “jovens da periferia da periferia”. Viver numa favela já é sentir-se deslocado da vida social mais ampla da cidade, porém viver numa favela na Baixada Fluminense ou na Zona Oeste carioca é estar também distante das oportunidades de emprego e do centro nervoso comercial, político e cultural da cidade¹⁷¹.

Ao longo das conversas e da etnografia virtual que eu fazia em paralelo a elas, descobri outros pontos de conexão entre o CPA Morro dos Prazeres e a experiência junto ao Movimenta Caxias. Assim como Jaqueline e seus filhos frequentavam bastante Duque de Caxias e tinham familiares em Mesquita, Nova Iguaçu e Belford Roxo (todos municípios da Baixada Fluminense), muitos dos agricultores associados ao Coletivo Terra e assentados no Terra Prometida também conheciam o bairro de Santa Teresa. No entanto, nunca estiveram lá a passeio: assim como as moradoras dos Prazeres, só frequentavam o bairro a trabalho.

Por fim, uma última ironia simbólica que conecta as duas campanhas. Assim como a pesquisa virtual me revelou a origem do nome da cidade de Duque de Caxias, a dissertação de Silva (2016a) me revelou outra surpresa: o Casarão Cultural dos Prazeres — em frente ao qual fazíamos regularmente as entregas semanais —, foi construído sobre um terreno que no século XIX era de propriedade, não da cidade, mas da família de Duque de Caxias.

2.3.2. CPA Morro dos Macacos

Em uma única ocasião, fui escalado para auxiliar uma das entregas mensais do Morro dos Macacos, em Vila Isabel, bairro da zona norte carioca. Lá, o CPA era articulado por duas militantes do MPA, Bruna e Cristina, que também haviam sido incorporadas ao Movimento, anos antes, na condição inicial de colaboradoras. Ambas nasceram e cresceram em ambiente urbano, portanto não têm origem camponesa, mas contribuem ativamente com as ações comerciais e de mobilização política do Raízes do Brasil. Cristina, por exemplo, é responsável por administrar todos os grupos de Whatsapp dos Núcleos de Consumo, além de as duas comporem a coordenação estadual da campanha.

Naquele dia, acompanhei Cristina nas entregas porque Bruna não poderia participar e estavam precisando de um motorista. Chegando numa rua interna do bairro, fomos recebidos por Beto, que é professor de geografia e coordenador do Pré-Vestibular Social VIVE, sediado nas imediações do Morro dos Macacos. Em frente à sua casa, estacionamos o carro na calçada e distribuímos cestas de alimentos processados e as hortaliças para quinze mulheres, todas elas chefes de família. Cristina aproveitou a proximidade com o Dia Internacional das Mulheres, celebrado todo dia 8 de maio, para conversar com elas sobre questões de gênero vividas no dia a dia.

Segundo Cristina me revelou posteriormente, a conversa foi improvisada, apenas para “não deixar passar a data”. Mesmo assim, foi muito construtiva, já que as beneficiárias conversaram de forma desinibida sobre a condição delas de “mães solteiras” ou de trabalhadoras de dupla jornada: na rua e em casa. Uma delas ainda aceitou gravar um pequeno vídeo em que falou de suas lutas cotidianas como mulher favelada no Rio de Janeiro, e que deveria ser publicado posteriormente nas redes sociais do MPA.

O grupo de mulheres havia sido selecionado e organizado por Beto e sua esposa, depois que o pré-vestibular suspendeu as atividades com a chegada da pandemia. De imediato, articularam uma campanha de doações que forneceu mensalmente dezenas de cestas básicas para famílias ligadas de alguma forma ao curso. Ao contactar Bruna, a quem conheciam de

¹⁷¹ Devo esta reflexão ao questionamento levantado pela professora Leonilde Medeiros em minha banca de qualificação: ambos estão na periferia, mas as periferias não são iguais.

atividades políticas anteriores, decidiram incluir o MPA-RJ no arranjo, de modo que o CPA surgiu como uma parceria entre as duas organizações.

O pré-vestibular continuava arrecadando recursos em suas próprias redes de contato, que por sua vez eram convertidos em alimentos produzidos pela base camponesa do MPA. Em outras ocasiões, recursos arrecadados pela campanha coordenada pelo MPA-RJ foram direcionados às famílias organizadas pelo pré-vestibular. Desse modo, é possível constatar como uma campanha de movimento social pode fortalecer outra, gerando novos vínculos a partir do resgate de contatos interpessoais anteriores.

Por outro lado, nenhuma das duas organizações tinha em seu repertório de ações coletivas a doação de alimentos, mas as circunstâncias exigiam um senso de pragmatismo que desencadeou estas ações de solidariedade. Como efeito colateral, os militantes do MPA-RJ passaram a ter conhecimento do pré-vestibular, assim como os coordenadores e as famílias de alunos do pré-vestibular tiveram um contato mais direto com as pautas dos movimentos agroecológico e camponês.

Em diversas ocasiões de entrega de cestas básicas, a mensagem política não se restringia à fala da militante ou a uma conversa organizada com as famílias beneficiadas — formato utilizado nas entregas no Guararapes, por exemplo. Dentro das cestas, muitas vezes era incluído algum material de leitura, podendo ser um panfleto político sobre o 1º de Maio ou uma carta endereçada pelo MPA aos beneficiários.

Em alguns casos, o material era produzido por alguma organização parceira, como foi o caso, neste dia, do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ). Além de fornecer recursos de sua base sindicalizada para a compra de alimentos, em mais de uma ocasião o sindicato subsidiou a compra de botijões de gás, de modo a denunciar o processo de privatização da Petrobrás e a política de atrelamento do preço do combustível ao mercado internacional.

Foto 20. Cesta com panfleto distribuído na entrega do Morro dos Macacos.



Fonte: acervo pessoal.

Nesta foto, podemos observar como a atuação do MPA-RJ, apesar de se dar no âmbito local junto às famílias donatárias, e no âmbito regional na articulação com os agricultores, suas mensagens políticas faziam sempre referência à política nacional, tanto no que diz respeito às políticas públicas que seus militantes julgavam serem necessárias ao fomento da agricultura camponesa e da agroecologia, quanto nas críticas aos discursos e às decisões políticas tomadas pela presidência de Jair Bolsonaro.

2.3.3. CPA Morro da Rocinha

Em 16 de outubro de 2020, participei de um evento especial pelo Dia Mundial da Alimentação, em que o MPA organizou uma ação de grande porte na quadra da Roupa Suja, na entrada da favela da Rocinha. A entrega foi organizada junto a cinco organizações que futuramente viriam a formar um CPA no local. Neste dia, porém, o formato foi diferente do adotado nos demais territórios: entregamos mais de uma tonelada de alimentos, que vieram num caminhão diretamente de Teresópolis, para mais de cem pessoas ao mesmo tempo.

Nomeada como “Jornada de luta contra a fome por soberania alimentar – MPA; Atividade Estado do Rio de Janeiro”, é possível visualizar, no Anexo III, o documento de circulação interna com o planejamento estruturado pela coordenação estadual do MPA-RJ. Cito, aqui, um trecho do meu caderno de campo sobre esta ação:

No Dia Mundial da Alimentação, celebrado pelos movimentos sociais como Dia de Luta pela Soberania Alimentar, o MPA realizou uma ação de grande escala na quadra Roupa Suja, bem na entrada da Rocinha para quem vem do túnel Zuzu Angel.

Lá, distribuimos cerca de 1,5 toneladas de alimentos (alface crespa, chicória, almeirão, cheiro verde, repolho verde, couve, rúcula, agrião, abóbora e cenoura – cerca de 200 unidades de cada folhosa).

A ação foi mediada pela Redes da Rocinha (criada por Xiaolin há dois meses), o Studio de Arte Espaço Aberto (instituição de 22 anos, representada pela Yolanda); Merinha Sorriso; a Rede Favela Sustentável (representada por Consuelo); e pela Associação de Moradores (que entrou já no final das tratativas, ali representada pelo presidente interino Lima e pelo diretor Luciano).

No total, eram cinco listas de contemplados, cada uma com cerca de vinte pessoas, totalizando cem. No final, acabamos distribuindo para mais de duzentas pessoas. A ponte entre as organizações do campo e da cidade foi feita por Mônica, consumidora da Cesta Camponesa em Santa Teresa, mas que desde 2010 disse fazer ações voluntárias na Rocinha. Ela trabalha no setor de arquitetura da prefeitura do Rio, mas fez questão de dizer que nunca fez nenhuma ação em nome da mesma.

Devido à sua magnitude, esta ação teve uma configuração diferente das demais. Organizamos uma fileira de mesas de plástico no centro da quadra, como se fosse uma grande banca de feira, onde dispusemos todas as hortaliças. Por trás das mesas, penduramos várias bandeiras de organizações políticas, com a bandeira vermelha do MPA ao centro. O caráter internacional da ação era perceptível tanto nas bandeiras da Via Campesina e do Congresso de los Pueblos¹⁷², quanto na própria militância, que, dentre cinco pessoas, duas eram colombianas.

Se ali se expunha o caráter global do movimento camponês, também estava presente o símbolo máximo do nacionalismo. Quando perguntei a Beto se a bandeira do Brasil, pendurada logo à esquerda do MPA, era comum em atos como esse, ele me respondeu com um ‘sorriso malicioso’:

- Não, não... começamos a usar depois que o Bolsonaro ganhou a eleição.

¹⁷² Trata-se de uma articulação de organizações e movimentos sociais colombianos que agrega lutas do movimento camponês, indígena e dos trabalhadores. Nesta ocasião, uma de suas militantes estava presente na entrega e no apoio às atividades do *Mutirão Contra a Fome* em geral.

Foto 21. Banca de alimentos com as bandeiras ao fundo.



Fonte: acervo pessoal.

Os beneficiários entravam na quadra em grupos de quinze pessoas e atravessavam até o lado oposto da entrada, onde havia sido desenhado um círculo no chão com cerca de cinco metros de diâmetro. No meio, foi instalado uma pequena caixa de som com microfone em que Beto Palmeira e Xaolin faziam um discurso inicial, contando sobre a estrutura da organização, a importância da data celebrada, a procedência dos alimentos e questões relativas à saúde e à necessidade de organização popular dentro da favela.

Foto 22. Beto Palmeira discursando para um grupo de beneficiários.



Fonte: acervo pessoal.

Depois, todos se encaminhavam ao corredor de mesas para pegar os alimentos em fila indiana. Era neste momento que tínhamos a oportunidade de conversar pessoalmente com algumas pessoas, trocando receitas e modos de armazenamento. Muitos não conheciam todos os alimentos, principalmente o almeirão, o qual precisávamos convencer que fosse levado. Outros se emocionavam quando viam uma rúcula, lembrando das receitas que a mãe fazia quando eram pequenos ou do tempo em que viviam na roça e “plantavam de tudo”¹⁷³.

Nesse dia, diversas situações me trouxeram elementos para refletir de forma mais ampla sobre a ideia de “conexão entre rural e urbano”, propagada tanto pelo MPA, quanto pela extensa literatura especializada nos circuitos curtos de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar (DAROLT, 2013; DAROLT; LAMINE, 2013; SCHNEIDER; GAZZOLA, 2017). Enquanto eu e duas moradoras locais organizávamos as chicórias em cima da “banca”, um homem negro de seus 50 anos de idade se aproximou e nos explicou que era melhor arrumá-las de cabeça para baixo. A partir de então, ele nos ajudou e nosso trabalho ganhou velocidade e eficiência (além de beleza).

- O senhor mora aqui na Rocinha? Onde aprendeu todas essas técnicas? — perguntei a ele.

- Ah, mas eu já trabalhei pra mais de 10 anos em feira, entendo tudo de verdura — respondeu, orgulhoso. — Me chamo Luciano e hoje sou diretor da Associação de Moradores.

Neste exato momento, chegou um outro senhor, este pardo e mais velho, com aquela tonalidade avermelhada e o perfil de corpo nordestino, como o de minha família materna. Era Lima, presidente interino da Associação, que tinha 72 anos de idade, sendo 44 somente de Rocinha.

Depois de fazer uma primeira fala emocionada no microfone, em que se mostrou surpreso e satisfeito quando Beto lhe respondeu que as hortaliças não tinham agrotóxico, Lima se posicionou em uma mesa para dividir as abóboras inteiras em pedaços menores. Para nossa surpresa, ele as cortava com maestria enquanto brincava e cantava. Numa oportunidade, indaguei onde havia aprendido a cortar abóboras, e ele respondeu:

- Ah, rapaz, eu sou agricultor.

Paramos um tempo para conversar. Ele me disse que havia nascido no Ceará, numa fazenda em que seu pai “plantava de tudo: tinha abóbora que um homem só não carregava”. Em 1972, chegou na cidade do Rio de Janeiro com 16 anos de idade em busca de trabalho. Por algum tempo dormiu nas ruas do Leblon, comendo sobras de restaurante e, por vezes, revirando lixo. Por isso dava tanto valor àquela ação, que trazia não apenas comida, mas alimentos de qualidade, sem veneno e em excelente estado.

Contou-me, também, sobre a origem do nome Rocinha. Ainda no início do século passado¹⁷⁴, muitos moradores tinham roça na parte alta do morro, hoje conhecida como Laborieux¹⁷⁵. De lá, desciam para a Praça da Gávea (atual Praça Santos Dumont), uma das regiões mais ricas da cidade, onde vendiam seus alimentos numa feira. De tanto os clientes perguntarem onde aquilo tudo era plantado, os agricultores começaram a responder que “vinham lá de cima: da Rocinha”.

¹⁷³ Mais tarde, durante a reunião de avaliação com as lideranças locais, Yolanda comentou sobre sua satisfação com a qualidade dos alimentos, e usou o almeirão como exemplo: muitas pessoas ali nunca haviam comido esta hortaliça, pois no único mercado da região onde se podia comprá-la, uma unidade saía a R\$ 5,00.

¹⁷⁴ De acordo com ele, a favela estaria em vias de completar 100 anos, embora não se soubesse exatamente a data das primeiras ocupações.

¹⁷⁵ De acordo com o livro *Dono do Morro*, de Mischa Glenny (2016), pelo menos até o “mandato” de Nem, época em que a Rocinha estava sob controle da facção Amigo dos Amigos (ADA), no Laborieux ficava o “quartel general” do tráfico de drogas.

Foto 23. Lima (presidente da Associação) cortando abóboras com o boné do MPA.



Fonte: acervo pessoal.

O último personagem a aparecer foi um senhor negro de 63 anos de idade. Vestia uniforme azul marinho da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE)¹⁷⁶, bem desbotado, e ajudou na organização do espaço desde o início. Quando iniciamos a distribuição, percebi que ele conversava com todo mundo sobre os usos alimentícios e medicinais de cada planta, indicando ainda modos de preparo que eu desconhecia. Dirigi-me a ele e perguntei onde havia aprendido tanto sobre plantas. Apresentou-se como Douglas, “nascido e criado na Rocinha”, sendo que seus pais haviam se conhecido ali, vindo cada um de um estado diferente.

Por doze anos trabalhou na “Barraca do Português”, na “feira de tudo” que ocorre semanalmente dentro do morro. Ali, aprendeu muito do que sabia, mas outra parte aprendeu no projeto social do qual foi funcionário por cinco anos antes de ser contratado pela CEDAE. O projeto se estruturava na forma de uma cooperativa, cuja sede estava instalada sobre a saída do túnel Zuzu Angel, que conecta o bairro de São Conrado à Gávea. Transcrevo aqui mais um pequeno trecho de meu caderno de campo:

Numa pausa entre um grupo e outro, ele me levou para conhecer a cooperativa De Olho no Lixo, que trabalhava com quatro administradores e 12 funcionários, a maioria jovens da comunidade. Ela fica bem ao lado da construção do teleférico da Rocinha (obra incompleta e paralisada, por enquanto) e acima de uma academia de Jiu Jitsu (que teria subtraído boa parte do terreno original da cooperativa). Toda essa área é conhecida por Roupa Suja, porque antigamente havia vários tanques de roupa onde as mulheres

¹⁷⁶ Antiga empresa pública de água e esgoto do Rio de Janeiro, recentemente concedida à iniciativa privada e renomeada de Águas do Rio.

desciam para lavar, já que não havia água encanada (essa história me foi contada pelo Douglas e depois por Lima).

Douglas nasceu na Rocinha, sendo que Lima respondeu a uma mulher de passagem que ele era o responsável pela quadra. Parece ser uma liderança local, muito respeitado. Hoje trabalha na CEDAE porque a cooperativa não assinou sua carteira. Esta existe há cinco anos em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, e tem esse nome porque antes a área era um lixão: hoje tem pé de acerola, jabuticaba, romã, cambucá, jamelão, banana, mandioca, inhame e muitos outros, bem espalhados, como se fosse um sistema agroflorestal. Douglas disse ainda que a cooperativa é financiada (inclusive os salários) pela Associação de Supermercados, mas não pude identificar que associação seria essa.

A partir daquele dia, percebi que o que por vezes é chamado de conexão entre rural e urbano é muito mais complexo, se tiramos um pouco o olhar dos produtos e passamos a enxergar mais as pessoas. Muitos daqueles “consumidores urbanos” possuíam uma história de vida em contato com o rural, mesmo que, em grande parte, apenas guardada na memória. Se as redes fazem circular muito mais do que mercadorias ou alimentos e, se por elas circulam afetos, valores, conselhos, informações, também ajudam a despertar memórias.

E as memórias estão inscritas no corpo e se expressam através do senhor cearense que, de repente, corta uma abóbora como ninguém. Até mesmo Beto Palmeira, dirigente nacional do MPA, ficou surpreso e chegou a ‘passar vergonha’ quando assumiu a função, pois não tinha a mesma destreza e habilidade. Lima ‘não o perdoou’ e ‘retomou o posto’ em menos de cinco minutos, fazendo gracejos ao dirigente camponês.

Aquela seria apenas a primeira ação coletiva realizada na Rocinha. Ao longo de 2021, quando o MPA passou a organizar melhor a distribuição dos recursos arrecadados para cada território de modo a ganhar maior previsibilidade nas entregas, Leile ficou responsável por articular o CPA Rocinha. Este era o maior de todos, atingindo sessenta famílias, uma vez que eram cinco organizações envolvidas.

De modo diverso ao CPA Prazeres, as decisões precisavam ser acordadas entre as cinco organizações, o que gerava maior lentidão nos processos. Além disso, cada uma tinha sua própria lista de beneficiários e não operavam da forma como a coordenação da campanha esperava, no sentido de manter um grupo fixo para todas as entregas: preferiam o método de favorecer quem mais precisasse no momento, o que gerava certa descontinuidade no processo de construção de laços de confiança pela rotina de interconhecimento.

Este foi um desencontro comum na execução de vários CPAs: embebidos na lógica da assistência social, muitos articuladores locais davam preferência ao critério de necessidade, por meio do qual, se a pessoa conseguisse um emprego ou algum tipo de renda, devia ser substituída por outra que precisasse mais. Por seu lado, o MPA-RJ desejava imprimir uma lógica de movimento social, em que aquelas ações pudessem gerar vínculos políticos no longo prazo, mas que não ficassem restritos à mediação das organizações locais.

2.3.4. CPA Morro dos Guararapes

Por fim, o último CPA em que participei mais ativamente foi o do Morro dos Guararapes, cuja articulação local é feita por meio da Associação de Moradores, principalmente nas pessoas de Leonice e de mais outro Beto (este mais maduro, com 65 anos de idade). Ainda em 2020, foram feitos os primeiros contatos através da ONG Preserva Catete, que organizava uma campanha própria de arrecadação. Através desta mesma entidade, o MPA também entregou alimentos na favela da Tavares Bastos, à qual eu tive uma única oportunidade de conhecer.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, os laços com Leonice se fortaleceram e conseguimos destinar parte dos recursos das doações do *Mutirão Contra a Fome* para uma entrega mensal de cestas básicas. Ali, tivemos talvez a experiência mais próxima da ideia de popularização dos alimentos e das pautas do movimento agroecológico.

Em cada uma das entregas, organizávamos uma grande roda de conversa com as beneficiárias em frente ao prédio da Associação, onde debatíamos os conceitos de solidariedade, de economia popular, da agroecologia e dos problemas relacionados aos agrotóxicos. Em cada ocasião, conversávamos também sobre a importância da organização coletiva para lutar pelos nossos direitos, entre outras pautas políticas, econômicas e culturais¹⁷⁷.

A comunidade é banhada pelo Rio Carioca, que dá nome ao termo que cunha as pessoas nascidas na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, em uma de nossas visitas eu contei a história da ocupação da cidade e de suas favelas a partir deste rio, cuja região serviu de refúgio para grupos indígenas no início da colonização e, posteriormente, para quilombolas fugindo da escravidão. Nossas conversas sempre se iniciavam com Beto Palmeira contando a procedência de cada alimento e comentando sobre o sentido de nossa ação no território: não estávamos apenas entregando alimentos, mas conversando sobre os problemas de nossa cidade e de nosso país, assim como as possíveis soluções para eles.

Foto 24. Roda de conversa no Largo do 20, em frente à Associação de Moradores do Guararapes



Fonte: acervo pessoal.

¹⁷⁷ No Anexo IV, reproduzimos os textos e imagens utilizados na minha primeira jornada de entregas. A primeira página consiste na proposta pedagógica da atividade: colocar os trabalhadores para discutirem seus próprios problemas em grupo, estimulando a união entre eles. As outras quatro consistem em dois exercícios que fizemos com o grupo, sendo que cada texto faz referência à imagem anterior.

Os dias de entrega tinham uma excelente organização por conta da mediação da Associação de Moradores. Leonice e Beto se responsabilizavam por fazer o acompanhamento cotidiano das donatárias, de modo a garantir a presença de pelo menos um responsável por cada família beneficiada. Por outro lado, a regularidade mensal nos impedia de construir uma relação mais profunda com cada uma, como era o caso dos Prazeres, onde as entregas eram semanais.

A sede da Associação ficava bem ao lado da creche municipal, num pequeno largo onde havia um salão de cabeleireiro, um bar e uma farmácia. Toda a nossa conversa era escutada à distância por quem passava, de modo que a favela inteira parecia estar ciente de nossa presença ostentando camisas e bonés vermelhos. Em duas ocasiões, ‘fomos parados’ por funcionários do tráfico de drogas local e questionados sobre o motivo de nossa presença com uma furgoneta fechada e sem identificação. A senha era dizer que estávamos doando alimentos na Associação: imediatamente nos deixavam passar, com um grande sorriso no rosto.

Retomando o terreno do simbólico em torno dos significados possíveis para o termo solidariedade, na parede de esquina da rua em frente ao prédio da Associação havia uma grande pintura em *grafitti* onde se lia o nome do local e a mensagem mais recorrente em toda o trabalho de campo realizado para esta pesquisa: “Largo do 20 — Nós por Nós”.

Neste caso, esta expressão pode significar a favela que se considera uma comunidade e, como tal, precisa resolver seus problemas por conta própria. Ou pode, também, significar um território que é constantemente assediado pelas forças policiais, de modo que os funcionários armados do tráfico de drogas representam a segurança pública local, recrutada entre os próprios moradores.

Quando a gente chega com os alimentos e as ideias que eles carregam, porém, tentamos falar de uma solidariedade que extrapola o território e suas dinâmicas próprias, mostrando que elas são muito mais gerais do que particulares, e que, por isso, para superá-las precisamos de união entre os vários grupos que padecem de todo tipo de injustiças sociais, entre eles os camponeses e os favelados. Para tanto, é necessário que os problemas sejam identificados como sociais, isto é, coletivos, e que suas causas sejam reconhecidas como justas: portanto, está aí uma das características essenciais dos movimentos sociais organizados.

2.4. Rotina de trabalho e organização interna

A chegada da pandemia do Covid-19, como se poderia esperar, foi um ponto de inflexão na rotina da organização. Em primeiro lugar, foram alteradas as condições de trabalho: diversos militantes passaram a morar no Raízes do Brasil, de modo a garantir a continuidade das atividades econômicas, sem aumentar os riscos de contágio com deslocamentos diários. Durante meses, permaneceram enclausurados, saindo apenas por motivos familiares ou de trabalho.

Mesmo assim, o número de residentes variou bastante ao longo do tempo, uma vez que a todo momento chegavam e saíam militantes de outros estados e países. Ao longo de meu trabalho de campo, entre julho de 2020 e dezembro de 2021, residiram no espaço dois baianos, uma capixaba, uma sergipana, dois gaúchos, uma colombiana com seu filho e um venezuelano, além de um único cidadão fluminense, nascido e criado em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Todos eram militantes e cumpriam funções específicas dentro da organização, e recebiam por seu trabalho uma ajuda de custo mensal em torno de um salário mínimo.

Por outro lado, ao redor da organização existia um número grande de pessoas que colaboravam com suas atividades, de forma mais ou menos próxima e rotineira, mas que não poderiam ser consideradas exatamente como militantes, uma vez que o próprio Movimento as distinguia de sua base orgânica. Existiam, ainda, aquelas que *trabalhavam para* a organização, no sentido de que exerciam funções remuneradas, como de motorista, entregador ou na

manutenção do *site* de vendas, sem que tivessem que necessariamente estabelecer vínculos e compromissos políticos com o MPA.

Mesmo assim, a atitude e o tipo de compromisso delas podia variar de um momento ao outro, como no caso do Guilherme, que era contratado para fazer as entregas das cestas camponesas em alguns bairros, mas que, durante a pandemia, resolveu se engajar nas ações do *Mutirão Contra a Fome*. Em seguida, adotou a iniciativa de abrir um CPA no Morro da Mangueira, onde ‘nasceu e foi criado’. Mais uma vez, percebemos como é difícil delimitar quem faz parte da base do movimento social e, por consequência, o que significa ser parte dessa base.

Se a logística das feiras e cestas camponesas era organizada por um grupo variável de militantes — de acordo com as chegadas e saídas de outros estados —, a campanha incorporou outros colaboradores externos. Além de assumirem a articulação nos territórios, alguns colaboradores foram convidados para a coordenação estadual da campanha, como foi o meu caso e, também, do Guilherme. No entanto, essa coordenação ampliada não durou muito tempo, uma vez que foi estabelecida já no final de 2021, quando a onda nacional de solidariedade mostrava sinais de enfraquecimento e as doações espontâneas começavam a diminuir.

É importante ressaltar que a maior parte das pessoas envolvidas eram mulheres, seja dentro do MPA ou nos territórios. Trata-se, ainda, de mais um elemento que deve ser incorporado ao simbolismo por trás da ideia de solidariedade: em muitas ocasiões, ela se traduzia como uma rede de solidariedade entre mulheres, que sentiam que compartilhavam de certas condições comuns, independente de morarem no ‘morro’ ou no ‘asfalto’.

Por outro lado, ao contrário da experiência do Movimento Caxias, a questão racial pouco aparecia dentro do MPA. Em sua maioria, os militantes que eu conheci eram pessoas brancas ou pardas, originárias de outros estados da federação, e desse modo a perspectiva de classe se sobrepunha à perspectiva racial, mesmo que esta aparecesse eventualmente nos discursos em tom de denúncia das desigualdades e injustiças sociais sofridas majoritariamente pelas populações negras no Rio de Janeiro.

O próprio fato de serem militantes provenientes de outros estados parecia ser um desafio a mais em suas incursões pelas favelas. Para quem vem de fora da cidade, às vezes é difícil entender as dinâmicas locais, principalmente as que dizem respeito ao exercício do poder: qual é a ‘facção’ local, quem é o ‘dono do morro’, qual é a relação da associação de moradores com estes grupos, qual é a relação com a polícia. Porque, em cada favela, todas as pessoas sabem da existência das outras e das posições relativas que ocupam dentro da ‘comunidade’; sabem com quem se pode ou não pode falar; sabem o dia em que o morro está sossegado ou está tenso. Mais uma vez, a atuação em rede com colaboradores locais mostrava seu valor.

2.5. Os alimentos distribuídos e as fontes de financiamento

Um ponto central na campanha do *Mutirão Contra a Fome* era sua proposta de doar exclusivamente alimentos produzidos pela base camponesa do MPA-RJ, seja ela composta por militantes orgânicos, seja por famílias, associações e cooperativas parceiras. Num momento inicial, o Raízes do Brasil recebeu um aporte de 500 cestas básicas convencionais entregues pela Ação da Cidadania, e que foram entregues nos mesmos territórios de implementação dos CPAs, mas a parceria não teve continuidade.

Como consequência dessa opção política, o arranjo da campanha foi construído em conformidade com os circuitos pré-existentes de feiras e cestas por encomenda. Dessa forma, assim como os alimentos doados tinham a mesma origem dos alimentos comercializados, a estratégia de arrecadação de recursos financeiros priorizou os cestantes vinculados aos diferentes Núcleos de Consumo.

Como vimos anteriormente, em março de 2020 o MPA saiu em busca de novos produtores de hortaliças para abastecer as feiras e as cestas camponesas, estabelecendo o

contato com a Rosana, presidenta da APROLUC. Os demais produtos vinham da Baixada Fluminense (principalmente os tubérculos), de Duas Barras (região norte fluminense), e de outros estados, como era o caso da cebola (Bahia), do flocão de milho e do arroz (Sergipe), por exemplo.

Estes circuitos mais longos eram abastecidos por cooperativas parceiras ou administradas diretamente por militantes do MPA, configurando o que a própria organização denomina um Sistema Popular de Abastecimento (SILVA, 2019). No entanto, se os produtores de alimentos secos e processados atingiam até trinta mil famílias em todo o país¹⁷⁸ — e se a base de consumidores local chegou a mais de três mil cestantes cadastrados em 2020 —, ter apenas dois fornecedores de hortaliças era muito pouco.

Por isso, a parceria com a Rosana, presidenta da APROLUC, foi vista com bons olhos. Se, por um lado, permitiria a satisfação imediata da demanda crescente, por outro a abertura de novos canais de comercialização poderia estimular os demais associados a abandonarem progressivamente o uso de insumos industriais. Em conversas com os militantes do MPA, assim como com outros pesquisadores¹⁷⁹ especialistas na agricultura da Região Serrana, a parceria tinha um grande potencial para avançar com processos de transição agroecológica numa região dominada pela agricultura convencional.

Foto 25. Sede da APROLUC aos pés dos Três Picos, Vale dos Lúcios, Teresópolis.



Fonte: acervo pessoal

¹⁷⁸ Informação cedida por Beto Palmeira, embora ele admita não haver um cálculo exato sobre o tema.

¹⁷⁹ Agradeço particularmente ao Juliano Palm, colega de CPDA e de orientadora, que me sanou algumas dúvidas sobre a região.

Por outro lado, foi a expansão da demanda e, conseqüentemente, da base produtiva, que garantiu a estruturação da logística dos *Comitês Populares do Alimento*. A partir do início da pandemia, a furgoneta do MPA-RJ subia duas vezes por semana até Teresópolis para buscar as hortaliças junto aos camponeses. Toda terça e sexta-feira os alimentos eram descarregados no Raízes do Brasil para, no dia seguinte, serem expostos na feira ou enviados nas cestas.

O responsável por buscar os alimentos era Eliel, único militante residente na sede do movimento a ser natural da Baixada Fluminense. Apesar de nunca ter sido agricultor, encantou-se com a proposta do MPA e abandonou, segundo ele, um “bom emprego” como porteiro na Barra da Tijuca, ‘bairro nobre’ da capital, para receber um salário bem menor nas dependências do Raízes do Brasil. Porém, se dizia muito feliz, pois estava participando de um trabalho em que acreditava e onde não via qualquer relação de exploração. Além disso, o Movimento lhe deu a oportunidade de viajar por todo o país.

Em maio de 2021, enfim tive a oportunidade de acompanhar Eliel em uma de suas subidas a Teresópolis. Descobri, assim, a outra ponta do circuito: paramos em diversas residências rurais e periurbanas para buscar poucas unidades de cada hortaliça (couve, cheiro verde, alface, cebolinha), até chegarmos ao Vale dos Lúcius, localizado aos pés do Parque Estadual dos Três Picos. À primeira vista, trata-se de uma pujante comunidade rural, com ampla variedade de hortaliças e boa infraestrutura.

Foto 26. Plantação de couve no Vale dos Lúcius, Teresópolis



Fonte: acervo pessoal.

Na casa de Rosana, recolhemos doze caixas de verduras, previamente organizadas por ela com os produtos enviados pelos associados. Ali, fomos convidados por sua mãe para almoçarmos, visto que a presidente não estava presente, pois havia saído para uma grande entrega de alimentos que seriam doados no município a partir de um projeto da Fundação Banco do Brasil¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Voltaremos a esse caso mais adiante.

Foto 27. Eliel e a mãe de Rosana, em sua propriedade.



Fonte: acervo pessoal

Foto 28. Eliel e o carro do MPA no Vale dos Lúcios, Teresópolis



Fonte: acervo pessoal.

De acordo com o relatório¹⁸¹ consolidado que me foi cedido pela coordenação estadual da campanha, entre 9 de abril e 31 de dezembro de 2020 foram distribuídas quase 100 toneladas de alimentos agroecológicos, o equivalente a 11.700 cestas. Neste documento, são contabilizadas também as entregas feitas via Movimenta Caxias e Coletivo Terra, de modo que se afirma ter atendido um número total de 11.196 famílias em 13 municípios do estado do Rio de Janeiro. Com relação às ações coordenadas diretamente pelo MPA, foram “acompanhadas” 277 famílias de forma sistemática através da construção de 10 *Comitês Populares do Alimento*.

No entanto, existem diferenças nas composições das cestas. Aquelas entregues via Movimenta Caxias eram abastecidas somente com hortaliças produzidas em Teresópolis. Já as distribuídas nos CPAs se configuravam como cestas básicas, só que montadas com alimentos produzidos exclusivamente pela base do MPA. Em geral, eram compostas por arroz, feijão e fubá, além de tomate, batatas e outros tubérculos.

A estratégia de financiamento seguiu, em princípio, o modelo descentralizado de gestão dos Núcleos de Consumo. Através dos grupos de Whatsapp, circulam também as informações sobre os CPAs, principalmente por meio de convocatórias curtas para contribuir com a campanha. A estrutura foi desenhada de forma regionalizada, de modo que cada Núcleo recebia chamadas relativas às favelas do seu entorno. Com isso, pretendia-se um maior engajamento dos contribuintes nas ações territorializadas.

As doações de pessoas físicas eram destinadas à compra das hortaliças e dos alimentos em grãos e beneficiados vendidos na loja do Raízes do Brasil. Nos dois casos, os produtos eram comprados pelo seu preço normal de venda (o mesmo da feira e das cestas), uma vez que a sua comercialização é declarada sem fins lucrativos: o valor adicional da revenda serve ao pagamento do trabalho dos militantes envolvidos e aos custos operacionais, como alimentação, combustível, manutenção da sede, entre outros.

Em várias ocasiões, parte das hortaliças foram doadas pelos próprios agricultores, principalmente durante o pico da ‘primeira onda’ da pandemia. Avaliando que tinham produção de sobra e que estavam vendendo muito bem através do MPA (e de outros canais de comercialização), partia dos próprios agricultores a decisão de destinar parte da produção em forma de doação direta, demonstrando assim a importância do valor conferido à solidariedade entre os trabalhadores do campo e da cidade. No caso da ação na Rocinha, por exemplo, todas as hortaliças foram doadas por eles.

Além das pessoas físicas, o MPA também aceitava doações de associações, ONGs, sindicatos e órgãos públicos, mas recusava qualquer doação de empresas privadas¹⁸². A única exceção foi a articulação junto ao Coletivo Terra, uma vez que o acordo não foi feito diretamente com o MPA. Na condição de organização parceira, o movimento forneceu hortaliças a partir dos mesmos agricultores que abasteciam o *Mutirão Contra a Fome*, mas a construção política do arranjo foi protagonizada pelo Movimenta Caxias e pelo Coletivo Terra.

No caso das doações por pessoas jurídicas, elas podiam ser destinadas à campanha geral — como foi o caso de um advogado que todo ano doa uma quantia de dinheiro para o Movimento —, ou a um CPA específico, como foi o caso, algumas vezes, de doações ao Morro dos Macacos, assim como nas duas ocasiões em que o SEPE-Niterói destinou recursos do sindicato para a entrega de alimentos e sementes crioulas em duas aldeias *mbya guarani*, no município de Maricá.

¹⁸¹ Para visualizar o relatório de circulação interna, ver Anexo V.

¹⁸² Informação cedida por Leile Teixeira, em entrevista já citada.

Foto 29. Entrega de sementes de feijão e milho na Aldeia Ka’aguy Ovy Porã, em Maricá.



Fonte: acervo pessoal.

Em paralelo às doações, os militantes do MPA escreviam cartas e se inscreviam em projetos ligados a institutos privados, como o Ibirapitanga, ou a instituições públicas, como a Fiocruz¹⁸³ e o Ministério Público do Trabalho (MPT). Em alguns destes casos, os recursos podiam ser destinados também à estruturação da logística e à remuneração dos jovens militantes envolvidos.

As dinâmicas nos territórios foram muito impactadas pela disponibilidade de recursos financeiros, refletindo diretamente na quantidade e variedade dos alimentos distribuídos. Se nos primeiros meses as doações foram robustas — incluindo não apenas hortaliças em variedade, mas também tomate, leite, açúcar mascavo, arroz, feijão, às vezes frutas, entre outros produtos de maior valor econômico —, a partir de outubro elas começaram a minguar, até um ponto em que a campanha teve que manter as entregas com recursos do próprio Raízes do Brasil.

Contudo, com a chegada da ‘segunda onda’ da pandemia¹⁸⁴, principalmente a partir de fevereiro de 2021, voltaram a entrar doações de pessoas físicas, ao mesmo tempo em que o MPA construía acordos com outras entidades, entre sindicatos, ONGs e órgãos públicos. Assim, pudemos estabelecer um novo regime de entregas, em que às quartas-feiras e sábados

¹⁸³ A campanha “Agroecologia contra a fome” nasceu fruto de uma parceria entre o Coletivo de Trabalhadores da Fiocruz Mata Atlântica (FMA), a ONG internacional Greenpeace e o MPA. Nela, foram distribuídas cerca de 4,5 toneladas de alimentos agroecológicos, no formato de cestas, para 90 famílias da Colônia Juliano Moreira, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/agroecologia-nutre-esperanca-na-zona-oeste-do-rio-de-janeiro>. Publicado em: 23 fev. 2022. Acesso em: 24 fev. 2022.

¹⁸⁴ Durante a pandemia, cientistas e jornalistas recorreram à metáfora sobre “ondas” da pandemia, argumentando que o aumento de mortes e internações tinha um movimento cíclico. No Brasil, a “primeira onda” teria ocorrido entre abril e maio de 2020, enquanto a segunda onda teria ocorrido entre dezembro de 2020 e março de 2021, influenciada pela disseminação da variante P.1. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/o-que-sao-ondas-da-covid-19-e-por-que-o-brasil-pode-estar-diante-da-3/>. Publicado em 30 mai. 2021. Acesso em: 27 set. 2021.

enviávamos a ‘xepa da feira’¹⁸⁵ do Raízes do Brasil, ao passo que uma vez por mês enviávamos a cada CPA uma cesta básica completa. Com isso, as doações ajudavam a colocar comida na mesa destas famílias ao mesmo tempo em que gerava renda para os agricultores ligados ao MPA.

Dessa forma, observamos como as estratégias adotadas na mobilização de recursos humanos e financeiros impactou diretamente o arranjo da campanha, que variou ao longo tempo, tanto em seu desenho, como no volume, na qualidade e variedade dos alimentos distribuídos. Além disso, a campanha esteve assentada em uma longa trajetória política, em que o alimento figurava no centro das ações coletivas coordenadas pelo MPA. No Rio de Janeiro, a campanha se estruturou em torno de iniciativas pré-existentes de caráter comercial, mas que desde sua origem foram projetadas como ferramentas para construção de vínculos políticos. Podemos considerar, desta forma, o *Mutirão Contra a Fome* como um desdobramento dessas projeções iniciais.

Nos próximos dois capítulos, abarcaremos com maior profundidade a influência das trajetórias específicas e das identidades coletivas de três organizações (Movimenta Caxias, Coletivo Terra e MPA-RJ) na construção dos dois arranjos de campanha. Com este intuito, primeiro analisaremos os caminhos dos alimentos produzidos, comprados e doados, para depois investigarmos os fluxos de dinheiro que permitiram a realização das campanhas. Paralelamente, veremos como esses fluxos materiais (de alimentos e dinheiro) são informados e contextualizados pelos diferentes enquadramentos produzidos pelos movimentos sociais organizados, conferindo às campanhas sentidos políticos específicos sobre a solidariedade.

¹⁸⁵ O termo “xepa” se refere ao que não se conseguiu vender na feira ou aos alimentos ainda restantes, pelos quais tradicionalmente os feirantes oferecem promoções consideráveis.

CAPÍTULO III

ARRANJOS DE CAMPANHA: CONECTANDO PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E TERRITÓRIOS ATRAVÉS DOS ALIMENTOS

Nos dois capítulos iniciais, descrevemos com detalhes os eventos presenciados durante a pesquisa de campo, assim como apresentamos e discutimos alguns elementos que emergiram em conversas informais e nas entrevistas semiestruturadas realizadas, elementos que julgamos importantes para a compreensão das campanhas de solidariedade coordenadas pelos dois movimentos sociais organizados: Movimenta Caxias e Movimento dos Pequenos Agricultores.

Neste terceiro capítulo, investigaremos a origem de parte dos alimentos distribuídos e os caminhos percorridos por eles em cada um dos dois arranjos, focalizando principalmente aqueles apresentados como orgânicos e/ou agroecológicos pelas coordenações das campanhas. Um ponto fundamental em nossa análise é o fato de que, apesar de terem sido doados às famílias beneficiárias, os alimentos foram antes comprados dos supermercados e dos agricultores, isto é, os arranjos combinam doações com transações comerciais, ambas mediadas pelas coordenações.

Diante do exposto, começamos agora a responder duas de nossas perguntas iniciais: *quais foram os papéis atribuídos aos alimentos nas duas iniciativas e de que modo estes papéis contribuíram para a configuração de arranjos de campanha diferentes?* Os relatos etnográficos nos mostraram que as duas campanhas foram organizadas a partir de redes de associativismo, em que os recursos arrecadados foram utilizados na compra de alimentos para a distribuição em favelas e bairros periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, as duas campanhas foram justificadas pela necessidade de combate à fome durante a pandemia de Covid-19, objetivo que dependia da solidariedade de todos os envolvidos: doadores, voluntários, agricultores, militantes e demais simpatizantes.

No entanto, apesar de as duas iniciativas terem distribuído alimentos orgânicos e agroecológicos, o Movimenta Caxias também doou cestas básicas e, numa segunda fase, as substituiu por cartões de alimentação. O que isso nos informa sobre os papéis atribuídos aos alimentos em cada uma das campanhas? Quais foram as prioridades estratégicas conferidas aos alimentos em cada arranjo? Aplacar a fome das famílias beneficiárias, fomentar a produção dos pequenos agricultores ou os dois juntos? Quais são as conexões entre as duas propostas e quais são seus limites?

Um de nossos argumentos é de que as duas campanhas assumiram clara conotação política, mas de que forma isso se materializou nos dois arranjos? Será que os alimentos e os vínculos interpessoais foram agenciados da mesma forma pelos dois movimentos sociais organizados? Como explicar suas diferenças, porém sem perder de vista as convergências materiais e simbólicas encontradas ao longo da pesquisa, e que nos inspiraram a estabelecer um diálogo entre as campanhas?

Em nossa primeira aproximação à questão, nos dedicaremos aos alimentos e às pessoas e organizações responsáveis por produzir, armazenar, transportar e distribuí-los. Com este objetivo, investigaremos os vínculos políticos e econômicos estabelecidos entre os produtores, os coordenadores e os donatários, vínculos que permitiram a circulação dos alimentos entre os mais diversos territórios acessados pelas duas campanhas.

Em cada uma, o desenho dos arranjos assumiu características específicas, às quais nos dedicaremos partindo da hipótese de que ambos são influenciados pelas trajetórias anteriores do MPA-RJ, do Movimenta Caxias e do Coletivo Terra, assim como pelos repertórios de ação coletiva reconhecidos e exercitados por seus militantes. Por que MPA e Movimenta Caxias incorporaram os alimentos e a fome como bandeiras de luta? As campanhas de doação de

alimentos já faziam parte de seus repertórios de ação conhecidos? De que modo estas campanhas foram convertidas em ferramentas de reivindicação coletiva e que demandas coletivas foram feitas através delas?

Além disso, devemos ter sempre em mente que as duas experiências estiveram conectadas, tanto no que diz respeito às pessoas e recursos, como também aos enquadramentos e narrativas agenciados sobre a pandemia e sobre o sentido de suas ações. Dito isso, como estas conexões foram estabelecidas, que tipo de influências cada uma das organizações exerceu sobre as outras e que conclusões podemos tirar quando colocamos as duas experiências em perspectiva?

Da lente de análise pela qual observamos as duas campanhas, o principal elo de conexão entre elas foram os alimentos agroecológicos produzidos por pequenos agricultores vinculados ao Coletivo Terra e ao MPA-RJ, de modo que precisaremos entender em que bases esses vínculos foram construídos. Em seguida, estenderemos a análise aos alimentos classificados como orgânicos e, por fim, à proposta do Movimenta Caxias de também distribuir cestas básicas com alimentos convencionais e cartões de alimentação.

Com isso, teremos os elementos para discutir os papéis dos alimentos nos dois arranjos, tanto no que diz respeito aos objetivos pragmáticos de combater a fome e remunerar agricultores, distribuidores e demais trabalhadores, quanto no que se refere às denúncias publicizadas através das campanhas e as performances por meio das quais os militantes e ativistas procuraram revelar seus pontos de vista, incidindo assim nas diversas arenas públicas que se formaram em torno dos problemas sociais que emergiram na pandemia e daqueles previamente existentes.

3.1. O assentamento Terra Prometida, o Coletivo Terra e a agroecologia

Para entendermos o formato do arranjo criado pelo Movimenta Caxias, assim como os vínculos estabelecidos entre as duas campanhas, será preciso analisar a participação central do Coletivo Terra. Para os fins desse estudo, consideramos a organização um caso exemplar da diversidade de iniciativas que a agricultura camponesa tem experimentado nos últimos anos, através da parceria com outros setores da sociedade, em particular com consumidores urbanos.

No primeiro capítulo, apresentamos sucintamente o Coletivo, conferindo maior atenção à sua participação na campanha coordenada pelo Movimenta Caxias. Naquele momento, meu primeiro contato se deu através de Cosme Henrique, um dos principais articuladores políticos da organização e responsável direto por suas ações comerciais. Da mesma conversa ocorrida no Galpão Gomeia, transcrevo um trecho de meu caderno de campo:

Cosme disse que o Assentamento Terra Prometida tem cerca de 60 famílias, mas que somente 20/25 participam do Coletivo Terra, cujo número de membros flutua de acordo com a conjuntura (“quando a grana aperta, mais gente se junta em coletivo”). Além do pessoal do Terra Prometida, o coletivo agrega outros pequenos agricultores da região, de forma que novos proponentes são visitados em suas terras para observar a produção e negociar os preços.

- Se o cara vende a abobrinha a um real pro mercado, que vai revendê-la a quatro reais, a gente chega e oferece três reais direto pra ele, porque organizados assim, conseguimos melhores preços. Mas também negociamos quando achamos que o cara tá cobrando caro demais, afinal a gente também é produtor.

Falou também do processo de formação dos preços, que pode ser bem diverso. Às vezes, é negociado individualmente com o agricultor, às vezes é estabelecido em reuniões. Os produtos mais tradicionais costumam ter um

preço já consensual, mas em geral são todos melhores do que os oferecidos pelos mercados convencionais.

Toda quarta-feira eles organizam a entrega para o MPA, assim como às sextas-feiras entregam para a Rede Ecológica (iniciando a montagem das cestas bem cedo pela manhã, e as entregas às 14h). Além disso, vendem também para o Movimento Caxias, para o Clube Orgânico e outras organizações, com fins lucrativos ou não.

Em primeiro lugar, Cosme não é apenas agricultor. cursou graduação e pós-graduação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e em nossa conversa demonstrou ter amplo conhecimento prático e científico sobre manejo agrícola, fatores de produção e estratégias de comercialização. Além disso, tem facilidade com a oratória, provavelmente devido aos anos dedicados à militância em movimentos sociais organizados, em particular junto ao MST.

O Coletivo Terra é composto por pequenos agricultores que se identificam como produtores agroecológicos. Em sua maioria, residem e produzem no assentamento Terra Prometida, localizado no bairro do Amapá, região na linha de fronteira entre os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Ao longo de dez anos de luta itinerante, as famílias sem-terra foram deslocadas pelo poder público de seu acampamento inicial, no município fluminense de Miguel Pereira, para o bairro de Santa Cruz, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. De lá, foram novamente expulsos após um acordo do Governo Estadual para a instalação do complexo fabril da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), sendo remanejados para a região alagadiça e de difícil acesso onde hoje estão instalados.

Em 2009, enfim conquistaram o reconhecimento jurídico do assentamento junto ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), que desapropriou as terras antes pertencentes às fazendas JR e Paraíso, na região de Tinguá (Nova Iguaçu), e à Fazenda Sempre Verde, em Duque de Caxias¹⁸⁶.

Inicialmente, o assentamento foi uma conquista liderada pelo MST, mas que, segundo alguns assentados com os quais pude conversar, perdeu sua influência sobre a maior parte das famílias nos anos subsequentes. Ao longo deste processo, muitos dos atuais membros do Coletivo Terra também se desligaram da organização, incluindo Cosme.

Durante os anos de ocupação, a mobilização coletiva dos acampados esteve direcionada preferencialmente ao Estado, uma vez que procuravam assegurar a posse e a titulação da terra, assim como os recursos necessários para viabilizar sua permanência e a aplicação do Plano de Manejo do assentamento. Uma vez instalados e reconhecidos em seu direito, muitos assentados se voltaram para o mercado, dedicando-se à produção de alimentos em seus lotes.

Todavia, a pequena escala de sua produção e a opção pelo não uso de insumos industriais dificultavam sua comercialização pelos canais tradicionais, de modo que algumas famílias decidiram se organizar coletivamente para buscar alternativas mais rentáveis. Ao mesmo tempo, muitos de meus interlocutores afirmaram ter ‘bicos’ nas cidades do entorno, de modo a garantir uma renda mínima.

O acesso aos mercados tem sido considerado por pequenos produtores, pesquisadores e entidades parceiras um dos maiores gargalos para a agricultura familiar brasileira¹⁸⁷ (DELGADO, 2017; SCHNEIDER, 2016; WILKINSON, 2008). Nesse sentido, ao longo da

¹⁸⁶ A dissertação de Laila Coelho (2009) tem como objeto de análise a trajetória política da luta pela formalização do assentamento Terra Prometida.

¹⁸⁷ Como vimos nos capítulos anteriores, este é o diagnóstico tanto dos membros do Coletivo Terra quanto dos militantes do MPA.

última década os produtores “cooperados”¹⁸⁸ do Coletivo Terra começaram a se articular com movimentos sociais organizados, associações de consumidores, organizações não-governamentais e empresas para viabilizar a comercialização através de canais alternativos, em particular as cestas por encomenda.

Ainda que muitos deles tenham sua produção certificada como orgânica, o formato de organização coletiva e sua concepção de como deve ser a relação com os mercados os insere dentro do movimento agroecológico, cujos ativistas estão preocupados não somente com os aspectos ecológicos ou com a saudabilidade dos alimentos, mas também com as condições sociais de sua produção e distribuição (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

De todo modo, ao longo dos anos, os agricultores vinculados ao Coletivo Terra experimentaram diversos canais de comercialização, alguns deles tendo influenciado o desenho dos arranjos de campanha que são objeto desta pesquisa.

3.2. Porteira, feiras, cestas e ONGs: a diversidade de canais de comercialização.

A partir de minhas conversas com Cosme Henrique, pude constatar que os atuais membros do Coletivo Terra atuam juntos há muitos anos, embora o formato atual de organização e o seu nome tenham ganhado corpo apenas em 2017. Desde que o acampamento foi deslocado para a Baixada Fluminense, seus associados passaram a distribuir sua produção por um conjunto bem diverso de canais de comercialização — alguns deles já inativos —, os quais apresentaremos na Tabela 7, a seguir:

Tabela 7. Coletivo Terra: canais de comercialização

Canal de Comercialização	Características
Porteira	Quando o cliente compra diretamente na propriedade
Feira Estadual da Reforma Agrária	Organizada semestralmente pelo MST no centro do Rio de Janeiro
Feira agroecológica de Duque de Caxias	Organizada mensalmente no centro da cidade
PAA	Contratos via prefeitura de Duque de Caxias
Raízes do Brasil	Comprado e revendido pelo MPA-RJ
Rede Ecológica	Comprado diretamente pela associação de consumidores
Clube Orgânico	Comprado e revendido pela empresa privada
ONGs	Comprados via projetos sociais
Movimenta Caxias	Comprados via recursos da campanha de solidariedade
Instagram	Comercializados diretamente

Fonte: entrevista realizada com Cosme Henrique

Estes canais comportam diferentes modos de distribuição: direto na propriedade, em feiras, em cestas por encomenda ou por meio de políticas públicas em que o Estado compra dos agricultores e redistribui gratuitamente os alimentos para grupos específicos (modalidade conhecida pelo nome de compras institucionais). Nos diferentes canais, podem ser utilizados meios públicos ou privados: como os contratos via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou as vendas para empresas (Clube Orgânico), ONGs (em projetos da CEM¹⁸⁹ e da AS-PTA,

¹⁸⁸ O termo é usado pelos assentados quando se referem aos associados do Coletivo Terra, assim como se referem ao espaço físico da associação como “cooperativa”. Uma de suas lideranças me relatou que, em anos anteriores, o coletivo tentou formalizar uma cooperativa, mas não obtiveram sucesso devido à burocracia e a limitações práticas deste modelo de associativismo para o caso deles.

¹⁸⁹ Trataremos desta organização mais adiante.

por exemplo), movimentos sociais organizados (MPA e Movimenta Caxias) e associações de consumidores (Rede Ecológica¹⁹⁰).

Algumas modalidades podem ser consideradas de venda direta (na porteira, nas feiras e no Instagram) ou intermediadas por organizações de diferentes naturezas: empresas, cooperativas, associações e instituições públicas. Além disso, a depender do canal de distribuição, podem ter como destino final consumidores de diferentes faixas de renda, assim como o alimento pode ser adquirido mediante relações de compra e venda ou por meio de doação.

A classificação dos canais como de venda direta ou com a participação de intermediários, ou ainda como direcionados ao Estado, às ONGs ou ao mercado, dialoga com uma literatura contemporânea¹⁹¹ sobre a construção de circuitos de comercialização para a agricultura familiar (DAROLT, 2013; DAROLT et al, 2016; SCHNEIDER, 2016). Em geral, alega-se que uma maior aproximação entre produção e consumo pode ser benéfica aos dois lados da transação, uma vez que a eliminação de intermediários permitiria a redução dos custos de comercialização e, conseqüentemente, a prática de preços mais justos, o que parece ser a percepção dos associados com os quais conversei.

Na época da pesquisa, por exemplo, os preços dos alimentos eram diferentes em cada modalidade de comercialização. Segundo Cosme, o preço mais baixo era pago por quem comprasse na porteira, uma vez que eliminava custos como o de transporte e comunicação. Um pouco acima estariam os projetos sociais de ONGs, que dependiam de recursos escassos e, por isso, muitas vezes precisavam negociar valores mais baixos com os agricultores para que fosse atingido o número previsto de famílias.

No caso das feiras, conseguia-se um bom preço por unidade, mas Cosme não as enxergava com bons olhos por conta das incertezas envolvidas¹⁹²: se haveria público, se iria fazer sol ou chuva, se não haveria perdas na produção e desperdícios na distribuição.

- É como levar a produção para a loteria — disse-me ele, uma vez — Nunca se sabe o quanto vai vender; às vezes não paga nem o aluguel da barraca.

Para ilustrar essa constatação, relatou-me a experiência que tivera na construção de uma feira agroecológica no centro de Caxias, em que a barraca que mais vendia era da esposa de um agricultor, que preparava lanches e bebidas produzidas com ingredientes industriais comprados em supermercados. As barracas de hortaliças pouco vendiam, inclusive a de seu marido, que depois de muito resistir, teria decidido por abandonar a feira.

Por esses motivos, os membros do Coletivo consideravam as cestas por encomenda o canal com melhor retorno econômico. No entanto, devemos levar em consideração a importância das feiras como espaço de encontros e trocas, já que foi justamente numa Feira Estadual da Reforma Agrária, em 2011, que alguns de seus membros tiveram o primeiro contato com a Rede Ecológica¹⁹³. A organização, retratada por Cosme como uma cooperativa de consumidores da capital fluminense, foi considerada a responsável por apresentar o modelo de cestas ao Coletivo.

¹⁹⁰ Associação de consumidores que organiza a compra coletiva e a distribuição de cestas agroecológicas em seis bairros da cidade do Rio de Janeiro, além de atuar também nos municípios de Niterói, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias. Mais informações disponíveis em seu site: <<http://redeecologicario.org/>>. Acessado em: 28 ago. 2020.

¹⁹¹ Esta literatura foi apresentada, em linhas gerais, na Introdução.

¹⁹² Esta opinião foi reiterada por diversos interlocutores durante a pesquisa, incluindo Leile Teixeira e Beto Palmeira, do MPA-RJ.

¹⁹³ Associação de consumidores que organiza a compra coletiva e a distribuição de cestas agroecológicas em seis bairros da cidade do Rio de Janeiro, além de atuar também nos municípios de Niterói, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias. Mais informações disponíveis em seu site: <<http://redeecologicario.org/>>. Acessado em: 28 ago. 2020.

No segundo mandato do Lula, nós viemos pra cá [assentamento Terra Prometida] (...) No primeiro mandato da Dilma, a Rede Ecológica procurou a gente pra conversar, em 2011, acho... fala da importância de comprar dos assentados e, como nós somos próximos do Rio, queriam comprar da gente. A Miriam, a Tânia e o Antunes que vieram, fizeram a reunião com a gente. E nós passamos a vender pra Rede Ecológica (Entrevista com Cosme Henrique, 28 set. 2020).

A partir de então, o Coletivo Terra foi adquirindo *expertise* na modalidade, até que resolveram adotá-la também nas vendas via Instagram¹⁹⁴, iniciadas logo antes da pandemia. Para Cosme, tratava-se do canal mais vantajoso, já que nele se atingia consumidores de classe média e alta na cidade do Rio de Janeiro. Além de seu maior poder aquisitivo, as encomendas permitiam aos agricultores colherem apenas o que seria de fato vendido, com isso reduzindo as perdas. Por outro lado, neste caso os produtos são vendidos sem a mediação de outra organização, o que lhes confere maior autonomia na formação dos preços¹⁹⁵.

Dentre todos estes canais, apenas dois combinavam, antes da pandemia, transações comerciais com doações: os contratos via PAA e os projetos sociais das ONGs. Entretanto, nenhum dos dois garantia regularidade suficiente para que pudessem se planejar financeiramente.

Com relação ao primeiro, Cosme me deu relatos de três acordos firmados com a prefeitura de Duque de Caxias para a compra dos alimentos via mercados institucionais. No entanto, os contratos estiveram envoltos em vários problemas, inclusive com denúncias de ‘calote’¹⁹⁶ em pagamentos devidos pelo governo, de modo que os assentados teriam desistido de participar destes canais¹⁹⁷.

No que diz respeito às ONGs, as parcerias têm se mostrado mais proveitosas. Uma das iniciativas é junto ao Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM)¹⁹⁸, que atua no Complexo da Penha, região norte da capital do Rio de Janeiro. Esta organização, por sua vez, vinha atuando junto à Rede Ecológica na distribuição de alimentos agroecológicos durante a pandemia, mas num formato diferente do Movimenta Caxias e do MPA-RJ: montavam uma grande banca de feira em um ponto específico da favela, onde as pessoas podiam escolher os alimentos que desejassem levar¹⁹⁹.

Dentro da perspectiva dos circuitos de proximidade, o único canal que destoava dos demais era o do Clube Orgânico. De acordo com um dos agricultores vinculados ao Coletivo,

¹⁹⁴ Em seu perfil no Instagram, o Coletivo Terra se apresenta como um “Coletivo de Comercialização de Produtos Agroecológicos localizado em Duque de Caxias”. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivo.terra/>. Acesso em: 21 out. 2021.

¹⁹⁵ O perfil do Instagram também era utilizado para divulgação das ações e princípios políticos do Coletivo, de modo que as redes sociais se configuram como arenas públicas em que a organização apresentava seus enquadramentos. No entanto, em sua dimensão prática, o uso do Instagram parecia assumir um caráter mais comercial do que propriamente político, em parte devido ao uso de uma linguagem similar ao de outros perfis empresariais dedicados à venda de cestas por encomenda.

¹⁹⁶ Expressão popular para um acordo não cumprido, em que o pagamento não é feito mesmo depois de o produto ou serviço ter sido entregue.

¹⁹⁷ Em outubro de 2021, portanto mais de um ano após a entrevista com Cosme, recebi a informação de que o Movimenta Caxias teria auxiliado no processo de formalização do Coletivo Terra enquanto cooperativa, para que assim possam novamente disputar recursos públicos.

¹⁹⁸ Mais informações em: <https://www.facebook.com/CEMIntegracaoNaSerra/>. Acesso em: 08 jul. 2021.

¹⁹⁹ Informações retiradas de conversas informais com interlocutores que participaram das ações na Penha. Este modelo foi utilizado pelo MPA no evento do Dia Mundial da Alimentação, na favela da Rocinha, conforme relatado no segundo capítulo. Para um diálogo interessante entre a experiência do MPA e outras campanhas similares durante a pandemia, ver o debate “Soberania alimentar em tempos de pandemia”, realizado durante a 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da Fiocruz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ButPWNo28NU>. Publicada em: 7 out. 2021. Acesso em: 8 out. 2021.

que já havia fornecido à empresa em outras ocasiões, os baixos preços pagos aos agricultores não condiziam com os valores cobrados no *site* aos consumidores, demonstrando a existência de uma alta taxa de lucros — o que fazia com que a empresa fosse vista como uma “atravessadora”²⁰⁰.

Por fim, o Raízes do Brasil também pagava, segundo Cosme, um valor abaixo das vendas via Instagram, mas ainda assim era considerado um bom preço. Independentemente disso, a opção por fornecer ao MPA-RJ extrapolava os interesses econômicos do Coletivo Terra: era uma forma de fortalecer a organização, considerada uma aliada política nas lutas dos movimentos camponês e agroecológico. Não à toa, foram os primeiros a serem lembrados durante a campanha do Movimenta Caxias.

3.3. O convite ao MPA-RJ e os novos vínculos com a APROLUC

As informações apresentadas na seção anterior deixam claro de onde veio a proposta de distribuir, durante a pandemia, alimentos agroecológicos no formato de cestas para as famílias beneficiárias pela campanha organizada pelos militantes do Movimenta Caxias e demais ativistas. A *expertise* adquirida pelo Coletivo Terra ao longo de uma década foi fundamental para a construção da logística de distribuição, garantindo que os produtos chegassem com boa qualidade aos territórios de entrega. Desse modo, observamos o aprendizado de um formato de ação de uma organização por outra, que passou a incluí-la em seu próprio repertório de ações coletivas.

Todavia, como relatamos no segundo capítulo, o Coletivo Terra não tinha condições para suprir a demanda de alimentos exigidos pela campanha do Movimenta Caxias, uma vez que esta iniciativa atingiu uma capilaridade impressionante. Mais uma vez pensando em termos dos repertórios de ação, a campanha de doações combinou formatos das duas organizações: as cestas por encomenda do Coletivo Terra e a articulação em redes territoriais do Movimenta Caxias. No entanto, as duas não eram totalmente compatíveis em termos de escala, de modo que a coordenação da campanha teve que fazer ajustes para atingir seus objetivos.

Diante dessa dificuldade, o Coletivo Terra optou por convidar o MPA-RJ para compor as cestas agroecológicas especificamente com hortaliças, já que são alimentos de menor produtividade no assentamento²⁰¹. O convite não se deu por acaso: há anos que as duas organizações são parceiras comerciais, na medida em que diversos produtos do Coletivo Terra são revendidos através do Raízes do Brasil²⁰².

Se a parceria já data de alguns anos, a campanha coordenada pelo Movimenta Caxias contribuiu para o fortalecimento desses laços, uma vez que garantiu a permanência do Coletivo Terra dentro do arranjo, assim como ampliou a escala de vendas do MPA-RJ durante a pandemia²⁰³. Por outro lado, os vínculos entre as duas organizações eram também relações interpessoais: meu principal interlocutor em cada uma delas — Beto Palmeira, no MPA, e Cosme Henrique, no Coletivo Terra —, eram conhecidos de longa data. Haviam estudado juntos na Paraíba antes de se reencontrarem, em 2010, em Campos dos Goytacazes, na região norte fluminense.

²⁰⁰ Termo utilizado recorrentemente por agricultores para designar os compradores que vêm à porteira para revender seus produtos em outros locais. É comum que o termo tenha uma carga pejorativa por conta dos baixos preços oferecidos.

²⁰¹ A região serrana é a principal responsável pelo abastecimento de hortaliças para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PALM, 2021), enquanto a Baixada Fluminense é mais especializada na produção de tubérculos e leguminosas.

²⁰² Os produtos variam de acordo com os pedidos, mas costumam incluir ovos e banana, além de alguns tubérculos.

²⁰³ No Capítulo 2, vimos como o número de clientes e de pedidos de cestas por encomendas cresceu abruptamente logo nos primeiros meses da pandemia.

Aconselhado por Cosme, naquela época militante do MST, Beto decidiu se deslocar para a Baixada Fluminense, onde parecia haver melhores oportunidades de organização dos pequenos agricultores: apesar da grande densidade urbana de seus municípios, a região é conhecida por seu longo passado de lutas camponesas²⁰⁴. É nesse período que se inicia a atuação do MPA no estado do Rio de Janeiro, que, posteriormente, desembocaria nas estratégias de comercialização descritas no capítulo anterior.

Na mesma época, Cosme, que nasceu no município de Nova Iguaçu, também regressou à Baixada Fluminense, mais especificamente para assumir um lote no assentamento Terra Prometida, onde hoje atua junto ao Coletivo Terra. Beto, por sua vez, possui um sítio bem próximo ao local, de modo que, além de companheiros de luta, os dois são também vizinhos.

Da mesma forma, se Cosme foi por muitos anos um ‘acampado’²⁰⁵ e é, atualmente, um assentado da reforma agrária — e nesta condição já compôs os quadros políticos do MST —, Beto tem uma pequena terra particular, depois de ter crescido numa comunidade camponesa no interior da Bahia; e assim se apresenta como membro do MPA. Vemos, portanto, como os vínculos comerciais são revestidos de um caráter político que coloca em constante diálogo as identidades e as ações coletivas das duas organizações.

Assim como o Coletivo Terra, nos anos anteriores o MPA-RJ também vinha investindo na modalidade de cestas por encomenda. Entretanto, apostava ainda nas feiras semanais em diversos bairros, entendendo-as como um importante espaço de encontro entre produtores, consumidores e seus militantes, o que contribuiria para conferir maior visibilidade às ações do Movimento e às suas pautas políticas. Nesse aspecto, podemos afirmar que a comercialização de alimentos por meio de dinâmicas de movimentos sociais tem o intuito de agregar valor político a eles, afinal, para o MPA, “comer é um ato político”.

Isso está de acordo com parte da literatura especializada que considera que a construção desses canais também é benéfica pela possibilidade de agregar valores extraeconômicos aos produtos e às transações (sejam eles políticos, ecológicos ou geográficos), como parte integrante de processos de construção social de mercados. Em artigo que analisa as interfaces entre as experiências coletivas de agroecologia e os empreendimentos de economia solidária, por exemplo, Schmitt e Tygel (2009, p. 122) defendem que:

A redução da dependência em relação ao mercado de insumos, decorrente dos métodos de manejo empregados, precisa caminhar passo a passo com um esforço de construção de mercados cujas características permitam potencializar a incorporação de princípios ecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas e à estrutura e funcionamento dos circuitos de distribuição dessa produção.

A construção desses novos mercados²⁰⁶ estaria ancorada na qualidade diferenciada dos produtos e no desenvolvimento de relações de confiança entre os diversos agentes (CASSOL;

²⁰⁴ Diversos estudos abordam as diferentes épocas da luta camponesa na região: Alentejano (2003); Grynzspan (1987); Medeiros (2018); Pureza (1982).

²⁰⁵ Termo utilizado pelos militantes dos movimentos sociais de luta pela terra mobilizados em acampamentos. Um acampamento pode estar localizado em uma área que se pretende que seja desapropriada, na beira de uma estrada, em um prédio público. Autores como Sigaud, Rosa e Macedo (2008) interpretam a forma acampamento, com suas barracas de lona preta e símbolos de luta, como uma linguagem que explicita um conflito entre os acampados e o Estado e que tem como um de seus eixos estruturantes a demanda por terras. para designar aqueles que estão ocupando uma propriedade para fins de expropriação.

²⁰⁶ Uma das lentes de análise utilizadas na compreensão destas novas redes e circuitos é a da autointitulada “nova sociologia econômica” que, a partir de conceitos como *embeddedness* (POLANYI, 1944; GRANOVETTER, 1985) e redes sociais (GRANOVETTER, 1973; WILKINSON, 2008), procura demonstrar como todo mercado é uma construção social ancorada em valores e relações sociais, culturais, morais e/ou políticas (GRANOVETTER, 1992; RAUD-MATTEDI, 2006; ZELIZER, 2011).

SCHNEIDER, 2017), pautando-se mais por interações personalizadas²⁰⁷ do que por relações padronizadas de caráter estritamente mercantil, e por isso muitas vezes são anunciadas como redes alimentares alternativas ao sistema hegemônico capitalista de produção, distribuição e consumo (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012).

Desse modo, quando o MPA-RJ entrou em contato com Rosana, na serra de Teresópolis, para incluir a APROLUC nos circuitos comerciais do Raízes do Brasil, desde o início as conversas assumiram forte teor político e as relações foram imbuídas de dinâmicas específicas de movimentos sociais. Não se trata apenas de escoar a produção de alguns pequenos agricultores, mas também de servir de exemplo aos demais produtores da região, assim como de agregar valor aos alimentos que serão distribuídos aos consumidores urbanos.

Nas interações com os produtores, são ressaltados os valores positivos da organização coletiva para a conquista de maior autonomia frente aos mercados convencionais, assim como são afirmados os ganhos em saúde ao se adotar a produção de base agroecológica. Nas interações com os consumidores, é reforçado o caráter camponês da produção, assim como suas qualidades nutritivas e ecológicas. Além disso, é sempre explicitada a origem dos alimentos (a família, associação ou cooperativa produtora), sendo que, no caso das hortaliças, é ressaltado ainda o fato de serem produtores locais.

Com a chegada da pandemia, a novidade esteve justamente na destinação de parte da produção para as doações, seja através do Movimenta Caxias e Coletivo Terra, seja por meio da campanha do *Mutirão Contra a Fome*. Desde o princípio, Rosana foi avisada sobre a proposta de distribuir os alimentos para famílias fixas em diversas favelas da capital do estado, assim como do foco dado à qualidade dos alimentos, em detrimento dos produtos convencionais encontrados nos supermercados.

Por sua vez, Rosana e seu marido também organizaram, em duas oportunidades, entregas de produtos da APROLUC para a Fundação Banco do Brasil (FBB), a serem distribuídos em favelas de Teresópolis. Em conversa em sua propriedade, ela me contou como esse modelo era diferente dos propostos pelo MPA-RJ e pelo Movimenta Caxias: além de terem feito apenas uma entrega por ano, a quantidade de produtos reduziu pela metade entre uma e outra, uma vez que o valor disponibilizado era exatamente o mesmo, sem correção da inflação que vem aumentando assustadoramente. Além disso, não haveria esforço, por parte da Fundação, em construir vínculos de longo prazo com os agricultores.

A Fundação Banco do Brasil é, assim como o Instituto Unibanco, uma organização do Terceiro Setor vinculada a um grande banco nacional (mas, diferentemente do Itaú Unibanco, o Banco do Brasil é um banco estatal), que destinou grande volume de recursos para doação de alimentos em todo o país e, em alguns casos, os recursos serviram ao fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, a forma e os objetivos com os quais essas duas instituições encaram esse tipo de financiamento parece ser diferente daquela defendida pelas coordenações das duas campanhas que estamos acompanhando, o que ficará mais explícito no quarto capítulo.

Se olharmos pela perspectiva econômica, o MPA-RJ abriu quatro novos canais de comercialização para Rosana: as feiras, as cestas e as duas campanhas de doação. Entretanto, a forma como a parceria foi construída provocou ressonâncias em outros canais utilizados anteriormente por ela, em particular naquele responsável por sua maior fonte de renda: o turismo rural. Rosana e Pinheiro recebem semanalmente ônibus de turistas vindos das cidades de Nova Friburgo e Teresópolis, que não apenas conhecem sua propriedade, como também almoçam e visitam sua horta, de onde saem todos os ingredientes da refeição preparada por eles.

²⁰⁷ Nos casos em que não é possível a interação direta entre produtores e consumidores, os selos de denominação de origem ou os processos de certificação têm sido utilizados para identificar a origem dos produtos (WILKINSON, 2008).

Desde a parceria feita com o MPA-RJ, cada vez mais Rosana incorpora, em seus discursos, temáticas referentes à agroecologia e à reforma agrária: apesar de praticar a agricultura orgânica em suas terras há muitas décadas, não enxergava seu trabalho com o olhar político que hoje tem. Certa vez, ela brincou com o incômodo de alguns turistas urbanos ao perceberem que ela usava um boné vermelho do MPA: “se estão na minha terra, vão ter que aturar”. Esse fato mostra como a pretendida reconexão entre rural e urbano através dos alimentos muitas vezes extrapola as pretensões iniciais, ainda mais quando às transações econômicas são agregados valores políticos.

3.4. Soberania alimentar e combate à fome: sociedade civil, mercados e políticas públicas

Embora a construção de redes alternativas e circuitos curtos de comercialização pareça promissora para organizações de pequenos agricultores agroecológicos, as repercussões dessas iniciativas sobre as grandes questões sociais como a fome e a soberania alimentar ainda parece ser muito pequena. Como vimos, mesmo a campanha organizada pelo Movimenta Caxias, que atingiu um volume e uma escala geográfica sem precedentes para muitos dos atores envolvidos, não foi capaz de abastecer inteiramente nenhum dos territórios acessados ao longo dos três meses de atividade.

Menos incidência ainda teve a campanha coordenada pelo MPA-RJ, que atingiu um público consumidor muito menor e pouco reflexo teve no conjunto das dinâmicas sociais dos territórios acessados, apesar dos avanços em termos de articulação política e de divulgação das atividades da organização e das pautas políticas dos movimentos sociais aos quais ela está associada. Nos dois casos, é preciso ainda ressaltar que são campanhas, por definição, com prazos e abrangência determinados, mesmo com todas as incertezas decorrentes da pandemia. Não podemos falar, portanto, em estratégias de abastecimento, já que em nenhum momento se garantiu qualquer regularidade ou efetividade no fornecimento de alimentos.

Por isso, embora fossem anunciadas como campanhas de combate à fome, nenhuma das duas coordenações acreditava que estaria resolvendo esse grave problema social. Para os diversos interlocutores com os quais me relacionei ao longo da pesquisa, problemas públicos como esses devem ser endereçados ao Estado, única instituição capaz de organizar e planejar o abastecimento alimentar de todo o país e garantir escala e estabilidade aos pequenos agricultores.

Entretanto, na ausência do Estado, a sociedade civil deve fazer a sua parte, em especial os movimentos sociais organizados, por menor que ela seja. Nesse sentido, podemos dizer que o próprio ato de doação, com seus formatos de comunicação oral e visual, com a seleção e destaque de moradores locais alçados à posição de lideranças ou de mediadores, com o uso de estabelecimentos locais para a armazenagem dos alimentos e reunião dos beneficiários segundo rituais de registro e de espera, de trocas de informações e de afetos, são elementos constituintes das ações performáticas dos militantes e voluntários, com as quais procuram chamar a atenção das audiências locais para problemas sociais mais amplos e complexos que a imediatez da fome.

Desse modo, as campanhas de doação de alimentos são tratadas como emergenciais, mas os alimentos distribuídos são utilizados também como instrumentos de divulgação de suas narrativas sobre a política dos alimentos que julgam ser a mais adequada, o que inclui tanto as dificuldades na produção e distribuição quanto as desigualdades no acesso aos alimentos. Isto é, são formas de incidência dos movimentos sociais nas arenas públicas, o que é feito a partir de enquadramentos forjados nas trajetórias e identidades coletivas específicas de cada organização, mas que nesse momento convergem em torno do *master frame* do combate à fome (SNOW, 1992; 2004).

É nesse sentido que o MPA e o Coletivo Terra, por exemplo, incorporam a temática da soberania alimentar²⁰⁸, entendendo-a como parte de um longo processo histórico de articulação entre a questão agrícola e a questão alimentar. De acordo com a dissertação elaborada por Silvio Porto (2014), que foi também diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e responsável direto pela implementação de políticas públicas no setor:

O debate que vincula a questão alimentar e agricultura familiar e camponesa inicia-se com Josué de Castro, passa pelas lutas das Ligas Camponesas, em defesa da reforma agrária, foi revigorado por meio das lutas dos movimentos sociais, sindical (Central Única dos Trabalhadores - CUT) e religioso (Teologia da Libertação), nos anos 1980 e 1990. Encontrou ressonância em âmbito de partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), permeou as iniciativas da sociedade civil, como a da Ação da Cidadania, Contra a Fome a Miséria e pela Vida (p. 118).

Partindo do argumento de que quem produz os alimentos da dieta básica brasileira não é o agronegócio, mas os pequenos agricultores, avalia-se que este setor deve ser incentivado por políticas públicas que garantam a compra de sua produção e a distribua gratuitamente nos equipamentos públicos de todo o país. Por isso, o MPA atuou em favor de políticas públicas criadas ou modificadas a partir da eleição de Lula da Silva, em particular o Programa de Aquisição de Alimentos e a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De acordo com Silva (2014b):

O PNAE, de responsabilidade do MEC, consiste em uma política pública que existe desde os anos 1950. Ele visa fornecer alimentação às crianças matriculadas em escolas públicas, cumprindo papel central no acesso à alimentação por uma parcela vulnerável e numericamente expressiva da população. Embora seja uma ação antiga, sempre esteve refém da orientação econômica dos governos para a definição de sua abrangência e volume de recursos. Desde o governo Collor, os recursos para esse programa foram decaindo, e as compras ficavam cada vez mais a cargo de grandes empresas industriais de produtos alimentícios, eliminando por meio de processos licitatórios burocráticos e complexos a possibilidade de agricultores locais poderem vender diretamente para as secretarias municipais de educação (...).

Com relação ao PAA, alguns autores ressaltaram o papel das redes associativas na formulação e execução dos projetos financiados pelo programa, em particular naqueles inseridos na modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação). De acordo com a linha de análise que estamos adotando em nossa pesquisa, isto poderia representar uma maior efetividade da política pública, uma vez que aproximaria produtores e consumidores e conferiria, a ambos os lados, maior controle social sobre o abastecimento.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo artigo 19 de Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, surgiu, historicamente, como uma ação estruturante do Programa Fome Zero, tendo por objetivo vincular o apoio à

²⁰⁸ Discutimos, no segundo, capítulo como a defesa da soberania alimentar pelo MPA é incorporada a partir de sua integração à Via Campesina, articulação internacional entre diversas organizações e movimentos sociais rurais. Em sua tese de doutorado, Niemeyer (2014) trata diretamente deste assunto. Da mesma forma, a substituição do termo “pequenos agricultores” por “agricultores camponeses” passou a ser operada pelo MPA a partir dos debates internos à Via Campesina, mas, conforme me foi relatado, optou-se por não alterar o nome do movimento por já ser muito conhecido a nível nacional.

agricultura familiar, a formação de estoques estratégicos e o atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar. Em termos práticos, o programa disponibiliza, através de diferentes mecanismos, alimentos adquiridos pelo Governo Federal, para o consumo de populações atendidas por programas sociais de caráter governamental e não governamental.

O ambiente de criação deste instrumento de política pública foi fortemente marcado pelo processo de mobilização social e de construção político-institucional que deu origem ao Fome Zero (GRISA et al, 2011; SCHMITT, 2005; TAKAGI, 2006). A experiência social materializada na criação do Programa encontra, no entanto, suas raízes em uma trajetória histórica de mais largo prazo de construção da fome e da segurança alimentar e nutricional como “problemas públicos” no Brasil (KUNRATH; SCHMITT, 2012, p. 5).

Desses dois programas sociais, é necessário ressaltar a importância que vêm ganhando a agricultura familiar e a produção agroecológica nas últimas duas décadas, em particular a partir da atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), reinstituído logo no primeiro ano do governo Lula da Silva (2003). Tendo sido estruturado como um órgão consultivo da Presidência da República, o Conselho foi responsável pela elaboração de reuniões, documentos e políticas públicas importantes, que colocaram definitivamente a Segurança Alimentar e Nutrição (SAN) na ordem do dia do Governo Federal²⁰⁹.

No caso do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determinou que um percentual de no mínimo 30% dos valores repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deveria ser dedicado à compra de alimentos diretamente da agricultura familiar ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades quilombolas e as comunidades indígenas.

Por sua vez, a CONAB foi a principal responsável pela execução das compras institucionais via PAA — criado no primeiro ano da gestão Lula da Silva (2003) —, em particular daquelas destinadas aos alimentos agroecológicos, na modalidade de Compra com Doação Simultânea.

Na concepção de Silvio Porto (2014), ao articular as organizações de agricultores familiares, assentados da reforma agrária²¹⁰ e populações tradicionais com equipamentos públicos e privados de distribuição dos alimentos — escolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), instituições religiosas, cooperativas de consumidores etc — no formato de compras institucionais, o programa visava estimular a produção de alimentos para o abastecimento interno, garantindo preços justos, estabilidade econômica e escala para os produtores, enfrentando a um só tempo a fome no campo e na cidade.

No entanto, como observa o próprio autor, o PAA vinha perdendo força desde o segundo mandato de Dilma Rousseff (2014-2016), em que a crise econômica levou o governo a adotar novas políticas de ajuste fiscal, reduzindo o orçamento de diversos programas sociais. Com a entrada de Michel Temer após o impedimento de Dilma, estes programas perderam ainda mais espaço, principalmente a partir da aprovação no Congresso Federal, em dezembro de 2016, da

²⁰⁹ Para uma análise da construção da agenda de SAN no Brasil, ver Maluf (2007). Para os desdobramentos dessa agenda em programas sociais como o PAA e o PNAE, ver Silva (2014b) e Maluf (2015). Já para uma análise dos impactos da pandemia e do desmonte das políticas públicas sobre esta agenda de luta e de pesquisa, ver Maluf (2022).

²¹⁰ Como foi o caso de uma das organizações estudadas neste projeto de pesquisa.

Emenda Constitucional nº 95²¹¹, que estabeleceu um limite de gastos para o governo federal pelos próximos 20 anos.

Além disso, o PAA e o PNAE formam parte do conjunto de programas sociais que vêm sendo sistematicamente atacados por seus opositores. Nos termos de Tricher e Grisa (2015), ao analisarem discursos veiculados na mídia tentando criminalizá-los perante a opinião pública, trata-se de uma “retórica perversa” que atinge diretamente as organizações de agricultores vinculados aos programas, denunciando pretensas irregularidades nos contratos celebrados junto ao poder público.

Entretanto, as pesquisadoras afirmam que as alegadas incongruências resultam de adaptações necessárias feitas aos critérios dos dois programas devido às peculiaridades da agricultura familiar, que depende demasiadamente da natureza para garantir as ofertas especificadas nos acordos, em muitos casos tendo que recorrer a outros agricultores ou à substituição de produtos para cumprir seus contratos. Algo que pudemos observar, mesmo em se tratando de outro tipo de circuito comercial, na parceria de última hora estabelecida entre Coletivo Terra e MPA-RJ, justamente com o objetivo de suprir uma demanda que o primeiro se via incapaz de cumprir.

Diante da perseguição política e do desmonte progressivo das políticas públicas do Governo Federal, restou às organizações de produtores se articularem de forma direta com instituições parceiras e grupos de consumidores no objetivo de viabilizarem a comercialização dos alimentos. Isso vem ocorrendo principalmente em contextos regionais onde as prefeituras e os governos estaduais também não estimulam a agricultura local, como tem sido o caso do Rio de Janeiro.

O caso de Duque de Caxias é exemplar. Morgado, Casemiro e Cruz (2022) reconstituem o processo de implementação do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN, 2017-2020)²¹² do município, considerado um dos pioneiros e mais avançados em todo o país. Para tanto, as interações entre movimentos populares, organizações da sociedade civil, gestores públicos e políticos comprometidos com a causa foram essenciais para que o PLAMSAN fosse aprovado ainda em 2016, logo antes das eleições municipais que levariam ao poder um novo governo, menos permissível às demandas populares.

De acordo com o estudo, o avanço do processo foi resultado de uma conjuntura favorável em todo o país para as políticas de SAN, mas especialmente em Duque de Caxias devido à forte atuação do Governo Municipal, de parlamentares e de gestores que aceleraram os trâmites necessários para que o plano fosse implementado em tempo de ser apreciado pelo novo governo, o que só ocorreu, de fato, quatro anos após a sua aprovação inicial, tendo validade para os anos 2017-2020.

Mais uma vez, vemos como a conjuntura política interfere diretamente no repertório de ações disponíveis (neste caso, no repertório de interações entre a sociedade civil e o Estado, tal qual proposto por Abers, Serafim e Tatagiba, 2014): quando ela se mostrava favorável às demandas populares, buscou-se a atuação em parceria com o Estado e por dentro dele; quando a conjuntura se inverteu, os movimentos sociais e suas organizações se voltaram para ações mais autônomas frente ao poder público, muitas vezes procurando articulações junto ao mercado e/ou ao Terceiro Setor.

Justamente, a opinião de alguns agricultores e militantes do MPA-RJ e do Coletivo Terra com os quais conversei ao longo da pesquisa é de que não existe política pública voltada para a agricultura no estado e que as poucas ações que são implementadas não são eficientes.

²¹¹ O texto da Emenda pode ser acessado em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/540698/publicacao/15655553>>. Acessado em: 10 nov. 2020.

²¹² Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Municipal/1_Duque_de_Caxias_2016_RJ.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

Esta percepção é corroborada, ainda, pela dissertação de Morgana Maselli (2015) sobre o PNAE no município do Rio de Janeiro, para quem o programa é considerado inexistente na região, uma vez que os produtos adquiridos pelo Programa, pelo menos até o momento da realização de sua pesquisa, não eram provenientes da agricultura familiar fluminense.

Dessa forma, é possível observar como a opção por construir articulações entre sociedade civil e mercados, nas quais se incluem as campanhas de doação de alimentos protagonizadas por movimentos sociais organizados de diferentes matizes e linhas de atuação, não implica necessariamente o abandono das expectativas de atuação junto ao Estado num futuro próximo. Por isso, a todo momento o Movimenta Caxias utilizava os canais de mídia e os momentos de entrega não somente para denunciar o descaso dos governantes, mas principalmente para cobrar sua responsabilidade, seja na distribuição emergencial de alimentos durante a pandemia, seja nas demais pautas políticas endereçadas por seus militantes.

De modo similar, em paralelo à campanha de doação de alimentos o MPA encampou, junto a outros movimentos, redes e organizações a nível nacional, a pressão pela aprovação de pacotes emergenciais de apoio à agricultura familiar, com destaque para recursos extraordinários do PAA²¹³, no valor de um bilhão de reais, e para um Plano Safra Emergencial que destinasse 50 bilhões de reais para a “agricultura familiar camponesa”²¹⁴.

Entretanto, o Governo Federal não atendeu a maior parte de suas demandas²¹⁵, mesmo com toda a pressão exercida pela sociedade civil organizada. Houve, por exemplo, uma proposta liderada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e com participação ativa do MPA, em que se reivindicava um Auxílio Emergencial para os agricultores familiares, ainda no ano de 2020. O projeto foi aprovado pelo Senado Federal, mas Jair Bolsonaro vetou praticamente todos os seus itens. O veto viria a ser removido apenas em agosto de 2021, por decisão do Congresso Nacional.

Com isso, reunimos elementos suficientes para afirmar que a incorporação de novas pautas e de novos formatos não excluem as agendas históricas e os repertórios de ação previamente utilizados pelas diversas organizações. Enquanto Movimenta Caxias, Coletivo Terra e MPA se arriscavam nas campanhas de doação, inovando em seus próprios repertórios, continuavam se articulando com outros atores em ações já consagradas de demandas ao poder público, em particular na assinatura de petições, na pressão de parlamentares e em protestos virtuais e de rua.

É preciso destacar, ainda, suas articulações por dentro da política partidária. Enquanto o MPA tem, em sua trajetória histórica, uma maior aproximação a políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), os jovens vinculados ao Movimenta Caxias eram, à época da campanha, em grande parte filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Porém, quando nos referimos ao estado do Rio de Janeiro e, em particular, à Região Metropolitana, há uma proximidade maior, por parte das duas organizações, às propostas políticas defendidas pelo PSOL.

Em certa medida, isso se dá devido a uma maior permeabilidade deste partido aos movimentos sociais populares – que inclusive têm participação destacada em alguns mandatos parlamentares –, mas também devido aos descaminhos recentes da atuação petista na região,

²¹³ Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/04/08/paa-programa-de-aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar-comida-saudavel-para-o-povo/>. Publicado em: 8 abr. 2020. Acesso em: 19 mai. 2022.

²¹⁴ Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/mpa-propoe-ao-debate-plano-safra-emergencial-voltado-a-producao-e-abastecimento-de-alimentos/>. Publicado em: 6 abr. 2020. Acesso em: 19 mai. 2022.

²¹⁵ O governo federal aprovou inicialmente recursos extraordinários do PAA na ordem de 500 milhões de reais (disponível em: disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/paa>); entretanto, vetou as demais propostas apresentadas pela sociedade civil, o que foi motivo de denúncias por parte de movimentos sociais organizados (disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602807-movimentos-pedem-derrubada-de-veto-para-brasil-nao-morrer-de-fome>).

principalmente a partir de sua parceria com a gestão Sergio Cabral, no Governo do Estado, e com a gestão de Eduardo Paes, à frente da Prefeitura da capital.

3.5. Empresas, circuitos curtos e doação: o caso do Clube Orgânico

Os movimentos sociais organizados não foram os únicos a articular pequenos agricultores em torno de campanhas de doação de alimentos durante a pandemia de Covid-19. Junto aos alimentos agroecológicos fornecidos pelo Coletivo Terra e pelo MPA-RJ, o Movimenta Caxias também distribuiu alimentos orgânicos por meio de uma parceria estabelecida com o Clube Orgânico, uma empresa privada.

Tanto na entrevista realizada com Cosme Henrique, quanto em conversas informais com coordenadores da campanha, fui introduzido a ela como uma empresa especializada na revenda de produtos orgânicos de agricultores locais, especificamente na modalidade de cestas por encomenda. Alguns desses agricultores eram, inclusive, membros do Coletivo Terra, como descrito nas seções iniciais deste capítulo.

Dessa forma, não apenas existiam relações comerciais prévias entre a empresa e organizações de movimento social, como também era preciso que os “cooperados”, para que pudessem acessar esse canal, fossem certificados como produtores orgânicos. Diante disso, vemos que a produção de diferentes enquadramentos sobre a agricultura de base ecológica, seja ela orgânica ou agroecológica, seja ela integrada ou não aos mercados convencionais, não impede que se estabeleçam acordos comerciais entre atores que se colocam em lados opostos neste campo de disputa.

Infelizmente, não foi possível estabelecer contato com os proprietários ou representantes da empresa²¹⁶, mas parte da etnografia virtual foi dedicada a esse tema, o que nos ajudou a captar alguns pontos em comum e algumas diferenças entre essa iniciativa e as do MPA-RJ e do Coletivo Terra, por exemplo.

Através de portais de notícias, *sites* e perfis de redes sociais de diversas organizações, descobri que a parceria entre Clube Orgânico e Movimenta Caxias foi articulada a partir de outra campanha de solidariedade, nomeada Orgânico Solidário. Organizada por um dos sócios-fundadores da empresa, a campanha afirmava ter distribuído inicialmente alimentos em dez comunidades nos estados de São Paulo, Santa Catarina e, principalmente, Rio de Janeiro²¹⁷.

Em maio de 2022, os resultados²¹⁸ apontavam um total de mais de oitenta “comunidades alimentadas” com mais de setenta e cinco mil cestas básicas, sendo que a campanha teria mobilizado cerca de cem produtores, trinta organizações sociais parceiras e mais de trinta empresas e instituições apoiadoras.

Em cada estado, o dinheiro arrecadado era destinado à compra de alimentos produzidos por um grupo de agricultores locais (não se especificava se eram pequenos, familiares ou qualquer outro qualificativo além de “orgânicos”). As entregas eram operacionalizadas por empresas parceiras: no caso do Rio de Janeiro, o Clube Orgânico e a Orgânicos in Box. Através do *site* da primeira, no *link* para “Impacto Social”, é possível acessar uma breve descrição da campanha, onde consta outro *link* para o *site* específico e para o pedido de doação:

Uma iniciativa socioambiental sem fins lucrativos, que tem como objetivo levar alimentos orgânicos para famílias em situação de vulnerabilidade social. Com atuação nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina,

²¹⁶ Eu tentei contato com representantes da empresa Clube Orgânico por meio eletrônico, mas não obtive resposta.

²¹⁷ Informações disponíveis em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/iniciativas-buscam-ajudar-moradores-de-comunidades-e-evitar-que-o-coronavirus-se-propague-nessas-areas/>. Publicado em: 24 mar. 2020. Acesso em: 02 abr. 2021.

²¹⁸ Disponível em: <https://organicosolidario.org/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

envolve uma rede de mais de 50 agricultores orgânicos que tem sua produção e renda estimuladas.

Além de apoiar o Orgânico Solidário como um dos operadores orgânicos no Rio, agora somos também uma empresa parceira da iniciativa. E destinamos 3% da receita gerada com a venda de toda cesta do Clube para a campanha de forma permanente (*grifos do original*)²¹⁹.

De maneira análoga, mas dessa vez explicitando que se trata de “pequenos produtores rurais”, a outra empresa operadora da campanha no Rio de Janeiro se descreve da seguinte maneira:

A Orgânicos in Box é uma plataforma digital de delivery de produtos 100% orgânicos, que conecta pequenos produtores rurais a consumidores urbanos. Somos uma solução logística e tecnológica para democratizar o acesso à alimentação orgânica, contribuindo para o comércio justo e a agricultura sustentável²²⁰.

É interessante notar como as duas mensagens utilizam vocabulários bem parecidos com aqueles de nossos interlocutores nas duas campanhas de doação: “vulnerabilidade social”; “rede”; “parceira”; conectar “pequenos produtores rurais a consumidores urbanos”; “democratizar o acesso à alimentação”. Além disso, utilizam termos recorrentes na literatura especializada no tema, como “iniciativa socioambiental”, “comércio justo” e agricultura sustentável”.

Por outro lado, na página principal do *site* do Clube Orgânico, não vemos qualquer referência a questões sociais e políticas como essas: seu *layout* e conteúdo é similar a qualquer outra empresa de vendas a varejo pela internet. Pode-se dizer até que a ligação com a campanha de doações não é explícita, de modo que se não estivéssemos procurando a informação, dificilmente a encontraríamos.

Ou seja, ao contrário das plataformas de venda do Raízes do Brasil e do Coletivo Terra, não parece haver intenção de agregar valores políticos ou sociais aos alimentos comercializados, apenas os valores ecológicos vinculados correntemente ao qualificativo “orgânico”. Por sua vez, o termo “Clube” convida o cliente a se associar à empresa, o que está em evidência na página inicial por meio da opção de “assinaturas” de cestas regulares. Trata-se de um convite a participar de uma coletividade, porém sem que isso envolva qualquer atuação no debate público ou em organizações sociais.

Mesmo a convocatória à campanha de doações na página da Orgânico Solidário apresenta um caráter mais filantrópico do que político, dialogando mais com ações coletivas caritativas do que com mobilizações políticas. Ou seja, comércio e política não se misturam, sendo este mais um dos elementos que nos levou a destacar as diferenças entre as campanhas de doação organizadas por empresas e aquelas organizadas por movimentos sociais organizados, às quais estamos chamando de *campanhas políticas de solidariedade*.

Nas próximas seções, arremataremos algumas discussões deste capítulo, identificando as particularidades de cada uma das duas campanhas e ressaltando suas identidades e estratégias específicas, de modo a melhor compreendermos como duas iniciativas, numa mesma região e ambas organizadas por movimentos sociais organizados, construíram diferentes arranjos de campanha.

²¹⁹ Disponível em: <https://www.institucional.clubeorganico.com/impacto-social>. Acesso em: 02 abr. 2021.

²²⁰ Disponível em: <https://organicosinbox.com.br/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

3.6. Movimentando a Baixada Contra o Covid: quantidade e capilaridade na construção de alianças políticas.

Diferentemente do MPA-RJ, que, no *Mutirão Contra a Fome*, dedicou-se exclusivamente à distribuição de alimentos produzidos por sua base de apoiadores, o Movimenta Caxias diversificou as fontes e os tipos de alimentos distribuídos: seja em cestas básicas compradas de supermercados, seja em cestas de alimentos orgânicos e agroecológicos produzidos por pequenos agricultores, seja ainda no formato de dinheiro virtual armazenados em cartões magnéticos.

Assim como as relações entre MPA-RJ e Coletivo Terra eram também interpessoais, diversos militantes do Movimenta Caxias conheciam o Coletivo de experiências anteriores. Embora os alimentos orgânicos e agroecológicos não fizessem parte dos hábitos alimentares deles, o convite para participação na campanha se deu em grande parte pelas proximidades políticas e por essas experiências, em particular a ‘vivência’ realizada nas colheitas do famoso feijão produzido no assentamento, relatada no Capítulo 1.

Contudo, à exceção da primeira rodada de entregas, em que a quantidade de alimentos *in natura* foi idêntica à dos processados, nas duas seguintes as cestas básicas e os cartões de alimentação foram preponderantes, correspondendo a cerca de duas vezes a quantidade dos alimentos frescos. Este fato decorre, em parte, das dificuldades em se ampliar a escala de produção do Coletivo Terra e do Clube Orgânico, mesmo com a incorporação do MPA-RJ na composição das cestas²²¹.

Por outro lado, acreditamos que isso se explica também pelas experiências pessoais dos coordenadores da campanha. Em sua maioria, nasceram e foram criados em favelas da região, de modo que aprenderam a conviver com a fome à sua volta ou dentro de suas casas. Mesmo que considerem a importância de se distribuir alimentos mais saudáveis, sabem que os hábitos alimentares na região são mais afeitos ao prato tradicional de arroz, feijão e farofa, assim como reconhecem a maior durabilidade dos alimentos não perecíveis devido às dificuldades de armazenamento dos produtos *in natura*, já que muitas das famílias beneficiadas não têm geladeira ou luz elétrica em suas casas.

Em muitas conversas informais, percebi que seus coordenadores não eram muito conhecedores dos debates em torno da alimentação orgânica/agroecológica e convencional, apesar de estarem cientes dos riscos à saúde na ingestão de agrotóxicos e dos problemas socioambientais provocados pelo agronegócio. No entanto, tratava-se de uma ação emergencial e, por isso, julgaram imprescindível que fossem distribuídos alimentos que dessem ‘mais sustância’ para quem tem fome: popularmente, arroz e feijão são considerados os que, de fato, ‘enchem a barriga’.

É verdade que poderiam comprar estes grãos diretamente de produtores agroecológicos, como fez o MPA-RJ, mas neste ponto também existe uma questão estratégica: os produtos agroecológicos são muito mais caros do que os comprados em supermercados, de modo que, com a mesma quantidade de recursos financeiros, seria preciso reduzir o volume de comida em cada cesta e/ou a quantidade de famílias atendidas. Se a proposta era atingir o maior número de pessoas possível, já que o futuro da pandemia era completamente incerto naquele primeiro semestre de 2020, parecia mais coerente investir na quantidade do que na qualidade dos alimentos.

Por sua vez, a distribuição em grandes quantidades exigia um aparato logístico muito bem articulado, seja na organização dos meios de transporte e da infraestrutura de armazenamento no Galpão Gomeia, seja na construção de parcerias com pessoas e entidades estabelecidas nos locais de entrega. A escolha dos territórios se deu, em primeiro lugar, pelo

²²¹ Em entrevista já citada com Cosme Henrique, do Coletivo Terra, este ponto foi reforçado diversas vezes.

conhecimento prévio dos coordenadores e militantes²²² e, em segundo lugar, pela existência de organizações que mediassem a relação com as famílias beneficiárias e legitimassem a incursão dos militantes com os alimentos.

O que se observou, portanto, foi uma enorme capilarização do Movimenta Caxias pelas favelas da região, atingindo 14 municípios da Região Metropolitana e da Região dos Lagos, assim como 30 bairros diferentes apenas em Duque de Caxias. Neste ponto, é preciso ressaltar a trajetória do Movimento, construída por membros de diversos pequenos coletivos urbanos, além de sua preferência pela atuação em rede, conforme é possível observar na longa lista de parceiros apresentada nas Figuras 1 e 2 do primeiro capítulo.

Diante do exposto, acreditamos que a preferência pela *quantidade* dos alimentos e pela *capilaridade* de sua distribuição atenda a três fatores principais: a urgência da iniciativa; a grande disponibilidade de recursos econômicos; e os interesses em torno da articulação política.

Sem dúvida, o acordo estabelecido com o Instituto Unibanco abriu novas possibilidades na construção do arranjo. Com uma fonte volumosa e estável de recursos, foi possível firmar parcerias mais sólidas e confiáveis com as pessoas e organizações locais, uma vez que a regularidade e o cumprimento dos acordos não dependeriam de arrecadações futuras, sempre fadadas a flutuações, como observamos nos *Mutirão Contra a Fome*.

Por outro lado, o enorme volume de alimentos mobilizado impedia que os coordenadores e militantes estivessem presentes de corpo e alma nos territórios. Em geral, a organização das entregas e o diálogo com as famílias beneficiadas eram administrados pelas *lideranças locais* — como as chamavam os coordenadores da campanha —, de modo que os vínculos políticos parecem ter sido muito mais fortes entre coordenadores e articuladores locais do que com as famílias assistidas.

Embora a campanha de doações tenha sido declaradamente emergencial, as parcerias foram criadas com um olhar político para o futuro. Em primeiro lugar, vimos no primeiro capítulo que o Movimenta Caxias se define como uma articulação comunitária entre jovens das periferias urbanas de Duque de Caxias. Para tanto, é necessário capilarizar-se nos territórios, o que vem sendo feito a partir de uma política de alianças com pessoas que já atuam no âmbito local.

Com relação aos interesses na articulação política, grande parte dos membros da coordenação eram, à época da campanha, filiados ao PSOL: um partido político de esquerda com forte presença na cidade do Rio de Janeiro, mas sem muita representatividade em Duque de Caxias. Nesse sentido, era de interesse dos jovens militantes ampliar sua visibilidade social através dessa política de alianças, mesmo que este argumento não estivesse explícito nos locais de entrega, tampouco dentro do Galpão Gomeia.

No entanto, ao longo da última rodada de entregas, em julho de 2020, tornavam-se mais conhecidas as pretensões políticas de Wesley Teixeira, coordenador geral da campanha, que em novembro daquele ano se candidataria a vereador pelo município. Este fato é de suma importância para compreendermos a temporalidade do arranjo: a limitação em três meses não se justificava apenas por seu caráter emergencial ou por um possível fim do financiamento do Instituto Unibanco, afinal a pandemia poderia se estender por tempo indeterminado e, naquele momento, ainda não se tinha qualquer previsão de vacinas contra a Covid-19.

Como expusemos no Capítulo 1, havia, desde o início, conversas com diversos parceiros, em particular com o Coletivo Terra, sobre uma possível continuidade das doações em 2021 — o que, de fato, se confirmou, a partir de fevereiro daquele ano, mas dessa vez como

²²² Como vimos no Capítulo 1, algumas entregas foram realizadas nas favelas de moradia dos próprios militantes.

parte de uma nova campanha organizada por um conjunto mais amplo de atores em escala nacional²²³.

Em 2020, era fundamental que as atividades fossem finalizadas antes que Wesley oficializasse sua candidatura, evitando-se que a conexão entre a campanha de doações e sua campanha eleitoral trouxesse problemas de ordem política ou jurídica.

Consideramos, ainda, que este é um elemento fundamental para compreender a articulação feita junto ao Coletivo Terra e que levou ao formato de arranjo que combinou trocas mercantis e doações para a distribuição, não somente de cestas básicas, como também de alimentos orgânicos e agroecológicos.

As relações prévias entre seus respectivos membros não se davam apenas no âmbito da agricultura. Elas eram particularmente fortes no campo da política, uma vez que ambos estavam organizados em movimentos sociais de esquerda e compartilhavam de uma perspectiva social que procura valorizar a cultura e as populações das periferias da Baixada Fluminense, sejam elas urbanas ou rurais. No capítulo 4, voltaremos ao tema das identidades periféricas e antirracistas, já que são fundamentais para compreender a dimensão cognitiva de sua concepção de solidariedade.

Diante disso, a opção de comprar os alimentos produzidos pelos integrantes do Coletivo Terra teve um caráter bem diferente da parceria estabelecida com o Clube Orgânico. Como Cosme me relatou em sua entrevista, o Movimenta Caxias procurou primeiro o Coletivo como uma proposta para fortalecer economicamente seus membros. Uma vez que eles declararam não ter escala suficiente para suprir a demanda da campanha, o Clube Orgânico foi procurado, mas dessa vez sem muito conhecimento de como a empresa estava organizada e nem de quem eram os agricultores que forneciam os produtos das cestas, o que me foi relatado em conversas informais com coordenadores da campanha.

Assim, conforme o Coletivo Terra pôde intensificar sua participação através da ampliação da escala de produção e da incorporação de novos agricultores, seus membros passaram a contribuir mais com a construção política do arranjo, enfatizando a importância de se incorporar o tema da qualidade dos alimentos e do fortalecimento da agricultura camponesa por meio da campanha e de futuras ações coletivas. Inclusive, tornou-se comum ver Cosme Henrique com a camisa preta do Movimenta Caxias.

Uma vez que se encerrou a campanha de doações, alguns associados do Coletivo Terra embarcaram na campanha eleitoral de Wesley, levando as pautas dos movimentos agroecológico e camponês para dentro da disputa política institucional.

Por outro lado, observamos também a substituição progressiva dos alimentos ensacados por cartões de alimentação²²⁴, que poderiam ser trocados por produtos em pequenos mercados e supermercados locais, com exceção de cigarros e bebidas alcólicas.

A distribuição de cestas básicas é o formato mais comum em campanhas de solidariedade em todo o país, sejam elas organizadas por instituições religiosas, por sindicatos, por associações de moradores, por empresas ou pelo Estado. Em geral, são compostas por arroz, feijão, farinha de trigo e/ou mandioca, açúcar, óleo para fritura e outros itens que podem variar de região para região. No senso comum, representam a dieta básica das famílias brasileiras, além de terem a vantagem de serem ingredientes menos perecíveis, o que facilita seu armazenamento nas condições insalubres e inadequadas de muitos lares urbanos das camadas populares²²⁵.

²²³ Trata-se da campanha A Hora é Agora, promovida pela Coalizão Negra por Direitos. Esta informação me foi cedida em conversas informais com vários de meus interlocutores, porém sua análise não entra no escopo da pesquisa, já que seu objeto é a campanha de doações encerrada em julho de 2021.

²²⁴ Os números referentes a cada uma dessas modalidades estão disponíveis nas tabelas 3, 4 e 5 do segundo capítulo.

²²⁵ No Capítulo 1, adicionamos diversas fotografias que retratam o estado de muitas dessas residências.

Por sua vez, a substituição por cartões de alimentação foi justificada pela ampliação do poder de escolha dos beneficiários e pelo fortalecimento da economia local, além de facilitar e reduzir os custos de logística, já que numa pequena mochila cabem centenas de cartões magnéticos que precisariam de um caminhão inteiro para serem materializados em alimento.

No entanto, fica uma dúvida: será que, de fato, a substituição de comida real por dinheiro virtual contribui com os pequenos comércios locais? Com as poucas pessoas que conversei a respeito nos locais de entrega, a maioria dizia que gastaria o dinheiro no supermercado atacadista de sua região, uma vez que os preços eram mais baixos — o que dependia, é claro, de se encontrar supermercados na proximidade²²⁶. Outras, porém, diziam ter preferência pelo comércio local, evitando-se maiores deslocamentos.

Mas, independentemente de irem ao mercadinho na esquina ou na grande rede atacadista, que tipo de alimentos comprariam? Arroz, feijão, carnes e verduras? Ou encheriam o carrinho de macarrão instantâneo, biscoitos e produtos enlatados? É impossível saber sem uma investigação acurada com estas famílias — o que não entra no escopo desta pesquisa —, mas tampouco é possível afirmar categoricamente que estarão se alimentando com produtos de boa qualidade nutritiva ou comprados em comércios locais.

Nesse sentido, a entrega direta dos alimentos poderia assumir também um papel pedagógico, o que não foi observado em meu trabalho de campo junto ao Movimenta Caxias: as pessoas beneficiárias enfrentavam longas filas para receber sua cesta ou seu cartão, de modo que não havia muito tempo para qualquer conversa no rápido instante da entrega, que era sempre feita de forma individualizada. No pouco que se conversava, as informações diziam mais respeito às instruções para o uso do cartão do que sobre qualquer proposta de educação alimentar.

A distribuição por meio de cestas básicas ou de cartões de alimentação levanta, ainda, algumas questões importantes: quem produz estes alimentos e quem os comercializa? Que tipos de circuitos comerciais estão sendo estimulados e quais as mensagens políticas possíveis de serem transmitidas nas ações de entrega? Qual é a diferença destas cestas básicas para aquelas distribuídas em programas governamentais ou por entidades de caráter filantrópico?

Estas indagações podem ser dirigidas a qualquer campanha de solidariedade, mas assumem (ou deveriam assumir) inquietações importantes quando são coordenadas por movimentos sociais organizados, que pretendem conferir motivações políticas às suas ações coletivas. Mais uma vez, seria necessária uma investigação sistemática em dezenas ou centenas de iniciativas similares a essas, como fez introdutoriamente Carolina Andion (2020) sobre as ações de solidariedade da sociedade civil durante a pandemia, no Brasil e, em particular, na cidade de Florianópolis/SC.

De acordo com dados levantados pela pesquisadora a partir de diversas organizações e articulações do Terceiro Setor, a maior parte das campanhas de arrecadação visaram ações de assistência social, principalmente na distribuição de alimentos e artigos de higiene pessoal. Em sua grande maioria, as doações foram feitas por empresas em parcerias com OSCs já estabelecidas, muitas delas de caráter religioso. Apenas uma pequena parcela foi coordenada por organizações de cunho político e por movimentos sociais, as quais poderiam contribuir com a construção de novas práticas de governança socioestatais, o que ela analisa como “experimentações democráticas”.

Tal mapeamento mostrou que dois meses após o primeiro caso registrado no país, já existiam centenas de iniciativas da sociedade civil combatendo os efeitos indesejáveis da pandemia, envolvendo atores do investimento social

²²⁶ Ao longo da Avenida Washington Luiz, que corta toda a cidade paralelamente à Avenida Kennedy, há uma ampla oferta de supermercados, muitos deles pertencentes a redes atacadistas.

privado (ISP), OSCs, movimentos sociais, coletivos das (e nas) próprias comunidades e iniciativas promovidas por negócios sociais ou de impacto. No fim de abril, o mapeamento já contava com 450 ações cadastradas. Os dados recolhidos foram então sistematizados num relatório e confirmados pela análise de outros mapeamentos realizados por instituições representativas do campo, como o Grupo de Instituto Fundações e Empresas (Gife), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), o Instituto Marielle Franco e o Favela em Pauta, os quais podem ser acessados na plataforma Sociedade Contra o Corona, que congrega cerca de 160 movimentos sociais, organizações e coletivos da sociedade civil brasileira (ANDION, 2020, p. 941-942)

Os dados apresentados pela autora são muito importantes para entendermos a participação das duas campanhas que estamos analisando dentro do universo maior do combate à fome durante a pandemia em todo o país. Acreditamos que a diferença de escala entre a *Movimentando a Baixada* e o *Mutirão Contra a Fome* responde, em grande parte, pela quantidade de recursos e pelos tipos de articulação feito por cada uma das coordenações. Em particular, às parcerias feitas pelo Movimenta Caxias com organizações do Terceiro Setor, especialmente aquelas vinculadas ao campo do ISP, enunciado por Andion, e ao qual nos dedicaremos no quarto capítulo.

3.7. MPA-RJ e o Mutirão Contra a Fome: qualidade e regularidade na construção da organização popular

Na faceta urbana do *Mutirão*, o MPA-RJ buscou se articular com moradores e organizações locais de favelas onde pudesse ser feito um trabalho organizativo. A ideia de construir *Comitês Populares do Alimento* (CPAs) pretendia ir além da mera doação, na medida em que se intencionava avançar em três eixos de ação: hortas comunitárias, pontos de venda dos alimentos e organização dos trabalhadores informais. De um modo geral, até o fechamento desta pesquisa, o único eixo em que se observou resultados positivos foi o primeiro, seja na articulação com hortas pré-existentes nos territórios, seja no fomento de novas iniciativas, embora pequenas.

A proposta de ação tinha como premissa a construção de relações de confiança nos comitês. Para isso, entendia-se que seria necessário um trabalho de longo prazo até que os rostos, os símbolos e as ideias dos militantes e colaboradores se tornassem reconhecíveis para os beneficiários. Esta postura destoava do que observamos na campanha do Movimenta Caxias, já que se priorizou a relação direta com as famílias por meio de rodas de conversa, oficinas lúdicas com as crianças e convocações para protestos, por exemplo.

Nas conversas promovidas nos dias de entrega nos CPAs, o tema mais abordado era o da qualidade dos alimentos, na medida em que seriam portadores de valores ecológicos e sociais. Com isso, procurava-se debater os hábitos alimentares das famílias e identificar as conexões entre alimentação e saúde. Da mesma forma, ressaltava-se a importância da agricultura camponesa, em detrimento da agricultura industrial tão propagandeada por meio de programas e comerciais televisivos. Assim, a campanha se justificava publicamente pelo combate à fome, mas em sua rotina conjugava diversos outros temas em torno dos alimentos e da alimentação.

Ao longo de quase um ano e meio de entregas semanais no CPA Morro dos Prazeres, pude constatar muitas mudanças de hábitos, com uma crescente valorização dos alimentos frescos e de suas diferentes formas de preparo. O encontro regular em torno das hortaliças permitiu muitas conversas interessantes, com trocas de conhecimentos e receitas entre todos. Em meio a elas, discutíamos temas políticos referentes ao ambiente comunitário e às conjunturas política e econômica, regional e nacional. Certamente, a profundidade das

conversas só foi possível por conta da estratégia de manter entregas regulares, nas quais a intimidade entre doadores e donatários era construída pouco a pouco.

No entanto, quando se trata do volume de alimentos distribuídos, a escala era muito menor que a do Movimenta Caxias. Nos Prazeres, chegamos no máximo a atender 18 famílias, mas em determinado momento tivemos que reduzir para 11, o que é um número ínfimo diante da enorme carência no território. Mesmo entre elas, a quantidade de alimentos era muito pequena, com exceção das entregas mensais de cestas básicas completas.

Se considerarmos o conjunto da campanha, em todos os outros CPAs havia uma única entrega mensal de cestas básicas. Com uma regularidade menor, a construção de vínculos ficava mais debilitada, o que se procurava compensar através da troca de informações e afetos por meio dos grupos de Whatsapp criados para cada território.

O número de comunidades atingidas também foi muito inferior ao da campanha do Movimenta Caxias, de modo que podemos falar em ações espaçadas, sem ganhos de escala em termos de visibilidade do Movimento. Por outro lado, a campanha era fartamente divulgada nas redes sociais e nos grupos dos Núcleos de Consumo, afim de manter o engajamento de consumidores e simpatizantes.

No nosso modo de ver, dois fatores influenciaram a menor quantidade de alimentos e territórios: o volume de recursos arrecadados e a opção estratégica de comprar produtos apenas da base de fornecedores do Raízes do Brasil. Em um momento inicial, o MPA recebeu importante apoio financeiro do Instituto Ibirapitanga no valor de R\$ 300.000,00, mas que deveria ser distribuído entre sete estados e revertido principalmente para a estruturação da logística do Movimento e da campanha.

Na falta de um apoio institucional do porte do Instituto Unibanco, o MPA-RJ apostou na mobilização de sua base de consumidores, o que gerou recursos interessantes nos primeiros meses, mas que a partir de setembro de 2020 já escasseavam. Desde então, intensificou-se o agenciamento de parceiros institucionais, como alguns sindicatos com os quais seus militantes já tinham vínculos anteriores ou instituições públicas que liberaram recursos por meio de editais, em particular a Fiocruz e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

De todo modo, os recursos eram insuficientes para uma ação de maior envergadura, o que também era impactado pela opção de comprar os alimentos exclusivamente da base camponesa da organização. Seus preços, muito mais altos do que os da cesta básica convencional, reduziam drasticamente a quantidade de alimentos distribuída para cada família, embora tivessem maior qualidade nutritiva.

No entanto, este último fator nos parece menos preponderante que o primeiro, afinal o objetivo maior do MPA é justamente fortalecer a agricultura camponesa de base agroecológica. Em conversa informal com Beto Palmeira logo após o término da campanha do Movimenta Caxias, ele comentou que se o MPA tivesse acesso a um volume de recursos semelhante, não o gastaria todo em três meses. Preferiria distribuí-lo ao longo de um ano, para assim construir um trabalho organizativo mais profundo e eficiente.

Nessa questão, é importante mais uma vez ressaltar os diferentes formas de atuação política entre as duas organizações. Enquanto o Movimenta Caxias tinha toda a sua militância envolvida na política partidária, o MPA se considera um movimento suprapartidário, que apenas em ocasiões especiais lança algum candidato próprio em eleições locais. Com isso, pretende manter o leque aberto para negociações com diferentes grupos políticos, sem ter sua imagem vinculada diretamente a nenhum em específico.

Por outro lado, acreditamos que a menor capilaridade da campanha do *Mutirão Contra a Fome* está relacionada, também, à menor experiência de seus militantes nos territórios de favelas, o que ficava claro na confusão inicial que alguns demonstravam com relação às nomenclaturas do crime organizado e aos códigos sociais impostos nestas regiões, tão

corriqueiros para alguém nascido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Neste caso, a contribuição de colaboradores urbanos mostrou-se essencial.

Além disso, por se tratar de um movimento organizado nacionalmente e com uma estrutura mais vertical de gestão, as principais decisões políticas e econômicas precisavam passar por suas instâncias internas, algumas delas de caráter regional ou nacional, de modo que a política de alianças se tornava, às vezes, mais limitada ou menos dinâmica do que no caso do Movimento Caxias.

Em contrapartida, as articulações extrapolavam, muitas vezes, o âmbito local ou regional, como foi o caso da parceria a nível nacional estabelecida com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, através da qual levamos, eu e Beto, 400 quilos de arroz produzido no estado de Sergipe para uma ocupação urbana em Santo André/SP. Em casos como esse, o alimento assume um papel político de outra envergadura: serve tanto para divulgar as pautas do Movimento quanto para consolidar laços e compromissos estratégicos de longo prazo.

Dessa forma, destacamos que o MPA-RJ priorizou a *qualidade* dos alimentos provenientes exclusivamente da agricultura camponesa, assim como a *regularidade* nas entregas, dentro da proposta de construção da soberania alimentar a partir dos Comitês Populares do Alimento. Além disso, a perspectiva de construção de vínculos políticos e econômicos de longo prazo com as famílias beneficiárias atende diretamente aos princípios de poder popular e de luta de massas preconizados pela organização a nível nacional.

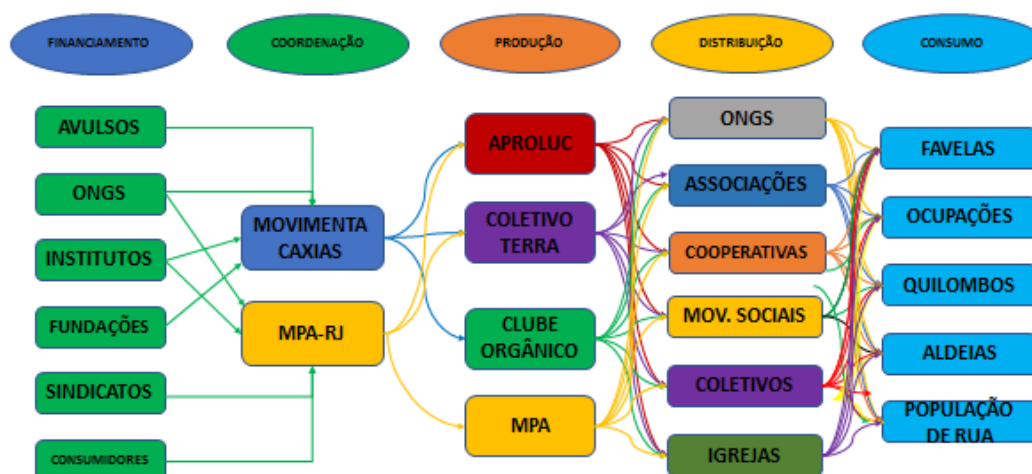
3.8. As etapas dos arranjos e suas ramificações

Neste capítulo, apresentamos os vínculos políticos e econômicos entre as pessoas e as organizações que participaram dos dois arranjos, discutindo as opções estratégicas adotadas a respeito da *quantidade* e da *qualidade* dos alimentos distribuídos, assim como da *capilaridade* e da *regularidade* de cada uma das campanhas.

Pudemos constatar como as diferentes identidades coletivas e trajetórias políticas de seus atores centrais contribuíram para formatar arranjos particulares, assim como as decisões tomadas foram analisadas como atualizações de debates e experiências anteriores de produção e comercialização de alimentos, de campanhas de solidariedade e de programas sociais governamentais que procuraram articular a questão alimentar e a questão agrícola.

Ao mesmo tempo, ficou claro como a percepção da ausência do Estado em iniciativas de combate à fome — ao menos se nos restringirmos à Região Metropolitana do Rio de Janeiro — levou as duas organizações a buscarem recursos em fontes alternativas. Dessa forma, as pessoas, os recursos e os alimentos mobilizados circularam por um conjunto heterogêneo de coletivos e organizações da sociedade civil, mediante relações de compra/venda e de doação, percorrendo diferentes etapas durante as campanhas, conforme podemos visualizar no diagrama a seguir:

Figura 6. Diagrama das etapas dos arranjos de campanha



Fonte: autoria própria

Na Figura 6, vemos como Movimenta Caxias e MPA-RJ atuaram como intermediários entre os financiadores das duas campanhas, os produtores dos alimentos²²⁷, as organizações distribuidoras nos territórios e os donatários finais, valendo-se de relações econômicas e políticas que forjaram, cada um à sua maneira, configurações específicas de solidariedade.

É importante observar como estas relações não foram necessariamente planejadas pelas coordenações. Em muitos casos, surgiram ao calor dos momentos, a partir de propostas de consumidores politizados ou de voluntários que conheciam alguma organização dentro de um território particular. Essa criatividade e versatilidade na construção dos arranjos é uma característica recorrente em movimentos sociais organizados, acostumados a conviver com imprevistos e com dificuldades políticas e financeiras de toda ordem.

Embora MPA-RJ e Movimenta Caxias figurem na segunda coluna (no papel de coordenadores), seus militantes participam ativamente em todas as etapas dos arranjos, uma vez que são os mediadores entre todas as pessoas e organizações que os compõem. E, na medida em que as campanhas se cruzam por meio dessa mediação, o entrelaçamento de cores a partir da terceira coluna é representativo da teia de relações que as tornou possíveis e que, no frenesi dos acontecimentos, escapavam mesmo ao olhar mais atento.

Nossa pretensão, com essas discussões, foi apresentar um segundo plano da etnografia, focalizando de forma mais detalhada os arranjos de campanha que permitiram conectar, através dos alimentos, espaços de produção agrícola (rurais e periurbanos), favelas e periferias urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para tanto, foi fundamental o papel de mediação das duas coordenações que, cada uma à sua maneira, interpretaram o mundo e a pandemia, conferindo sentidos políticos diferentes aos alimentos e, em função deles, construíram suas próprias estratégias e renovaram seus repertórios de ação coletiva.

Com relação ao financiamento, se o MPA-RJ e o Coletivo Terra já vinham, nos últimos anos, combinando ações comerciais com dinâmicas características de movimentos sociais, o Movimenta Caxias precisou se articular com organizações vinculadas ao Terceiro Setor para conseguir os recursos necessários. Dessa forma, se as experiências prévias do MPA-RJ o

²²⁷ Nesta coluna, inserimos o MPA representando as comunidades, cooperativas e famílias que compõem a base do movimento social organizado.

levaram a pensar estratégias que abarcassem os circuitos curtos pré-existentes, o Movimento Caxias precisou acessar recursos provenientes de circuitos mais longos.

No quarto e último capítulo, veremos como cada uma das campanhas acionou diferentes redes de financiamento que as situam em um terceiro plano de análise, dessa vez abarcando vínculos e fluxos de caráter nacional. Discutiremos como, na conjuntura específica da pandemia, os significados da solidariedade passaram a ser mobilizados de diferentes maneiras a partir dos valores políticos e econômicos de quem os empregavam. Para isso, analisaremos as concepções de solidariedade defendidas por alguns dos principais agentes envolvidos nas duas campanhas e como elas entram em acordo ou contradição com algumas das organizações que as apoiaram financeiramente.

CAPÍTULO IV

AS REDES INVISÍVEIS DE FINANCIAMENTO E OS SENTIDOS POLÍTICOS DA SOLIDARIEDADE

No capítulo anterior, analisamos os dois arranjos de campanha a partir dos fluxos de alimentos doados, demonstrando como as duas experiências, coordenadas por diferentes movimentos sociais organizados — o Movimenta Caxias e o MPA-RJ —, combinaram trocas mercantis e doações com o objetivo de distribuir gratuitamente cestas básicas compradas em supermercados e cartões de alimentação, além de alimentos orgânicos e agroecológicos produzidos por pequenos agricultores residentes nas regiões Metropolitana e Serrana do estado do Rio de Janeiro (assim como produtos de outros estados comercializados e distribuídos através dos circuitos dinamizados pelo MPA).

Neste quarto capítulo, daremos sequência à análise dos arranjos, dessa vez focalizando os fluxos de dinheiro que permitiram a compra dos alimentos, sem os quais as campanhas não se realizariam. Para tanto, foi necessário explorar um terceiro plano de análise, no qual nos debruçamos sobre os vínculos políticos e econômicos mais distantes que conectaram as duas iniciativas aos seus principais financiadores: consumidores, sindicatos, institutos e fundações privadas.

Demonstraremos como alguns desses vínculos foram capazes de articular as redes de ação local e regional — que exploramos com mais detalhes nos três primeiros capítulos — a esferas econômicas mais altas, em particular aquelas por onde circulam grandes agentes do setor empresarial e financeiro, enquanto outros vínculos foram estabelecidos por meio de parcerias sob uma perspectiva de classe, através de sindicatos que compartilham de princípios políticos similares aos dos movimentos sociais contemplados pelas doações.

As campanhas contaram, também, com doadores individuais, tanto aqueles mediados pelas plataformas virtuais de arrecadação, que contribuíram com a campanha do Movimenta Caxias, quanto os consumidores regulares do Raízes do Brasil, que apoiaram a campanha do *Mutirão Contra a Fome*. Além disso, as duas iniciativas receberam, em escalas e momentos diferentes, recursos de parceiros institucionais, em particular provenientes do Instituto Ibirapitanga, do Ministério Público do Trabalho e da Fiocruz, no caso do MPA, e do Instituto Unibanco, que estruturou financeiramente praticamente toda a campanha coordenada pelo Movimenta Caxias.

Temos indicado, desde o início desta dissertação, que o trânsito das pessoas entre os diversos coletivos e organizações é muito dinâmico, sendo difícil estabelecer em alguns casos as fronteiras entre eles. Além disso, as coordenações das campanhas eram compostas por pessoas com múltiplas filiações, o que não significa que agissem como representantes delas junto ao MPA ou ao Movimenta Caxias. Trata-se mais da reunião, numa conjuntura específica e emergencial, entre diversos ativistas, militantes, trabalhadores e voluntários, todos sob a coordenação dos movimentos sociais organizados que assumiram a tarefa de mediar as interações entre as diversas pessoas e organizações envolvidas em cada uma das campanhas, ao mesmo passo em que mediaram também as conexões entre as duas campanhas.

Assim, ao deslocarmos nosso olhar analítico das organizações e das instituições, focalizamos também as pessoas que as compunham naquele momento, o que nos revelou a existência de um tecido social ainda mais amplo em relação àquele que parecia conectar os diferentes territórios por meio dos arranjos de campanha. Diante disso, a todo momento nos perguntávamos de que modo seus coordenadores conseguiram reunir essa diversidade de atores, muitos deles com perspectivas políticas divergentes, em torno de um objetivo comum.

Em todos os casos, o que se percebeu foi a mobilização do tema do combate à fome como enquadramento principal (*master frame*) para sensibilizar potenciais doadores, ao mesmo tempo em que as coordenações produziam farto material de divulgação de suas próprias análises políticas sobre a pandemia. Esses materiais eram publicizados tanto nos momentos de entrega dos alimentos quanto nas redes sociais da internet, esforçando-se por conectar discursivamente a emergência da pandemia às pautas políticas e demandas coletivas inscritas nas trajetórias específicas de cada um dos movimentos sociais organizados.

Por sua vez, a investigação das conexões institucionais entre alguns dos agentes financiadores das campanhas nos revelaram um trânsito entre pessoas que compartilham de cadeiras em conselhos de algumas organizações, assim como foi possível identificar um conjunto de contradições entre alguns de seus discursos e os dos atores responsáveis pela execução dos arranjos a nível local e regional.

A partir de enquadramentos distintos, ambos ressaltavam a dimensão política da pandemia e a valorização da solidariedade como atitude central em seu enfrentamento, porém divergiam, em alguns casos, a respeito dos sentidos atribuídos à solidariedade e às interações legítimas entre Estado, mercado e sociedade civil na busca por soluções para os problemas sociais da atualidade.

Com base em vídeos, reportagens e sites de diversas organizações ou de seus integrantes disponíveis na internet, foi possível estabelecer algumas conexões interessantes entre os agentes que compõem esse tecido social, assim como colocar em perspectiva seus discursos, mostrando como as alianças pragmáticas estabelecidas em uma determinada arena pública — se entendemos as campanhas de movimentos sociais como instrumentos de ação coletiva orientados para a solução de problemas públicos — podem ser justificadas, em outras arenas, por motivações ou concepções políticas divergentes.

Entretanto, é preciso deixar claro, desde o princípio, que nossa intenção neste capítulo não é revelar os reais interesses políticos e econômicos de cada um desses agentes. Para isso, teríamos que fazer uma nova pesquisa, entrevistando as pessoas implicadas e realizando profunda análise documental das instituições envolvidas. Em nosso trabalho, nos atemos apenas às relações interinstitucionais e aos seus discursos públicos, a partir de material divulgado por eles mesmos na internet e, portanto, disponíveis ao escrutínio público.

Neste capítulo, trabalharemos mais no campo das hipóteses, tentando organizar os vários fatos observados em torno de um argumento que nos ajude a entender melhor a conjuntura política atual, com destaque para os acordos e disputas dentro da sociedade civil.

Nosso objetivo é dar luz ao modo como a ideia de solidariedade foi mobilizada por diferentes atores envolvidos numa mesma trama, e que pistas essas questões levantam sobre as movimentações atuais e futuras no tabuleiro político nacional, em que as fronteiras legítimas entre Estado, sociedade civil e mercados parecem estar novamente em disputa.

4.1. Estado, mercado e sociedade civil no Brasil: uma trajetória de parcerias e lutas por autonomia

Antes de iniciarmos, é preciso situar as discussões desse capítulo dentro de uma trajetória mais longa que o período da pandemia de Covid-19. Para isso, resgataremos um longo debate brasileiro e latino-americano sobre o papel desempenhado pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil na construção da democracia, porém com a ressalva de que não é nossa pretensão, nesta pesquisa, fazer um estudo sociológico aprofundado sobre a sociedade civil organizada e suas interações com o Estado e os mercados.

Ainda assim, é preciso que o(a) leitor(a) esteja ciente da historicidade de alguns processos, assim como da existência de uma ampla disputa política e conceitual a respeito de alguns termos que estamos utilizando em nossa análise.

De acordo com Angela Alonso (2009), os primeiros estudos sobre os movimentos sociais em nosso continente procuraram se amparar nas abordagens da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNSM) (TOURAINÉ, 1978; 1989; HABERMAS, 1981; MELLUCI, 1988), devotadas à compreensão das ondas de mobilização social que tomavam as ruas de países europeus e dos Estados Unidos. Em comum, adotavam uma perspectiva cultural em que se valorizava o papel da sociedade civil ou do espaço público em um mundo pós-industrial.

Segundo Alonso, além de ter sido um dos únicos autores a refletir diretamente sobre a América Latina, a grande contribuição de Alain Touraine teria sido justamente o resgate do conceito de sociedade civil como um espaço social apartado do Estado e do mercado:

Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas [...] e teriam em comum uma atitude de oposição. [...] Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 60-61).

Entretanto, os anos 1960 foram muito diferentes em boa parte da América Latina se os comparamos com o cenário que inspirou a emergência das teorias dos movimentos sociais no Norte Global. Não foram anos de grande efervescência cultural ou de liberações no campo dos costumes. Não foram anos de luta democrática pelos direitos civis ou de um associativismo florescente. Pelo contrário, foram anos marcados por ditaduras sanguinárias, repressão política e cultural, exílios forçados e uma política monopolizada pelo Estado.

Diante disso, ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980 começam a despontar novas organizações sindicais e movimentos sociais organizados que, alinhados com um conjunto emergente de organizações não governamentais — muitas delas criadas por ativistas vivendo no exílio ou voltando dele —, assumem participação decisiva nos processos locais de “transição democrática”. Por isso, os analistas deste período histórico tenderam a abordar os movimentos sociais como fenômenos próprios a uma sociedade civil que surgia em oposição ao Estado (ALVAREZ, 2014; AVRITZER, 1994; 1997; CARDOSO, 1994; COSTA, 1995; LAVALLE, 2003; LAVALLE; SZWAKO, 2015).

No Brasil, ainda no início dos anos 1980, houve uma eclosão de movimentos sociais urbanos e rurais que inovaram os repertórios de ação coletiva previamente conhecidos, assumindo posturas radicais na ocupação de imóveis nas grandes cidades e de terras nas zonas rurais. Imediatamente, parte da literatura científica se voltou para a análise de suas organizações, ressaltando os “novos personagens” que entravam em cena (SADER, 1988; LAVALLE; CASTELLO; BICHER, 2004) e as novas formas de ação coletiva, no que ficou consagrado pelo termo “forma movimento social”, cunhado por Lygia Sigaud (2004).

Apesar de toda a efervescência das camadas populares, em muitos países o processo de reabertura política conduziu ao poder representantes das elites econômicas que defendiam uma reforma do Estado por meio de um amplo conjunto de políticas neoliberais. Em grande parte, as diretrizes de suas propostas foram impulsionadas por organizações internacionais vinculadas ao chamado ‘Consenso de Washington’ (WILLIAMSON, 1990; 2004), entre elas o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil, este projeto neoliberal foi conduzido, principalmente, pelos governos de Fernando Collor (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ao longo deste último, promoveu-se uma nova agenda política sobre o papel da sociedade civil na reconstrução do Estado na América Latina (BRESSER-PEREIRA, 1998a; 1998b), em que um conjunto de

novas organizações passou a ser reconhecido pelo aparato estatal de modo a formalizar contratos de parceria com a administração pública.

Com esse objetivo, teve início a construção de um arcabouço legal voltado para a consolidação de um novo setor dedicado ao interesse público, ao qual alguns autores classificavam como o “público não-estatal” (BRESSER-PEREIRA; 1999; BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999) ou como “terceiro setor” (FERNANDES, 1994; 1997).

Procurava-se valorizar, dessa forma, o papel da sociedade civil como *locus* de inovação social, ao mesmo tempo em que a ela se transferia responsabilidades sobre as políticas sociais, que deveriam ser elaboradas e administradas em parceria com o setor empresarial. Com isso, muitas organizações não-governamentais se formalizaram como organizações sociais (OS)²²⁸, devendo atender certos requisitos da administração pública e, conseqüentemente, perdendo parte de sua autonomia e de potenciais posturas radicalizadas.

Em resposta às políticas de privatização de empresas públicas e à perda de direitos sociais nos anos 1990, em praticamente todo o continente foram observados levantes populares com objetivos e formas de ação coletiva variadas, embora haja um consenso em sua caracterização como movimentos sociais (DOMINGUES, 2007; RODRÍGUEZ, 2019; ZIBECHI, 2017).

Um ponto importante a ser destacado é que, apesar da emergência de novos movimentos com pautas assumidas como culturais, tal qual observados nos EUA e Europa, aqui eles foram atravessados e/ou caminharam lado a lado de reivindicações econômicas pautadas na perspectiva da luta de classes, como foi o caso do próprio MPA, fundado também nos anos 1990.

Desde então, as arenas públicas foram transformadas em palco de disputas entre o projeto político neoliberal e o que alguns autores nomearam de projeto democrático-participativo (DAGNINO, 2004; DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006), cujos atores exigiam maior participação estatal no desenvolvimento econômico, maior participação social na esfera pública estatal e novas políticas de inclusão social.

Este segundo projeto reunia uma grande diversidade de organizações formais e informais, de movimentos sociais organizados, de sindicatos e setores da Igreja Católica que, dentro da política institucional brasileira, articulavam-se principalmente em torno do Partido dos Trabalhadores (PT). Desde sua fundação em 1980, o partido e suas bases populares vinham conquistando, progressivamente, prefeituras municipais em todo o país, ao mesmo tempo em que disputavam sistematicamente a Presidência da República através de sua principal liderança, Lula da Silva, que despontara na cena pública a partir de sua participação no movimento sindical e no enfrentamento à Ditadura Militar.

A eleição de Lula da Silva para Presidente da República deu início a uma nova era de interação entre Estado e sociedade civil, apesar das muitas continuidades com relação à gestão do PSDB, em especial na manutenção do tripé macroeconômico herdado de FHC (LISBOA, 2021; SINGER, 2012). Entre 2003 e 2016, novas políticas públicas e programas sociais foram criados com a participação direta de integrantes de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais organizados, entre elas o PAA e o PNAE, já abordados no Capítulo 3, assim como um novo quadro regulatório foi criado para o Terceiro Setor²²⁹.

Em diversos momentos de nossa história, as interações, alianças e conflitos entre agentes que transitam entre estas três esferas foram alvo de análises e disputas políticas acaloradas entre cientistas sociais e economistas, procurando sempre identificar o grau de

²²⁸ O primeiro processo de institucionalização destas organizações se deu no âmbito da Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998, também conhecida como “Lei das OS”. No ano seguinte, foram instituídas as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) por meio da Lei Nº 9.790 de 23 de março de 1999.

²²⁹ O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) foi instituído pela Lei Nº 13.019 de 31 de julho de 2014, no final do primeiro mandato de Dilma Rouseff (2011-2014).

autonomia ou dependência de uma esfera perante a outra (ALVAREZ, 2014; BRESSER-PEREIRA, 1999; DAGNINO, 2004; LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2004; LAVALLE; SZWAKO, 2015).

No entanto, a maior parte dos estudos se debruçam preferencialmente sobre as relações entre Estado e sociedade civil, raramente abordando as interfaces entre esta e o mundo empresarial, o que nos leva a acreditar que o fenômeno observado em nossa pesquisa possa ser representativo de um novo cenário, em que organizações do Terceiro Setor diretamente vinculadas ao setor empresarial, com destaque para institutos e fundações privadas dotadas de capital financeiro, estejam ganhando proeminência nos investimentos sociais em todo o país.

Mesmo que o tema da filantropia seja antigo, ao longo de nossa pesquisa observamos a construção de novas articulações entre redes desse setor (em particular, a Rede GIFE, que abordaremos mais adiante) e redes compostas por organizações territoriais e coletivos políticos como aqueles que compõem as ações coletivas do Movimenta Caxias. Além disso, mesmo movimentos sociais mais antigos, como o MPA, acessaram recursos de fontes de financiamento atreladas a essas redes, às vezes de forma direta, outras de forma mais indireta.

A questão que se pode levantar é se estas parcerias devem ser interpretadas apenas como uma resposta emergencial à crise sanitária ou se são indícios de movimentações mais amplas entre os diversos agentes que disputam os rumos da política nacional, tendo em vista o atual cenário de desmonte das políticas públicas e de ascensão de um projeto conservador que ocupa atualmente a Presidência da República sob o mandato de Jair Bolsonaro, mas que avança igualmente dentro da sociedade civil.

De nossa parte, não temos elementos suficientes para enveredarmos nesse debate de forma mais conclusiva. Desejamos apenas contribuir com informações e análises dos dois estudos de caso específicos, análises estas circunscritas ao período da pandemia de Covid-19, mas que revelaram a existência de um tecido social mais amplo e do qual os nossos interlocutores ao longo da pesquisa também estão conscientes.

Não apenas estão cientes, como fazem suas próprias interpretações de cada movimento dentro e fora da política institucional, sendo agentes ativos nas buscas por financiamento e na gestão dos recursos acessados. Prova disso são as análises que eles próprios publicam nos canais de mídia e nas redes sociais, assim como as longas conversas que tivemos durante as campanhas.

Quando tratamos do financiamento das campanhas, portanto, não fazemos qualquer julgamento de valor sobre a origem ou as reais motivações dessas parcerias, se as respectivas coordenações estão sendo ou não alvo de tentativas de cooptação ou manipulação por parte das entidades doadoras. Porém, ressaltamos as diversas contradições existentes entre as formas de atuação e os discursos proferidos pelos diferentes agentes envolvidos na trama, de modo a contribuir analiticamente para os novos rumos que o país poderá tomar nos próximos anos.

4.2. O enquadramento da fome nas campanhas de solidariedade

Não foram apenas os movimentos sociais que chamaram a atenção da opinião pública para a fome no Brasil. A crise sanitária provocada pela disseminação da Covid-19 veio acompanhada da constatação de que a insegurança alimentar caminhava a passos largos, mesmo antes da pandemia, como demonstravam diversos estudos conduzidos por pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa, de organismos multilaterais e de organizações não-governamentais (CEPAL-FAO, 2020; FILHO; JÚNIOR, 2021; IBGE, 2020a; IPEA, 2020; REDE PENSSAN, 2021; SER SOCIAL, 2021).

A partir de 2020, diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais organizados passaram a denunciar o que seria a volta do Brasil ao Mapa da Fome, ferramenta utilizada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) para medir a situação de insegurança alimentar em cada país. Utilizando um indicador criado pela própria entidade, o *Prevalence of*

Undernourishment (PoU), mede-se a estimativa percentual da população nacional nessa situação, em que os países com mais de 2,5% da população nessa faixa passam a ser listados no Mapa da Fome.

Em 2014, pela primeira vez foi anunciada a saída do Brasil dessa lista, em grande parte devido ao sucesso das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) destacadas no Capítulo 3 dessa dissertação. Entretanto, esta classificação é tratada por muitos pesquisadores como incompleta, de modo que outros estudos e indicadores são considerados de maior precisão, em particular os que utilizam a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, realizado pela Rede PENSSAN.

De acordo com seu último relatório (PENSSAN, 2021), a insegurança alimentar se mostrava em franca expansão, tendo alcançado, no final de 2020, níveis similares aos de 2004, quando se começou a implementar a agenda de SAN em todo o país.

De acordo com esses dados, cerca de 112 milhões de pessoas sofriam, nos últimos três meses de 2019, algum grau de insegurança alimentar, sendo que 19 milhões estavam em situação de insegurança alimentar grave, sem recursos para comprar comida suficiente para suprir suas necessidades nutricionais básicas. Em comparação com 2018, houve um aumento de quase nove milhões de pessoas em apenas dois anos, revelando que a situação já vinha progressivamente se agravando antes da pandemia.

Diante disso e das denúncias de desmonte dos programas sociais de combate à fome por parte do Governo Federal, as duas campanhas de doação de alimentos aqui analisadas ganharam forte conotação política, de modo que os diversos atores envolvidos passaram a disputar, através de narrativas tornadas públicas, as causas para o aumento da fome na sociedade e os impactos gerados pela pandemia. Ao longo de 2020, praticamente todas as postagens nas redes sociais do Movimenta Caxias e do MPA faziam alguma referência ao tema, muitas vezes divulgando os resultados do estudo publicado pela Rede PENSSAN.

Por outro lado, quando tratavam das soluções para este problema, o Movimenta Caxias procurava articulá-lo à necessidade de melhorias no conjunto dos serviços sociais prestados pelo Estado, como de assistência social e de saúde²³⁰, enquanto o MPA-RJ privilegiava as denúncias do conluio entre o Estado e o agronegócio, apontando a agricultura camponesa e a agroecologia como únicas saídas possíveis para a crise que, no seu modo de ver, era anterior à chegada da pandemia de Covid-19.

Em contrapartida, ambos convergiam na análise de que não se poderia esperar dos governos de ocasião qualquer ação enfática de enfrentamento a esses problemas, de modo que lhes restava apenas — aos indivíduos, movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil — apelar à solidariedade, seja na doação de dinheiro e de alimentos, seja no envolvimento voluntário com as campanhas de doação.

Justamente, foi essa politização das campanhas em torno da ideia de solidariedade, palavra pronunciada recorrentemente por meus interlocutores ao longo de todo o trabalho de campo e nas suas publicações em redes sociais, que nos levou a tratá-las como *campanhas políticas de solidariedade*. Mas o que cada um desses atores estava chamando de solidariedade? Quais foram os enquadramentos produzidos para justificá-la e quais foram os vínculos materiais que a sustentaram em cada um dos arranjos?

²³⁰ Ver a página 3 do jornal Voz da Baixada, no Anexo II.

4.3. Movimentos sociais, sindicatos, coletivos, institutos e fundações: a grande teia de relações políticas e econômicas

Ao longo da pesquisa, constatamos a existência de um emaranhado de relações políticas e econômicas entre indivíduos e coletivos heterogêneos, compondo arranjos improvisados, instáveis e renegociados a cada momento. Além de algumas similaridades nos formatos das duas campanhas, muitos dos sujeitos envolvidos estabeleceram vínculos com ambas as iniciativas, sendo possível identificar um entrecruzamento entre as duas redes de solidariedade, que podem ser parcialmente visualizadas na Figura 7:

Figura 7: Mapa da teia de relações políticas e econômicas das duas campanhas



Fonte: autoria própria.

Uma rede é feita de pessoas que se articulam por meio dos vínculos que conectam umas às outras, permitindo fluxos de energias e materiais, de objetos e de ideias entre elas e as organizações das quais fazem parte. A depender da rede, podem circular valores morais e políticos, afetos e informações, assim como conhecimentos e experiências. Quando várias redes se encontram, forma-se uma teia de interações pelas quais transitam os fluxos de cada uma delas.

A teia de relações políticas e econômicas representada neste diagrama é uma rede de redes que se entrecruzam em função das duas campanhas de doação. Trata-se de um retrato dos vínculos políticos e econômicos entre os diversos coletivos e organizações que compuseram os dois arranjos de campanha durante a pandemia, embora grande parte dos vínculos comportem relações de médio e longo prazo entre os atores envolvidos, assim como podem gerar expectativas de parcerias futuras para novas campanhas e projetos.

Apesar de estarem representados coletivos, organizações, institutos e movimentos sociais organizados, é preciso considerar o caráter dinâmico das interações, muitas vezes instáveis e improvisadas, assim como a fluidez das fronteiras entre os diversos atores coletivos:

muitos indivíduos participam de mais de uma organização ao mesmo tempo, assim como diversos indivíduos colaboraram com as campanhas apenas como voluntários, sem qualquer compromisso com nenhum desses organismos em específico. O que não impede que possam vir, futuramente, a integrar alguma dessas organizações.

Além disso, apesar de Movimenta Caxias e MPA-RJ procurarem ressaltar a horizontalidade existente na construção dos arranjos, as diversas organizações e seus membros têm pesos diferentes, seja por seu tamanho, por suas trajetórias passadas ou pelas funções específicas desempenhadas nos arranjos. A Ação da Cidadania, por exemplo, embora tenha tido uma participação pontual no início das duas campanhas através da doação de cestas básicas de alimentos convencionais²³¹, é uma organização que assume um peso simbólico imenso, por toda sua história progressista em campanhas de combate à fome e na luta por uma sociedade brasileira mais solidária. Em diversas ocasiões, os coordenadores comentaram sobre como tinham na campanha fundada por Betinho uma referência histórica.

Na análise dessa teia de relações, o Movimenta Caxias e o MPA-RJ atuaram como mediadores entre grupos de agricultores e empresas, financiadores, ONGs e uma diversidade de intermediários locais nos territórios de entrega. No lado esquerdo do diagrama estão representadas as organizações que participam da campanha *Movimentando a Baixada*, coordenada pelo Movimenta Caxias e pela ONG Criola, enquanto do lado direito estão representadas as organizações que participam da campanha *Mutirão Contra a Fome*, coordenada pelo MPA-RJ. O Coletivo Terra aparece centralizado por ser o principal elo de conexão entre as duas campanhas, assim como a Ação da Cidadania, que forneceu alimentos diretamente para ambas as coordenações.

Nos dois lados do diagrama, as setas vermelhas representam os fluxos de alimentos, as setas verdes representam os fluxos de dinheiro e as setas azuis representam as relações de apoio político. Enquanto as setas verdes e vermelhas têm sentido único, as setas azuis possuem sempre sentido duplo, demonstrando como as relações de apoio político são recíprocas. Algumas das organizações mantêm entre si vínculos tanto políticos como econômicos, ao passo que entre outras as relações são puramente comerciais.

Também nos dois lados, os balões verdes representam os fornecedores de alimentos, sejam eles produtores (cooperativas, associações, famílias, Coletivo Terra e APROLUC), sejam apenas intermediários (supermercados, Clube Orgânico, Ação da Cidadania). Repare-se que tanto a APROLUC quanto o Coletivo Terra fornecem alimentos para as duas campanhas, uma vez que estão envolvidos em todos os circuitos de distribuição do Raízes do Brasil.

Os balões amarelos representam os financiadores das duas campanhas. Enquanto na *Movimentando a Baixada* temos um número menor de organizações, todas elas vinculadas ao Terceiro Setor, no *Mutirão Contra a Fome* observamos uma maior pluralidade nas fontes de financiamento: consumidores, sindicatos, institutos públicos e privados. Alguns deles também trocam apoio político com o MPA-RJ (SEPE e SINDIPETRO-RJ), ao passo que outros são responsáveis por outros projetos sociais da organização (Fiocruz e Ibirapitanga).

Os balões rosas representam os tipos de organizações locais situadas nos territórios, responsáveis pela articulação com os donatários e com os poderes locais, garantindo assim a realização do objetivo central das duas campanhas: a doação dos alimentos. Elas os recebem e administram as entregas de formas diferentes de acordo com as especificidades dos territórios,

²³¹ No primeiro mês de pandemia, o MPA-RJ recebeu a doação de 500 cestas básicas da Ação da Cidadania. Embora tenha havido conversas para que uma próxima rodada de entregas fosse convertida em dinheiro para a compra dos produtos de sua base camponesa, as ações não tiveram continuidade. Já o Movimenta Caxias também recebeu a doação de 500 cestas básicas, que foram distribuídas na primeira rodada da campanha junto com as financiadas pelo Instituto Unibanco.

ao mesmo tempo em que trocam apoio político com o Movimenta Caxias e o MPA-RJ e com os demais coletivos e organizações que participem das ações de entrega dos alimentos.

Nos balões azuis-claros, representamos os coletivos que conferem apoio político ao Movimenta Caxias, destacando-se aqueles cujos militantes compõem a coordenação ampliada da campanha. Em sua órbita de influência política, observamos a existência majoritária de coletivos e organizações de cunho mais político e cultural, como o MNU, o Perifa Connection e o +Nós.

Já do lado do MPA-RJ, há uma diversidade de organizações de caráter econômico, como cooperativas e associações de agricultores. Em ambos os casos, esses vínculos eram anteriores à pandemia, com exceção da APROLUC, cuja parceria começa a ser construída justamente em resposta aos novos desafios impostos pela crise sanitária.

Nota-se, ainda, uma diferença no padrão de financiamento. Enquanto o MPA-RJ assume o papel de intermediário entre os fluxos de dinheiro e os fluxos de alimentos do *Mutirão Contra a Fome*, arrecadando os recursos de fontes variadas e utilizando-os na compra de alimentos produzidos pelas cooperativas, associações e famílias vinculadas aos seus circuitos comerciais, o Movimenta Caxias não maneja diretamente o dinheiro utilizado na compra dos alimentos, uma vez que ele é gerido pela OSCIP SITAWI, que o recebe do Instituto Unibanco. Por sua vez, os recursos doados pelo Instituto Unibanco também chegam ao MPA-RJ e à APROLUC, mas antes são recebidos pelo Coletivo Terra, que os redistribui na complementação das cestas agroecológicas.

Conforme os acordos eram imaginados, negociados e materializados, a depender de sua evolução e do grau de confiança entre os agentes, poderiam se transformar em alianças políticas para projetos futuros. A intenção do diagrama é mostrar como as interações entre os agentes podem ser, para efeitos de análise exclusiva das campanhas, predominantemente econômicas ou políticas, embora tenhamos que reconhecer que essas interseções são muito difusas. Algumas cooperativas e associações ligadas ao MPA, por exemplo, são fornecedoras de alimentos para o Raízes do Brasil, ao mesmo tempo que são consideradas parte da base política do movimento social organizado.

Da mesma forma, o trânsito de objetos e de ideias entre os diferentes agentes pode assumir formatos variados ao longo do tempo e, a depender do ponto de vista de quem os observa, podem ser viabilizados por interesses estratégicos específicos ou por necessidades pragmáticas, de modo que a heterogeneidade e a fluidez interna dos coletivos e organizações se reflète também nas redes de contatos interpessoais entre seus membros (DIANI, 2004; ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020).

Desse modo, em paralelo às campanhas o MPA continuou participando de ações coletivas de protesto e de política contenciosa, tais quais tradicionalmente descritas pela literatura dos movimentos sociais referenciada até aqui (ALONSO, 2009; DIANI; DELLA PORTA, 2006; TILLY; TARROW, 2015). Durante a pandemia, inclusive, o Movimento se articulou com outras organizações camponesas que compõem o Campo Unitário²³² para reivindicar políticas públicas direcionadas à categoria, ou melhor dizendo, à classe camponesa que pretende representar.

Em suas ações coletivas, os movimentos sociais procuram soluções pragmáticas para os problemas sociais identificados com suas pautas políticas específicas, o que costuma envolver a construção de parcerias com outros agentes. Ao mesmo tempo, tenta-se enquadrar os problemas num discurso coerente a ser publicizado, de forma que suas ideias e ações de protesto ganhem legitimidade perante a opinião pública (CEFAÏ, 2011; 2017; SNOW, 2004; 2013).

²³² O Campo Unitário é um espaço de articulação nacional entre movimentos e organizações sociais, criada a partir do Encontro Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em agosto de 2012.

Em torno de suas práticas e discursos, o movimento social vai constituindo, entre acordos e conflitos, uma identidade coletiva que jamais será estática, embora emita uma imagem de unidade para quem o observa do exterior (MELLUCI, 1995).

No entanto, cada vez menos os movimentos sociais se limitam ao protesto e à reivindicação perante as autoridades constituídas. Como afirmava Paulo Freire (1997)²³³, é preciso saber ir da denúncia ao anúncio, isto é, criticar, mas apresentando soluções possíveis, mundos alternativos em que as injustiças sociais não se repitam.

Esse é um dos sentidos atribuído por nossos interlocutores à ideia de solidariedade: ela surge de uma necessidade premente, amplificada pela inação das autoridades públicas às quais são atribuídas responsabilidades, ao mesmo tempo em que é portadora de mensagens políticas sobre um novo mundo possível, baseado na construção de laços de confiança e de organização política das massas trabalhadoras.

Nos dois casos analisados, a associação feita entre a fome, a pobreza e a desigualdade social no Brasil, com suas raízes históricas e racializadas, oportunizou que organizações e movimentos sociais com origens muito diferentes pudessem se engajar coletivamente nesse tipo de ações durante a pandemia.

Conforme apresentamos nas postagens do Movimento Caxias em redes sociais (Capítulo 1) e no jornal *Voz da Baixada* distribuído durante a entrega de alimentos (Anexo II), a campanha *Movimentando a Baixada* articulou discursivamente esses problemas sociais com a precariedade dos serviços públicos na Baixada Fluminense, conferindo destaque aos grupos sociais que, no seu modo de ver, seriam os mais prejudicados pelo fato de serem tratados de forma marginal pela sociedade e pelo Estado brasileiro: negros, mulheres, favelados e populações periféricas.

Dessa forma, a pandemia de Covid-19 era apresentada como mais um dos fatores que contribuía para a baixa qualidade de vida e para o extermínio sistemático dessas populações, junto à falta de acesso à saúde e à assistência social, assim como à tradicional necropolítica capitaneada pelas incursões letais da polícia em seus territórios e do encarceramento em massa da juventude negra.

Na ausência de qualquer perspectiva de apoio do Estado às suas demandas, seja a nível municipal (Duque de Caxias), regional (Baixada Fluminense) ou nacional, suas comunicações públicas se destinavam a convencer a sociedade a contribuir com a campanha de solidariedade, enquadrando-a como uma ação coletiva de pessoas periféricas em favor de outras pessoas periféricas, o que já demonstramos ser representado pela expressão “nós por nós (mesmos)”.

Já a campanha *Mutirão Contra a Fome* associou os mesmos temas da fome, da pobreza e da desigualdade social a uma equivocada (e interessada) política dos alimentos, em que o Estado brasileiro estaria favorecendo as grandes cadeias industriais do agronegócio e a produção de alimentos convencionais, ao mesmo tempo em que travava qualquer avanço nas políticas de reforma agrária defendidas pelos movimentos camponeses.

Nas diversas publicações referenciadas até aqui de intelectuais ligados ao MPA, estas questões estariam entre as causas fundamentais da fome no campo e nas cidades, da expulsão das populações rurais para os centros urbanos, da baixa qualidade nutritiva dos alimentos produzidos e de muitos dos impactos socioambientais negativos provocados pelo agronegócio em todo o país.

Em face dessas condições estruturais, o Movimento defendia a construção de políticas públicas para o abastecimento alimentar que favorecessem a agricultura camponesa e a agroecologia, de modo que suas ações comerciais nos centros urbanos, assim como as

²³³ A menção a Paulo Freire não é casual. Em diversos momentos ao longo da pesquisa, os militantes do Movimento Caxias e do MPA-RJ recorreram a ele para explicar suas ideias e práticas, considerando-o uma das maiores referências no campo da educação popular.

campanhas de doação de alimentos durante a pandemia, faziam parte da estratégia de divulgação de suas narrativas.

Uma diferença importante entre o Movimenta Caxias e o MPA na disputa discursiva nas arenas públicas é o fato de que o primeiro atua prioritariamente através das redes sociais, pequenos jornais e ações pontuais de protesto, enquanto o MPA tem uma longa coleção de livros, artigos em jornais e revistas científicas, além de uma ampla rede de blogs que o auxilia nessa tarefa. Isto se explica, é claro, por sua trajetória histórica mais longa e por estar organizado a nível nacional, mas também pela maior experiência de seus militantes em repertórios de interação com o Estado, seja na participação em instâncias participativas como o CONSEA, seja na construção de políticas públicas de seu interesse.

Em artigo publicado sobre a pandemia e as respostas que os movimentos sociais deram a ela, Penna et al (2020) elencam um conjunto de ações implementadas por estes atores e suas principais esferas de incidência. Uma das organizações analisadas foi justamente o MPA, suas redes de comercialização de alimentos agroecológicos e a campanha *Mutirão Contra a Fome*, que, segundo o estudo, estruturou-se com base em uma ampla “política de alianças”:

A atuação do MPA em resposta à pandemia da Covid-19 foi marcada por esforços de conectar agricultores e a população por duas vias: uma de criação ou fortalecimento de iniciativas de venda direta ao consumidor, via cestas de alimentos e com uso de canais digitais, e outra da promoção de ações de doação de alimentos apresentadas como ações de solidariedade de classe e de combate à fome. Para cada uma delas, MPA propôs a realização de campanhas, inicialmente reforçando a mensagem da necessidade de isolamento social com o mote “#FiqueEmCasa Nós seguiremos produzindo seu alimento”. O mote, compartilhado com a Via Campesina, destacava também o papel do campesinato na produção de alimentos saudáveis. Além de ações relacionadas a doações e criação de mercados, o MPA se articulou com outros movimentos rurais do Campo Unitário em ações de interpelação institucional para reivindicação de medidas emergenciais para a agricultura familiar. E realizou ações informacionais em *lives* e debates online para apresentar suas ações e preocupações com a saúde de camponeses e alimentação da população durante a pandemia (p. 9-10)

Já ressaltamos o papel destacado que teve a internet como plataforma de comercialização dos alimentos pelo MPA-RJ, de divulgação de suas pautas políticas e do Movimenta Caxias, assim como na condução desta pesquisa. Eu mesmo fui convocado, em mais de uma oportunidade, a dar depoimentos em *lives* sobre as ações que estávamos desenvolvendo a partir do *Mutirão*.

Além disso, o MPA mantém relações mais amplas com setores da esquerda agrupados na Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo — fóruns criados para a construção de uma agenda democrática e participativa no país —, tendo inclusive participado dos protestos de rua convocados por estas articulações em 2021. No dia 13 de novembro daquele ano, por exemplo, militantes do MPA se juntaram à Marcha Contra a Fome organizada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), na praia do Leblon, o bairro mais rico da capital fluminense. Nesta ocasião, levamos moradores do Morro dos Prazeres e da Rocinha, que se juntaram às dezenas de famílias de moradores de ocupações urbanas da cidade.

Ainda sobre o *Mutirão Contra a Fome*, Penna et al (2020) argumentam que:

Seu objetivo principal foi a solidariedade (de classe), que se deu tanto por meio de alianças com movimentos urbanos, como por meio de um discurso que distinguia solidariedade de caridade, como contraposição a ações de

outros atores que doaram alimentos. Essas práticas, portanto, disputavam o sentido do alimento na sociedade que não fosse mercadoria, e o lugar social do campesinato contrapondo diferentes reações por outros atores no sistema agroalimentar (Ibid., p. 11).

As organizações de produtores — associações, cooperativas e comunidades — vinculadas ao MPA são também atores políticos, atuando tanto em suas regiões de origem como, em alguns casos, nos diversos coletivos, coordenações e demais instâncias que compõem a estrutura interna do MPA, conforme o organograma publicado por Niemeyer (2014). Porém, vimos em nossa pesquisa e na dissertação de Tanaka (2019) que, ao menos no caso do Rio de Janeiro, as atividades comerciais se sobrepõem muitas vezes às ações políticas no que diz respeito ao cotidiano de sua militância²³⁴, mesmo que suas ações comerciais sejam também enquadradas como políticas.

Já no caso do Movimenta Caxias, os movimentos e coletivos que compõem sua militância e integram a coordenação da campanha²³⁵ têm, em geral, um caráter menos comercial. São coletivos de midiativismo, de valorização da cultura periférica, de movimentos negros e feministas, entre outros. Mais jovens e ‘antenados’ ao contexto urbano que seus parceiros do MPA-RJ, apropriaram-se com destreza das novas tecnologias de comunicação, tanto no que se refere à divulgação de suas pautas políticas e atividades, como também na implementação de estratégias inovadoras de arrecadação de recursos.

É possível dizer que, apesar da busca de diálogo direto com as populações da periferia, suas bandeiras de luta estão direcionadas preferencialmente ao Estado, uma vez que reivindicam soluções que só podem ser encaminhadas através de políticas públicas: saneamento básico, segurança pública (de verdade), educação, transporte e saúde pública de qualidade. Para ações de protesto como estas, não há necessidade de maiores recursos econômicos, uma vez que podem ser executadas exclusivamente com trabalho voluntário e não envolvem necessariamente a aquisição ou transferência de bens materiais.

Ainda assim, existe uma ampla rede de apoio econômico, muitas vezes invisível, que garante a produção dos conteúdos audiovisuais e dos eventos organizados por seus diversos coletivos, além da eventual remuneração de seus membros. Um exemplo dado no primeiro capítulo é o do financiamento do jornal *Voz da Baixada* pela Casa Fluminense. Além do jornal, outras ações promovidas por militantes ligados ao Movimenta Caxias recebem recursos de organizações do Terceiro Setor, como é o caso do *Perifa Connection* e da ONG *Criola*, articuladores centrais da campanha, que constam no quadro de apoios financeiros do Instituto *Ibirapitanga*²³⁶, entidade que paralelamente foi uma das principais financiadoras do *Mutirão Contra a Fome*.

A existência da rede de conexões entre os diversos coletivos e organizações é muito clara, sendo explicitada nas diversas conversas que tive com meus interlocutores, assim como em suas publicações. Na última página do jornal *Voz da Baixada* (Anexo II), por exemplo, ao lado de diversas pessoas, coletivos e campanhas “parceiras”, são destacadas algumas das principais organizações realizadoras ou apoiadoras da campanha de doações e do próprio jornal: *Movimenta Caxias*, *Perifa Connection*, Instituto *Marielle Franco* e *Criola*.

²³⁴ Isto é ainda mais verdadeiro com relação às mudanças durante a pandemia, devido ao vertiginoso aumento da demanda retratado no segundo capítulo.

²³⁵ Como vimos no primeiro capítulo, não somente a coordenação da campanha, como também grande parte das pessoas voluntárias e contratadas, fazem parte de coletivos e movimentos sociais politicamente ligados ao *Movimenta Caxias*, sem que isto implique num vínculo político formal entre as diferentes organizações.

²³⁶ Disponível em: <https://www.ibirapitanga.org.br/doacoes/>. Acesso em: 31 dez. 2021.

A partir do conjunto de elementos apresentados sobre as duas campanhas, podemos observar a centralidade dada à construção de novos vínculos políticos e econômicos entre as pessoas e organizações que compõem as coordenações e as campanhas, o que inclui os entrelaçamentos entre as ações coletivas do MPA-RJ e do Movimenta Caxias, cujas primeiras linhas foram costuradas pelo Coletivo Terra.

Outra questão importante diz respeito às narrativas tornadas públicas através das campanhas, cujas interpretações são informadas por enquadramentos políticos específicos (pautados nas trajetórias e experiências prévias dos diversos agentes), mas que se aproximam diante de uma conjuntura compartilhada em que as ações precisaram ser pensadas e propostas em caráter emergencial. Com isso, queremos dizer que os arranjos de campanha não são o resultado imediato de planejamentos ou de ideias pré-concebidas, e sim da conjugação entre essas ideias e os eventos concretos que desafiaram os atores a se moverem e se reinventarem constantemente no próprio curso das ações.

Desse modo, enquanto o MPA anunciou o *Mutirão* como uma ação de solidariedade de classe entre *trabalhadores* rurais e urbanos — o que incluiu tanto os consumidores de classe média quanto os beneficiários de classe baixa —, o Movimenta Caxias mobilizou mais o enquadramento das *periferias* rurais e urbanas, em particular daquelas situadas na Baixada Fluminense, região muitas vezes esquecida pelos moradores da capital e, principalmente, pelas fontes de financiamento de projetos sociais²³⁷.

Mesmo com essas diferenças, nos dois *arranjos de campanha* o alimento foi o elemento central de mobilização coletiva: foi o eixo norteador das narrativas, das pessoas e dos recursos que circularam durante esse período. A solidariedade de classe ou entre identidades periféricas foi mobilizada e organizada em nome do combate à fome, motivo pelo qual coordenadores, militantes e voluntários operacionalizaram uma complexa logística de distribuição, em nome da sobrevivência de pessoas desconhecidas e que viviam às margens da sociedade, nas periferias e favelas de grandes centros urbanos ou em comunidades de povos tradicionais.

A partir da iniciativa desses jovens militantes, foi possível gerar renda para os agricultores e para dezenas de pessoas encarregadas de garantir o escoamento da produção, num momento de extrema incerteza econômica e de graves riscos às famílias mais pobres. Por outro lado, as ações desenvolvidas extrapolaram o âmbito imediato das campanhas, somando-se às redes alimentares alternativas já existentes e contribuindo para reafirmar os valores e objetivos políticos dos diversos atores coletivos envolvidos.

Em um momento de crise econômica e sanitária, o “consumo como um ato político” — para lembrar uma das principais bandeiras assumidas pelo Raízes do Brasil — ganhou novas ferramentas, assim como a solidariedade ganhou novos significados. Não se trata apenas do apoio mútuo entre consumidores urbanos e agricultores familiares, como é defendido nas Feiras e Cestas Camponesas do MPA-RJ ou nas postagens no perfil de Instagram do Coletivo Terra. As iniciativas passam a incluir, também, trabalhadores urbanos periféricos, que até então tinham pouco ou nenhum acesso a esses *alimentos de qualidade diferenciada* (WILKINSON, 2008).

Contudo, para que ambos os arranjos fossem viáveis, não seria suficiente estar dentro de uma ampla rede de apoios políticos e pequenos circuitos de comercialização. Para que as entregas atingissem uma escala maior, era preciso ter acesso a recursos econômicos mais volumosos, como foi o caso (guardadas as devidas proporções) do Movimenta Caxias com o Instituto Unibanco e do MPA-RJ com o Instituto Ibirapitanga.

²³⁷ Esta percepção me foi relatada por Bruno Henrique, coordenador financeiro da campanha do Movimenta Caxias.

Se num primeiro momento, ainda no início da pandemia, grande parte dos recursos era originária de pessoas sensibilizadas por meio de postagens na internet²³⁸, para que as campanhas se estruturassem e ganhassem maior envergadura foi necessário ir atrás de fontes mais estáveis e confiáveis de apoio financeiro. Como veremos mais adiante, esses fluxos de dinheiro também são considerados, por nossos interlocutores, como parte fundamental da estrutura dos arranjos de campanha. Entretanto, o nome dos principais financiadores raramente aparecia em suas publicações. E, quando eram citados, não recebiam qualquer destaque.

O Movimenta Caxias, através da ONG Criola, firmou a parceria com o Instituto Unibanco. Esta colaboração foi intermediada pela OSCIP SITAWI – Finanças do Bem, entidade responsável por gerir os recursos e trâmites burocráticos da campanha²³⁹. Enquanto isso, o MPA-RJ continuou divulgando sua iniciativa através dos Núcleos de Consumo da Cesta Camponesa — mesmo que as doações tenham se reduzido muito ao longo de 2020 —, ao mesmo tempo em que buscou apoio de sindicatos e institutos públicos e privados, como a Fiocruz e o Instituto Ibirapitanga.

Entre os sindicatos, os mais atuantes foram, em um primeiro momento: a Federação Única dos Trabalhadores (FUP), que ajudou a financiar minha viagem e de Beto Palmeira para Santo André/SP²⁴⁰; o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), que colaborou com ações de entregas de botijão de gás a preço subsidiado para famílias de alguns dos CPAs no Rio de Janeiro; e o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-Niterói), que doou recursos, em três ocasiões, para entrega de alimentos e sementes crioulas em duas aldeias *mbya guarani* no município de Maricá.

Foto 30. Beto Palmeira e Guilherme Boulos em ato de inauguração da Cozinha Solidária do MTST em Santo André/SP.



Fonte: acervo pessoal.

²³⁸ No primeiro e segundo capítulos, fizemos uma descrição das trajetórias das duas campanhas, o que inclui as estratégias de financiamento. No final do terceiro capítulo, apresentamos um diagrama das etapas das campanhas e dos principais tipos de agentes envolvidos em cada uma.

²³⁹ Para ter acesso a recursos a fundos geridos por fundações e institutos, a associação deve estar formalizada como pessoa jurídica, motivo pelo qual a campanha do Movimenta Caxias teve que ser assessorada pela SITAWI. Já o MPA pôde acessar os recursos do Ibirapitanga por estar formalizado regionalmente como ACECARJ.

²⁴⁰ Neste caso, ocorrido durante a inauguração do espaço em celebração ao Dia do Trabalhador (1º de maio de 2021), a FUP também subsidiou o preço das sacas de arroz: o MTST pagou o valor referente ao produto convencional vendido nos mercados da região, enquanto o sindicato complementou o valor restante em referência ao preço de venda no Raízes do Brasil.

A Fiocruz Mata Atlântica apoiou o *Mutirão* por meio de edital público específico, que contemplou diversas organizações não governamentais e movimentos sociais organizados em ações de combate à fome durante a pandemia. O Instituto Ibirapitanga, como já foi relatado no segundo capítulo, concedeu recursos importantes para a estruturação da campanha em sete estados, incluindo o Rio de Janeiro, sendo parte destinado à remuneração de dois militantes em cada um dos estados.

Por sua vez, o MPA-RJ também recebeu recursos do Instituto Unibanco, à medida em que intermediou a complementação das cestas do Coletivo Terra a partir dos agricultores vinculados à APROLUC. Assim, por mais que o *Mutirão Contra a Fome* não aceite financiamento de empresas privadas, indiretamente foram contemplados com recursos de uma fundação privada vinculada ao sistema financeiro.

É possível dizer que a ideia da solidariedade permeou todas as etapas dos arranjos de campanha, de modo que cada ator cumpriu funções específicas (financiamento, coordenação, produção e distribuição, tal qual exposto na Figura 6) para que seu objetivo central fosse concretizado: o combate à fome durante a pandemia de Covid-19. Por outro lado, também observamos como estas campanhas políticas de solidariedade foram enquadradas de formas diferentes nas duas iniciativas, ocorrendo o mesmo entre o conjunto de atores que as compuseram. Nas próximas seções, exploraremos com mais detalhes as diferentes concepções de solidariedade e as redes invisíveis que as sustentaram.

4.4. Formas de solidariedade política: solidariedade de classe ou entre identidades periféricas

O tipo de solidariedade presente na narrativa do Movimento Caxias e do MPA é de apoio mútuo entre pessoas consideradas iguais entre si, mas que compartilham de uma posição subalterna com relação às elites políticas e econômicas do país. No caso do MPA, esta igualdade está referenciada na condição de trabalhadores urbanos e rurais, que dependem de seu trabalho para sobreviver numa sociedade de economia capitalista. Por isso, afirmam se tratar de uma solidariedade de classe.

Para tanto, é preciso lembrar que o MPA está articulado junto a outros movimentos e organizações camponesas através da Via Campesina Brasil. Em março de 2020, a organização emitiu uma nota pública afirmando que a crise sanitária provocada pelo Covid-19 vinha se somar a um conjunto de outras crises simultâneas em curso no país, muitas delas atribuídas ao cenário atual da política nacional:

Diante da grave crise de saúde pública, a reiterada postura irresponsável do governo Bolsonaro frente às medidas sanitárias, bem como às medidas econômicas com exclusivo conteúdo de proteger bancos e grandes empresas em completo detrimento de políticas de Estado que protejam trabalhadores formais e informais, assim como setores vulneráveis, tende a agravar ainda mais a crise, produzindo quadro simultâneo de pandemia aguda, fome e violência social²⁴¹.

Para além da denúncia, a entidade anunciou alguns compromissos a serem seguidos pelas organizações que a compõem, entre os quais destacamos o estímulo à produção de alimentos agroecológicos, mantendo a oferta a preços acessíveis, e a disputa de narrativas nas redes sociais de Internet. Dessa forma, vemos como um movimento social organizado incide nas arenas públicas (CEFAI, 2017), não apenas denunciando problemas públicos e seus oponentes políticos, mas também propondo soluções criativas para eles, seja por meio de discursos, seja por meio de ações concretas e pragmáticas.

²⁴¹ Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/notaviacampesina/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Por outro lado, a Via Campesina afirma “que todo o esforço das organizações populares e da sociedade civil não substitui o papel determinante e estrutural do Estado para o enfrentamento da crise”, exigindo do governo federal medidas econômicas de proteção dos trabalhadores e o resgate e fortalecimento de programas públicos para o abastecimento de alimentos agroecológicos.

Estes compromissos foram levados adiante por diversas organizações camponesas durante a pandemia, de modo que a campanha do *Mutirão Contra a Fome* não está isolada. Pelo contrário, deve ser inserida em um conjunto de outras iniciativas às quais diversos militantes de movimentos sociais do campo estão tratando como formas de solidariedade de classe, como é possível constatar nas páginas das organizações envolvidas com campanhas de doações de alimentos.

Em reportagem publicada no *site* do MST, por exemplo, Lays Furtado (2020) diferencia as duas campanhas descritas em seu texto daquelas identificadas com a caridade, na medida em que os vínculos entre as classes trabalhadoras do campo e da cidade são fortalecidos através da partilha do que se tem, enquanto a caridade teria como princípio a doação do que se tem de sobra. Ao invés da solidariedade entre iguais, a solidariedade entre desiguais.

Com esta concepção de solidariedade de classe, o MPA-RJ buscou construir parcerias e alianças com sindicatos com longa trajetória de luta política, ao mesmo tempo em que procurou sensibilizar os consumidores das Cestas Camponesas para que doassem dinheiro para a campanha em nome da solidariedade entre os trabalhadores urbanos e rurais. Fomentando, portanto, a circulação de recursos em dinheiro que deveriam ser partilhados de forma horizontal, entre pessoas que compartilham da mesma condição de trabalhadoras, apesar de toda a diversidade (e desigualdade) existente entre elas.

Em *live* com a participação de militantes de diversas organizações camponesas, Cristina Vale, integrante da coordenação política estadual do *Mutirão Contra a Fome*, delineou o que o MPA considera o “tripé da solidariedade de classe”: (a) parcelas da sociedade civil organizada nas cidades financiam a campanha para que o MPA compre os alimentos, garantindo que (b) as famílias camponesas continuem produzindo e alimentando (c) as parcelas da população urbana em estado de insegurança alimentar²⁴². Em seguida, ela emendou:

Os movimentos sociais existem como ferramenta da sociedade para pressionar o Estado pra um modelo que a gente entende que deve ser colocado em pauta [...]. Nossas ações são principalmente simbólicas: a gente não vai acabar com o problema da fome. A gente tá aqui pra mostrar que cabe ao Estado assumir de fato o seu dever com o bem estar do povo e transformar as nossas ações em política de Estado.

Esta *live* foi transmitida durante a 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da Fiocruz, sob o título de “Soberania Alimentar em Tempos de Pandemia”. Reuniu integrantes do MST, do MPA e da Rede Ecológica, três organizações financiadas pela Fiocruz Mata Atlântica através de duas campanhas²⁴³: a primeira denominada *Periferia Viva*; e a segunda denominada *Campo e Favela Contra o Coronavírus e a Fome*.

A elas se somaram o *Mutirão Contra a Fome* (MPA) e a campanha *Mãos Solidárias*, coordenada pelo MST. Todas estas iniciativas compartilham da mesma concepção de solidariedade de classe entre trabalhadores do campo e da cidade, sendo que adotaram formatos

²⁴² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ButPWNo28NU>. Publicado em: 7 out. 2021. Acesso em: 7 out. 2021.

²⁴³ Como apresentado no terceiro capítulo, estas três organizações estão presentes também na trajetória de militantes do Coletivo Terra, o que representa mais um ponto de entrelaçamento material e simbólico entre os diversos agentes envolvidos nas duas campanhas.

parecidos e envolveram atores em comum, apesar de suas particularidades. Vemos, portanto, que as ações e articulações políticas do MPA-RJ não se esgotam nas duas campanhas que estamos analisando, o que aponta para uma intensa política de alianças durante a pandemia.

Já no caso do Movimento Caxias, a igualdade está mais atrelada à condição compartilhada de habitarem territórios periféricos e, portanto, subalternizados ou marginalizados, ao mesmo tempo em que a este componente material se agregam outros de caráter simbólico, como as identidades raciais e de gênero que marcam a vida dessas pessoas.

Por isso, suas atividades rotineiras já envolviam, antes da pandemia, ações de solidariedade política: seja no incentivo à “nossa galera negra favelada”²⁴⁴ a ocupar espaços de conhecimento e de poder a partir dos cursos de pré-vestibular popular; seja nas rodas de conversa em diversas favelas para discutir temas importantes como a violência urbana que afeta sobremaneira estes territórios; seja em ações pontuais de doação de alimentos, como a parceria prévia que tinham com a Ação da Cidadania.

Na entrevista referenciada acima, Wesley Teixeira justificou a distribuição de alimentos orgânicos justamente nos termos desta solidariedade: “não estávamos fazendo *para*, estávamos fazendo *com*”. Isto é, a construção de alianças entre diferentes coletivos políticos é tão importante quanto a doação dos alimentos em si.

Por outro lado, muitos desses elementos discursivos que estamos associando a práticas de solidariedade política vêm sendo agenciados por atores que não estão em posição de participar destas redes em situação de igualdade, uma vez que pertencem às elites econômicas do país, ao mesmo tempo em que figuram na função de financiadores das campanhas.

Entre estes atores, devemos inserir o Instituto Unibanco, representado por seu Secretário Executivo, Ricardo Henriques. Em entrevista *online* concedida a Marcus Faustini, da Agência Rede de Juventudes, ele defende que a experiência da pandemia deve ser encarada como uma oportunidade para se reconfigurar a visão da sociedade acerca do equilíbrio entre política econômica e política social, com a participação ativa da sociedade civil.

Talvez seja curioso que o tamanho da crise institucional produzida, que tem uma cultura de negacionismo, de recusa das forças democráticas, de uma visão de cunho autoritário pra organizar os processos dos arranjos sociais como um todo, o que você vê é que a sociedade civil mostra pra todo mundo o seu histórico de vínculo, a sua densidade de trabalho cotidiano. Vínculos que eu diria que a gente tá acostumado a ver, e é muito importante isso, por exemplo que as igrejas têm. E obviamente a questão não é a disputa entre os vínculos; é qual o sentido dos vínculos?²⁴⁵

Assim como na nota assinada pela Via Campesina, Ricardo Henriques também fala em crise e a associa ao Governo Federal, porém deposita na sociedade civil a grande esperança de superação da mesma, através de vínculos entendidos como agenciamentos de transformação e de emancipação. O secretário, que é um homem branco, ao ser questionado sobre os caminhos para essa transformação, respondeu:

²⁴⁴ Declaração de Wesley Teixeira em entrevista concedida a Johnny Klein, em seu canal no Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZaHLTL2VvwU&ab_channel=SalonLineBrasil. Publicada em: 22 jul. 2020. Acesso em: 15 set. 2020.

²⁴⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gjp5scrS7zc&t=3930s&ab_channel=InstitutoUnibanco. Publicado em: 10 jun. 2020. Acesso em: 12 abr. 2021.

A questão do racismo tem que organizar o núcleo de visão da transformação pra mobilizar essa sociedade. Uma mobilização que tenha protagonismo negro, mas que seja uma agenda de negros e brancos, temos que falar sobre a branquitude pra poder enfrentar o racismo nesse novo estágio de superação.

Aqui percebemos um encontro entre Instituto Unibanco e o Movimenta Caxias no que diz respeito ao papel central atribuído ao racismo na organização da sociedade brasileira. No entanto, as duas organizações falam a partir de posições sociais diferentes: uma sustentada financeiramente pelo maior conglomerado bancário do país (Instituto Unibanco); outra alimentada pela indignação da juventude urbana periférica que denuncia a desigualdade social e econômica como um dos principais fatores geradores da fome (Movimenta Caxias). Ainda assim, no plano das narrativas, os significados conferidos à solidariedade se aproximam:

Felizmente, você tem, a partir da sociedade civil como um todo, capacidade de, pelo menos por enquanto, dar um certo apoio emergencial. A gente tem trabalhado muito nisso, em cestas alimentares, em cestas de higiene etc.

E aí eu acho que tá acontecendo uma coisa curiosa que é um efeito planetário, e que aqui no Brasil tá tendo configurações específicas, é que o sentido da prática (além obviamente da ideia), mas da prática da solidariedade, tá criando elementos que transbordam a visão mais antiga da solidariedade só como uma relação individual, que tá no campo da carência, que tá no campo do coitadinho (ah, que pena), que vem com a carga da culpa cristã. Tá colocando, ao contrário, a solidariedade no campo da potência.

Em seguida, Ricardo Henriques propõe a construção de um novo pacto democrático, de um tecido social que resista aos “flertes autoritários e fascistas” representados pelo governo de Jair Bolsonaro, um tecido que deve ser costurado pela militância e pela solidariedade. Por outro lado, ao ser questionado sobre os mecanismos que poderiam ser utilizados no combate à desigualdade social, ele reafirma a importância das políticas sociais conduzidas por um Estado de Bem-Estar Social, em nome de um crescimento inclusivo.

Porém, devemos levar em consideração que seu discurso, nesta entrevista, está voltado para uma rede de organizações de juventude de esquerda. Os termos utilizados e as análises feitas vão de encontro a muitos dos debates atuais sobre questões raciais, apresentando-se como um aliado político contra as pautas conservadoras do atual Governo Federal. Entretanto, Ricardo não faz qualquer referência, em sua fala, ao papel dominante das grandes empresas do setor produtivo e financeiro na reprodução das mesmas desigualdades que ele pretende eliminar.

Está claro que o papel de uma fundação privada como o Instituto Unibanco é muito diferente daquele desempenhado pelas grandes empresas, no entanto seus vínculos são muito sólidos para serem ignorados como se pertencessem a universos diferentes. Ainda que haja diferenças entre as pessoas que ocupam os cargos das empresas e organizações sem fins lucrativos a elas vinculadas, um breve mapeamento da composição dos conselhos de administração nos revelou uma interação e um trânsito de pessoas muito mais profundo do que se imaginava. Para demonstrarmos a existência dessa “rede invisível” de financiadores, iniciaremos pela apresentação do Conglomerado Itaú Unibanco.

4.5. As redes invisíveis: conexões entre as redes de ação local e grupos financeiros nacionais

O conglomerado bancário Itaú Unibanco foi fundado em 3 de novembro de 2008 — logo após o estouro da última crise econômica internacional²⁴⁶ —, a partir da fusão dos bancos Itaú e Unibanco. À época, transformaram-se no maior grupo financeiro do Hemisfério Sul, com total de ativos superior a R\$ 575 bilhões, segundo dados do Banco Central apresentados por Minadeo (2012). A operação foi justificada como um pré-requisito para a internacionalização do grupo, com participações no Paraguai, Argentina, Chile e Uruguai.

Ao momento da fusão, o Itaú era o segundo maior banco privado do Brasil e o Unibanco era o quarto maior. A operação criou o primeiro banco brasileiro de porte global, na 16ª posição em valor de mercado, com 108 mil funcionários e patrimônio líquido de R\$ 43,7 bilhões. Dado que o Itaú detinha maior estrutura em recursos financeiros e humanos, conquistou a Presidência enquanto coube ao Unibanco um posto no conselho diretivo (PÉRSIGO; FOSSÁ, 2010) [...] A presidência do Conselho de Administração passou a Pedro Moreira Salles (pelo Unibanco) e o Presidente Executivo para Roberto Egydio Setubal (pelo Itaú). O Conselho de Administração do novo banco foi composto por 14 membros, sendo que seis serão indicados pelos controladores da Itaúsa e pela família Moreira Salles, e os demais serão independentes (MINADEO, 2012, p. 11-12).

A família Meirelles, proprietária do Unibanco e principal acionista desde suas origens na década de 1920 — quando foi fundada por João Moreira Salles ainda como Casa Bancária Moreira Salles, em Poços de Caldas/MG —, teve sua trajetória marcada por grandes aquisições no setor financeiro, mas também no setor agropecuário.

Em 1951, por exemplo, seu filho Walter Moreira Salles adquiriu diversas fazendas para a produção de café para exportação, cujos ativos contribuíram para a expansão futura do Unibanco. Um ano antes, em 1950, o Grupo Moreira Salles havia se associado aos irmãos Nelson e David Rockefeller, lendários banqueiros estadunidenses, para comprar a Fazenda Bodoquena no pantanal sul-mato-grossense, com nada menos que cem mil hectares (MINADEO, 2012).

Atualmente, uma terceira geração de irmãos Moreira Salles — Fernando, Walter, Pedro e João — seguem gerindo os ativos econômicos da família, ao mesmo tempo em que diversificam seus campos de atuação: enquanto Pedro é presidente do Instituto Unibanco e copresidente do Conselho de Administração do Itaú-Unibanco, João também é membro deste conselho, além de compor, junto com Walter, o Conselho de Administração do Instituto Ibirapitanga, que foi criado com dotação de capital privado deste último. Além disso, Walter e João são cineastas renomados e os quatro irmãos, juntos, são conselheiros do Instituto Moreira Salles, instituição dedicada à preservação e exposição de grandes acervos de fotografia, cinema e artes plásticas.

O Instituto Unibanco foi criado em 1982 como uma fundação privada para o financiamento de projetos sociais vinculados ao banco Unibanco. A partir de 2002, volta sua atuação especificamente para o apoio e desenvolvimento de “soluções de gestão para aumentar a eficiência do ensino nas escolas públicas”²⁴⁷. A entidade é mantida por um fundo patrimonial

²⁴⁶ Para um conjunto de excelentes artigos que investigam as causas da Crise de 2008, ver Fumagalli e Mezzadra (2011).

²⁴⁷ Descrição no *site* da instituição. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/sobre-nos/>. Acesso em: 29 out. 2021.

ou filantrópico (*endowment*)²⁴⁸, o que lhe permite oferecer gratuitamente seus serviços e produtos a secretarias de educação, escolas e profissionais da área. No período da pesquisa, estavam em curso projetos com seis secretarias estaduais de educação: Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Piauí e Rio Grande do Norte²⁴⁹.

Apesar da alegada gratuidade filantrópica dos serviços prestados ao setor público, diversos estudos recentes apontam para a influência que entidades do Segundo e do Terceiro Setor — com papel destacado do Instituto Unibanco — têm exercido no processo de privatização da educação pública, no sentido de imprimir uma lógica de gestão empresarial do ensino (CAETANO, 2016; 2018; PERONI, 2015; CAETANO; PERONI, 2015; PERONI; CAETANO, 2016)²⁵⁰.

Nesse mesmo campo de atuação, o IU construiu uma aliança junto ao Insper, instituição privada de ensino superior, também sem fins lucrativos e sediada na cidade de São Paulo, com cursos nas áreas de Negócios, Direito, Economia e Engenharia. Fundada em 1987 com doações de importantes famílias da elite brasileira²⁵¹, é conhecida por ser um dos principais *think tanks* do pensamento liberal no Brasil²⁵².

Na temática da agricultura e alimentação, por exemplo, possui diversos cursos e pesquisas em favor da agricultura industrial. Em matéria de agosto de 2020 publicada em seu *site*, seus autores defendem, em tempos de pandemia, a importância do agronegócio brasileiro para a garantia da segurança alimentar global²⁵³. Bem diferente do que defendem as organizações camponesas que estão nos centros dos arranjos que estamos analisando.

A parceria entre o Insper e o Instituto Unibanco é tão relevante que algumas de suas cadeiras de governança são preenchidas mutuamente por representantes das duas instituições. Este é o caso, por exemplo, de Claudio Haddad, presidente do Conselho Deliberativo do Insper e membro do Conselho de Administração do IU; de Marcos Lisboa, membro do mesmo Conselho no IU e, também, do Comitê Executivo do Insper; além do próprio Pedro Moreira Salles, que consta como membro do Conselho de Deliberação do Insper.

Além disso, figuram, nos dois institutos, nomes importantes do setor financeiro e que participaram ativamente de governos responsáveis pela implementação de políticas de orientação econômica neoliberal no Brasil. Entre eles, Pedro Malan é atualmente co-presidente do Conselho de Administração do IU, mas antes foi presidente do Banco Central (1993-1994) e Ministro da Fazenda nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Outro notório conhecido é Ilan Goldfajn, atualmente membro do Conselho de Deliberação do Insper, mas que anteriormente havia sido diretor de Política Econômica do Banco Central (2000). À época, esta instituição era presidida por Armínio Fraga, de quem

²⁴⁸ Segundo publicação no *site* do GIFE, estes fundos são formados a partir de um montante inicial de recursos ou bens provenientes de doação, capazes de tornar as organizações donatárias menos dependentes da captação de recursos via editais e projetos. São regidos pela Lei nº 13.800/2019, que exige a criação de uma entidade própria (associação ou fundação) para a gestão dos recursos a serem doados para OSCs. Assim, são reconhecidos como um importante instrumento de financiamento da sociedade civil no Brasil.

²⁴⁹ Informações disponíveis no *site* do Instituto Unibanco: <https://www.institutounibanco.org.br/>.

²⁵⁰ Em particular, alguns destes artigos analisam a participação do Instituto Unibanco na elaboração e aprovação da Reforma do Ensino Médio, aprovada ainda no primeiro mês do governo de Michel Temer (2016-2018) e instituída pela Medida Provisória 746/2016, sendo depois convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

²⁵¹ Em sua Assembleia de Associados, órgão paralelo que procura contemplar os doadores iniciais, constam os nomes de Claudio Haddad, Cecília Sicupira, Jorge Paulo Lemman, Marcel Herrmann Telles, Pedro Moreira Salles e Tania Haddad Nobre.

²⁵² Em sua tese de doutorado, Camila Rocha (2018a) investiga a emergência e trajetória de diversos *think tanks* do pensamento neoliberal e ultraliberal no Brasil, entendidos como divulgadores e promotores de suas ideias, mas por vezes atuando diretamente na política institucional. A autora faz, ainda, um mapeamento dos vínculos econômicos entre eles e seus financiadores, podendo ser doadores pessoais, empresas e/ou fundações privadas.

²⁵³ Disponível em: <https://www.insper.edu.br/conhecimento/conjuntura-economica/pandemia-ressalta-o-papel-do-agronegocio-na-seguranca-alimentar/>. Publicada em: 19 ago. 2020. Acesso em: 10 set. 2020.

Goldfajn é sócio na agência financeira Gávea Investimentos. Mais recentemente, ele assumiu a cadeira de presidente na autoridade monetária logo após o golpe de 2016, tendo sido nomeado por Michel Temer e permanecido no cargo até março de 2019, já na gestão de Jair Bolsonaro.

Se o Instituto Unibanco tem sua atividade principal dedicada à interação com a esfera estatal, o Instituto Ibirapitanga, sediado na cidade do Rio de Janeiro, opera prioritariamente através de projetos com ONGs e movimentos sociais organizados, a partir de dois eixos de atuação específicos: equidade racial e sistemas alimentares.

No primeiro eixo, a instituição apoia iniciativas que trabalhem pela ampliação da representação simbólica e política da população negra e pelo fortalecimento de movimentos antirracistas. A partir do aporte inicial de recursos doados por Walter Salles, são organizadas parcerias, como nos casos do Instituto Marielle Franco²⁵⁴, da Casa Fluminense²⁵⁵, do GIFE²⁵⁶, da ONG Criola²⁵⁷, além do Perifa Connection²⁵⁸, para ficarmos naqueles que participaram, de alguma forma, da campanha coordenada pelo Movimenta Caxias.

No segundo eixo, são apoiados projetos que têm como “objetivo contribuir para a construção de um sistema alimentar saudável, justo e sustentável”²⁵⁹, principalmente através da restrição do uso de agrotóxicos, da redução do consumo de produtos ultraprocessados e de ampliação do consumo de alimentos agroecológicos.

Diversos coletivos e organizações que apareceram ao longo de nossa pesquisa são financiados por projetos específicos, das quais destacamos o MTST²⁶⁰, o MST²⁶¹, o Instituto Fome Zero²⁶², a ONG AS-PTA²⁶³, além do próprio MPA, que recebeu aporte de R\$ 300.000,00 destinados a três eixos de ação: (a) produção agroecológica e abastecimento popular; (b) campanha nacional Mutirão Contra a Fome; (c) divulgação do movimento e da campanha.

No Conselho Administrativo do Ibirapitanga constam professores e especialistas²⁶⁴ de renome nas áreas de direitos humanos, economia, filosofia e educação, além dos dois irmãos da família Moreira Salles mais ligados ao campo das artes: João e Walter. Destacamos a presença de Ricardo Abramovay, que dedicou anos de pesquisa à economia agrária, e de Sueli Carneiro, grande referência contemporânea entre os movimentos negros. A filósofa tem sido uma das principais responsáveis pela articulação do Movimenta Caxias com outras organizações neste campo, em particular em torno da Coalizão Negra por Direitos, por meio da qual as doações de alimentos foram retomadas no ano de 2022.

²⁵⁴ Entre 2019 e 2021, foram destinados R\$ 811.980,00, distribuídos em três projetos diferentes.

²⁵⁵ Entre 2019 e 2021, recebeu o aporte de R\$ 320.000,00, distribuídos em dois projetos diferentes, ambos dedicados ao ingresso de jovens periféricos nas universidades públicas.

²⁵⁶ Em particular, foi doado R\$ 75.000,00 para a construção do 11º Congresso GIFE, realizado de 20 a 22 e maio de 2020. No *site*, a descrição do evento é a seguinte: “principal encontro sobre investimento social do Brasil, o congresso reúne lideranças do setor, dirigentes de organizações da sociedade civil, acadêmicos, consultores e representantes de governos”. Fonte: <https://www.ibirapitanga.org.br/doacoes/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

²⁵⁷ Em dois projetos, desde 2019, a organização recebeu R\$ 856.890,00.

²⁵⁸ Em 2020, recebeu aporte de R\$ 69.000,00.

²⁵⁹ Descrição disponível no *site*: <https://www.ibirapitanga.org.br/programas/sistemas-alimentares/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

²⁶⁰ Em 2021, recebeu o aporte de R\$ 194.670,00 para a Cozinha Solidária modelo, em São Bernardo do Campo/SP, a mesma que eu e Beto Palmeira levamos 400 quilogramas de arroz subsidiados pela Federação Única dos Petroleiros/FUP.

²⁶¹ Em 2021, recebeu apoio de R\$ 50.000,00 para a publicação do “Dicionário de Agroecologia e Educação”.

²⁶² Presidido por José Graziano da Silva, ex-diretor geral da FAO — Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, além de ter sido o ministro responsável pela gestão do MESA à época da implementação do Programa Fome Zero no primeiro governo Lula da Silva (2003-2006). Em 2021, recebeu recursos na ordem de R\$ 200.000,00, distribuídos em dois projetos.

²⁶³ Aliada histórica dos pequenos produtores e movimentos agroecológicos, recebeu, entre 2018 e 2021, quase R\$ 1.000.000,00 destinados principalmente à construção de novos mercados para o setor.

²⁶⁴ A lista completa do Conselho de Administração: Denise Dora, Flávia Oliveira, João Moreira Salles, Luiz Orenstein, Ricardo Abramovay, Sueli Carneiro e Walter Salles.

Desse modo, os arranjos das duas campanhas se materializaram mediante o aporte de recursos que se tornou disponível durante a pandemia, conectando organizações e redes de ação local com agentes importantes do capital nacional, seja por meio de fundos geridos por fundações privadas ligadas ao setor empresarial (Instituto Unibanco), seja por meio de fundos geridos por importantes pensadores sociais da atualidade (Ibirapitanga).

O interessante é que, apesar da existência desses fluxos de dinheiro da iniciativa privada para ONGs e movimentos sociais organizados, as narrativas predominantes entre os diferentes agentes são, muitas vezes, contraditórias. Mesmo que estejamos tratando apenas de seus discursos divulgados na internet e em publicações, não tendo qualquer acesso às conversas e acordos de bastidores.

Nossa hipótese é de que os dois arranjos se tornaram viáveis por meio da conexão entre pessoas que circulam pelas altas esferas empresariais e financeiras (e que figuram nos Conselhos das instituições) e outras que estão enraizadas em seus territórios periféricos, atuando a partir de associações locais e de pequena escala, em geral classificadas como organizações comunitárias.

Por mais que outras fontes de recursos tenham sido acessadas, com maior ou menor peso em cada uma das campanhas, a estruturação dos arranjos foi facilitada através das transferências financeiras do Instituto Ibirapitanga e do Instituto Unibanco, principalmente deste último.

Porém, se durante a pandemia os recursos disponíveis atingiram escalas até então desconhecidas e as ações coletivas assumiram preferencialmente o formato de campanhas de doação de alimentos, não é de hoje que indivíduos e organizações locais vêm sendo financiadas por famílias e grupos empresariais através do que se tem chamado de *projetos sociais*. Nos últimos anos, uma enorme diversidade de iniciativas vem sendo estimulada por programas de aceleração de microemprendimentos classificados como *negócios de impacto social* ou como *investimento social privado* (ISP).

Esses empreendimentos transitam numa linha tênue entre as esferas de atuação do mercado e da sociedade civil organizada, ao mesmo tempo em que se dedicam a atividades de caráter público que deveriam, por definição, ser operacionalizadas pela esfera estatal. Se as organizações do Terceiro Setor atribuem a si próprias o papel de dar solução a problemas sociais que o Estado é incapaz de resolver, cada vez mais suas ações ganham um modelo de gestão empresarial com o intermédio de diversas organizações do Terceiro Setor especializadas em negócios de impacto social.

Em nossa pesquisa, entretanto, as campanhas não são coordenadas por pequenas organizações ou associações comunitárias, mas por movimentos sociais organizados com pautas políticas que extrapolam o âmbito local. Em particular, constroem seus arranjos de campanha em torno de narrativas políticas que anunciam ideias e valores específicos sobre a solidariedade, mas que coexistem em contradição com as concepções de alguns de seus principais financiadores.

4.6. Articulações do Terceiro Setor: investimento social privado e os novos projetos em disputa

Apesar das diferentes abordagens sobre as crises econômicas e políticas em curso e da diversidade de eixos de atuação prioritários, muitos institutos e fundações privadas estão atualmente articulados em torno do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE). Criado como um grupo informal em 1989, formalizou-se como organização sem fins lucrativos em 1995, procurando ser uma referência no setor de investimento social privado no país²⁶⁵.

O GIFE tem sua própria definição para este conceito, que é replicada por diversas organizações que compõem seu grupo de associados, como é o caso da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Instituto Unibanco (IU)²⁶⁶:

Investimento social privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público. Incluem-se no universo do investimento social privado as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos (...). O Investimento Social Privado pode ser alavancado por meio de incentivos fiscais concedidos pelo poder público e também pela alocação de recursos não-financeiros e intangíveis²⁶⁷.

De acordo com a mesma publicação, o ISP se diferenciaria do assistencialismo por três razões: por sua preocupação com o planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos; pela busca de resultados de impacto e transformação social; e pelo envolvimento da comunidade no desenvolvimento dos projetos. Com isso, juntam-se ao campo denominado de “negócios de impacto social”, de modo que os dois pretendem unir, a um só tempo, a busca pelo lucro (negócio) e a busca por soluções inovadoras para problemas sociais não resolvidos pelo Estado.

No Rio de Janeiro, diversos estudos têm indicado a penetração de agentes financeiros e empresariais em favelas da região através do financiamento de cursos e pequenos projetos de capacitação profissional com foco no empreendedorismo²⁶⁸. Muitos deles foram introduzidos a partir da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), programa do governo estadual criado em 2008 e que tinha, como discurso oficial, levar desenvolvimento social para as favelas, eliminando a imagem negativa que suas populações tinham da polícia e, por consequência, do Estado (ROCHA, 2018b; ROCHA; CARVALHO, 2018; SOUZA, 2016a; TOMMASI; VELAZCO, 2013).

No entanto, esses estudos têm sido muito críticos ao tipo de lógica individualista e concorrencial que muitos projetos sociais estimulam entre seus participantes. Além disso, multiplicam-se as críticas de abandono por parte dos organizadores e financiadores após o término dos cursos, sem qualquer apoio para que os beneficiados possam de fato empreender seus negócios no longo prazo; assim como de alguns casos em que os projetos foram considerados ‘de fachada’, sem qualquer contribuição significativa para as comunidades que seus patrocinadores dizem desenvolver.

Por outro lado, os cursos e eventos patrocinados por grandes empresas servem como porta de entrada em territórios controlados por facções do tráfico de drogas e de milícias, em

²⁶⁵ Informações disponíveis no *site* da instituição: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

²⁶⁶ Para citarmos duas que figuram nas redes de ação local observadas ao longo da pesquisa.

²⁶⁷ Disponível em: <https://gife.org.br/investimento-social-privado/>. Acesso em: 23 nov. 2021. A mesma definição é encontrada no *site* do Conglomerado Banco do Brasil: <https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/praticas-administrativas/investimento-social-privado>;

²⁶⁸ Atualmente, essa penetração se dá também na educação pública através da Reforma do Ensino Médio, que cria carreiras de formação voltadas para o empreendedorismo, e que, como vimos, é estimulada pelo Instituto Unibanco.

alguns casos levando, inclusive, agências bancárias para dentro das favelas. A ‘imagem que se vende’ é de que seus moradores poderão, enfim, ser integrados à sociedade através do consumo e do acesso ao sistema financeiro²⁶⁹.

Isso dialoga com o ideário neoliberal que associa o exercício da cidadania ao mercado de consumo, assim como progressivamente vem sendo incorporada a imagem do empreendedorismo, inclusive nas escolas²⁷⁰. Nesta perspectiva, os problemas sociais devem ser cada vez menos responsabilidade do Estado, devido à ineficiência decorrente de sua enorme burocracia e dos escândalos de corrupção. O caminho ideal a ser percorrido é o fomento de iniciativas inovadoras dos próprios favelados, capacitando-os profissionalmente e emprestando-lhes dinheiro para que possam realizar seus sonhos pessoais e, se possível, ainda ajudar suas comunidades.

No entanto, quem seleciona, monitora e avalia os projetos são os agentes financeiros e empresariais por meio de seus institutos e fundações, além de OSCIPs intermediárias que garantem a gestão adequada aos seus parâmetros de governança, por meio de treinamentos, de controle dos recursos e dos dados pessoais recolhidos dos beneficiários finais dos projetos²⁷¹. Assim, por trás do discurso em defesa da sociedade civil, ocultam-se práticas de mercado que se revestem de um caráter filantrópico (MITCHEL; SPARKE, 2016), mostrando mais uma vez como são difusas as fronteiras entre essas esferas.

A grande contradição é que, numa perspectiva de classes sociais, as empresas mantenedoras dos fundos e entidades do Terceiro Setor são responsáveis diretas pela abissal desigualdade social e econômica que é a marca da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que os grandes bancos registram recordes históricos de lucro e concentração de riqueza, com sua outra face se apresentam como os agentes mais preparados para indicar o caminho da salvação àquelas pessoas que estão excluídas das benesses do mercado de consumo, desde que sejam capazes de incorporar o espírito empreendedor do capitalismo social²⁷².

É nesse sentido que observamos uma tendência de deslocamento da responsabilidade social do Estado para os agentes de mercado, que assim passam a intervir não apenas nos fluxos de investimentos sociais e nas redes que organizam estes fluxos, como também nas condutas dos indivíduos que devem se adequar aos mecanismos de mercado para que seus direitos sociais sejam enfim conquistados.

²⁶⁹ Um exemplo disto é o projeto piloto desenvolvido pelo Itaú Unibanco e a Central Única de Favelas (CUFA), incluindo a Rocinha, um dos territórios acessados pelo MPA: <https://forbes.com.br/forbesesg/2021/08/cufa-e-itaufazem-parceria-para-ajudar-moradores-de-favelas-a-ingressarem-no-sistema-financeiro-e-empreender/>.

Publicado em: 10 ago. 2021. Acesso em: 23 nov. 2021.

²⁷⁰ A Reforma do Ensino Médio, já citada, criou duas novas disciplinas escolares inscritas nesse novo ideário: “empreendedorismo” e “projeto de vida”.

²⁷¹ Esta questão sobre o controle dos dados é muito sensível e não temos condições de elaborá-la aqui. Assim como o Movimenta Caxias fez em todas as suas entregas, o cadastramento individual dos beneficiários parece ter sido prática recorrente durante as campanhas de doação patrocinadas por grandes organizações, tendo gerado, inclusive, muitas críticas de ativistas sociais. Como exemplo, houve a mudança de postura da CUFA, que decidiu interromper o cadastramento de biometria facial (<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/04/27/por-que-a-cufa-interrompeu-o-uso-de-reconhecimento-facial-apos-polemica.ghtml>; Publicado em: 27 abr. 2021; Acesso em: 23 nov. 2021), e o artigo de opinião de Junior Oliveira no portal do UOL: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2021/11/21/da-cesta-basica-a-cesta-tragica.htm>. Publicado em: 21 nov. 2021. Acesso em: 23 nov. 2021.

²⁷² Mesmo entre os autores e ativistas liberais, existem dissensos nessas questões, principalmente a respeito da participação do Estado nas “parcerias” entre o setor privado e o terceiro setor: se o primeiro deve entrar com recursos e políticas públicas ou apenas com o arcabouço legal, por exemplo. Nos termos de Rocha (2018a), esta seria a divisão entre neoliberais e ultraliberais: os primeiros representados pelo governo FHC, com destaque para o Estado Social-Liberal de Bresser-Pereira (1999); os últimos representados pelos anos iniciais do governo de Jair Bolsonaro, ancorado em seu ministro da economia, Paulo Guedes.

Na medida em que a infiltração dessas empresas se dá tanto no âmbito privado quanto no público, em particular na participação ativa de seus representantes em articulações da sociedade civil ou na elaboração e implementação de reformas de Estado — com destaque para a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, a PEC do Teto de Gastos, a Reforma Fiscal (ainda em negociação) e a Reforma do Ensino Médio, todas elas após o golpe de 2016 e de caráter neoliberal —, acreditamos que se tratam de elementos constituintes de um projeto político em formação, ainda que comporte inúmeros dissensos e contradições entre seus proponentes.

Em suas linhas gerais, uma das bases programáticas do projeto foi anunciada pelo documento intitulado *Uma Ponte Para o Futuro*²⁷³, publicado pela Fundação Ulysses Guimarães²⁷⁴ em 29 de outubro de 2015, isto é, apenas alguns meses antes da abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Com sua deposição, Michel Temer assumiu a presidência da república com a agenda de reformas representada por seu partido, convidando para assumir a Secretaria-Geral da Presidência o ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco²⁷⁵, à época presidente da Fundação Ulysses Guimarães.

No entanto, se no campo da política institucional o projeto tem propostas bem delineadas, é preciso que ele ganhe legitimidade também na esfera da sociedade civil. Desse modo, é necessário apresentar soluções para os problemas sociais que advirão com a redução do papel do Estado na distribuição de renda e na promoção de políticas públicas que garantam direitos trabalhistas e direitos sociais universais. Diante disso, tem se mostrado vantajosa a parceria entre o setor empresarial e o Terceiro Setor, ao mesmo tempo em que se exige a participação do Estado na regulamentação do ambiente legal e no fomento a estas iniciativas²⁷⁶.

É nesse sentido que utilizamos a noção de projetos políticos. Para tanto, apropriamos dos estudos de Dagnino (2004) e Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), que discutiam, no início dos anos 2000, a existência de dois projetos em disputa²⁷⁷ em muitos países da América Latina: o democrático-participativo, originado nas lutas pela redemocratização; e o neoliberal, baseado no chamado Consenso de Washington (WILLIAMSON, 1990; 2004), defensor de um Estado mínimo e da transferência das responsabilidades sobre as políticas sociais para o mercado e para a sociedade civil.

Escrevendo num período de vitórias eleitorais de governos progressistas no continente — ao qual movimentos sociais de esquerda têm chamado de “socialismo do século XXI” —, as pesquisadoras julgavam derrotado o projeto autoritário e conservador que marcou as diversas ditaduras civis-militares que governaram a região na segunda metade do século XX. No entanto,

²⁷³ Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

²⁷⁴ A fundação era ligada, à época, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de Michel Temer e Moreira Franco, mas que alterou seu nome para MDB após golpe de 2016.

²⁷⁵ Os vínculos políticos são, muitas vezes, vínculos familiares. Moreira Franco é casado com Ana Claro Vasconcelos, mãe da esposa de Rodrigo Maia (DEM-RJ), que quando ocupou a presidência da Câmara dos Deputados foi o principal responsável pela aprovação da Reforma da Previdência e por ‘engavetar’ dezenas de pedidos de *impeachment* contra Jair Bolsonaro.

²⁷⁶ Como argumenta o próprio GIFE, houve um avanço no arcabouço legal a partir da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que regulamenta as parcerias entre Estado e as organizações da sociedade civil, porém questiona-se a falta de incentivos estatais explícitos, o que dificultaria a transferência de recursos do setor público para o privado.

²⁷⁷ Evelina Dagnino (2004) assim os define: “Estamos usando o termo *projetos políticos* num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. A virtude específica dessa abordagem, sobre a qual já trabalhamos largamente [...] está no vínculo indissolúvel que estabelece entre a cultura e a política” (p. 98)

atualmente este projeto vem sendo retomado em vários países, em particular no Brasil após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018²⁷⁸.

Se aqui utilizamos essa terminologia, não é para afirmar que os mesmos projetos continuam em curso ou foram retomados nos formatos delineados por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006). Pelo contrário, podemos até mesmo dizer que, no Brasil, os projetos democrático-participativo e neoliberal se confundiram ao longo dos governos Lula, apesar de todos os avanços em termos de políticas sociais²⁷⁹. O governo Dilma, por outro lado, representou um retrocesso em termos de participação da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados na política institucional²⁸⁰, ao mesmo tempo em que marcou uma nova orientação do Estado sobre a política econômica, assumindo uma postura mais intervencionista e muito criticada pelos grupos neoliberais.

Em parte, a confusão inicial (ou a “política de conciliação”) do governo Lula e o afastamento progressivo dos dois projetos no governo Dilma ajudam a explicar os eventos vertiginosos que levaram ao golpe parlamentar de 2016. Enquanto os acontecimentos se desenrolavam com grande repercussão midiática, não se observou qualquer movimento de ocupação das ruas em defesa do governo petista, demonstrando que o projeto quatro vezes vitorioso nas urnas já havia perdido grande parte de seu apoio social.

Por sua vez, a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro foi impulsionada pela ascensão progressiva do conservadorismo e do autoritarismo na sociedade civil, inclusive nas periferias²⁸¹, com grandes manifestações ocupando as ruas de verde e amarelo. Por isso, trata-se de um fenômeno incapaz de ser compreendido apenas com referência às desilusões com o governo anterior ou a partir de meros cálculos eleitorais, como se se tratasse de mera manipulação ou de manobras políticas conjunturais.

A disputa política também se dá no âmbito da sociedade e é feita no longo prazo, de modo que os processos eleitorais devem ser vistos como ferramentas à disposição dos grupos em disputa, com regramentos e temporalidades específicas, mas jamais como a totalidade ou a culminância do processo político.

Os projetos políticos, enquanto lentes de análise, afirmam a permeabilidade entre política e cultura, entre conflitos, afetos e ideologias que não se restringem ao espectro político-partidário, seja ele conservador, reformista ou revolucionário. Ajudam-nos a pensar os encontros entre a política institucional e as ações sociais levadas a termo na sociedade civil, de um modo que as tendências observadas na segunda nos permitem visualizar possíveis movimentações futuras na primeira.

Em muitos casos, os vínculos construídos na sociedade civil (vínculos institucionais ou interpessoais, vínculos políticos e econômicos) nos ajudam a imaginar como a política está sendo construída no dia a dia, sujeita a inúmeras reviravoltas e contradições, antes que os

²⁷⁸ Inclusive, enquanto finalizávamos nosso texto, um grupo de civis e militares associados ao governo Bolsonaro lançou, por meio do Instituto General Villas Bôas um novo plano político de longo prazo para o país, nomeado “Projeto de Nação”. Entre diversos elementos do campo conservador, o projeto prevê o fim da obrigatoriedade do SUS e a cobrança de mensalidades em universidades públicas. Disponível em: <https://igvb.org/projeto-de-nacao/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

²⁷⁹ Em conversa com interlocutores durante a pesquisa, mais de uma vez me foi relatado o desprezo que os responsáveis pela política econômica do primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2006) demonstraram com relação aos agricultores camponeses, afirmando que não havia sentido em fomentar o setor, já que representavam o “atraso” no campo.

²⁸⁰ No terceiro capítulo, apresentamos alguns argumentos de Silvio Porto (2014) que contribuem para esta análise. Esse ‘afastamento das ruas’, como se costuma dizer, contribuiu também para a escalada de manifestações políticas em 2013.

²⁸¹ Em artigo sobre os movimentos de “rolezinho” nas periferias de Porto Alegre, por exemplo, Pinheiro-Machado e Scalco (2018) analisam as conexões entre as transformações econômicas nacionais e as subjetividades dos jovens que as traduzem em novas ideologias e comportamentos políticos.

acordos sejam firmados de forma pública e oficial (o que tampouco significa que serão respeitados). Ao mesmo tempo em que os vínculos estão sendo construídos, os diversos agentes também imaginam e interpretam o mundo, fazem suas próprias leituras de conjuntura e assim se movimentam nas arenas públicas.

Diante do avanço do autoritarismo e do conservadorismo do governo Bolsonaro — o que ganhou contornos dramáticos e expressão internacional com a resposta errática à pandemia do Covid-19, atingindo mais de 700 mil mortes no país —, muitos ‘agentes do mercado’ que antes defenderam a derrubada do governo de Dilma Roussef em 2016, a prisão de Lula da Silva às vésperas das eleições de 2018, e ainda apoiaram a candidatura de Bolsonaro em razão de sua agenda econômica liberal (alicerçada em seu ministro da economia, Paulo Guedes), decidiram tornar-se oposição ao governo com vistas às eleições nacionais de 2022²⁸².

Em paralelo a isso, desde o início da pandemia bilhões de reais foram doados por empresas e grupos financeiros através das organizações do Terceiro Setor, muitas delas envolvidas anteriormente em projetos sociais vinculados ao campo do investimento social privado.

De acordo com o Monitor das Doações²⁸³, *site* organizado a partir de 31 de março de 2020 para contabilizar as informações públicas sobre doações acima de R\$ 3.000,00, até 16 de dezembro de 2020 já havia sido destinado quase seis bilhões e meio de reais, a maior parte em dinheiro e para organizações formalizadas como pessoas jurídicas.

Entre as principais empresas e grupos familiares doadores, figuravam o Conglomerado Itaú Unibanco, a Companhia Vale do Rio Doce, a JBS e a Família Moreira Salles, além de contribuições minoritárias por parte de grandes *players* do setor de alimentos, como a Fundação Cargill e o Grupo Pão de Açúcar.

O Monitor é uma iniciativa da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) em parceria com a SITAWI — Finanças do Bem, tendo o apoio do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e da Fundação José Luiz Egydio Setúbal. Esta última é ligada à família Setúbal, proprietária histórica do banco Itaú, e constava também no grupo de instituições parceiras que ajudaram a financiar uma das primeiras campanhas organizadas pelo Movimenta Caxias, quando criaram uma ‘vaquinha virtual’ no *site* da Benfeitoria.

Por sua vez, o GIFE se apresenta como uma organização plural, reunindo um conjunto heterogêneo de organizações do terceiro setor:

A Rede GIFE é marcada pela diversidade de seus associados, tanto na origem – podendo ser empresarial, familiar, independente ou uma organização comunitária – quanto em seus temas e formas de atuação. São atualmente 160 associados que, somados, investem por volta de R\$ 2,9 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros.

Nosso papel central é gerar conhecimento a partir de articulações em rede para aperfeiçoar o ambiente político institucional do investimento social e ampliar a qualidade, legitimidade e relevância da atuação dos investidores sociais privados²⁸⁴.

²⁸² Se tomamos a tese de doutorado de Rocha (2018b), podemos considerar que a guinada destes grupos neoliberais à oposição se deve também pela disputa acadêmica e ideológica que eles mantêm com os ultraliberais que ascenderam ao poder no governo Bolsonaro, dos quais destacamos Ricardo Salles (ex-ministro do meio ambiente), Ricardo Velez Rodriguez (ex-ministro da educação) e Paulo Guedes (ministro da economia). Não por acaso, a aproximação com os partidos conservadores e fisiológicos do ‘Centrão’, na segunda metade de seu mandato, veio acompanhada da derrubada ou enfraquecimento de alguns destes personagens.

²⁸³ Todas as informações foram recolhidas no dia 16 de dezembro de 2020 e estavam disponíveis no *site*: <https://www.monitordasdoacoes.org.br/pt>. Acesso em: 16 dez. 2020. Desde então, o Monitor parece estar desatualizado.

²⁸⁴ Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Porém, quando acessamos seu Conselho de Governança e o Conselho Fiscal²⁸⁵, há claramente uma predominância de representantes de institutos e fundações ligados a grandes corporações nacionais e internacionais, como são os casos da Fundação Telefônica Vivo, Fundação Roberto Marinho, Fundação Ford, JP Morgan e do Instituto Grupo Boticário.

O “apoio institucional” é conferido ao próprio GIFE, Alana, Ford Foundation, Fundação Bradesco, Fundação Lemann, Fundação Tide Setúbal, Laudes Foundation e ao Instituto Unibanco. Seu secretário-geral é José Zacchi, também membro do Conselho de Governança da Associação Casa Fluminense, que já vimos que mantém relações estreitas com o Movimento Caxias e com ONGs de Duque de Caxias, como a própria Apadrinhe um Sorriso, sediada no Parque das Missões.

É importante ressaltar, mais uma vez, que não estamos investigando quais são os reais interesses destas instituições ou de seus membros. Para isso, teríamos que fazer uma nova pesquisa, com entrevistas e análises documentais que fogem ao escopo de nosso trabalho. Nossa intenção é analisar seus vínculos e interações públicas, assim como os significados que elas expressam publicamente a respeito da solidariedade. Isto é, como estes atores incidem nas arenas públicas.

A urgência da pandemia e a narrativa principal em defesa do combate à fome fez com que essas redes de doação incluíssem movimentos sociais organizados que, em ‘tempos normais’, sempre foram críticos à posição estrutural ocupada por esses grupos econômicos. Em artigo de opinião publicado no *site* do GIFE, sob o nome “Movimentos sociais em tempos de pandemia: chegou o momento da filantropia”, os autores argumentavam:

Neste momento, movimentos sociais e mecanismos de organização comunitária são mais importantes do que nunca. Em lugares onde os sistemas social e de saúde desmoronam, os sistemas de ajuda mútua estão sendo estabelecidos e precisam reagir rapidamente. Em alguns lugares, os/as ativistas estão mobilizando suas redes e comunidades para garantir que as oportunidades decorrentes desse momento histórico não sejam esquecidas e que demandas anteriores (como por exemplo, a renda básica universal) e práticas (agricultura familiar e comunitária) sejam traduzidas para se ajustarem à situação atual (renda básica de emergência pandêmica, expansão maciça das cadeias de suprimentos locais)

Existe uma janela de oportunidade para que fundações e proprietários de grandes riquezas sejam catalisadores que ajudem a construir um futuro capaz de aproveitar este momento para enfrentar alguns dos problemas ambientais e sociais que, até algumas semanas atrás, pareciam tão impossíveis de enfrentar à nível sistêmico (KRÄMER; HOPSTEIN; MAHOMED, 2020)²⁸⁶.

Quando esses grupos recorrem à parceria com movimentos e organizações sociais que, durante anos, defenderam a implementação de um projeto democrático-participativo — em muitos casos, mais radicais do que as transformações impulsionadas pelos governos de coalizão dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores —, acreditamos que está em operação algo parecido com o que Dagnino (2004) nomeou de “confluência perversa”, quando a autora se referia ao contexto dos anos 1990:

²⁸⁵ Informações disponíveis em: <https://gife.org.br/equipe-e-conselho/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

²⁸⁶ Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/movimentos-sociais-em-tempos-de-pandemia-chegou-o-momento-da-filantropia>. Publicado em: s/d, 2020. Acesso em: 04 ago. 2021.

A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário (p. 97).

Nesse deslocamento semântico, a autora põe maior ênfase nas disputas em torno da noção de sociedade civil. O avanço da agenda neoliberal teria provocado, por um lado, a proliferação de organizações não-governamentais, a emergência do terceiro setor e das fundações privadas, enquanto, por outro lado, procurava marginalizar e criminalizar os movimentos sociais e as organizações a eles vinculadas.

Para alguns teóricos desse campo, inclusive, há décadas estaria em curso um processo de “onguização dos movimentos sociais” (ALVAREZ, 2019), já que sua autonomia estaria sendo comprometida a partir do financiamento externo (seja ele público ou privado). No entanto, mesmo que este seja um processo em curso, ao menos no Brasil, desde os anos 1980, é preciso lembrar que estamos tratando nesta pesquisa de um período completamente atípico em que uma pandemia sem precedentes na história recente se deparou com um governo de extrema-direita: esta, sim, podemos chamar de uma *confluência perversa*. É compreensível que os agentes deixem suas divergências de lado e se posicionem lado a lado contra um oponente maior e mais urgente.

Por isso, não fazemos aqui qualquer julgamento de valor sobre os arranjos construídos por Movimenta Caxias e MPA-RJ, que só foram possíveis, no formato em que existiram, através do financiamento de alguns desses grupos ligados ao setor empresarial, seja de forma direta ou indireta. O momento era de profunda calamidade social, não havendo tempo para se discutir se o financiamento seguia ou não seus princípios políticos.

Ainda assim, se foi a existência de redes de relações que permitiram a circulação dos recursos disponíveis e dos alimentos doados, elas não se constituíram espontaneamente durante a pandemia. Como procuramos demonstrar ao longo desta dissertação, não apenas as ideias, como também as materialidades dos arranjos de campanha foram produzidas por meio de relações pré-existentes, ao mesmo tempo que a partir deles foram criados novos entrelaçamentos, potencialmente geradores de vínculos de longo prazo.

O que queremos deixar como inquietações para o futuro, tendo em vista o movimento das peças no tabuleiro político, é como vão se portar estes agentes econômicos após a pandemia e que tipos de parcerias vão propor aos movimentos sociais organizados que, em suas ações rotineiras e em seus enquadramentos políticos, defendem ideologias e perspectivas de ação coletiva antagônicas às das grandes corporações representadas por muitas dessas entidades associadas ao terceiro setor.

Será que os movimentos sociais organizados conseguirão manter sua veia crítica e a postura de contestação política que os caracteriza atualmente ou serão forçados a se formalizarem, em função dos novos recursos disponíveis, como aquelas “organizações de movimentos sociais” estudadas pelos teóricos da mobilização de recursos, assumindo com isso uma lógica gerencial inspirada no modelo empresarial?

Ou será, talvez, que o duplo agenciamento da transferência de recursos (tanto por parte dos financiadores, quanto pelos financiados) e o ganho de densidade da teia de relações entre as pessoas, os coletivos e as organizações envolvidas possibilitarão a emergência de novas ações coletivas em que os diversos agentes venham a desempenhar papéis diferentes e complementares, sem relações de dominação ou subordinação?

As fronteiras entre Estado, sociedade civil e mercados sempre foram difusas e instáveis, seja no plano teórico ou na construção prática das diferentes estratégias políticas que lutam pelo

controle da sociedade. Talvez seja este o grande debate político que marca a ascensão do capitalismo enquanto modelo econômico e ideológico dominante em uma sociedade que julga a si própria como democrática. Qual é o melhor caminho para a superação das injustiças sociais que perduram e parecem se reproduzir perpetuamente: o aprofundamento da democracia participativa através do Estado ou a emancipação econômica através do mercado? Será que se tratam de dois caminhos opostos e excludentes ou devemos considerar suas múltiplas intersecções como os elementos observáveis de uma sociedade constantemente em transformação?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alimentar-se é uma necessidade. Na luta cotidiana pela sobrevivência, é a necessidade mais básica que temos logo depois de respirar. Sem comida, morremos de fome e, por isso, *comemos para matar a fome*. A novidade de nossa época é que, até então, o ar parecia ser um bem de livre acesso, exceto às pessoas com doenças respiratórias crônicas ou para quem estivesse eventualmente debaixo d'água (ou no espaço sideral).

Durante a pandemia de Covid-19, vivemos um longo e terrível período em que tivemos que aprender a conviver entre o medo de não ter o que comer e o medo de acabar o ar.

Em torno do alimento e da alimentação há sempre um emaranhado de múltiplas dimensões que compreendem a vida social, econômica, política e cultural de um povo, de um país, de uma cidade, de um território: além de ser uma das necessidades mais básicas de qualquer ser vivo, o alimento cumpre papel fundamental na organização das sociedades e culturas humanas, como um “fato social total” de Marcel Mauss (2003).

A compreensão do alimento como uma necessidade — com a carga máxima que esta palavra possa carregar — é o que sustenta a defesa do direito humano à alimentação. Como muitos outros direitos coletivos reivindicados atualmente, não se trata de uma abstração: segundo estimativas do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (PENSSAN, 2021), no final de 2020, ano em que se desenrolaram as campanhas de doação de alimentos que se tornaram nosso objeto de estudo, 19 milhões de pessoas no Brasil passavam fome. Para se ter um parâmetro, isto equivalia a mais de seis vezes a população inteira do nosso vizinho Uruguai.

No ano seguinte, a situação da fome se deteriorou ainda mais. De acordo com os dados consolidados pelo II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (PENSSAN, 2022), em abril de 2022 havia mais de 33 milhões de brasileiros passando fome, o que equivalia a 15,5% dos domicílios convivendo com a insegurança alimentar grave (IA grave).

Mesmo para quem não a sentia pessoalmente, a fome era visível. Principalmente nos grandes centros urbanos, nas regiões metropolitanas das capitais de estados como o Rio de Janeiro, milhares de pessoas passavam a viver nas ruas, armando barracas de camping ou barracos de madeira e lona, enquanto outras dormiam ao relento embaixo de viadutos e nas portas de bancos. Em alguns bairros, virou rotina a entrega de quentinhas para populações de rua, momento em que centenas de pessoas esfomeadas se acotovelavam por um prato de comida para elas e para suas famílias.

Em momentos de crise econômica e social, é comum que surjam *mutirões contra a fome* como expressão máxima da solidariedade social. Como dizia o poeta Solano Trindade e repetiam os jovens do Movimenta Caxias: “tem gente com fome, dá de comer”. Essa foi a principal motivação para as duas campanhas analisadas neste trabalho, assim como para o meu engajamento nelas, assumindo que a minha participação se deu primeiro como voluntário, ou seja, na condição de alguém que partilhava do mesmo sentimento de necessidade e de urgência.

Em uma sociedade que convive cotidianamente com a miséria, em grande parte percebida como resultado de uma profunda injustiça social, nada é visto como mais legítimo do que a intenção de dar comida. Se, de um lado, as imagens e os relatos pessoais da fome sensibilizam potenciais doadores, de outro as portas se abrem para quem chega com os alimentos. Foi assim que entramos no Parque das Missões com o Movimenta Caxias (primeiro capítulo), e também no Morro dos Prazeres com o Movimento dos Pequenos Agricultores (segundo capítulo), entre todas as favelas, ocupações urbanas, bairros populares, quilombos e aldeias indígenas acessadas entre abril de 2020 e dezembro de 2021.

De acordo com o Relatório Final cedido pela coordenação da campanha *Movimentando a Baixada Contra a Covid*, entre abril e julho de 2020 foram distribuídas 18.640 cestas básicas e 46.531 cartões de alimentação em 14 municípios do estado do Rio de Janeiro, totalizando 65.171 famílias atendidas. A maior parte delas residia na Baixada Fluminense, em particular no município de Duque de Caxias, onde foram contemplados 30 bairros. Junto às cestas básicas e cartões, foram também distribuídas 29.000 cestas de alimentos orgânicos e agroecológicos (Tabelas 3, 4 e 5), fornecidos pela empresa Clube Orgânico e pela associação de pequenos agricultores Coletivo Terra.

Por sua vez, a consolidação dos dados informados pela coordenação da campanha *Mutirão Contra a Fome* (Anexo V) nos revelou que, entre abril e dezembro de 2020, o MPA-RJ distribuiu quase 100 toneladas de alimentos agroecológicos em 11.700 cestas, atingindo 13 cidades no estado do Rio de Janeiro, a maioria delas na Região Metropolitana. A partir dessas entregas, foi articulada ainda a formação de 10 Comitês Populares do Alimento em diferentes territórios (Tabela 6), alcançando cerca de 280 famílias com a perspectiva de construção de vínculos de longo prazo.

Embora os valores apresentados sejam respectivos a cada uma das campanhas, aqui entendidas como unidades de análise, os números de cestas agroecológicas apresentados pelo Movimenta Caxias incluem os alimentos fornecidos pela APROLUC via MPA-RJ, assim como os números informados pelo MPA incluem estas mesmas cestas distribuídas pelo Movimenta Caxias e, por isso, atingem essa abrangência de 13 municípios.

Por outro lado, apesar de demonstrarem a magnitude das duas campanhas e suas discrepâncias em termos quantitativos, esses dados não nos informam sobre as diferentes estratégias adotadas em todas as etapas das campanhas (Figura 6), envolvendo desde a arrecadação do dinheiro até a distribuição final dos alimentos. Ainda que tenham atores em comum, que se orientaram pelo mesmo objetivo de combater a fome, por que assumiram formatos e escalas tão diferentes? É possível explicar essas diferenças pelas trajetórias específicas dos diferentes atores e do universo de interações nos quais estão inseridos? Afinal, quais foram os papéis atribuídos aos alimentos e como contribuíram para a configuração dos arranjos construídos?

Para responder a essas perguntas, foi preciso pesquisar com profundidade os vínculos políticos e econômicos estabelecidos antes e ao longo das campanhas, tanto em seus aspectos materiais, relativos aos fluxos de pessoas, alimentos e recursos, quanto nos seus aspectos simbólicos, relativos às narrativas sobre a pandemia, a conjuntura política e a solidariedade.

Para tanto, foi necessário pensar as duas experiências como *arranjos de campanha*, em que suas respectivas coordenações não se limitaram a entregar comida: distribuíram também recursos financeiros para pequenos agricultores mediante transações comerciais e para trabalhadores contratados durante as atividades; conectaram dezenas de territórios por meio de vínculos políticos e econômicos com pessoas e organizações de variados matizes; e disputaram as arenas públicas com suas leituras de conjuntura, suas narrativas sobre a pandemia e suas ações práticas traduzidas como comunicação política.

Nesse sentido, o alimento pode ser entendido, para além da necessidade vital, como um elo de comunicação entre pessoas e territórios, como o elemento agregador capaz de costurar vínculos entre indivíduos, coletivos e organizações heterogêneos, unidos em prol de um objetivo comum. Foi essa miscelânea de atores sociais e interações entre eles que procuramos representar no desenho de uma teia de relações (Figura 7), configurando uma espécie de rede de redes que permitiu não apenas a realização das duas campanhas, como também a intersecção entre elas através de alguns de seus atores centrais e dos alimentos agroecológicos distribuídos.

Quando recorremos ao termo arranjo, em primeiro lugar pretendemos dar relevo ao caráter inovador, criativo, instável e provisório das campanhas, em que os diferentes atores precisaram construir acordos coletivos em tempos de profunda incerteza e insegurança, em

meio às angústias inéditas de uma pandemia na era da globalização e da revolução digital, que tirou o mundo humano de seu eixo normal na medida em que éramos informados, em tempo real, que nossa condição era global.

Em segundo lugar, como deve ter ficado claro ao longo da apresentação e análise das duas campanhas, o termo arranjo não implica circunscrevê-las a uma determinada conjuntura, como se qualquer análise estivesse necessariamente limitada ao tempo da pandemia. Pelo contrário, nas duas iniciativas os movimentos sociais organizados se valeram de experiências sociais prévias e de repertórios de ação que foram combinados e inovados de forma muito pragmática. Ao mesmo tempo, suas ações práticas e suas narrativas tornadas públicas apresentavam propostas de solução para diversos problemas sociais, assim como perspectivas futuras para uma nova sociedade, mais justa e solidária.

Ou seja, existe uma temporalidade por trás dos arranjos que extrapola o senso de imediatez e improvisação que emana do caráter emergencial das campanhas, ao mesmo passo que seus formatos podem ser associados às identidades coletivas e trajetórias específicas das organizações responsáveis por mobilizar as *pessoas, os recursos e as narrativas* necessárias para a concretização delas.

Em seu papel de mediadores, Movimenta Caxias e MPA foram capazes de agenciar conjuntos muito heterogêneos de doadores, voluntários, produtores de alimentos, empresas, instituições públicas e privadas, além de pessoas e organizações responsáveis pela articulação política e organização das famílias beneficiárias nos diversos territórios acessados. Estudar a forma como se deram esses agenciamentos pode ser muito útil para campanhas futuras, que certamente ocorrerão, assim como para uma análise das próprias organizações envolvidas quanto aos métodos empregados e os resultados obtidos.

Ao longo dessa pesquisa, nosso olhar se voltou especialmente para os alimentos agroecológicos distribuídos, por motivos que foram explicados na Introdução. A partir da análise apresentada no Capítulo III, constatamos que os arranjos não se limitaram às doações de alimentos, uma vez que as duas campanhas se transformaram também em novos canais de comercialização da produção camponesa, em particular de pequenos agricultores residentes na Baixada Fluminense e na Região Serrana. Dessa forma, procurou-se articular o combate à fome nas favelas e periferias urbanas (através das doações) ao combate à fome no campo (através da geração de renda para os pequenos agricultores).

Nesse sentido, o ideal de soberania alimentar ganhou materialidade nos arranjos de campanha, conforme eram incorporados os doadores, os pequenos agricultores, os trabalhadores urbanos periféricos, os militantes e simpatizantes dos movimentos sociais, assim como os diversos coletivos e organizações sociais que se envolveram nas iniciativas. Conforme iam distribuindo os alimentos, os militantes e voluntários performavam a solidariedade como atitude prática, de apoio mútuo, na construção de uma grande rede de afetos e cuidados entre pessoas desconhecidas.

Com isso, acreditamos que esta pesquisa também poderá servir a todas as pessoas interessadas nos novos formatos e circuitos de comercialização da agricultura familiar, sejam eles conduzidos de forma mais pragmática em vista de resultados econômicos, sejam eles construídos sobre relações políticas e ideológicas que busquem transformar os canais em alternativas ao sistema hegemônico, tanto na perspectiva da formação de preços justos quanto na defesa de uma maior qualidade dos alimentos produzidos e ingeridos.

Defendemos que o encontro entre ações comerciais e doações de alimentos contribui sobremaneira às discussões contemporâneas sobre os caminhos possíveis para se alcançar um maior grau de soberania alimentar ao nível dos territórios. Como vimos, principalmente na campanha coordenada pelo MPA-RJ, a entrega dos alimentos pode também ser transformada em educação política, na tomada de consciência sobre os problemas que envolvem a política dos alimentos em nossa sociedade.

Este parece, no nosso modo de ver, um passo fundamental para qualquer tentativa de construção de políticas públicas que almejem a soberania alimentar ao nível nacional, uma vez que campanhas emergenciais de doação não serão suficientes para se atingir este objetivo, assim como uma política que não seja compreendida e apropriada conscientemente pelos seus beneficiários estará sempre sujeita à descontinuidade tão característica de nosso sistema político eleitoral. No Brasil, já se provou que não há qualquer política de Estado independente da política do governo de ocasião.

Ao voltarmos nosso olhar para os alimentos como portadores não somente de nutrientes, mas também de significados, fomos capazes de observar as múltiplas nuances nos momentos de entrega e as particularidades nas estratégias adotadas por cada uma das coordenações. Foram esses elementos que procuramos apresentar nos dois primeiros capítulos, e que posteriormente foram analisados com maior profundidade nos dois últimos capítulos, em cada um deles focalizando aspectos diferentes dos dois arranjos de campanha.

Toda a riqueza de detalhes apresentado, assim como os inúmeros entroncamentos entre o material e o simbólico, só foram possíveis a partir do método escolhido. Para captarmos as dinâmicas de ação coletiva em toda sua complexidade, adotamos uma metodologia baseada na pesquisa de campo etnográfico, com observação dos acontecimentos nos seus próprios contextos de interação, e que veio a ser complementada com entrevistas semiestruturadas, análises de documentos e de uma extensa etnografia virtual em redes sociais, portais de notícias e *sites* de organizações envolvidas nas campanhas de doação.

Neste percurso, buscamos inspiração no método de etnografia multi-situada proposto por George Marcus (1995), perseguindo os fluxos de alimento e de dinheiro que puseram em conexão os diferentes atores sociais e territórios. Porém, ressaltamos que, embora alimentos e dinheiro possam ser analisados como objetos materiais passíveis de serem intercambiados, em todo momento nosso interesse esteve depositado também sobre os conteúdos simbólicos que eles carregavam, isto é, nos tipos de vínculos e narrativas construídos através de sua circulação e agenciamento.

Por um lado, descobrimos uma extensa teia de relações que não apenas permitiu a concretização das duas campanhas, como as conectou através de alguns de seus atores centrais. Por outro lado, esta perspectiva metodológica nos permitiu enxergar as campanhas como duas experiências inseridas em um conjunto maior de iniciativas em todo o país e como parte de um movimento mais amplo que não se restringe à doação de alimentos durante a pandemia, uma vez que envolve atores muito importantes no sistema econômico e no tabuleiro político nacional.

Como demonstra o Monitor das Doações apresentado no Capítulo IV, durante a pandemia foram doados bilhões de reais através de milhares de campanhas diferentes, de inúmeros formatos e tamanhos. Dentre elas, uma parte significativa dos recursos, embora minoritária, foi distribuída por meio de ações coordenadas por movimentos sociais organizados que procuravam, a todo momento, imprimir formas de ação coletiva, enquadramentos e narrativas que distinguissem suas campanhas de outras identificadas por eles como filantrópicas ou assistencialistas.

Estes movimentos utilizavam os momentos de entrega dos alimentos e as redes sociais de internet como plataformas para a divulgação de seus enquadramentos e de suas demandas coletivas, disputando com outros agentes os sentidos legítimos para a solidariedade. Em paralelo, costuravam acordos e alianças políticas com velhos e novos parceiros, de modo a ampliar e integrar suas ações em diferentes territórios. A conjunção entre a construção de vínculos políticos e a disputa de narrativas nas arenas públicas, em particular a constante politização da fome, foi o que nos levou a analisar esses eventos como *campanhas políticas de solidariedade*.

A princípio, os papéis atribuídos aos alimentos podem ser distintos para quem doa e para quem recebe, sendo que um dos objetivos nas campanhas coordenadas por movimentos sociais é transformar as experiências pessoais em experiências coletivas. O que era percebido como uma necessidade individual (*matar a fome*), pode passar a ser visto como um direito a ser conquistado (*combate à fome*). Para tanto, é preciso que o ato de doação seja também um ato de comunicação política.

Porém, o alimento não informa apenas sobre a fome, mas também sobre outros problemas sociais que os ativistas enunciam com o objetivo de transformá-los em problemas públicos. Desse modo, percebemos que além das mediações concretas entre doadores, produtores de alimentos e donatários, as quais envolveram vínculos com empresas, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, ONGs, instituições públicas, associações e organizações sociais, Movimenta Caxias e MPA-RJ atuaram também diretamente no debate público, disputando simbolicamente as arenas públicas (CEAI, 2012; 2017) com seus próprios enquadramentos (SNOW, 2004) sobre a pandemia e sobre os sentidos políticos da solidariedade.

Ao longo dos quatro capítulos, demonstramos como a campanha *Mutirão Contra a Fome* priorizou a *qualidade* dos alimentos agroecológicos doados e a *regularidade* nas entregas para pequenos grupos fixos de pessoas, de modo a construir relações de confiança com os donatários. Por meio desses vínculos, o MPA pretendia divulgar suas demandas coletivas em torno das questões relativas à agricultura camponesa e à agroecologia, assim como à reforma agrária e à construção de um sistema popular de abastecimento com participação decisiva do Estado.

Ao mesmo tempo, imaginava-se a possibilidade de tradução dos vínculos políticos em vínculos econômicos, incorporando as famílias e os territórios aos circuitos comerciais construídos em torno do Raízes do Brasil, seja na condição de produtores de alimentos em favelas do Rio de Janeiro, seja como revendedores dos produtos comercializados pelo MPA.

Por sua vez, a campanha *Movimentando a Baixada* deu preferência a uma maior *quantidade* de alimentos doados, fossem eles no formato de cestas básicas, cestas agroecológicas e orgânicas ou de cartões de alimentação. Priorizou-se, também, uma maior quantidade de territórios acessados, favorecendo a *capilarização* do Movimenta Caxias e de seus militantes pela Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Em suas ações de entrega e no uso intensivo das redes sociais de internet, seus militantes divulgavam as outras ações que organizavam, como os cursos de pré-vestibular popular e as reuniões comunitárias em favelas de Duque de Caxias, ao mesmo tempo em que denunciavam o descaso dos governos contra a população da Baixada Fluminense, explicitada pela precariedade dos serviços públicos de transporte, saúde, assistência social e pela política de segurança pública que tinha os jovens negros e favelados como alvo preferencial.

Enquanto o MPA-RJ defendia uma concepção de solidariedade de classe entre os trabalhadores rurais e urbanos por meio de um maior controle social do abastecimento (como em sua bandeira de luta: “aliança operário-camponesa pela soberania alimentar”), o Movimenta Caxias priorizava, em seus discursos, a solidariedade entre identidades periféricas, nelas incluídas as mulheres, os negros, os favelados e moradores das periferias da Baixada Fluminense (como na expressão popular tantas vezes repetida: “nós por nós”).

Como resultado de nossa pesquisa, percebemos que essas duas concepções diferentes de solidariedade política, ancoradas e inspiradas nas trajetórias particulares das duas organizações, contribuem diretamente para a compreensão dos arranjos de campanha construídos. Mesmo que o formato de campanha de doação de alimentos seja um dos mais utilizados em ações coletivas de movimentos e organizações sociais em todo o Brasil, a forma como os vínculos foram construídos responde pelas distintas *expertises* de seus respectivos militantes.

Uma vez que o Movimenta Caxias é uma articulação recente entre pessoas e coletivos de jovens urbanos das periferias de Duque de Caxias, sua militância está mais acostumada ao trabalho de articulação política com organizações territoriais e com entidades ligadas aos movimentos negros e estudantis. Além disso, a experiência da miséria e da violência urbana lhes outorga maior versatilidade e resiliência no acesso aos territórios dominados por grupos paramilitares, ao mesmo tempo em que atribuem aos alimentos significados sociais mais relacionados à fome e à pobreza.

O MPA-RJ, por seu lado, possui uma experiência de décadas com comunidades e organizações camponesas na luta por viabilizar a produção e a comercialização dos alimentos produzidos por pequenos agricultores em todo o país. No Rio de Janeiro, o Movimento tem investido fortemente na construção de canais comerciais que aproximem os produtores aos consumidores urbanos, principalmente na capital do estado. Dessa forma, o formato de cestas agroecológicas utilizado nas duas campanhas já vinha sendo testado e aprovado pelo MPA e pelo Coletivo Terra, principal elo de conexão entre as iniciativas.

Em contrapartida, a maior parte de seus militantes não tem experiência em favelas ou com as dinâmicas sociais características desses territórios e deles com o restante da cidade, de modo que a articulação junto a simpatizantes urbanos se mostrou essencial na construção do *Mutirão*, assim como a participação na outra campanha garantiu a entrada de recursos importantes para que este fosse estruturado.

Se os fluxos dos alimentos nos ajudaram a entender melhor as diferentes estratégias adotadas, ao longo da pesquisa etnográfica ficou claro como seria preciso também compreender melhor as fontes de financiamento, entendidas aqui como elementos estruturantes das duas campanhas. Mais uma vez, acreditamos que os formatos adotados respondem pelas diferentes trajetórias e repertório de ação coletiva de cada uma das organizações responsáveis pela coordenação dos arranjos, porém a investigação dos vínculos mais distantes nos levou a analisar estes eventos à luz de uma nova estrutura de oportunidades políticas que se apresentou aos sujeitos da pesquisa.

A campanha *Movimentando a Baixada*, da forma como foi realizada, seria impossível sem o volumoso aporte de recursos do Instituto Unibanco, fundação privada ligada ao maior conglomerado bancário do país. Da mesma forma, a campanha *Mutirão Contra a Fome* não teria a mesma envergadura se o MPA-RJ não tivesse se associado ao Movimenta Caxias através do Coletivo Terra, complementando as cestas agroecológicas distribuídas naquela campanha. Além disso, tanto o MPA-RJ quanto os coletivos vinculados ao Movimenta Caxias recebiam, mesmo antes da pandemia, aportes de recursos do Instituto Ibirapitanga, que possui conexões financeiras com o Instituto Unibanco.

Dessa forma, para além da parceria junto ao Instituto Unibanco, descobrimos o entrecruzamento de diferentes redes de solidariedade, em que organizações sindicais, institutos públicos e privados se encontraram no financiamento de campanhas como a coordenada pelo MPA-RJ, ao passo que uma grande diversidade de ONGs, coletivos, associações e instituições privadas participaram da construção de campanhas como a coordenada pelo Movimenta Caxias.

A investigação dos fluxos de dinheiro nos levou, ainda, à descoberta de vínculos institucionais e interpessoais entre algumas dessas instituições, revelando como as campanhas foram capazes de articular redes de ação local, regional e nacional, canalizando recursos das altas esferas financeiras para ações territoriais de combate à fome. Em todos os casos, porém, os vínculos parecem ter sido construídos como possibilidades de parcerias futuras, o que desemboca, necessariamente, em discussões a respeito das interfaces e interações entre agentes da sociedade civil e dos mercados, em particular através de organizações do terceiro setor.

Como os movimentos sociais organizados lidarão com essas esferas nos próximos anos? E se o Estado voltar a ser um parceiro preferencial, como ficarão os vínculos com o terceiro setor, bancos e empresas? Quais são as vantagens na articulação com uns ou com outros e que

aprendizados ficam, na experiência dos militantes, para o período que virá após o desfecho da pandemia? Nosso trabalho não tem respostas para essas perguntas, embora acreditemos ter contribuído para uma reflexão mais profunda e sistemática sobre a política cotidiana contemporânea e sobre suas ramificações e intersecções com a política institucional.

Assim como a realidade social, os enquadramentos são construídos a todo momento por meio de dinâmicas de associativismo. Porém, em contextos emergenciais como os que presenciamos, muitas vezes a coerência discursiva pode ser deixada de lado em nome de movimentações mais pragmáticas, apesar de suas aparentes contradições. Como já alertava Cefaï (2002), os momentos de crise são oportunidades para uma melhor observação das arenas públicas em formação, e foi justamente isso que tentamos demonstrar com nossa análise etnográfica das duas campanhas de doação de alimentos.

A partir de nossa pesquisa, chegamos à conclusão de que a articulação entre atores e instituições pertencentes a campos de atuação distintos e, muitas vezes, conflitivos, é possível na medida em que ambos percebem a complexidade da realidade social e o entrelaçamento entre vários problemas públicos numa determinada conjuntura. A pandemia de Covid-19 provocou um profundo estado de calamidade social em todo o país, ao ponto de muitas querelas políticas e divergências programáticas terem sido deixadas de lado para a concretização das campanhas de doação de alimentos, assim como tem sido observado na construção de novas alianças para a disputa da política eleitoral.

Nos casos que analisamos, a confluência entre o avanço de um projeto conservador e autoritário no Governo Federal, o crescimento da fome e a chegada da pandemia foram catalizadores de alianças que, em ‘tempos normais’, talvez nunca se concretizassem. Isso demonstra, ao nosso modo de ver, que observar apenas os elementos discursivos pela lente dos enquadramentos pode ser limitante para a compreensão dos fenômenos em sua complexidade.

Enquanto milhões de pessoas ficaram em casa, refletindo e divulgando suas ideias nas redes sociais de internet, milhares de outras estiveram nas ruas traduzindo suas ideias em ações concretas, ao mesmo tempo em que estas provocavam crises e rearranjos em seus próprios enquadramentos. Como falar de transformação social através do consumo se tantas pessoas não podem consumir? Como falar em transformação social através da consciência política se tantas pessoas têm fome e não têm tempo para pensar? Como realizar grandes campanhas de doação sem acesso a recursos econômicos? São inquietações como essas que levam tantas pessoas a se organizarem em torno de movimentos sociais e propor soluções para os problemas da vida real.

A partir dessas reflexões, podemos compreender melhor as particularidades de campanhas coordenadas por movimentos sociais organizados. Além de serem ações coletivas extraordinárias, com prazos e objetivos pré-estabelecidos, elas são também construídas na intenção de adensar os vínculos das redes de associativismo, por meio da mobilização de pessoas, recursos e narrativas.

O que descobrimos, neste trabalho, é que os vínculos podem ser tanto políticos quanto econômicos, e podem atender tanto a necessidades pragmáticas e contextuais quanto a projeções de longo prazo no tabuleiro político, nas constantes imaginações de futuros possíveis. Os laços podem ser fracos ou fortes, efêmeros ou duradouros, e podem construir alianças ou conflitos, a depender da conjuntura, das decisões e dos atos que os sustentam.

Nesta perspectiva, já é possível observar alguns resultados de médio prazo promovidos pelas duas campanhas. Alguns meses após o período analisado em nossa pesquisa, grande parte dos CPAs organizados junto ao *Mutirão Contra a Fome* continuavam ativos, tendo inclusive incorporado diversos beneficiários nas fileiras do MPA-RJ, isto é, a *campanha* contribuiu para a ampliação da *base do movimento social*.

No Morro dos Prazeres, por exemplo, foi organizada uma grande distribuição de alimentos para 150 famílias no dia 7 de setembro de 2022, nos mesmos moldes daquela anteriormente organizada na Rocinha. Na coordenação desta ação figuraram algumas das

primeiras beneficiárias do CPA, que se tornaram, nos últimos meses, frequentadoras assíduas das atividades no Raízes do Brasil.

Por sua vez, as promessas de reativação da campanha de doação pelo Movimenta Caxias se concretizaram a partir dos primeiros meses de 2021, envolvendo ainda os produtores vinculados ao Coletivo Terra e ao MPA-RJ. Dessa vez, entretanto, as ações atingiram envergadura nacional, na medida em que foram incorporadas à campanha coordenada pela Coalizão Negra por Direitos, mesmo que sua escala seja muito reduzida.

Além destas continuidades, é possível observar também uma transferência de influência das redes de associativismo para a política institucional, seja no plano das disputas de enquadramento, seja nas disputas eleitorais propriamente ditas. No caso do MPA-RJ, conforme a campanha eleitoral de 2022 se aproximava, os temas da soberania alimentar, da produção camponesa e da agroecologia passaram a ser vinculados à reivindicação de políticas públicas representadas por candidaturas eleitorais específicas.

Já os jovens vinculados ao Movimenta Caxias se envolveram diretamente na campanha de Wesley Teixeira para deputado estadual, trazendo explicitamente a campanha de doação de alimentos, assim como as outras atividades desenvolvidas pelos coletivos a eles vinculados, como realizações do jovem aspirante ao parlamento estadual.

Desse modo, a capilaridade e a regularidade adotadas como estratégias por uns e outros suscitaram resultados diversos, porém complementares: da mesma forma como militantes dos movimentos camponeses e agroecológicos tomaram conhecimento da trajetória do Movimenta Caxias, em alguns casos se integrando à campanha eleitoral de Wesley, espera-se que ele contribua com suas reivindicações caso seja eleito. A política se constrói no cotidiano em diversas frentes de luta, incorporando novos aprendizados, novas ferramentas e procurando incidir diretamente nas arenas públicas.

Com isso, afirmamos que as campanhas de doação de alimentos, as novas formas de divulgação e de comunicação através das redes sociais e aplicativos de mensagens, além das novas redes criadas entre movimentos sociais organizados, organizações do terceiro setor e da sociedade civil em geral, foram incorporadas aos repertórios de ação coletiva previamente utilizados por Movimenta Caxias e MPA-RJ.

Por último, abrimos a dissertação anunciando que se tratava do registro de um período de excepcionalidade. Agora, podemos afirmar que, se o mundo pareceu ter parado por conta da pandemia, a política continuou em movimento. Para alguns atores sociais, o *tempo da pandemia* foi traduzido em “*tempo da política*”, para utilizarmos a expressão consagrada no livro organizado por Palmeira e Goldman (1996).

No entanto, se o tempo da política, segundo estes autores, é marcado pela suspensão temporária das atividades normais e cotidianas, envolvendo um conjunto de rituais e de repertórios de ação previamente conhecidos pelos participantes do jogo eleitoral, a pandemia subverteu todas as atividades, assim como qualquer razoabilidade ou previsibilidade na construção dos repertórios, instigando os atores envolvidos a serem mais criativos e corajosos do que nunca. Depois de tudo o que passamos, será mesmo possível voltar à normalidade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, Jorge. **Um vírus democrático que evidencia a fragilidade da democracia.** [Internet]. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/04/01/um-virus-democratico-que-evidencia-a-fragilidade-da-democracia/>. Publicado em: 01 abr. 2020. Acesso em: 01 ago. 2021.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula.** *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 57, núm. 2, Rio de Janeiro, pp. 325-357, 2014.
- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. **Agir, interpretar, imaginar: movimentos sociais frente à pandemia.** *Trabalho apresentado no Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*, out. 2020.
- ACSERALD, Vitor. **Municípios em dados.** Subsecretaria de Planejamento do estado do Rio de Janeiro, s/d.
- ALENTEJANO, Paulo. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado apresentada ao CPDA/UFRRJ, 2003.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Revista Lua Nova*, vol. 76, São Paulo, pp. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, Sonia. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista.** *Cadernos Pagu*, vol. 43, pp. 13-56, jan./jun. 2014.
- ALVAREZ, Sonia. **Feminismos en movimiento, feminismos en protesta.** *Revista Punto Género*, nº 11, p. 73-102, jun. 2019.
- ALVES, José. **Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense.** CLIO, 2004.
- ANDION, Carolina. **Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da Covid-19 no Brasil.** *Revista de Administração Pública*, vol. 54, núm. 4, pp. 936-951, Rio de Janeiro, jul./ago. 2020.
- AQUINO, Estela; PESCARINI, Julia; SILVEIRA, Ismael; AQUINO, Rosana et al. **Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de Covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil.** *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 25, supl. 1, jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 01 ago. 2021.
- AVRITZER, Leonardo. **Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro.** In: AVRITZER, L. (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo.** *Revista Lua Nova*, núm. 39, 1997.

AYUERO, Javier. **Vidas e política das pessoas pobres:** as coisas que um etnógrafo sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. *Revista Sociologias*, nº 28, p. 126-164, set-dez/2011.

AYUERO, Javier; JOSEPH, Lauren. **Introduction:** politics under the ethnographic microscope. In: Joseph, L; Mahler, M; Ayuero, J (Eds). *New perspectives in political ethnography*. New York: Springer, 2007.

BALANDIER, Georges. **Antropologia Política.** São Paulo: Difel/Edusp, 1969.

BARRETO, Alessandra. **Cartografia política:** as faces e fases da política na Baixada Fluminense. *Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/UFRRJ*, 2006.

BASTOS, Valéria P; SILVA, João B; CARVALHO, Maria I. **Prazeres versus Rocinha:** o lixo rico de cada dia. *Revista Libertas, Juiz de Fora*, v.15, n.2, p. 27-44, ago./dez 2015.

BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Falcão:** meninos do tráfico. Companhia das Letras, 2006.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico:** trajetória, contradições e perspectivas. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, núm. 6, pp. 11-28, Paraná, jul./dez. 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. **A reforma do Estado nos anos 1990:** lógica e mecanismos de controle. *Revista Lua Nova*, núm. 45, 1998a.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. **Reconstruindo um novo Estado na América Latina.** Brasília: ENAP, 1998b.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. **Sociedade civil:** sua democratização para a reforma do Estado. In: Bresser-Pereira, L.; Wilhelm, J.; Sola, L. (Org.). *Sociedade e Estado em transformação*. UNESP/ENAP: 1999, pp. 67-116.

BRESSER-PEREIRA, Luiz; GRAU, Nuria. **Entre o Estado e o mercado:** o público não-estatal. In: Bresser-Pereira, L.; Grau, N. (Org). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 15-48.

BUSS, Lewis; DYE, Christopher; SABINO, Esther et al. **Covid-19 herd immunity in the Brazillian Amazon.** *Revista MedRxiv*, 21 set. 2020. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.09.16.20194787v1>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CAETANO, Maria. **Redes Globais e educação:** a rede latino-americana da sociedade civil para a educação-Reduca. In: *Anais do V Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação*, 2016, v. 41.

CAETANO, Maria. **As reformas educacionais, o novo ensino médio e a gestão para resultados:** ofensiva empresarial? *Revista Nuances: estudos sobre educação, Presidente Prudente-SP*, vol. 29, núm. 1, pp. 204-220, jan./abr. de 2018.

CAETANO, Maria; PERONI, V. M. V. **Ensino médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco**: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, V. M. V. (Org.). *Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 89-107.

CAMAZ, Fernando R. **Duque de Caxias-Rio de Janeiro**: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social. *Revista Brasileira de Geografia Econômica, Ano 4, Número 7, 2015*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2061>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto. **“O negro é povo no Brasil”**: afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos (1948-1955). In: *Caderno CRH, Salvador, vol. 28, núm. 73, pp. 91-110, jan./abr. 2015*.

CARDOSO, Ruth. **A trajetória dos movimentos sociais**. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARMO, Beatriz. **A pobreza brasileira tem cor e é preta**. [Internet]. Disponível em: techo.org/brasil/informe-se/a-pobreza-brasileira-tem-cor-e-e-preta/. Publicado em: 21 nov. 2017. Acesso em: 10 set. 2021.

CARVALHO, Priscila. **Além da forma-movimento**: compilações do Movimento dos Pequenos Agricultores. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 8, núm. 18, pp. 83-106, jan./abr. 2020.

CASA FLUMINENSE. Relatório de Atividades 2019. [Internet]. Disponível em: <https://casافلuminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/relat%C3%B3rio-casa-reduzido.pdf>. Publicado em: 2020. Acesso em: 05 ago. 2021.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. **Construindo a confiança nas cadeias curtas**: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS. In: Gazolla, M; Schneider, S. (Org.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas*: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CASTRO, Hebe. **Ao sul da história**: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CEFAÏ, Daniel. **Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas**: de la experiencia al compromiso. *Revista de Sociología*, núm. 26, pp. 137-166, 2011.

CEFAÏ, Daniel. **Públicos, problemas públicos e arenas públicas...** O que nos ensina o pragmatismo (parte 1). *Revista Novos Estudos, CEBRAP, vol. 36.01, p. 187-213, mar. 2017*.

CEFAÏ, Daniel. **Qu'est-ce qu'une arène publique?** Quelques pistes por une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, D; JOSEPH, I. (Coord.). *L'heritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002, pp. 51-81.

CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe; MOTA, Fábio. **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. In: CEFAÏ, D.; MELLO, M. A.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. (Orgs.). *Arenas Públicas*: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF, 2011, pp. 09-63.

CEPAL-FAO. **Cómo evitar que la crisis del covid-19 se transforme en una crisis alimentaria:** acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe. *Informe covid-19*. CEPAL-FAO, 16 jun. 2020.

COELHO, Laila F. T. P. **Conhecendo a Terra Prometida.** Dissertação de mestrado apresentada ao CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2009.

COMERFORD, John. **Fazendo a luta:** sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

COMERFORD, John; PEREIRA, Marcos. **Etnografias da política:** uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Revista Análise Social*, vol. 48, núm. 207, pp. 465-489, Universidade de Lisboa, 2013.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros:** TIC Domicílios 2019 [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: CGI, 2020.

COMUNELLO, Felipe. **Movimentos sociais, agroecologia e circuitos no capitalismo.** *Revista Ruris*, vol. 6, núm. 1, mar. 2012.

CONWAY, Janet M., OSTERWEIL, Michael; THORBURN, Elise. **Theorizing Power, Difference and the Politics of Social Change:** Problems and Possibilities in Assemblage Thinking, *Studies in Social Justice*, Vol. 12, Nº 1, p. 1-18, 2018.

COSTA, Sergio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. *Revista Lua Nova*, núm. 36, 1995.

CREENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex:** a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 139-167. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em 05 ago. 2021.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania:** de que estamos falando? In: Mato, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y 185 años de civil em 185 años de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. **La disputa por la construcción democrática em América Latina.** México: CIESAS, 2006.

DAROLT, Moacir R. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos:** reconectando produtores e consumidores. In: Niederle, Paulo André.; Almeida, Luciano de; Vezzani, Fabiane Machado (Org). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Ed. Kairós, 2013.

DAROLT, M; LAMINE, C; BRANDENBURG, A; ALENCAR, M; ABREU, L. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil.** *Revista Ambiente & Sociedade*, vol. XIX, n. 2, p. 1-22. São Paulo, abr-jun 2016.

DELGADO, Guilherme. **Questão agrária hoje.** In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. (Org.) *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.* Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2017.

DIANI, Mario. **Networks and participation.** In: Snow, D; Soule, S; Kriesi, H. *The blackwell companion to social movements.* Blackwell Publishing Ltda., 2004.

DIANI, Mario; DELLA PORTA, Donatella. **Social movements:** an introduction. Malden/USA; Oxford/UK: Blackwell Publishing, 2006.

DINIZ, Debora; CARINO, Giselle. **Patroas, empregadas e coronavirus.** [Internet]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-21/patroas-empregadas-e-coronavirus.html>. Publicado em: 21 mar. 2020. Acesso em: 01 ago. 2021.

DOMINGUES, José. **Os movimentos sociais latino-americanos:** características e potencialidades. In: *Análise de Conjuntura OPISA nº 2.* Rio de Janeiro: OPISA-IESP-UERJ, 2007.

EDWARDS, Bob; MCCARTHY, John. **Resources and social movements mobilization.** In: Snow, D; Soule, S; Kriesi, H. *The Blackwell companion to social movements.* USA; UK; Australia: Blackwell Publishing, 2004.

ESCOBAR, Arturo. **Notes on Networks and Anti-Globalization Social Movements.** *Paper presented at AAA Annual Meeting,* San Francisco, nov. 2000.

ESCOBAR, Arturo; OSTERWEIL, Michael. **Social movements and the politics of the virtual:** Deleuzian strategies. In: *Deleuzian intersections: science, technology, anthropology,* 187-217, 2010.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado.** *Cadernos de Campo,* núm. 13, p. 155-161, 2005.

FERNANDES, Rubem. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubem. **O que é o terceiro setor?** *Revista do Legislativo, Belo Horizonte,* núm. 18, p. 26-30, abr./jun. 1997.

FERRAZ, Cláudia; ALVES, André. **Da etnografia virtual à etnografia online:** deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. *Trabalho apresentado no 41º Encontro Anual da ANPOCS,* Caxambu, 2017.

FERREIRA, Ítalo. **Necropolítica no estado do Rio de Janeiro.** *Revista Ensaios,* vol. 15, p. 107-123, 2019.

FILHO, Olívio; JÚNIOR, Newton. **O amanhã vai à mesa:** abastecimento alimentar e covid-19. *Cadernos de Saúde Pública,* vol. 36, núm. 5, 2020.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma; MAGALHÃES, Alexandre. **Deslocando enquadramentos:** coletivos de favelas em ação na pandemia. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 9, núm. 23, pp. 256-279, set./dez. 2021;

FOGO CRUZADO. Ano de tragédias: violência armada deixou marcas irreversíveis no Rio. Relatório Anual 2020 [Internet]. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/relatorio-anual-grande-rio-2020/>. Publicado em: 11 jan. 2021. Acesso em: 05 ago. 2021.

FONSECA, Claudia. **O anonimato e o texto antropológico:** dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH, P. et al. (Orgs.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.

FREIRE, Paulo. **Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho.** In: SENADO FEDERAL. *O livro da profecia: o Brasil no terceiro milênio*. Brasília: Coleção Senado, vol. 1, 1997.

FUMAGALLI, Andrea; MEZZADRA, Sandro. **A crise da economia global:** mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

FURTADO, Lays. **Solidariedade de classe reúne trabalhadoras(es) do campo e da cidade:** cerca de 800 toneladas de alimentos já foram mobilizadas em doações pelo MST no Nordeste durante a pandemia. [Internet]. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/19/solidariedade-de-classe-reune-trabalhadoras-es-do-campo-e-da-cidade/>. Publicado em: 19 out. 2020. Acesso em: 30 nov. 2020.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Org). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas:** negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GIRALDO, Omar; ROSSET, Peter. **Agroecology as a territory in dispute:** between institutionality and social movements. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 45, núm. 3, pp. 545-564, 2018.

GLENNY, Misha. **O dono do morro:** um homem e a batalha pelo Rio. Companhia das Letras, 2016.

GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia:** uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir (Org.). **Antropologia, voto e representação política.** Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

GOODMAN, David. **The quality ‘turn’ and alternative food practices:** reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, 19, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, David. **Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas:** conectando produção e consumo. In: Gazolla, M; Schneider, S. (Orgs.) *Cadeias curtas e redes*

agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, David; DUPUIS, Melanie; GOODMAN, Michael. **Alternative food networks: knowledge, practice and politics**. Londres: Ed. Routledge, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs**. *Revista Meta: Avaliação, Rio de Janeiro*, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. *Revista Tempo Brasileiro n° 92/93(jan/jun), Rio de Janeiro*, p.69-82, 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em 05 ago. 2021.

GRANOVETTER, Mark. **The strength of weak ties**. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, mai. 1973.

GRANOVETTER, Mark. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. *American Journal of Sociology*, vol. 91, issue 3, p. 485-510, novembro de 1985.

GRANOVETTER, Mark. **Economic institutions as social constructions: a framework for analysis**. *Revista Acta Sociologica*, núm. 35, p. 3-11, 1992.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia; MATTEI, Lauro; MALUF, Renato; LEITE, Sérgio. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. In: ROMANO, J. O. ; HERINGER, R. (Org.). *A política vivida: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas*. Rio de Janeiro: ActionAid-Brasil / Ford Foundation, pp. 367-392, 2011.

GRYNSZPAN, M. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/MN/UFRJ. Rio de Janeiro, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **New social movements**. *Telos*, núm. 49, New York, 1981.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Ed. DP&A, 1996.

HERRING, R. J. **How is food political?** Market, state, and knowledge. In: *The Oxford handbook of food, politics, and society*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

HINE, Christine. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

HUANG, Chaolin; WANG, Yeming; LI, Xingwang; REN, Lili; ZHAO, Jianping; HU, Yi et al. **Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China**. *The Lancet*, vol. 395, núm. 10223, p. 497-506, 15 fev. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30183-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30183-5/fulltext). Acesso em: 01 ago. 2021.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Making decent work a reality for domestic workers**: progress and prospects ten years after the adoption of the Domestic Workers Convention, 2011 (Nº 189). International Labour Office – Genebra: ILO, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: aglomerados subnormais; primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do covid-19**: uma abordagem das ações públicas emergenciais. *Nota técnica nº 69*. IPEA, abr. de 2020.

KRIESI, Hanspeter. **The Organizational Structure of New Social Movements in a Political Context**. In: MCADAM, J; MCCARTHY, J; ZALD, M (Eds). *Comparative Perspectives on Social Movements..* Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996, p. 152–184.

KRIESI, Hanspeter. **Charles Tilly**: contentious performances, campaigns and social movements. *Swiss Political Science Review*, vol. 15, núm. 2, pp. 341-349, 2009.

KUNRATH, Marcelo; SCHMITT, Claudia. **Políticas em rede**: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. *Artigo apresentado ao 36º Encontro Anual da ANPOCS*, 2012.

LACERDA, Carolina. **O que é imunidade de rebanho e quais as implicações?** [Internet]. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-e-imunidade-de-rebanho-e-quais-as-implicacoes/>. Publicado em: 06 ago. 2020. Acesso em: 02 ago. 2021.

LATOUR, Bruno. **We Have Never Been Modern**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

LAVALLE, Adrián. **Sem pena nem glória**: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Revista Novos Estudos*, núm. 66, jul. 2003.

LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. **Quando novos atores saem de cena**: continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Revista Política & Sociedade*, núm. 5, out. 2004.

LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José. **Sociedade civil, estado e autonomia**: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Revista Opinião Pública*, vol. 21, núm. 1, Campinas, pp. 157-187, abr. 2015.

LERRER, Débora. **Revista Agroanalysis: a trajetória da afirmação do “agronegócio” e de consagração de seus agentes.** *Revista Contemporânea*, vol. 10, núm. 1, pp. 273-304, jan./abr. 2020.

LISBOA, Marcos. **Outra história: uma resposta a Fernando Haddad.** *Revista Piauí, Edição 131, ago. 2017.* Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/outra-historia/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

LOMNITZ, Larissa. **Supervivencia en una barriada en la Ciudad de México.** *Revista Demografía y Economía*, vol. 7, núm. 1, pp. 58-85, 1973.

LOMNITZ, Larissa. **Cómo sobreviven los marginados.** Cerro del Agua; Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas.** In: *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004, p. 33-44.

MALUF, Renato. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

MALUF, Renato. **Diretrizes e componentes de uma política nacional de abastecimento alimentar e questões de implementação.** *Projeto de cooperação técnica UTF/BRA/083/BRA (Texto de conjuntura nº 8), Rio de Janeiro, mar. 2015.*

MALUF, Renato. **Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em segurança alimentar e nutricional.** *Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, vol. 27, pp. 1-5, 2020.*

MARCUS, George. **Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography.** *Annual Reviews Anthropology*, vol. 24, p. 95-117, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.

MASELLI, Morgana. **A compra de alimentos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um balanço da (não) implementação da política pública no município do Rio de Janeiro.** *Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Práticas e Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.*

MATTA, G.C; REGO, S; SOUTO, E.P; SEGATA, J. (Eds). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas.** In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1931].

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. **Resource mobilization and social movements: a partial theory.** *American Journal of Sociology*, vol. 82, núm. 6, pp. 1212-1241, mai. 1977.

MEDEIROS, Leonilde. **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2018.

MENEZES, Palloma; MAGALHÃES, Alexandre; SILVA, Caíque. **Painéis comunitários**: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas. *Revista Horizonte Antropológico*, ano 27, núm. 59, pp. 109-128, Porto Alegre, jan./abr. 2021.

MELLUCI, Alberto. **Getting involved**: identity and mobilization in social movements. *International Social Movements Research*, vol. 1, 1988.

MELLUCI, Alberto. **The process of collective identity**. In: Johnston, H; Klandermans, B. *Social movements and culture*. University of Minnesota Press, 1995.

MINADEO, Roberto. **A fusão Itaú-Unibanco e a criação do maior banco privado da América Latina**: apontamentos para um debate. In: ROSA, R. M. A.; DOMINGUEZ, C. F. (Orgs.). *América Latina no labirinto global: Economia, Política e Segurança*, vol. II. Curitiba: CRV, 2012, p. 51-74.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **Etnografias on e off-line**: cibercafés em Trinidad. *Revista Horizontes Antropológicos*, ano 10, núm. 21, pp. 41-65, Porto Alegre, jan./jun. 2004.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Ed. Lumens Juris, 2006.

MISSE, Michel. **Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro**: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia Política*, vol. 19, núm. 40, out. 2011.

MITCHEL, Katharyne; SPARKE, Matthew. **The new Washington Consensus**: millennial philanthropy and the making of global market subjects. *Antipode*, vol. 48, núm. 3, 2016.

MORENO, Arlinda; MATTA, Gustavo. **Covid-19 e o dia em que o Brasil tirou o bloco da rua**: acerca das narrativas de vulnerabilizados e grupos de risco. In: Matta, GC; Redo, S; Souto, E. P.; Segata, J. (Eds). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. [Internet]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19; Editora FIOCRUZ, 2021.

MORGADO, Caroline; CASEMIRO, Juliana; CRUZ, Larissa. **Estratégias, oportunidades e desafios de construção de um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas*, vol. 29, pp. 1-16, 2022.

MOTTA, Jonathan. **A crise da facção Amigos dos Amigos (ADA) e a nova racionalidade econômica no crime carioca**. *Artigo apresentado no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, Belém/UFPA, 2021*.

MÜLLER, Martin. **Assemblages and Actor Networks**: Rethinking Socio-material Power, Politics and Space. *Geography Compass*, Vol. 9, nº 1, p. 27-41, 2015.

MURAYAMA, Anna Yuri Miranda. Coworking e a evolução dos espaços de escritório até hoje. 2015. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/coworking-evolucao-dos-espacos-escritorio-ate-hoje.html>. Acesso em: 13/04/2018.

NAIL, Thomas. **What is an Assemblage?** *SubStance*, vol. 46, nº 1, p. 21-37, 2017.

NEVES, Delma P. **Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social.** *Revista de Ciências Sociais*, vol. 34, nº 1, 2003.

NICO, Maria Eugenia. **A paisagem urbana, os mapas mentais e a psicografia situacionista.** Caso de estudo: uma experiência em Parque das Missões, Duque de Caxias. *Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental da PUC-Rio*, 2017.

NIEDERLE, Paulo. **Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio.** *Revista Sustentabilidade em Debate*, vol. 5, núm. 3, pp. 79-96, Brasília, set./dez. 2014a.

NIEDERLE, P. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial. In: Cavalcanti, J.S.B., Wanderley, M. de N.B, Niederle, P.A. (orgs.). *Participação, Território e Cidadania: Um Olhar Sobre a Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil*. Recife: Ed. UFPE, 2014b

NIEDERLE, Paulo. **Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos.** *Revista Século XXI*, v. 4, n. 1, p. 162-189, 2014c.

NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano. **A nova arquitetura para produtos orgânicos: o debate da convencionalização.** In: Niederle, P; Almeida, L; Vezzane, F. (Org). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Ed. Kairós, 2013.

NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane. (Org). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**. Curitiba: Ed. Kairós, 2013.

NIEMEYER, Carolina B. **Movimentos sociais como produtores de conhecimento: a soberania alimentar no Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).** Tese apresentada ao IESP/UERJ. Rio de Janeiro, 2014.

NIEMEYER, Carolina B; SILVEIRA, Vicente Carvalho A. **Da pandemia à agroecologia: redes de solidariedade na construção de um novo paradigma socioecológico.** *Revista Saúde em Debate*, vol. 46, núm. esp. 2, Rio de Janeiro, jun. 2022.

NOGUERA, Renato. **Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas.** *Griot : Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1-19, 2011.

NOGUERA, Renato. **Infância, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas.** *Revista Childhood & Philosophy*, vol. 14, n. 31, Rio de Janeiro, set./dez. 2018, pp. 625-644.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil:** clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

OLIVEIRA, Wilson J. **Antropologia, política e etnografia:** fronteiras disciplinares e trabalho de campo. In: Perissinoto, R; Codato, A (Org). *Como estudar elites.* Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

PALM, Juliano. **Ecologia de projetos:** uma abordagem pragmática, sistêmica e territorial na região serrana fluminense. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do CPDA/UFRRJ.

PENNA, Camila; CARVALHO, Priscila; MOTTA, Renata; TEIXEIRA, Marco. **Sistemas alimentares em disputa:** respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. *Artigo apresentado no 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020.*

PEREIRA, Samira; MENDES, Sérgio. **Um debate sobre o campo online e a etnografia virtual.** *TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, núm. 21, pp. 196-212, jan./jun. 2020.

PEREZ-CASSARINO, Julian; FERREIRA, Angela. **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos:** uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. In: Niederle, Paulo André; Almeida, Luciano de; Vezzani, Fabiane Machado. (Org). *Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura.* Curitiba: Ed. Kairós, 2013

PERONI, V. M. V.; CAETANO, Maria. R. **Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro:** a privatização do público. *Revista Educação e Realidade*, v. 41, p. 407, 2016.

PETERSEN, Paulo. **Metamorfosis agroecológica:** un ensayo sobre agroecologia política. 2011. Tese (Mestrado em Agroecologia). Universidade de Andalucía, 2011.

PIMENTEL, Patrícia; SICHIERI, Rosely; SALLES-COSTA, Rosana. **Insegurança alimentar, condições socioeconômicas e indicadores antropométricos em crianças da Região Metropolitana do Rio de Janeiro/Brasil.** *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 26, núm. 2, Rio de Janeiro, p. 283-294, jul./dez. 2009.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Made in China:** Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. *Tese de doutorado apresentada ao Programa de Antropologia Social da UFRGS, 2009.*

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. **Da esperança ao ódio:** juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Cadernos IHU ideias*, ano 1, núm. 1, 2014.

PLOEG, Van Dowe der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** In: Petersen, Paulo. (Org). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.* Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: editora Compus, 2000 [1944].

POMPEIA, Caio. **Concertação e poder:** o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 35, núm. 104, São Paulo, 2020.

PORTILHO, Fátima. **Novos atores no mercado:** movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*, v. 8, p. 199-224, 2009.

PORTO, Silvio I. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** política pública de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil. *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Oficial de Pós-graduação em Agroecologia da Universidade Internacional de Andalucía*, 2014.

PUREZA, José. **Memória camponesa.** Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

QUEIROZ, Maria. **O campesinato brasileiro.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

QUIRÓS, Julieta. **Ser piquetero, estar com os piqueteros:** uma etnografia sobre a trama dos movimentos no sul da Grande Buenos Aires. *Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional/UFRJ*, 2006.

QUIRÓS, Julieta. **Piqueteros y peronistas en la lucha del Gran Buenos Aires:** por una visión no instrumental de la política popular. *Cuadernos de Antropología Social*, núm. 27, pp. 113-131, 2008.

QUIRÓS, Julieta. **Política e economia na ação coletiva:** uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *Revista Mana*, vol. 15, núm. 1, pp. 127-153, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993 [1980].

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica:** introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

RAUD-MATTEDI, Cécile. **A construção social do mercado em Durkheim e Weber:** análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, fevereiro de 2005.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e covid-19 no Brasil. VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rede Penssan, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2017.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”:** uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). *Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP*, 2018a.

ROCHA, Lia. **Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização.** *Revista Estudos Históricos*, vol. 31, núm. 65, Rio de Janeiro, p. 475-494, set./dez. 2018b.

ROCHA, Lia; CARVALHO, Monique. **Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”**: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. *Revista Cadernos Metrópole*, vol. 20, núm. 43, pp. 905-924, São Paulo, set./dez. 2018.

RODRÍGUEZ, Edwin Cruz. **Pensar los movimientos sociales en y desde América Latina**: una mirada crítica a la contribución de Raúl Zibechi. *Revista Estudios Políticos*, vol. 56, pp. 175-197, Universidad de Antioquia, 2019.

RODRIGUEZ-GIRALT, I.; MARRERO-GUILLAMÓN, I; MILSTEIN, D. **Reassembling activism, activating assemblages**: an introduction. *Social Movement Studies*, vol. 17, núm. 3, 2018, p. 257-268.

ROSA, Marcelo; PENNA, C; CARVALHO, P. D. **Movimentos e estado como coletivos instáveis e heterogêneos**: uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de casos. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 3, 2020.

SABOURIN, Eric; NIEDERLE, Paulo. **Agricultura familiar na América Latina**: das políticas agrícolas diferenciadas aos instrumentos de promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia. In: Maluf, R.; Flexor, G (Org.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais*: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHMITT, Claudia. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar**: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*, ano XIV, núm. 2, pp. 78-88, abr./mai./jun/ 2005.

SCHMITT, Claudia. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural**: um olhar a partir da experiência brasileira. In: Balestro, M; Sauer, S. (Org). *Agroecologia e os desafios da transição ecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SCHMITT, Claudia; PORTO, José Renato; NIEMEYER, Carolina; PALM, Juliano; SILVEIRA, Vicente Carvalho A. **Caminhos dos alimentos em tempos de Covid-19**: um olhar a partir das redes alternativas. Rio de Janeiro: AS-PTA, no prelo.

SCHMITT, Claudia; TYGEL, Daniel. **Agroecologia e economia solidária**: trajetórias, confluências e desafios. In: Schmitt, C. et al (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **Mercados e agricultura familiar**. In: Marques, F; Conterato, M; Schneider, S. *Construção de Mercados e Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

SER SOCIAL. **Alimentação, abastecimento e crise**. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília*, vol. 23, núm. 48, 1º sem./ 2021.

SIGAUD, Lygia. **Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil**. *Cuadernos de Antropologia Social*, nº 20, pp. 11-23, Buenos Aires, 2004.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo. **Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado:** uma análise em perspectiva comparada. *Revista Dados*, vol. 51, núm. 1, 2008.

SILVA, André; COSTA, Izabel; PAZ, Kátia et al. **Atlas escolar do município de Duque de Caxias.** Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, s/d.

SILVA, João Batista P. **A importância da mobilização comunitária no enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, 2016a.

SILVA, Juliano; TITTON, Laís; KITAZAWA, Hugo; BRITO, Larissa. **Economia colaborativa:** uma análise da relação entre valores pessoais, formas de colaboração e efeito dotação. *Artigo apresentado na 9ª Latin American Retail Conference*, 2016.

SILVA, Laura; LIMA, Alex; POLLI, Démerson et al. **Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da Covid-19 no Brasil:** caracterização e análise epidemiológica por estado. *Caderno de Saúde Pública*, vol. 36, núm. 9, 18 set. 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n9/e00185020/#>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SILVA, Lúcia. **De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense:** leitura de um território pela história. *Revista de História da UNIABEU*, vol. 3, núm. 5, jul./ dez. 2013.

SILVA, Maiara B. **Cesta camponesa de alimentos saudáveis:** uma estratégia na Aliança campo-cidade por Soberania Alimentar. *Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à ESS/UFRJ*, 2016b.

SILVA, Marcelo (Org). **Plano camponês por soberania alimentar e poder popular.** São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2019.

SILVA, Rafaela. **Permanências e mudanças na paisagem dos conjuntos habitacionais:** estudo de caso do Trevo das Missões. Monografia submetida ao Departamento de Geografia da UFRJ, 2014a.

SILVA, Sandro. **A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional:** projetos, descontinuidades e consolidação. *Texto para discussão nº 1953.* Rio de Janeiro: IPEA, 2014b.

SILVEIRA, Vicente Carvalho A. **Sem economia não há autonomia:** o caso da feira da Central de Productores Hortigranjeros del Alto Paraná. *Anais do VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais, Montes Claros, set. 2019.*

SILVEIRA, Vicente Carvalho A. **Sem economia, não há autonomia:** a feira da Central de Productores Hortigranjeros del Alto Paraná – Paraguai. *Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão/SE, vol. 15, nº 2, 2020.*

SIMÕES, Manoel. **Cidade estilhaçada:** reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. *Tese de doutorado apresentada ao PPG/UFF*, 2006.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** Companhia das Letras, 2012.

SNOW, David. **Framing processes, ideology, and discursive fields.** In: Snow, D; Soule, S; Kriesi, H. *The blackwell companion to social movements.* Blackwell Publishing Ltda., 2004.

SNOW, David. **Framing and social movements.** In: Snow, D; Della Porta, D; Klandermans, B; McAdam, D (Eds.). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements.* Blackwell Publishing Ltda., 2013.

SNOW, David; BENFORD, R. **Master Frames and Cycles of Protest.** In: Morris, A; Mueller, C.M. (Eds.). *Frontiers in Social Movement Theory.* New Haven: Yale University Press, 1992.

SORDI, Jaqueline. **Lupa na Ciência: apesar da polêmica envolvendo The Lancet, outros estudos recentes indicam ineficácia da cloroquina.** [Internet]. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/06/10/lupa-na-ciencia-cloroquina-lancet/>. Publicado em: 10 jun. 2020. Acesso em: 05 ago. 2021.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias, o homem por trás do monumento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **O debate étnico e a União dos Homens de Cor em Duque de Caxias.** *Revista Pilares da História.* Ano II nº2. Duque de Caxias, março de 2003.

SOUZA, Patrícia. **Mobilizações, projetos sociais e juventude em favelas cariocas: um olhar a partir dos eventos #ocupaalemãoàs9h e #ocupaborelàs9h.** In: Rodrigues, R (Org). *Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão.* Rio de Janeiro: IPEA, 2016a, pp. 153-173.

SOUZA, Pedro. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013.** *Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB,* 2016b.

STAGGENBORG, Suzanne; LECOMTE, Joséé. **Social movements campaigns: mobilization and outcomes in the montreal women's movement community.** *Mobilization: an International Journal, vol. 14, núm. 2, pp. 163-180, 2009.*

TANAKA, Jennifer. **“Comer é um ato político”:** o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a politização do consumo. Dissertação apresentada ao CPDA/UFRRJ, 2019.

TAKAGI, Maya. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios.** *Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP,* 2006.

TATAGIBA, Luciana. **A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo.** In: PIRES, R. (Org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.* Brasília, IPEA, 2011, pp. 171-186 (Diálogos para o desenvolvimento, vol. 7).

TEIXEIRA, Leile; MELO, Mayná. **Cesta camponesa como estratégia da aliança campo-cidade por Soberania Alimentar.** *Cadernos de Agroecologia*, vol. 13, nº 1, jul. 2018. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF. Brasília/DF, 12-15 set. 2017.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution.** California: Ed. McGraw-Hill, 1978.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics.** Oxford University Press, 2015.

TOMMASI, Livia de; VELAZCO, Dafne. **A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, núm. 56, pp. 15-42, São Paulo, jun. 2013.

TOURAINÉ, Alain. **La voix et le regard.** Paris: Seuil, 1978.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue:** política e sociedade na América Latina. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

TRICHER, Rozane; GRISA, Catia. **Entre mudanças e conservadorismos:** uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. *Revista NERA*, ano 18, núm. 26, ed. especial, Presidente Prudente, pp. 10-27, 2015.

VALIM, Morgana; RASGA, Mariana. **Controle, intervenção e necropolítica:** uma topografia da violência urbana nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*, vol. 4, núm. 1, Salvador, p. 41-63, jan./jun. 2018.

VASCONCELOS, Lia. **Sociedade:** as dimensões da pobreza. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, ano 4, edição 30, IPEA, jan/2007

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Texto preparado para a Aula Inaugural do CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth Braudel. **O campesinato brasileiro:** uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, 2015.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2008.

WILLIAMSON, John. **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.

WILLIAMSON, John. **A short history of the Washington Consensus.** Paper commissioned by Fundación CIDOB, Barcelona, set. 2004.

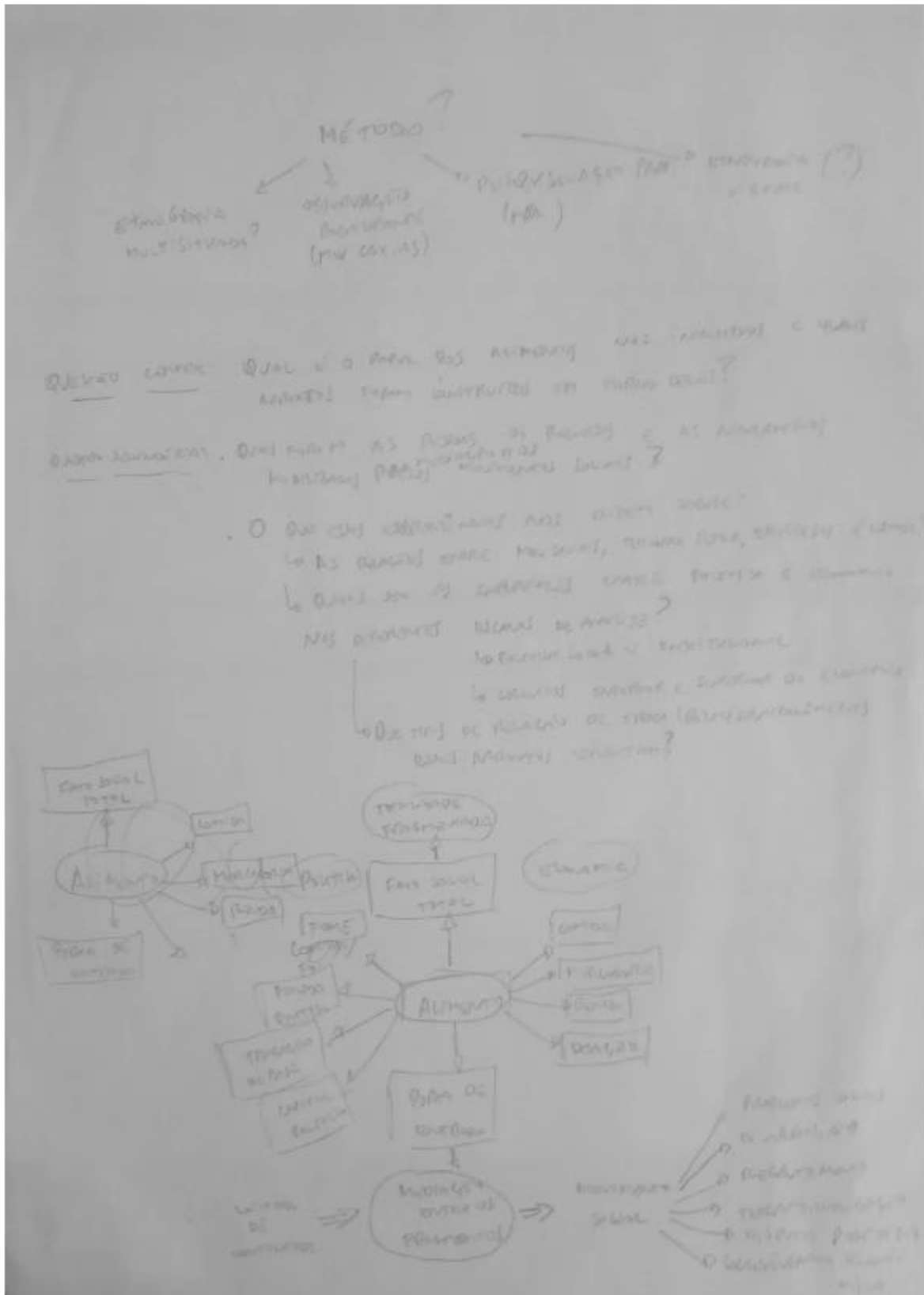
ZELIZER, Viviana. **Economic lives:** how culture shapes the economy. Princeton University Press, 2011.

ZHU, Na; ZHANG, Dingyu; WANG, Wenling; LI, Xingwang; YANG, Bo et al. **A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019.** [Internet]. *The New England*

Journal of Medicine, 29 jan. 2020. Disponível em:
<https://www.nejm.org/doi/10.1056/NEJMoa2001017>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ZIBECHI, Raúl. **Movimientos sociales en America Latina:** el “mundo otro” en movimiento. Bogota: Ed. Desde Abajo, 2017.

ANEXO I – Primeiro mapa mental dos arranjos de campanha







Contexto da covid na Baixada

— SOBRE O PROBLEMA ESTRUTURAL DA BAIXADA, DE INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DURADOURAS.

> RESLEY TELLEIRA >

A Baixada durante muitos anos foi invisível como o vírus, esses dois problemas é o que estamos buscando enfrentar. O vírus na Baixada Fluminense assim como a poluição, a fome ou a violência urbana segue matando e não nos deixando respirar. As vítimas têm cor e renda. As autoridades não ajudam, algumas vezes agravam a situação e resta ao povo buscar formas de sobreviver.

Um levantamento da Defensoria Pública do Rio de Janeiro mapeou quase 500 denúncias de falta d'água em 14 municípios. Como lavar as mãos nessas condições? Água, uma necessidade básica, ainda não é um direito de todos.

Como ficar em casa quando quartos com mais de 3 pessoas é a realidade de 300 mil casas na Região Metropolitana do Rio, segundo o Censo 2010 e o IPS 2018.

Nesse contexto nós do Movimento Caxias, que parte deste jornal Integra, conseguimos a partir das redes e da grande mídia pautar uma campanha de

solidariedade que entregou alimentos e material de higiene para quase 30mil famílias, uma parte deles alimentos orgânicos produzidos por produtores rurais da Baixada Fluminense. Isso se deu graças a diversas lideranças da sociedade civil que já atuavam nos territórios, que tem voz mas lhes faltam ouvidos.

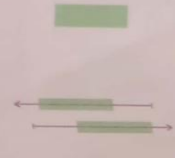
Mas enquanto isso o estado não cumpre seu papel de assistência social e saúde para promoção da vida, durante a quarentena vem em casa nos matar através da segurança pública, em abril de 2020 houve 58% mais mortes nas operações monitoradas do que no ano anterior. Em maio, até dia 19, foram registradas 16,7% mais vítimas fatais do que no mesmo período do ano passado. (Observatório da Segurança RJ). Após 90 dias de quarentena, a IDMJR (Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial) registrou a ocorrência de 105 operações policiais na Baixada Fluminense com 23 pessoas assassinadas e 42 feridos.

— CHEGAMOS AO PICO SEM POLÍTICA DE SAÚDE E COM O FIM DE ISOLAMENTO, A BANALIZAÇÃO DA MORTE E AS INFORMAÇÕES LIMITADAS.

O Trem é um dos principais símbolos metropolitano, por ele passam 600 mil pessoas diariamente, ele carrega a identidade Fluminense e em especial história da cidade de Duque de Caxias, pensar que se aglomerações podem ajudar a proliferação do COVID 19, também contribui para outras doenças e nós já achávamos normal o trem lotado, os trabalhadores e trabalhadoras sendo tratados como gado, os vagões como latas de sardinha. Essa é a discussão que temos que fazer sobre o pós pandemia.

Outra marca metropolitana é a Baía de Guanabara, quem chega a boa parte dos municípios da Baixada, muitas famílias sobrevivem da pesca, quantos rios desaguam nela e hoje se encontram poluídos, prejudicando a saúde da população ribeirinha. Durante a quarentena com empresas fechadas vimos diversos vídeos da diminuição da poluição em parte dela, o que estamos fazendo com natureza? Sem dúvida, a ação sobre ela gera reações que vão atingir principalmente os mais pobres.

— edição 11 de 07 2020



03



105
— OPERAÇÕES
POLICIAIS

23
— PESSOAS
ASSASSINADAS

42
— FERIDOS

Diagnóstico

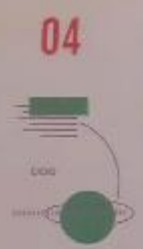
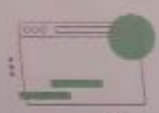
ABERTURA DO COMÉRCIO EM DUQUE DE CAXIAS

de CARLOS HENRIQUE SOUZA e WALLACE FERREIRA

A prefeitura de Duque de Caxias em meio à pandemia na qual morrem mais de mil pessoas por dia no país insiste em abrir o comércio. Por outro lado, o Ministério Público e a Defensoria Pública lutam na justiça pelo fim dessa flexibilização. O prefeito Washington Reis que já contraiu a doença, resiste ao fechamento e minimiza os efeitos da pandemia:

"O QUE EXISTE É UMA INVASÃO DE DESIGUALDADE, UMA LOUCURA. COMO SE FECHA O COMÉRCIO HOJE, COMO QUE SE PAGA TANTO? EU NÃO CONSIGO TERMAR. É LÓGICO QUE EU QUERIA QUE O VÍRUS NÃO EXISTISSE, QUE NÃO TIVESSE MORRIDO COM O VÍRUS, MAS AGUI NÃO TEM NENHUMA CATASTROFE".

O Covid-19 é mais letal na Baixada, até o dia 25/06 segundo os dados da Secretaria Estadual de Saúde, o município Duque de Caxias ocupa o quinto lugar com 2.923 infectados, porém em número de óbitos ocupa o segundo lugar com 410 mortos. A falta de estrutura para encarar a pandemia é notada na proporção de mortos por contaminados. Niterói, por exemplo, ocupa o segundo lugar de infectadas (5.922), mas cai para sexto em número de óbitos, com 184 mortes, menos que a metade de Duque de Caxias.



Coronavírus na Baixada Fluminense

Cobertura em tempo real da situação da Baixada Fluminense, com informações públicas para a população

Casos confirmados - Baixada Fluminense



Óbitos - Baixada Fluminense



SITUAÇÃO NA BAIXADA... COM O COVID-19

EM MEIO À PANDEMIA, O IFRJ BELFORD ROXO LUTA PELA PERMANÊNCIA NA CIDADE

de CARLOS HENRIQUE SOUZA

Não é de hoje que a instituição luta para sobreviver. Desde de 2017, o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) em Belford Roxo vem sofrendo ataques da Prefeitura, que vão desde embargos às obras de melhoria até a retirada do terreno. De 2016 a 2019, o campus atendeu cerca de dois mil alunos, sendo 90% moradores da Baixada fluminense.

A Prefeitura alega que o campus não cumpriu os encargos, não avançou nas obras e precisa sede

definitiva. No entanto, o IFRJ alega que o próprio órgão municipal não aprovou as construções.

Em nota, o diretor-geral do campus Márcio Franklin alegou:

"É IMPORTANTE RESSALTAR QUE ESTAMOS EM CONSTANTE DESENVOLVIMENTO INTERNO E EXTERNO ASSIM COMO NA ESCOLA. DESDE O INÍCIO DA NOSSA RELAÇÃO COM O MUNICÍPIO, COM A BAIXADA FLUMINENSE E PARA ALÉM DELA."

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ÁLCOOL EM GEL, CESTAS BÁSICAS E REPARAÇÃO DE RESPIRADORES: SAIBA O QUE O CEFET NOVA IGUAÇU ESTÁ FAZENDO PELA COMUNIDADE

< ANELISE GONÇALVES >

No município de Nova Iguaçu, o Centro Federal Tecnológico Celso Suckow da Fonseca - UnFEI (CEFET/RJ) está trabalhando para ajudar a comunidade no enfrentamento à pandemia da COVID-19. Segundo o instituto, no mês de junho de 2020, foram entregues 408 litros de álcool em gel para a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu e Unidades Básicas de Saúde (UBS). Ainda foram distribuídas cestas básicas para estudantes e pesquisadores e, por fim, em abril, um aplicativo para facilitar reparos em respiradores hospitalares.

Conduzido pelo professor Welisson Ferreira, um dos técnicos responsáveis pelo projeto, representantes da instituição tiveram, no dia 19 de Junho, 54 litros de álcool em gel para a Unidade de Pronto Atendimento no Bairro Botafogo e 54 litros para a Clínica da Família de Vila de Cava, localizando 208 litros. No mesmo dia, o representante também anunciou que, como ainda não havia previsão de retorno às aulas, iria mapear os estudantes da Educação Básica que precisariam de mais kits de alimentos.



< ENTREGA DE UNIDADES DE ÁLCOOL EM GEL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE TINGUI E VILA DE CAVA. CRÉDITO: FACEBOOK / CEFET NOVA IGUAÇU >



< OS PROFESSORES SARA BERNARDES, DÉBORA MOURÃO E WELISSON FERREIRA NO LABORATÓRIO DO CEFET. CRÉDITO: FACEBOOK / DIREÇÃO CEFET NJ >

Quanto aos respiradores, em maio, uma equipe de 27 professores e pesquisadores desenvolveu o SOSTecSaúde, um aplicativo de celular que conecta unidades de saúde da rede pública e privada a empresas e técnicos de manutenção de equipamentos hospitalares.

"O OBJETIVO É ORGANIZAR E AGILIZAR A LOGÍSTICA DE CONSERVAÇÃO DESSOS EQUIPAMENTOS, PRINCIPALMENTE DAQUELES QUE, EVENTUALMENTE, NÃO TÊM COBERTURA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU QUE JÁ ESTEJAM FORA DE GARANTIA", DIZ O PROFESSOR TIAGO PREGO, QUE COMPÕE O GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DO APLICATIVO.

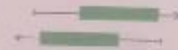
O CEFET Nova Iguaçu ainda precisa de empresas que doem álcool hidratado para finalizar as produções. Também está com uma vaquinha aberta para arrecadar cestas para estudantes e trabalhadores terceirizados. Você pode doar aqui:

[HTTPS://VAZA.ME/1092077](https://vaza.me/1092077)

BOLSA "JORNAL DE NOTÍCIAS"

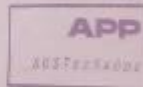


05



CEFET

ENFRENTAMENTO
AO COVID



108L

ÁLCOOL
EM GEL



< PROFISSIONAIS HIGIENIZAM E ENTREGAM CESTAS BÁSICAS À COMUNIDADE. CRÉDITOS: FACEBOOK / CELEI UNED N1 >



06

A IMPORTÂNCIA DOS POSTOS DE SAÚDE LOCAIS

< CARLOS HENRIQUE SOUZA >

Os postos de saúde estão tendo uma grande importância na luta contra a covid-19, sua função durante a pandemia está sendo desafogar os hospitais e as Unidades de Pronto Atendimento UPA, orientando a população sobre formas de se prevenção contra o vírus.

Conversamos com a agente de saúde Valeria Shimith Mechado moradora da Comunidade Manguerinha - Duque de Caxias trabalha no Posto de Saúde Familiar de Manguerinha IPSFI a 9 anos, Valeria fala sobre a condição do Covid-19 dentro das favelas da Baixada Fluminense, os casos não notificados e sobre o desceio que muitos moradores estão tendo durante a pandemia:

"NÓS ESTAMOS FAZENDO O NOSSO PAPEL DE INFORMAR E AJUDAR A PREVENIR, SÓ QUE PARA MUITOS MORADORES A FICHA AINDA NÃO CAIU, SE ANDARMOS PELA MANGUERINHA VOCÊ VAI ENCONTRAR PESSOAS EM BARES E AGLORAÇÕES DESNECESSÁRIAS E ISSO É MUITO PRECUPANTE, MUITOS NÃO LEVAR A SÉRIO A SITUAÇÃO E ANDAM SEM MÁSCARA, INFELIZMENTE SÓ ACREDITAM QUANDO ESTÃO CONTAMINADOS OU ALGUÉM ESTÁ."



< ARQUIVO PESSOAL / TIA VAL >

Sobre o aumento dos eventos clandestinos e as aglomerações em bares e praças ela nos alerta sobre a responsabilidade dos jovens com suas famílias:

"NA VERDADE O MAIS PRECUPANTE SÃO OS JOVENS QUE SAEM E SE CONTAMINAM, AI PASSAM PRA MÃE PARA AS PESSOAS MAIS IDOSAS QUE MORAM JUNTOS, A SENTE AINDA TEM QUE TER MUITO CUIDADO PORQUE A BORNÇA AINDA"

COMO OS ARTISTAS DA BAIXADA ESTÃO SE MANTENDO NA PANDEMIA?

< CARLOS HENRIQUE SOUZA >

Após mais três de meses de quarentena, a agenda cultural do estado continua suspensa, shows e eventos não têm previsão para retorno. Mesmo com a aprovação do Auxílio emergencial para trabalhadores da cultura, muitos artistas ainda têm dificuldade para pagar contas e manter seus negócios.

Em entrevista com alguns artistas entendemos a atual realidade dos profissionais durante a pandemia, um deles: profissional e o Morador de Duque de Caxias produtor e fotógrafo Jombah da Gravadora Pureza Rap, que falou como a pandemia afetou o trabalho

"AÇETOU GRAVAVEMOS UMA PARTE DO TRABALHO, JÁ QUE EU, MAJORIARIAMENTE, TRABALHO EM CONTATO COM OUTRAS PESSOAS E AINDA MAIS NA RUA, EM LUGARES DE VISITANTES, LOGO É MUITO DIFÍCIL DE CONSEGUIR ENTRAR EM CONTATO PARA SOLICITAR UM SERVIÇO DE AUDIOVISUAL NO MEIO DESSE CADA LUGAR. PORÉM PARTE DO MEU TRABALHO TAMBÉM É FEITO DIRETAMENTE EM CASA, PORÉM AINDA SIM NÃO HÁ MUITA DEMANDA JÁ QUE NÃO TÁ VÁRCEL, VINCULARIAMENTE, PRO RESTO DO PESSOAL TAMBÉM."



< CRÉDITOS: ARQUIVO PESSOAL / JOMBAH >



< ARQUIVO PESSOAL / DJ DRIKS >

Outra artista afetada pela pandemia foi a DJ Driks fundadora da rede cultural do Centenario (RCDC) que tira sua renda de apresentações e na virada de duces, relata as maneiras alternativas que encontrou para se manter.

"ESTAMOS BUSCANDO TRABALHAR ONLINE, PARA SE CONECTAR MELHOR COM O PÚBLICO, COMO DJ ESTOU PROGRAMANDO PRODUZIR PODCASTS E CONTEÚDOS EM OUTRAS PLATAFORMAS, COM OS DUDES (QUE PRODUZ E VENDE PARA COMPLEMENTAR A RENDA) ESTAMOS COLUCANDO EM APLICATIVOS DE ENTREGAS, ACREDITO QUE A CENA CULTURAL DE DUQUE DE CAXIAS TEM POTÊNCIA PARA SUPERAR ESSA SITUAÇÃO E CREIO QUE OS PRODUTORES CULTURAIS CONSEGUIR SAIR NESTA SITUAÇÃO"

REDAÇÃO "CENÁRIO DA BAIXADA"



REDAÇÃO "CENÁRIO DA BAIXADA"

REDAÇÃO "CENÁRIO DA BAIXADA"

Prestação de Contas

TOTAL DE PESSOAS ATINGIDAS

22.074 FAMÍLIAS

88 MIL PESSOAS

TOTAL POR UNIDADE DE MEDIDA

181 TONELADAS DE CESTAS BÁSICAS	81 TONELADAS DE ALIMENTOS ORGÂNICOS	59 TONELADAS DE PRODUTOS DE LIMPEZA	45,9 LITROS DE ÁGUA	41 MIL MÁSCARAS DE PAPELO REUTILIZÁVEIS
---	---	---	-------------------------------	---

LOCAIS ABRANGIDOS



08



TOTAL DE MUNICÍPIOS: 14
 TOTAL DE MUNICÍPIOS DA BAIXADA: 8
 TOTAL DE BAIRROS EM DUQUE DE CAXIAS: 30

69,7% MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS	12,5% MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE	16,2% DEMAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA (RIO DE JANEIRO, SÃO GONÇALO, NITERÓI)	1,4% REGIÃO LITORÂNEA DO RIO DE JANEIRO - REGIÃO DOS LAGOS (CABO FRIO, BÓZIOS)
--	--	--	--

MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE: DUQUE DE CAXIAS / NOVA IGUAÇU / NILOPÓLIS / MEDHITA / BELFORD ROXO / SÃO JOÃO DE MERITI / NAGÉ / QUATIMADOS.

DEMAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA: RIO DE JANEIRO / NITERÓI / SÃO GONÇALO
 DEMAIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA: CABO FRIO / BÓZIOS

ABRANGÊNCIA EM DUQUE DE CAXIAS:
 BAIRROS DO 1º DISTRITO DE DUQUE DE CAXIAS: PARQUE DAS MESSIOBES / BOCA RUA / VILA OPERÁRIA / CENTENÁRIO / LAUREANO / JARDIM GLAUCO BELLO / JARDIM GEMACHO / PARQUE VILA NOVA (LIXÃO) / INTERMÍNIO / PRAZINA / PARQUE LAPALETE / SAHAMUI / PAULICÉIA / CENTRO
 BAIRROS DO 2º DISTRITO DE DUQUE DE CAXIAS: SÃO BENTO / PARQUE FLUMINENSE / PANTANAL / FIGUEIRA / VILA ROSÁRIO / PILAN / SARACURUNA / LOTE 8V / VILA MARTA HELENA
 BAIRROS DO 3º DISTRITO DE DUQUE DE CAXIAS: PARQUE PAULISTA / TANGARA / IMPARÉ / SANTA LÚCIA / SANTA EMOZ DA SENNA / CAMPOS ELISIOS / JARDIM NHANGÁ



◀ CRÉDITOS: LAÍS DANIEL / JJA ANGÉLICA / DISTRIBUIÇÃO NO PARQUE PAULISTA, DO, DE CAXIAS ▶

ARTIGO - ORDEM NA INDUÍRIA



DISTRIBUIÇÃO EM ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

SOPÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM PARCERIA COM O COLETIVO: BATALHA DO RAUL CORTÊZ < @B_RAULCORTÊZ >

70 CAIXAS DE LEGUMES E VERDURAS AYULSAS À MORADORES COM RESIDÊNCIA

10 QUILOMBOS: ORGANIZAÇÕES HISTÓRICAS DE RESISTÊNCIA DO Povo NEGRO

FEITAL (MAGÉ) / MARIA CONGA (MAGÉ) / BONGABA (MAGÉ) / SÃO JOSÉ (VASSOURAS) / CAFUNDA ASTROGILDA (VARDEN GRANDE) / SACOPA (LAGOA) / BOTAFOGO (CABO FRIO) / ESPÍRITO SANTO (CABO FRIO) / MARIA JOAQUINA (CABO FRIO) / BASA (BÁZIOS)

TRABALHADORES DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL DO RJ QUE TIVERAM CONTRATOS SUSPENSOS NA PANDEMIA

LINK: https://www.facebook.com/AJUDA-APP-FUNCAOINICIALINIA-808-ESTADIOS-DE-FUTEBOL-20-VIA-DE-JANEIRO-106497377705663/?modal=admin_todo_tema

INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DIVERSAS IGREJAS

PROJETO ALÉM DO NOSSO OLHAR (MORRO DO SAPO) / MINISTÉRIO IDE (SÃO JOÃO DE MERITI) / ASSEMBLEIA DE DEUS / MINISTÉRIO ADJAM (SÃO JOÃO DE MERITI) / ALIANÇA ESTABELECIDADA POR DEUS (PILAR) / IGREJA BATISTA DA PAULICEIA (PAULICEIA) / MINISTÉRIO EDEU (OLAVO BILAC) / (VER O NOME) DA CAMILA TOSCANO

CASAS DE AXÉ

AXÉ KHE CEJÁ GBE (TAQUARA - CAXIAS) / YLE ASÉ OBÁ LADÉ INÁN (JARDIM NHANDÁ - CAXIAS) / ILÉ OMIQUARO (NOVA IGUAÇU) / ILÉ AXÉ ALA KORO NO (SÃO JOÃO DE MERITI) / ILÉ AXÉ YÁ MANJELE Ô (ÁGUA SANTA) / TEMPLO DE UMBANDA CASA DO PERDÃO (CAMPO GRANDE) / ILÉ ASÉ OLUAIÉ NI: OYÁ (CAMPO GRANDE)

APOIO ÀS INICIATIVAS E INSTITUIÇÕES ESTUDANTIS:

SEU SEM FOME DA FEUF-UERJ / DCE UFRJ

09



TRABALHADORES

www.assessoria.org.br

Indicações de serviços de saúde

Belford Roxo

HOSPITAL MUNICIPAL DE BELFORD ROXO
ATENDIMENTO: 24H
BAIRRO: VILA MEDEIROS
CONTATO: (21) 2761-6052

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: 06H ÀS 15H
BAIRRO: CENTRO
CONTATO: (21) 2759-1983

Duque de Caxias

HOSPITAL MUNICIPAL DR. MOACYR
RODRIGUES DO CARMO
ATENDIMENTO: 24H
BAIRRO: PARQUE BEIRA MAR
CONTATO: (21) 2672-1090

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: JARDIM PRIMAVERA
CONTATO: (21) 2775-6320 /
(21) 2775-6326

Guapimirim

CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO
E TRIAGEM
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 20H
BAIRRO: BANANAL
CONTATO: (21) 96403-6712 (WHATSAPP)

HOSPITAL MUNICIPAL JOSÉ RABELLO
DE MELLO
ATENDIMENTO: 24H
BAIRRO: BANANAL
CONTATO: (21) 2632-3165

Itaguaí

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO
FRANCISCO XAVIER
ATENDIMENTO: 24H
BAIRRO: CENTRO
CONTATO: (21) 2773-6341

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: VILA MARGARIDA
CONTATO: (21) 2688-4665

Japeri

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: PARQUE MUCAJA
CONTATO: (21) 2664-1074

Magé

HOSPITAL MUNICIPAL MAGÉ
ATENDIMENTO: 24H
BAIRRO: CENTRO
CONTATO: (21) 2633-2358

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: VILA ESPERANÇA
CONTATO: (21) 2739-8660

Mesquita

PÓLO DE ATENDIMENTO DE COVID-19
ATENDIMENTO: 08H ÀS 20H
BAIRRO: SANTA TEREZINHA
CONTATO: PRESENCIAL

PÓLO DE ATENDIMENTO DE COVID-19
ATENDIMENTO: 08H ÀS 20H
BAIRRO: COSMORAMA
CONTATO: PRESENCIAL

PREFEITURA (ATENDIMENTO)
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: CENTRO
CONTATO: 0800-2829260
(21) 3763-9752 / (21) 2636-2577

Nilópolis

HOSPITAL MUNICIPAL
JUSCELINO KIBITSCHEK
ATENDIMENTO: 24H
BAIRRO: CENTRO
CONTATO: (21) 3762-9182

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: CENTRO
CONTATO: (21) 2691-2745

Nova Iguaçu

HOSPITAL GERAL DE NOVA IGUAÇU
ATENDIMENTO: 24H
BAIRRO: FUSSE
CONTATO: (21) 3779-9900

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: CENTRO
CONTATO: (21) 3773-3035

Paracambi

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: CENTRO
CONTATO: (21) 3698-3462 /
(21) 3693-5220

HOSPITAL MUNICIPAL DR. ADALDEKIO
DA GRAÇA
ATENDIMENTO: 24H
BAIRRO: LAJES
CONTATO: (21) 3693-3364

Queimados

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: VILA PACAEMBU
CONTATO: (21) 3698-1161

São João de Meriti

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: VILAR DOS TELES
CONTATO: (21) 2792-9100

CANAL DE INFORMAÇÃO
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
09H ÀS 17H
CONTATO: 0800 123 0010

Seropédica

SECRETARIA DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
ATENDIMENTO: SEGUNDA A SEXTA
08H ÀS 17H
BAIRRO: PIRANEMA
CONTATO: (21) 3782-4985

FAROL COVID

Rio de Janeiro (Estado)

RISCO ALTO.
NOTE QUE 74 MUNICÍPIOS AVALIADOS
ESTÃO EM RISCO MUITO OU ALTO DE
COLAPSO.
RECOMENDAMOS QUE POLÍTICAS DE
RESPOSTA À CRISE DA COVID-19 SEJAM
AVALIADAS A NÍVEL SUBESTATAL.

RITMO DE CONTÁGIO
CADA CONTAMINADO INFECTA EM MÉDIA
1,0 A 1,8 PESSOAS

TENDÊNCIA: PISCANDO

SUBNOTIFICAÇÃO
A CADA 10 PESSOAS DOENTES,
2 SÃO DIAGNOSTICADAS

CASOS CONFIRMADOS: 116823

RANKING DA UF: 27

CAPACIDADE HOSPITALAR*
OS SEUS LEITOS ESTARÃO TODOS
OCUPADOS EM ATÉ 2 MÊSES

LEITOS: 23826

VENTILADORES: 9099

ISOLAMENTO SOCIAL
NA ÚLTIMA SEMANA, FICARAM EM CASA
CERCA DE 42% DAS PESSOAS

FONTE: INICC

MÉDIA SEMANA PASSADA: 412

TENDÊNCIA: ESTABILIZANDO

SITE: coronacidades.org



▶ ACOMPANHE NOSSAS REDES PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DO COVID NA BAIXADA FLUMINENSE ▶

Voz da Baixada

COLETIVO DE MÍDIA LIVRE, ORGANIZADO POR JOVENS NOROCCIDENTAIS DA BAIXADA FLUMINENSE E COM FOCO NAS QUESTÕES SOCIAIS DA REGIÃO.
 < @V0ZDABAIXADA >

Movimenta Caxias

MOVIMENTOS DE BUADE DE CAXIAS QUE ATUAM NOS BARRIOS, NOS JUNTAMOS PARA AÇÕES DE SOLIDARIEDADE CONTRA O COVID-19. FALE CONOSCO:
 (21)998501924
 < @MOVIMENTACAXIAS >

▶ PROJETO GRÁFICO E IDENTIDADE VISUAL: @DESIGNLINHADAS ▶

Parceiros: @NAPROTESTO@VIVE / @APAZEMME UM IDOSIN / ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA FAZENDA / ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE AITUBA / COMPROVADO SOCIAL - CPM / ASSOCIAÇÃO DE SENEZINHO DO BOM / AÇÃO DE CONSCIÊNCIA / BATALHÃO DO BARRIO CORTEZ / BEM-ESTAR COMUNITÁRIO DE KILÓVOLT / CARIÓTIPO 2021 / CASA DAS MULHERES / CASA FLUMINENSE / CASA VERDE / CEDAC / CASA SOC / CERES / CENTRO INTEGRADO DE REABILITAÇÃO BARROCO / COLETIVO DE MULHERES DA ZONA DESTE / COLETIVO FALA / COLETIVO MOVIMENTO ENFERMAGEM ATIVA / COLETIVO TUBA / COMUNIDADE BONGARA / COMUMAR BARRONDA / COMUNIDADE CATÓLICA SANT'ANA / COMUNIDADE DE BUNA BELINHA / COMUNIDADE MARCA CONÇA / COXA / DIA DO BOM / RONLE / ATELIER DE PRODUÇÃO CONSCIENTE / ESTANÇO CULTURAL / FAMILIA LANATAMPA / FESTIVAL DE ANTES DE ENXARIE (YAIM) / FORUM DE JURISTAS DO RRR DE JARUÍ / SALVÃO CRIATIVO GOMEX / GRUPO DIVERSIX / GRUPO AÇÃO E RESISTÊNCIA / GRUPO TIA ANGÉLICA SOTAV / INTERA EVANGÉLICA MINISTERIO DSI / IGREJA EVANGÉLICA PROJETO ALÉM DO BOM E MAL / ILÉ ASSI BEVASSI RI OVA / ILÉ ASSI ALA BORO NO - ILÉ AXI YÁ MANJELI D / ILÉ ONIOJUAHO / INSTITUTO ELIINA E SOTERABE (ICSI) / INSTITUTO DRANNA / INSTITUTO SARANARAJA / INSTITUTO UNIBANCO / JERUSALIM ALVES / LERANO RAMOS / P.A.C.O.C.A. / MAL CONDIÇÃO D'ELISA DO BOM / MATEUS SOLANO / MEU RIO / MINISTERIO ABIM / MINISTERIO ALIANÇA ESTABELECIDO POR DEUS / MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR - MOP / MOVIMENTO INGLESI / MOVIMENTO NEGRO UTILIZADO (MNU) / MVS - RA / MORO DA CASA DE ARÉ EM JARDIM MARINÁ / OCUPAÇÃO SOLAR TRINDADE / PROJETO MULHERA / QUELONDO DO FORTAL SPACCI / REDE DE MACE / RIO CONTRA O CORONA / ROTA CULTURAL DO CENTENÁRIO / RUBRICO FRANÇA / RUA - JUVENTUDE ANTICAPTALISTA / SABOR DE SOLIDARIEDADE / SITI DO SOL DO RIO / SIVOMMM / TEMPLO DE USAMMA CASA DO FORTAL / TEEJA CRISTINA / TOSSE UNIKKI / TUBA DO BOM / UNIDADE CLASSEIA / UNÃO MUNDIAL / VOZ DA BAIXADA / VLE ASSI ORA CADA UNIA



ANEXO III – Documento de planejamento da Jornada de Luta Contra a Fome por Soberania Alimentar

Jornada de luta contra fome, por soberania alimentar - MPA
Atividade Estado de Rio de Janeiro

16 de outubro 2020

Objetivo: Refletir sobre a importância da aliança campo- cidade e criar exercícios de soberania alimentar junto ao Comitê Popular do Alimento da Rocinha.

Atividade: Entrega de alimentos para aproximadamente 100 famílias da Rocinha, junto com pequena conversa sobre a Jornada de luta contra a fome por soberania alimentar e a importância da soberania alimentar.

A atividade vai ser feita em uma quadra de esportes chamada Roupas Sujas, levaremos uma equipe de apoio que cuidará do acesso ao local. Na entrada essa equipe pedirá a cada pessoa para passar álcool nas mãos, usar corretamente a máscara, passar os pés no tapete higienizador e orientará a ir para as mesas.

Nas mesas a equipe de distribuição irá explicar sobre o kit de alimentos, entregar as cartas que o MPA preparou e fazer o convite para a roda de debate popular.

Serão feitas duas rodas de conversas, com no máximo 20 pessoas em cada, o debate popular ocorrerá por 10 a 15 minutos.

A equipe comunicação irá fazer registro fotográfico, entrevistas e transmitir a atividade via Facebook.

Participantes

MPA: Coordenação: Beto

Apoio: Vicente, Elaine, Veronica, Luz A.

Rocinha: Coordenação: Xaolin

Lideranças: Aloisia, Yolanda, Consuelo, Jorge

Protocolo de segurança

Organizadores: Todos devem levar: máscara e protetor facial de plástico, calça, sapato fechado, blusa do movimento (preferencialmente), luvas e boné, além do álcool.

Famílias participantes: Divulgar para as famílias levarem máscara e sacola para pegar os alimentos. E seguir o protocolo de segurança sanitária.

Materiais: Luvas, camisas, bonés, álcool, máscaras descartáveis.

Desenvolvimento da atividade

Preparação (5:30 a 8:00)

- Chegada do caminhão às 6 h, encaminhar para o local da entrega (Beto)
- Chegada da equipe organizadora.
- Organização dos alimentos (MPA e Rocinha)
- Ambientação do espaço delimitação de espaço, som. (MPA e Rocinha)
- Protocolo de segurança para entrada. (MPA e Rocinha)
- Criação de equipes (apoio, distribuição alimentos, comunicação, rodas de conversa)

Materiais: tapete de entrada, letreiro de biosegurança, bandeiras, cordão, giz, som, extensões, balanço, carta para as pessoas, revistas e sacolas.

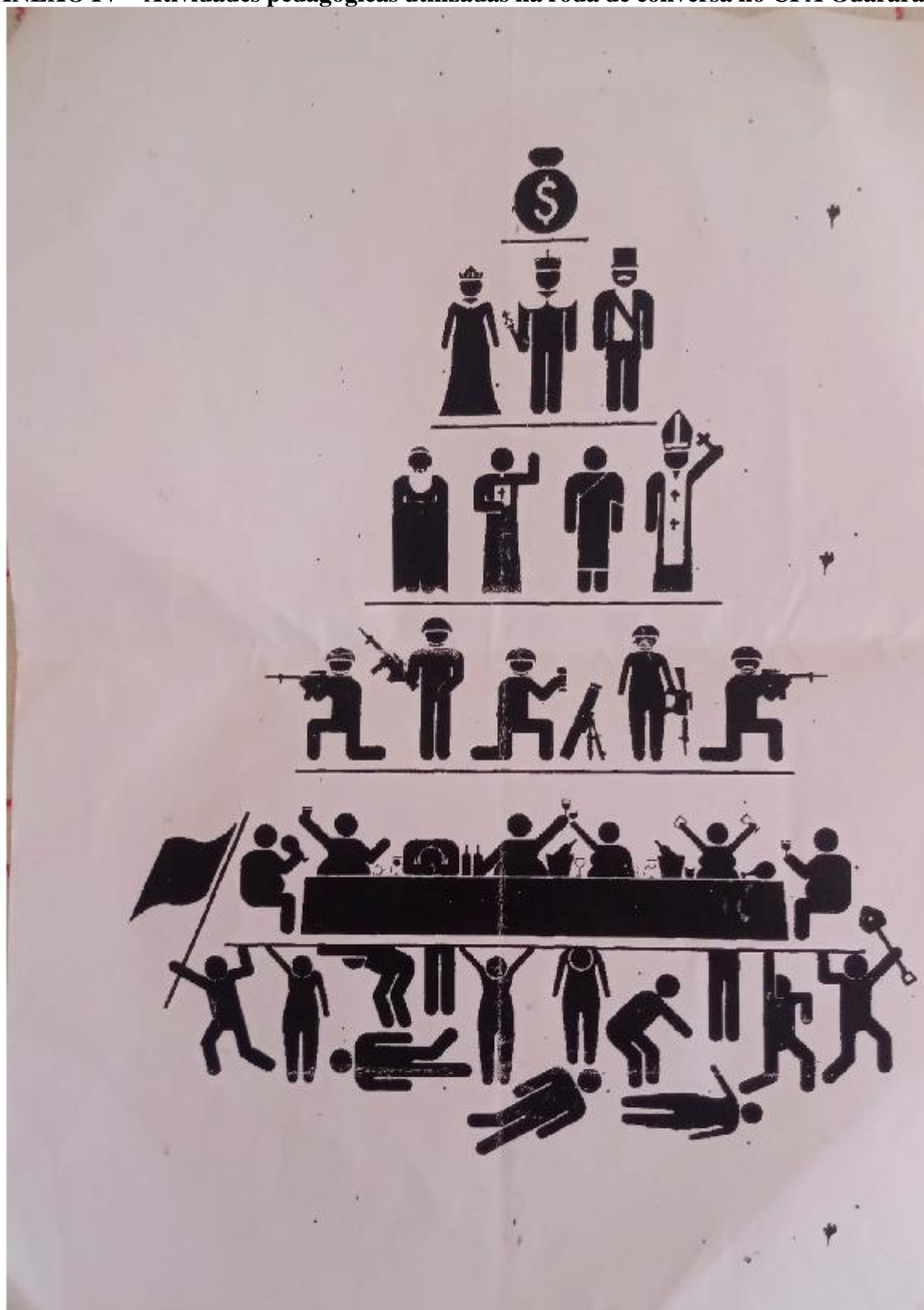
Atividade (8:00 a 12)

- Equipe de apoio posiciona-se na entrada das pessoas.
- Equipe de distribuição: acompanhamento da entrega dos alimentos, distribuição da carta e revistas e convite a roda de debate popular.
- Equipe da roda de conversa: breve apresentação da iniciativa, quem é o MPA e o CPA Rocinha, ênfase solidariedade popular, importância da soberania alimentar e do fortalecimento da aliança campo- cidade.
- Equipe comunicação: facelive às 9:00, registro de fotos e vídeos da atividade. (materiais: câmera fotográfica, celular, fones, baterias carregáveis).

Encerramento (12 as 13 horas)

- Arrumação do espaço.
- Organização das coisas.
- Combinar espaço de avaliação.

ANEXO IV – Atividades pedagógicas utilizadas na roda de conversa no CPA Guararapes



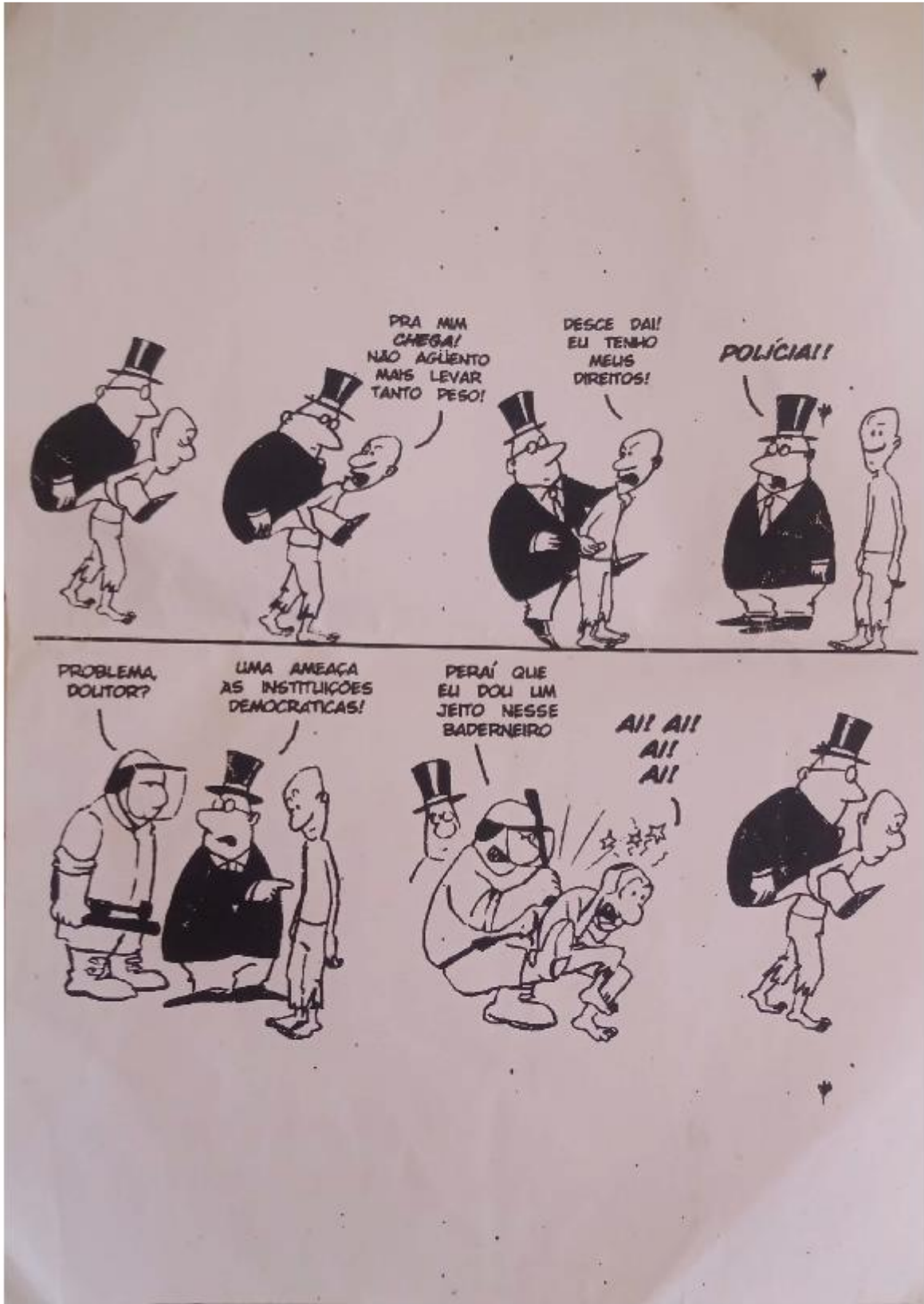
legião de armar

Quem é quem nesta
pirâmide?

Onde nós trabalhadores
estamos nesta
pirâmide?

Como é esta pirâmide
em nosso município e
quem está onde?

UOL



www.terra.com.br

Que injustiças há
neste quadro?

Por que a polícia
bate no injustiçado?

O que ele fez para
merecer castigo?

Como deveria ser o
final?

www.1000libros.com

ANEXO V – Relatório de atividades do Mutirão Contra a Fome (abril-dezembro/2020)



MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA SECRETARIA ESTADUAL

R. Áurea, 80 - Santa Teresa, Rio de Janeiro - RJ, 20240-210

Fone: (21) 3081-4652

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2021.

Campanha Mutirão Contra a Fome – Rio de Janeiro Relatório com as informações compiladas abril de 2020 a 31/12/2020. (Documento interno de monitoramento de Avaliação do MPA/RJ)

Coordenação da Campanha no Estado do Rio de Janeiro:
Bruna Távora; Cristina Vale; Eliel; Humberto Palmeira e Leile Teixeira.

1

Consolidado de dados Abril a dezembro /2020

Quantidade de ações: 165	Petrópolis
Total de alimentos entregues: 98.649 Kg	Porto Real
Total de cestas: 11.700	Quatis
Total de atendidas famílias: 11.196	Resende
Quantidade de famílias acompanhadas: 277	Rio de Janeiro
	São Gonçalo
	Volta Redonda
Comitês Populares do Alimento, em construção: 10	Locais/Comunidades onde os alimentos foram entregues:
* Comunidade Guararapes	Belford Roxo
* Mangueira	Guaraciaba
* MNLM (Centro e Gamboa)	Búzios
* Morro da Formiga	Quilombo da Raza
* Morro dos Macacos	Cabo Frio
* Morro dos Prazeres	Quilombo de Botafogo
* MTST (Niterói)	Quilombo de Espírito Santo
* MTST (São Gonçalo)	Quilombo Maria Joaquina
* Niterói	Duque de Caxias
* Rocinha	Bairro da Laureano
Cidades Alcançadas: 13	CD-Vida
Belford Roxo	Centenário Duque de Caxias
Búzios	Centro
Cabo Frio	Jardim Gramacho
Duque de Caxias	Morro do São Pedro (Olavo Bilac)
Maricá	Pantanal
Niterói	Parque das Nações

Plano Camponês Aliança Camponesa por Soberania Alimentar.

<http://www.mpabrazil.org.br/>